

Elisa de Campos Borges

¡Con la UP ahora somos Gobierno!

**A experiência dos Cordones Industriales no Chile de
Allende**

**Niterói
2011**

Elisa de Campos Borges

¡Con la UP ahora somos Gobierno!

**A experiência dos Cordones Industriales no Chile de
Allende**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense, como requisito final à obtenção do título de Doutora em História Social.

Setor: História Contemporânea II

Orientador: Prof. Dr. Norberto Osvaldo Ferreras

**Niterói
2011**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

B732 Borges, Elisa de Campos.
¡Con la Unidad Popular ahora somos Gobierno! Experiência dos *Cordones Industriales* no Chile de Allende / Elisa de Campos Borges. – 2011.

250 f. ; il.

Orientador: Norberto Osvaldo Ferreras.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2011.

Bibliografia: f. 227-244.

1. Chile; atividade política. 2. Chile, política e governo, 1970-1973. 3. Socialismo - Chile. I. Ferreras, Norberto Osvaldo. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 983.0646

Nome: BORGES, Elisa de Campos

Título: ¡Con la UP ahora somos Gobierno!: A experiência dos Cordones Industriales no Chile de Allende

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense, como requisito final à obtenção do título de Doutora em História Social.

Aprovada em: 04 de abril de 2011.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Norberto Osvaldo Ferreras (Orientador) – Universidade Federal Fluminense

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. Maria Helena Rolim Capelato – Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. Fabiana de Souza Fredrigo – Universidade Federal de Goiás

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. María Verónica Secreto de Ferreras – Universidade Federal Fluminense

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. Samantha Viz Quadrat – Universidade Federal Fluminense

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos trabalhadores chilenos que participaram da experiência da Unidade Popular construindo cotidianamente um país mais igualitário.

AGRADECIMENTOS

Redigir os agradecimentos desta tese de doutorado não é uma questão simples. Este é um momento de recordar toda a trajetória desta investigação, que, seguramente contribuiu para o meu aprimoramento enquanto pesquisadora.

Considero esta pesquisa uma construção coletiva que contou com importantes “personagens” que muito contribuíram para concretizar esta trajetória. Sem eles certamente não teria condições de desenvolver esta investigação. A todos, meus sinceros agradecimentos.

À Universidade Federal Fluminense e à CAPES pelo financiamento dos últimos anos desta pesquisa e pela bolsa PDEE (Programa de Doutorado no país com Estágio no Exterior).

Ao Prof. Dr. Norberto Osvaldo Ferreras, orientador desta tese, pela acolhida, incentivo, apoio e parceria durante estes quatro anos de trabalho. Agradeço a forma generosa com que sempre leu meus escritos, bem como, as críticas e as contribuições que me permitiram amadurecer enquanto historiadora.

Ao Prof. Dr. Rolando Alvarez Vallejos, pelo intercâmbio acadêmico e cultural que foram valiosos para desenvolver as questões deste trabalho. Obrigada pela disposição em discutir minhas intermináveis questões e dúvidas sobre a história chilena.

À Universidade de Santiago de Chile, em especial, ao Prof. Dr. Julio Pinto Vallejos, Diretor do Departamento de História; e ao Prof. Dr. Igor Goicovic Donoso, Diretor do Programa de Mestrado em História.

À Professora Dr^a. Jessie Jane Vieira e à Professora Dr^a. Samantha Quadrat Viz que compuseram a Banca de Qualificação e em muito enriqueceram este trabalho com críticas e sugestões.

Aos Professores Mário Garcés, Augusto Samaniego e Sebastian Leiva, pelas discussões sobre o processo do governo da Unidade Popular e sugestões de abordagem do tema em estudo.

A todos os entrevistados deste trabalho que me receberam de maneira generosa e cordial, entregando-me por algumas horas parte da experiência de suas vidas.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional do Chile e da Biblioteca do Congresso Nacional pela convivência durante os quatro meses que permaneci em Santiago.

A Sandra Castillo, Renzo Gaico e Guido Carvajal, pela solicitude com que me ajudaram na articulação das entrevistas.

A Miguel Silva, pela cessão das suas entrevistas realizadas na década de 90.

A María Magdalena, Maurício Muñoz e Marcela Espínola, pela transcrição das entrevistas.

A Heloisa, minha mãe, que sempre me proporcionou apoio emocional e material para o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço pelo seu infindável incentivo.

Aos meus irmãos Carolina e Rogério.

A Marcela Espinola e Cesar Villagra, meus queridos amigos com quem convivo há seis anos, pela forma acolhedora com que sempre me recebem em Santiago.

Aos colegas de moradia estudantil no Chile, em especial aos estudantes brasileiros que ali residiam.

A Manoel Rangel e Rosana Alcântara pela confiança e apoio durante o período em que trabalhamos juntos;

A Carine Dalmás, pesquisadora “chilenista”, sempre disposta a discutir a realidade política chilena. Obrigada pelos comentários e incentivo.

A Virgínia Iba, professora de espanhol, pela imensa dedicação com que me preparou para as provas de língua espanhola e para a realização das entrevistas.

Às minhas amigas e amigos por compreenderem minhas constantes ausências nestes quatro anos de doutorado. Em especial para Alessandra Velloso, Ana Cláudia Lima, Carolina Dellamore, Fabiana Costa, Felipe Maia, Flávia Calé, Gisele Coriolano, Juliana Pugliesi, Kathia Dudick, Luiza Rangel, Paula Scarpin, Priscila Lopes e Ronaldo Piscally.

Àqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para este trabalho.

Estamos aquí en este día que tiene una profunda y honda significación; que es trascendente porque están aquí ustedes, trabajadores de Chile, junto con nosotros; porque estamos aquí Gobierno y pueblo, porque el pueblo es Gobierno, y, por serlo, interpreta las ansias y los anhelos de las grandes mayorías. Hemos llegado al Gobierno y avanzamos a la conquista del poder...

Aquí podemos hacer la revolución por los cauces que Chile ha buscado, con el menor costo social, sin sacrificar vidas y sin desorganizar la producción. Yo los llamo con pasión, los llamo con cariño, los llamo como un hermano mayor a entender nuestra responsabilidad; les hablo como el compañero Presidente para defender el futuro de Chile, que está en manos de ustedes, trabajadores de mi patria.

(Salvador Allende, discurso realizado no ato político de comemoração do dia do trabalho –
Santiago, 1º de maio de 1971)

RESUMO

O socialista Salvador Allende venceu as eleições no Chile em 1970, a partir de uma coalizão de esquerda, a Unidade Popular, apresentando como projeto abrir caminho ao socialismo por meio de profundas mudanças no sistema econômico, político e social do país. Durante o governo de Allende, uma série de novas formas de atuação popular foi constituída no calor da disputa política entre esquerda e direita, mas também entre a própria Unidade Popular. O presente estudo aborda a participação dos trabalhadores chilenos nos Cordones Industriales, que conceituamos como concentrações de indústrias de distintas ramas produtivas formando territorialmente um Cordão de Indústrias. No entanto, sua novidade está relacionada à territorialização e à integração das demandas dos trabalhadores das diversas indústrias que o compõem, por meio da atuação dos sindicatos, ativista e partidos políticos. Tendo como objetivo a análise da trajetória dos Cordones Industriales durante os anos de 1972 e 1973, o estudo evidencia a inter-relação entre a constituição desses novos organismos com a tradição sindical chilena, com a aplicação do programa político da Unidade Popular, e com as divergências entre os dois principais partidos da coalizão, Partido Socialista e Partido Comunista. Este estudo demonstra que os Cordones inovaram, por um lado, na forma de atuar e articular as demandas territorializadas dos trabalhadores de uma mesma região, mas, ao mesmo tempo, conservaram características tradicionais do movimento sindical, no qual a relação sindicato-partido é fundamental para sua compreensão política. Trata-se, igualmente, da discussão das divergências políticas internas entre os partidários da Unidade Popular quanto à aplicação do projeto da via chilena ao socialismo e da construção do poder popular.

Palavras-Chave: Unidade Popular. Cordones Industriales. Via Chilena ao Socialismo. Tradição Sindical.

RÉSUMÉ

En 1970, résultant d'une coalition politique de gauche nommée Unité Populaire, Salvador Allende a été élu Président du Chili. Son projet était, grâce aux profondes transformations, d'ouvrir 'chemin' vers le Socialisme, concernant le système économique, politique et social du pays.

Durant le gouvernement du Président Allende, dans la chaleur de la dispute des partis politiques de gauche et de droite, la propre Unité Populaire incluse, de nouvelles formes de participation du peuple ont été constituées.

Ce travail se rapporte à cette participation d'ouvriers chiliens dans les *Cordones Industriales*, dénomination qui garde l'idée du territoire où l'on voit la concentration des plusieurs et variées usines productives, l'une après l'autre, formant visiblement un "cordon d'industries". Cependant, sa nouveauté est d'être en rapport avec le territoire et aussi avec l'unification des demandes des ouvriers des diverses usines, en considérant le rôle des syndicats, des activistes et des partis politiques.

Cette étude, qui a pour but faire l'analyse du trajet des *Cordones Industriales* pendant les années 1972 e 1973, elle démontre également la liaison entre la constitution de ces nouveaux organismes, la tradition syndicale chilienne, l'application de la programmation politique de l'Unité Populaire et les divergences entre les deux principaux partis de la coalition: le Parti Socialiste et le Parti Communiste.

D'une part, les *Cordones* ont innové par la forme de ses actions et articulation des revendications sectorielles des ouvriers d'une même région. D'autre part, ils ont conservé des caractéristiques traditionnelles du mouvement syndical, dans lequel le rapport syndicat-parti est fondamental pour sa compréhension politique.

Il s'agit également de la discussion des divergences politiques internes parmi les partisans de l' Unité Populaire à propos de l'application du projet de la voie chilienne vers le Socialisme et de la construction du pouvoir populaire.

Mots Clés: Unité Populaire. *Cordones Industriales*. Voie Chilienne vers le Socialisme. Tradition Syndical.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Número de Estabelecimentos Industriais Controlados pelo Estado chileno.....	30
Tabela 2 –	Número de Sindicalizados por tipo de sindicato. 1958-1970.....	46
Tabela 3 –	Funcionamento das Estruturas de Participação e de Trabalhadores envolvidos no processo.....	69

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mapa do Chile	01
Figura 2 –	Estrutura de Participação dos Trabalhadores da Área Social e Mista	62
Figura 3 –	Representação do sistema de produção em uma empresa privada	64
Figura 4 –	Representação do sistema de produção em uma empresa estatizada	65
Figura 5 -	Estrutura de um Cordón Industrial.....	130

LISTA DE SIGLAS

API	Ação Popular Independente
APS	Área de Propriedade Social
APSM	Área de Propriedade Social e Mista
CAP	Companhia de Aço do Pacífico
CC	Comitê Central
CEN	Comitê Executivo Nacional
CI	Cordones Industriales
CIDU	Centro Interdisciplinário de Desenvolvimento Urbano e Regional – Universidade Católica do Chile
CORA	Corporação de Reforma Agrária
CORFO	Corporação de Fomento à Produção
CTCH	Confederação de Trabalhadores do Chile
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DC	Democracia Cristã
DINAC	Departamento Nacional de Abastecimento
DIRINCO	Departamento Nacional de Indústria e Comércio do Ministério da Economia
ENAP	Empresa Nacional de Eletricidade
EUA	Estados Unidos
FFAA	Forças Armadas de Chile
FACH	Força Aérea de Chile
FOCH	Federação dos Operários do Chile
FRAP	Frente de Ação Popular
FTR-MIR	Frente de Trabalhadores Revolucionários – Movimento de Izquierda Revolucionária
GMC	Grande Mineração de Cobre
IANSA	Indústria Açucareira Nacional
INCAP	Instituto Nacional de Capacitação
IC	Esquerda Cristã
JAP	Juntas de Abastecimento e Preço
MAPU	Movimento da Ação Popular Unificado

MAPU-OC	Movimento da Ação Popular Unificado – Operário e Camponês
MIR	Movimento de Esquerda Revolucionária
MOPARE	Movimento Patriótico de Renovação dos Transportadores
ODEPLAN	Oficina de Planificação Nacional
PC	Partido Comunista do Chile
PCBR	Partido Comunista Bandera Roja
PCR	Partido Comunista Revolucionário
PDC	Partido Democrata Cristão
PIR	Partido da Esquerda Radical
POS	Partido Operário Socialista
PR	Partido Radical
PS	Partido Socialista
PSP	Partido Socialista Popular
PSD	Partido Social Democrata
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura
SOFOFA	Sociedade de Fomento Fabril
UP	Unidade Popular

SUMÁRIO

	Introdução	02
1	“Ya se anuncia la nueva alborada”: programa político, tradição sindical e participação	17
1.1	Programa da Unidade Popular, a criação da Área de Propriedade Social e a nova relação entre trabalho e trabalhador	17
1.1.1	O projeto da UP e a constituição da APS	17
1.1.2	A Área nacionalizada da economia e o impacto na organização de novas relações de trabalho.....	32
1.2	Tradição Sindical: movimento, partidos políticos e mudanças no modo de atuar.....	38
1.3	“¡Queremos participar de las decisiones!”: Sistema de Participação dos trabalhadores industriais	55
2	Cordón Industrial de Cerrillos-Maipú, a crise de outubro e debates sobre o poder popular.....	75
2.1	Comité Cordenador de Cerrillos-Maipú: a primeira configuração de um Cordón Industrial	75
2.2	A paralisação de Outubro e a organização dos Cordones Industriales	89
2.3	“Posiciones de la Izquierda”: Divergências sobre o conceito de poder popular.....	107
2.3.1	O significado de poder popular para o governo e para os partidos políticos	107
2.3.2	O significado de poder popular para alguns participantes dos Cordones Industriales.....	121
3	Participação e diversidade de organização nos Cordones Industriales	128
3.1	Organização e participação nos Cordones Industriales	128
3.1.1	Cordón San Joaquin.....	131
3.1.2	Cordón Vicuña Mackenna.....	137
3.1.3	Cordón Cerrillos.....	147
3.2	Cordones Industriales, Coordinadora Provincial e CUT.....	157
4	Aspirações, radicalização e golpe militar	164

4.1	Plataformas e manifestos políticos dos Cordones Industriales: estatização, armazém popular, comitês de defesa e estado popular.....	164
4.2	Cordones Industriales no ano de 1973: radicalização política e reação ao Tanquetazo	183
4.3	O dia 11 de setembro de 1973: resistência, sobrevivência e experiências individuais	203
	Considerações Finais	221
	Referências.....	228
	Anexos	246



Figura 1 – Mapa do Chile¹

¹ Disponível em: <<http://www.gochile.cl>>. Acesso em: 11 03. 2011.

Introdução.

A presente tese aborda a participação dos trabalhadores chilenos nos *Cordones Industriales* durante o governo do socialista Salvador Allende (1970-1973). Definimos *Cordones Industriales* como uma concentração de indústrias de distintas ramas produtivas, em determinadas regiões chilenas, formando territorialmente um cordão industrial. Entretanto, sua novidade está relacionada à territorialização e à integração entre as demandas dos trabalhadores das diversas indústrias do Cordón, e, em determinados momentos, entre algumas demandas da população dos bairros populares que se localizavam nas imediações. Nesse sentido, o espaço do trabalhador extrapola as vivências nas dependências das fábricas e no processo produtivo para experimentar novas formas de atuação, possibilitando a união crescente entre trabalhadores e moradores dos bairros populares.²

A organização dos Cordones Industriales (1972-1973) ocorreu durante um período de grandes mudanças políticas no Chile. Em 1970, foi eleito democraticamente o primeiro presidente socialista do continente sul americano, Salvador Allende, a partir de uma coalizão de esquerda, a Unidade Popular (UP)³, apresentando um projeto único: abrir caminho ao socialismo por meio de mudanças profundas no sistema econômico, político e social do país, sem revolução armada. Era a chamada “via chilena ao socialismo” que apostava na conquista do poder executivo e legislativo, na participação popular e no desenvolvimento da economia por meio da nacionalização das áreas econômicas estratégicas,⁴ para iniciar o processo de transição para o novo sistema.

Os partidários da UP acreditavam que havia algumas características da vida política do país que possibilitava a realização de mudanças profundas por dentro da estrutura estatal, tais

² No Chile esses bairros populares são geralmente denominados de poblaciones. Em determinados momentos do texto usaremos o termo poblaciones. Cf. Academia chilena de La Lengua. Dicionario de uso del español de Chile (DEUECh). Santiago de Chile: MN Editorial, 2010.

³ Participavam da Unidade Popular (UP) o Partido Socialista (PS), Partido Comunista (PC), Partido Radical (PR), Partido Social Demócrata (PSD), Movimiento de Acción Popular Unificado (MAPU) e Acción Popular Independiente (API). A Izquierda Cristiana incorporou-se em 1971. A pouquíssima diferença entre os candidatos que disputaram a eleição confirmava a profunda polarização da sociedade chilena demonstrada na campanha eleitoral: Salvador Allende (UP) obteve 36,2% dos votos, Jorge Alessandri (Partido Nacional) 34,9% e Radomiro Tomic (Democracia Cristiana) com 27,8%.

⁴ Segundo o Programa Básico do Governo, a nacionalização das riquezas básicas deveria englobar: setor de minérios (cobre, ferro, salitre, carbono mineral e iodo), sistema financeiro, comércio exterior, monopólios industriais, monopólios de distribuição, grandes empresas e outras atividades em geral, como distribuição de energia elétrica, transporte ferroviário, aéreo e marítimo, comunicação, produção, área petrolífera, siderurgia, cimento, petroquímica, química pesada, celulose, papel, etc. Cf. *Programa Básico de Gobierno de la Unidad Popular*, 6ª edição, 1969, p. 21.

como: vida democrática consolidada,⁵ esquerda eleitoralmente competitiva, parlamento com estável funcionamento e um movimento popular ativo.

Assim, os anos 70 representaram para a história chilena e latino-americana um paradigma na constituição de novos projetos para implementação do socialismo, influenciados pelas experiências cubana, soviética, chinesa, etc., contudo, formulada a partir de análises específicas sobre a trajetória de desenvolvimento sócio-econômica do país. Pela primeira vez na história chilena, um programa político que vislumbrava instituir o socialismo ganharia uma eleição⁶, ocasionando a radicalização de todos os setores sociais a favor ou contra o novo governo.

Para expressar a particularidade do processo, Allende gostava de definir a via chilena como a “*revolución con sabor a empanadas y vino tinto*”. Em conjunto a esse novo projeto, diversas novas vivências dos movimentos populares foram se constituindo nas sucessivas lutas cotidianas, tornando-se algo inédito para os sujeitos sociais e políticos de esquerda e direita.

O programa político da UP apresentava dois pontos fundamentais para instituir um novo sistema: o desenvolvimento da chamada Área de Propriedade Social (área nacionalizada da economia) (APS) e a transferência da base do poder do Estado para o “povo”, denominado, então, de poder popular ou de Estado Popular. Defendiam que a organização de uma nova base econômica só poderia ser possível junto ao deslocamento do poder político para as classes trabalhadoras, camponesas e para os setores progressistas da classe média da cidade e do campo. Diziam, “*las transformaciones revolucionarias que el país necesita sólo podrán realizarse si el pueblo chileno toma en sus manos el poder y lo ejerce real y efectivamente.*”⁷

Entretanto, efetivamente, a prioridade estabelecida pelo governo foi o processo de nacionalização de setores estratégicos da economia chilena, como forma de enfraquecer o poder político das oligarquias, assim como diminuir a dependência externa no principal setor

⁵ Apesar de existir uma discussão profunda sobre o conceito de democracia entre os diversos partidos políticos chilenos, o conceito utilizado, neste caso, pela UP refere-se à estabilidade do processo eleitoral e ao respeito dos partidos políticos e das Forças Armadas à institucionalidade vigente. As críticas da UP à democracia se relacionavam principalmente às ingerências do capital estrangeiro, à burguesia e aos governantes chilenos que sempre estiveram atrelados ao grande capital e por isso governavam para os mais ricos, excluindo os mais pobres das políticas estatais, o que impedia aprofundar o sistema democrático. O programa da UP reconhecia a necessidade de “aprofundar a democracia e as conquistas dos trabalhadores” e propunha ampliar a liberdade política, cultural, os direitos e garantias do povo ao acesso, de forma equitativa, aos bens materiais. Cf. *Programa político da Unidade Popular*, Santiago, 17 de setembro de 1969, 6ª edição.

⁶ É importante destacar que em 4 de junho de 1932 instala-se no Chile a chamada República Socialista, liderada pelo comandante da escola de Aviação, coronel Marmaduke Grove. Entretanto, esse processo se consuma não pela via eleitoral, mas a partir da deposição do então presidente Juan Esteban Montero. Cf. CORREA, Sofia et al., *História del Siglo XX chileno*. Santiago: Editorial Sudamericana, 2001, p. 107-110.

⁷ *Programa...*, op. cit., p.13.

produtivo: o setor de minérios. Desta forma, se as experiências anteriores de transição ao socialismo foram iniciadas a partir da conquista do poder político, o caso chileno, assinalava que sem controlar o poder econômico era quase impossível almejar o poder político.⁸

Na prática, essa estratégia transformou os meios de produção e a ação dos trabalhadores nos dois núcleos centrais das ações da UP. Essa opção colocou em relevo a importância da atuação dos trabalhadores no processo. Allende precisava do amplo apoio dos trabalhadores para conduzir cotidianamente o processo produtivo e, assim, aumentar substancialmente a produção e cumprir as metas estabelecidas pelo governo para a área econômica. Para tanto, reconhecia a necessidade de se apoiar na atuação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que, além de representar historicamente os trabalhadores, era conduzida por militantes do Partido Comunista (PC) e do Partido Socialista (PS), principais partidos da coalizão.

A nacionalização e estatização de parte da economia em conjunto com a implantação de um sistema de participação dos trabalhadores, delineado a partir da elaboração da *Acta de Acuerdo CUT-Gobierno* em 1971, criaram as condições fundamentais para a discussão de temas como a gestão participativa nas indústrias e do próprio poder popular. Esse processo alterou as relações entre trabalhadores/trabalho/direção da empresa. Além de salários mais altos e de melhores condições de trabalho, houve um crescimento real da produtividade em várias empresas nacionalizadas, até 1972 quando o governo passa a enfrentar constantes crises econômicas e políticas de grande envergadura. Essas questões, portanto, foram fundamentais para o desenvolvimento de novas formas de organização política que envolvia o espaço de trabalho, trabalhador, sindicatos e militantes dos partidos.

A primeira configuração política de unidade entre setores industriais e populacionais de um Cordón Industrial se constituiu no final de junho de 1972, em uma área de intensa concentração industrial que unia Cerrillos com a Comuna de Maipú e tinha uma grande tradição sindical e de mobilizações sociais. Era o chamado Comitê Coordenador Cerrillos-Maipú⁹, mas que só teve funcionamento regular após o paro patronal.

Durante o paro patronal¹⁰, em outubro de 1972, o governo adotou uma série de

⁸ Cf. BITTAR, Sergio. *Transição, Socialismo e democracia. Chile com Allende*. São Paulo: Paz e Terra, p. 63-35.

⁹ SADER, op. cit.

¹⁰ O *paro de outubro* ou *paro patronal* foi uma paralisação deflagrada, em outubro de 1972, inicialmente por motoristas de caminhões que faziam o transporte da produção para abastecimento do país, e seguida, posteriormente, por setores patronais e gremialistas. Como reflexo, milhares de trabalhadores ficaram sem transporte para ir ao trabalho afetando, no início da paralisação, o setor produtivo. O sistema de abastecimento do país também sofreu graves consequências. Foi uma das maiores crises enfrentadas pelo governo.

medidas para diminuir os efeitos da crise e convocou, junto com a CUT, trabalhadores e partidários da UP para continuarem trabalhando. Nesse marco se desenvolveram os Cordones Industriales, as Coordinadoras Comunales e outras organizações, que assumiram o controle e a continuidade do processo produtivo, de transporte e da distribuição de bens de consumo para a população. Essas coordenações de trabalhadores responderam em massa contra o boicote patronal ocupando diversas fábricas da área privada e mista, em conjunto com a atuação dos trabalhadores da APS. Assim, para esta tese, utilizaremos como referência temporal para a organização do primeiro Cordón o mês junho de 1972 e, para o desenvolvimento de outros tantos, o paro patronal de outubro de 1972.¹¹

Esse processo promoveu uma maior integração política entre as indústrias e bairros populares localizadas em uma mesma região. Assim, por meio dos sindicatos, os *Cordones Industriales* passaram a articular suas demandas com algumas reivindicações da população que morava próxima às indústrias, modificando a forma de organização do movimento sindical que se caracterizava, historicamente, por ramo de atividade econômica. Após a greve de outubro, a atuação dos Cordones adquiriu uma conotação mais radicalizada e orientada pela esquerda do PS e do Movimiento de Izquierda Revolucionário (MIR).

Essa nova experiência abriu discussões no interior da esquerda chilena, que serão aprofundadas no decorrer dessa tese, dentre elas, citamos duas principais: a primeira envolvia a atuação, limites e o papel que deveria assumir a CUT em um governo popular; a segunda discussão envolvia o conceito de poder popular, uma vez que os diversos partidos de esquerda que compunham a coalizão tinham entendimentos distintos sobre a questão. Todos eles elaboraram suas justificativas para defender, de forma geral, se o poder popular deveria ser independente e alternativo ao governo ou se deveriam se incorporar a institucionalidade do Estado Popular.

Ao desenvolver esta pesquisa, questionamo-nos qual seria a razão da organização dos Cordones Industriales, uma vez que já existia um movimento sindical consolidado que poderia ter se organizado priorizando a territorialidade. Parecia-nos, pelo menos inicialmente, que as disputas internas entre os partidos políticos não eram suficientes para responder a tal pergunta, apesar de estarem diretamente envolvidos na organização e orientação política destes novos organismos. Intrigava-nos, por exemplo, o fato de, na primeira tentativa de organizar as demandas entre bairros e indústrias (a Coordinadora Cerrillos-Maipú), as

¹¹ Para melhor compreensão da organização territorial da região de Maipú e o Cordón Industrial ver o anexo A e B desta tese.

questões industriais terem se sobreposto às pautas das comunidades, mesmo, pensando como Eder Sader, que o Comando Coordenador surgiu como uma forma de organização que tentava superar a “*atomización de los frentes de lucha de los trabajadores.*”¹² Parecia-nos que a tradição sindical dera aos trabalhadores mais experiência e dinamismo para liderar esses movimentos. No entanto, percebemos que o fato do programa da UP ter dado destaque ao setor produtivo e às alterações nas relações entre trabalhador/indústria influenciou decisivamente para que a atuação dos sindicatos tomasse uma centralidade jamais vista no país.

O desenvolvimento dos Cordones não foi uniforme, alguns se apresentavam mais organizados em alguns aspectos e outros menos, conforme relatado nas entrevistas realizadas. Seu nível de organização estava diretamente vinculado às características específicas internas de cada fábrica e indústria. Essa heterogeneidade relacionava-se com o perfil do conjunto de trabalhadores, com o tipo de trabalho realizado, com a estrutura da fábrica, com a abrangência da participação operária, com o nível de desenvolvimento dos sindicatos, etc. Os Cordones também vivenciaram nas conjunturas de crise os momentos mais propícios para se organizarem e se desenvolverem. Foi assim em outubro de 1972 com o *paro de octubre* e também em junho de 1973 com o *tanquetazo*¹³.

Ao estudar a atuação e a organização dos Cordones, é preciso considerar, sobretudo, a atuação desempenhada por sindicatos em sua organização e, portanto, a influência da tradição sindical chilena desenvolvida, principalmente, após a formação das primeiras organizações classistas.¹⁴ Ao mesmo tempo, é necessário discutir a atuação política dos partidos como parte constituinte deste processo, relacionando-o com a atuação dos sindicatos dentro da indústria. A experiência dos trabalhadores chilenos no movimento popular se expressa historicamente nas organizações sindicais, e seria quase a negação desta tradição pensar a organização dos Cordones dentro das fábricas sem a participação dos sindicatos.

Conforme apresenta Allan Angell¹⁵, o movimento sindical chileno caracterizava-se em sua essência pela intensa relação entre partido e movimento que permitia que a atuação sindical sofresse influência da ação organizada dos militantes políticos e do conjunto dos

¹² SADER, Eder; CORDERO, Cristina; THRELFALL, Monica. *Consejo Comunal de Trabajadores y Cordón Cerrillos-Maipú: 1972. Balance y perspectivas de un embrión de poder popular.* Documento de Trabajo n° 67. Santiago: CIDU/PI/DT, ago. 1973, p. 45.

¹³ O tanquetazo ocorreu em 29 de junho de 1973 e representou a primeira tentativa declarada de golpe articulada por setores do exército.

¹⁴ Segundo Sergio Barria Serón, em 1880 já existiam 39 mutuales; em 1911, organiza-se a primeira *Gran Federación Obrera de Chile*. Cf. *Breve historia del Sindicalismo Chileno*. Facultad de Ciencias Economicas de la Universidad de Chile, Santiago: Insora, 1967, p. 11.

¹⁵ ANGEL, Allan. *Partidos Políticos y movimiento obrero en Chile*. México: Ed. Era, 1972, p. 215.

trabalhadores. Deste modo, o movimento sindical no Chile não pode ser confundido com a simples ação partidária, ou como simples correia de transmissão, uma vez que os sindicatos possuíam dinâmicas próprias referendadas por sua base política.

Os Cordones Industriales são discutidos, geralmente, pela bibliografia chilena,¹⁶ enfatizando dois conjuntos de visões: “a la izquierda” – que geralmente apresentava estes organismos como representantes do “verdadeiro embrião ou impulsionador da revolução chilena”, ou concebidos como “soviets” chilenos, fazendo uma alusão aos “soviets” da Revolução Russa; ou “a la derecha” - que representavam a organização de grupos armados e antidemocráticos que instaurariam a ditadura comunista no Chile. Ao mesmo tempo, nas análises no interior da visão “a la izquierda”, outras duas visões se polarizam¹⁷: a dos “revolucionários” (ou “esquerdistas” para allendistas e para o PC)” - identificados com a esquerda do PS, Izquierda Cristiana (IC), MAPU, MIR; e a dos “gradualistas” (ou “reformistas” para miristas e para a esquerda do PS) representados pelo pólo que participava do governo como o PC e parte do PS (allendistas), MAPU obrero-campesino e Partido Radical. Ou seja, os estudos sobre esse tema sempre acabam por transformá-lo fundamentalmente no instrumento de luta entre as linhas políticas dos partidos de esquerda, buscando identificar qual era a mais acertada para o processo chileno.

Estas visões se materializam nos principais livros escritos sobre a experiência dos trabalhadores no processo do governo da UP, citando Peter Winn¹⁸, Miguel Silva¹⁹ e Franck

¹⁶ Não existem muitos estudos específicos sobre os Cordones Industriales. Os principais que tivemos acesso são: os estudos de Eder Sader, SADER; CORDERO; THRELFALL, op. cit.; CHEETHAM, Rosemond et al. *Comandos Urbanos: alternativa de poder socialista*. Santiago: CIDU/PI/DT, marzo de 1973, Documento de Trabajo n° 65; SILVA, Miguel. *Los Cordones Industriales y el Socialismo desde abajo*, Santiago: Imprenta Lazor, sem data; GAUDICHAUD, Franck. *Poder Popular y Cordones Industriales: Testemonios sobre el movimiento popular urbano, 1970-1973*, Santiago: LOM, 2004; e Hugo Cancino Troncoso, que aborda a questão do poder popular durante o governo da UP, apresentando um capítulo específico sobre os Cordones Industriales, Cf. TRONCOSO, Hugo Cancino. *Chile: la problemática del Poder Popular en el proceso de la via chilena al socialismo – 1970-1973*. Bélgica: Ed. AARHUS, University Press, 1988. Existe ainda o livro de Sandra Castillo Soto, fruto da sua monografia de conclusão de curso, Cf. SOTO, Sandra C. *Cordones Industriales: Nuevas Formas de Sociabilidad Obrera y Organización Política Popular (Chile, 1970-1973)*, Santiago: Ediciones Escaparate, 2009; e também a monografia de final de curso, de Renzo Henríquez Guaico, HENRÍQUEZ, Renzo. *Cordón Cerrillos Maipú. Experiencia en movimiento y ejercicios de poder popular*. Monografia de conclusão de Curso - Universidad ARCIS. Santiago, mar. 2008.

¹⁷ A historiografia chilena também utiliza outros conceitos para denominar a mesma polarização: de um lado, o pólo gradualista, e, de outro, rupturista. Cf. PINTO, Julio (Org.). *Cuando Hicimos historia – La experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, p. 15.

¹⁸ Referimo-nos ao livro *Tejedores de la Revolución*. Cf. WINN, Peter. *Tejedores de la revolución: Trabajadores de Yarur y la via chilena al socialismo*. Santiago: LOM, 2004. Este livro analisa principalmente as formas de atuação dos trabalhadores da indústria têxtil Yarur, que, em 1971, ocuparam a indústria para pressionarem o governo a estatizá-la. Foi a primeira experiência de ocupação de uma indústria na qual seus proprietários ainda permaneciam no país e a primeira a experimentar a cogestão. A empresa Yarur tornou-se um símbolo para o período, fruto da atuação dos trabalhadores e, depois, na implantação do sistema de gestão

Gaudichaud²⁰, que utilizam como premissa, a mobilização que se inicia “desde abajo” (pelas massas) para se confrontar com as orientações política “desde arriba” (institucionais/UP/partidistas gradualistas), caracterizando assim, os dois pólos conflitantes do processo: um reformista representado por Allende e PC, e outro, caracterizado pela mobilização revolucionária e com certo grau de “autonomia” dos atores e movimentos locais.²¹ Essa posição, ao mesmo tempo em que critica as interpretações que elegem os partidos políticos como os protagonistas principais do processo, utiliza o termo “abajo” para identificar a existência de uma dinâmica interna própria dos trabalhadores, uma massa *autônoma* que inicia um movimento para desenvolver o autêntico processo revolucionário. Assim, são interpretados como uma referência da democracia de base, negando ou diminuindo a participação dos partidos políticos no processo. É, portanto, em último caso, o rompimento dos “de baixo” com o processo “desde arriba”, representado pelo “compañero presidente”.

Entendemos como os de “arriba” não os representantes ou as políticas do Estado Popular, mas as classes mais altas, a burguesia e seus movimentos que se contrapunham ao governo e ao movimento popular. Lembremos que o fato da UP ter vencido as eleições de 1970 e iniciado a implantação de uma série de mudanças estruturais não significava, ainda, a mudança do regime político. Na prática a UP ganhou a eleição, mas não controlava nem o parlamento nem as estruturas do judiciário. Portanto, as classes dominantes continuavam concentrando parte do poder político e econômico do país.

Em um processo polarizado entre todos os setores da sociedade, no qual, a fábrica e o trabalhador assumem um papel fundamental para a estratégia do governo popular, é

participativa. Apesar da perspectiva “desde abajo”, o texto demonstra tensão e a interconexão entre os níveis do processo: trabalhadores, movimento sindical, partidos políticos e governo.

¹⁹ Referimo-nos ao livro *Los Cordones Industriales y el Socialismo desde Abajo*, Cf. SILVA, op. cit., que narra, a organização e atuação de trabalhadores e militantes políticos nos Cordones Industriales.

²⁰ Segundo Franck Gaudichaud, os Cordones Industriales podem ser vistos como o nascimento de um poder participativo surgido da base, mas também como um princípio de dualização de poder, assim como ocorreu no processo da revolução russa. Ainda, segundo o autor, a iniciativa dos Cordones não foi espontânea, mas possibilitou ao movimento recuperar uma autonomia de classe perdida parcialmente e, principalmente, excedeu as vontades políticas dos partidos políticos. Essa tese do autor é defendida no artigo “Construyendo Poder Popular: El movimiento sindical, la CUT y las luchas obreras en el período de la UP”. In: PINTO, op. cit., p. 95-97.

²¹ O estudo sob a “*perspectiva d’ en bas*” foi formulado por Georges Lefebvre em sua clássica obra sobre a revolução francesa, *Les paysans du Nord pendant la Revolution Française*. Segundo sua problemática, era preciso “determinar con precisión cuales pueden ser las necesidades, los intereses, los sentimientos y sobre todo el contenido mental de las clases populares. Y sin embargo en esto reside verdaderamente el problema esencial de la historia social”. Ou seja, Georges Lefebvre propõe o estudo das classes mais baixas não somente no que se refere às suas reivindicações, mas entendendo o conjunto de referências e de subjetividades presentes no interior da classe. LEFEBVRE, Georges. *Les paysans du Nord pendant la Revolution Française*, Paris, 1924, Apud HOBBSAWM, Eric J. *Marxismo e história Social*. Mexico: Instituto de Ciencias de la Universidad Autónoma de Puella. México, 1983, p.46.

necessário reconhecer as influências mútuas, dinâmicas e cotidianas, entre a atuação do Estado, dos trabalhadores, do movimento sindical, dos partidos políticos e da sociedade em geral. Torna-se praticamente impossível estabelecer limites rígidos entre a ação dos trabalhadores, sindicatos e partidos em um processo de constantes reinvenções entre os setores da esquerda e movimentos populares, sem modelos e sem fórmulas a serem seguidas. Não é possível, por exemplo, compreender o processo e a constituição de novas formas de organização sem fazer referência às normas de participação popular elaboradas no convênio CUT-Governo de estatização de parte dos meios de produção. Acreditamos que todas as ações do governo e dos movimentos populares estavam de alguma maneira relacionadas entre si.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo estudar a organização e participação dos trabalhadores chilenos nos Cordones Industriales, procurando repensar sua trajetória e experiências para além de leituras que primam pela polarização da disputa entre reforma e revolução, buscando particularizar as experiências vividas e apresentar sua diversidade de atuação. Refletiremos sobre os êxitos, discussões e conflitos desses organismos, problematizando os novos elementos existentes nessa experiência e o quanto teve sua gênese apoiada na tradição sindical chilena e na atuação dos partidos políticos.

A hipótese central deste trabalho atribui à emergência dos Cordones Industriales como resultado das práticas políticas inauguradas pelo governo da UP que buscou incluir e desenvolver métodos de participação das bases industriais, em conjunto com a tradição sindical chilena e com a atuação dos partidos políticos. Em outras palavras, o governo popular funcionou como catalisador de novas práticas do movimento popular, dentre elas, os Cordones Industriales. Estes se desenvolvem, inicialmente, a partir da união de algumas demandas indústrias/bairros, mas, ao longo do seu desenvolvimento, priorizaram as questões relacionadas aos meios de produção através da atuação, principalmente, dos sindicatos e partidos políticos. Para tal, destacamos a atuação política do movimento sindical nas unidades fabris e da sua relação com os partidos políticos. Ao nosso entender, o período aqui estudado é a expressão da experiência da classe trabalhadora e da esquerda chilena, que, a partir de dada realidade, rompeu com a clássica divisão do movimento operário que se organizava por ramos produtivas e por demandas prioritariamente econômicas.

A argumentação principal desta tese se desenvolverá a partir da articulação de seis questões fundamentais: a) programa do governo Allende; b) criação da APS; c) sistema de participação; d) protagonismo popular; e) tradição sindical chilena; f) atuação dos partidos

políticos.

Para enfrentar essas questões, nos apoiamos nas discussões metodológicas apresentadas por Eric Hobsbawm e por E. P. Thompson. Concordando com as discussões apresentadas por Hobsbawm²² sobre os possíveis equívocos ou tentações ao se estudar o movimento operário, três pressupostos nos parecem imprescindíveis para pensá-lo, mesmo que pareçam óbvios em um primeiro momento: a) a história da classe operária está inserida na história de uma determinada sociedade. As relações de classe não podem ser analisadas isoladamente, mas em conjunto com a reflexão de como a sociedade se organiza historicamente; b) a história operária sempre deve relacionar os diversos níveis que a compõem (político, socioeconômico, cultural, etc.), tornando relevante a análise das relações entre trabalhadores e movimentos, bases e líderes, políticas, culturais, ideológicas e socioeconômicas; c) é interessante combinar aspectos quantificáveis com uma análise qualitativa dos dados de temas diversificados que perpassam a sociedade estudada.

Todos esses aspectos ajudam a pensar o movimento operário enquanto experiências vividas por trabalhadores de determinadas sociedades. Também permite não tratar um movimento como algo uno, mas possibilita a percepção de suas diferenças e contradições.

Diante da discussão metodológica de como estudar a partir da História Social, as classes e grupos sociais, Hobsbawm alerta para importância de incluir na análise as necessidades, interesses e sentimentos da classe como objeto de estudo, interagindo com o universo das classes populares. Portanto, a pesquisa sobre os trabalhadores deve envolver relações de diferença, semelhança, função social, de exploração, dominação e sujeição.

Perpassará toda esta pesquisa o conceito de “experiência”, de E. P. Thompson, optando assim por conceituar esses trabalhadores enquanto classe e não como povo, multidão ou mesmo subalternos. Para Thompson, cotidiano da classe, suas normas, cultura, costume, trajetória são fundamentais para o estudo dos trabalhadores que não pode ser simplificado apenas como força de trabalho ou por sua relação capital-trabalho: a “classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”.²³ E, para ele, a consciência do trabalhador é fruto da acumulação de uma vida de experiência e de socialização de tradições herdadas, de lutas exitosas e também de derrotas.

²² HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho – Novos estudos sobre História Operária*. São Paulo: Paz e Terra, 1984, p. 33-53.

²³ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa I – A árvore da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 10.

No caso dos Cordones, o local de trabalho (entendendo ele em sua complexidade desenvolvida a partir do processo produtivo e de seus desdobramentos históricos) é o principal fator que possibilitou o agrupamento daqueles trabalhadores. Era comum o sentimento de exploração e de precariedade de suas condições de vida. Muitos desses operários além de companheiros de fábrica moravam em comunidades carentes de políticas públicas, por essa razão as demandas do trabalho e do bairro passam a se relacionar em um primeiro momento. No entanto, por diversas vezes as reivindicações fabris se sobrepõem a outras demandas, demonstrando o enraizamento da tradição sindical e a identificação do operariado mais com seu espaço de trabalho do que com seu local de moradia.

Ao contrário de experiências que viam na desestruturação do mundo de trabalho e na desagregação das formas de proteção social fatores para impulsionar a solidariedade territorial,²⁴ no Chile do governo Allende, foi justamente o processo de inclusão e de mobilização das camadas mais baixas por meio de propostas governamentais que acabaram por estimular novas pautas de reivindicação e de novas formas de organização popular. Apesar das divergências com o governo, os trabalhadores dessas indústrias sabiam da necessidade de continuidade do governo Allende para prosseguimento das mudanças estruturais no país.

Historiadores que estudam o processo do governo da Unidade Popular geralmente enfrentam dificuldades em localizar fontes escritas e orais. A ditadura militar utilizou a violência do Estado para apagar os vestígios daquela experiência por meio de assassinatos, desaparecimentos e queima de documentos. Por outro lado, os próprios militantes destruíram grande parte das informações produzidas na época como forma de sobrevivência ao regime. No caso dos Cordones, restaram apenas alguns jornais por eles produzidos e reportagens de jornais de grande circulação, principalmente nos períodos do paro patronal (outubro de 1972) e do tanquetazo (julho de 1973). Para compreender o cotidiano nos Cordones Industriales utilizaremos como fontes entrevistas realizadas com alguns de seus participantes. Optamos por empregar no decorrer da tese, muitos testemunhos que, em conjunto com outras fontes, serão fundamentais para discussão do nosso tema e, ao mesmo tempo, nos permitirá evidenciar alguns detalhes das vivências internas entre os participantes dos Cordones.

²⁴ O sociólogo francês Denis Merken, no artigo *L'Action de L'État face aux classes populaires* faz uma análise das políticas do Estado para os setores populares, destacando a importância da organização territorial dos *piqueteros* argentinos durante a crise econômica na década de 90. MERKEN, Denis. *L'Action de L'État face aux classes populaires*. Disponível em: <www.argentinaobs.com/textes/2denis%20merklen%20pdf.pdf>. Acesso em: 26 out. 2010.

Assim, para tal objetivo tomaremos os testemunhos como experiências particulares de pessoas que viveram naquele contexto histórico. Seus depoimentos são fruto da articulação de suas memórias, com suas trajetórias de vida e da temporalidade passado-presente. Portanto, estão repletos de opiniões pessoais e de visões subjetivas sobre o processo. São desse modo, fenômenos construídos individual e socialmente.²⁵

Como afirma Lechener e Güell, a memória é uma relação intersubjetiva, elaborada em comunicação com outros e em determinado entorno social, e como consequência só existem no plural. O passado é reformulado e revisitado relacionando os tempos passado/presente/futuro, no qual está inserida a luta política pela memória. Assim, a construção social da memória está inserida em processo mais geral de construção do tempo social.²⁶

No caso do Chile, a batalha pela memória tornou-se uma questão chave para compreender a história política do país. A direita política e partidários de Allende, familiares de presos, desaparecidos e executados políticos disputam cotidianamente, por vias distintas, as interpretações sobre o governo popular e o golpe militar.²⁷ Entre a esquerda tampouco tem sido fácil refletir sobre os seus próprios erros e externar uma análise daquela experiência, sem, ao mesmo tempo, fazer uma interpretação determinista de que o governo Allende já estava pré-destinado ao fracasso por realizarem uma leitura histórica pelo seu final (pelo golpe militar). Em nossa perspectiva, e desenvolveremos esta questão no decorrer da tese, a Unidade Popular não construiu uma ilusão retórica (a via pacífica) não tendo meios que a levariam ao fim pretendido, ou seja, a transição ao socialismo.

No entanto, como qualquer outra fonte, os testemunhos não podem ser tomados como “a” verdade sobre o processo, mas, como uma fonte importante, dentre as diversas existentes, na construção de uma análise sobre um processo histórico. A maioria dos nossos entrevistados foi militante político e conserva a polarização política da época, portanto, está inserido em um movimento pela disputa da memória do período Allende.

Tivemos muita dificuldade em localizar os participantes dos Cordones Industriales, assim como, obter o seu consentimento em nos conceder uma entrevista. Muitos alegaram não desejarem recordar aquele passado “tão distante”. Entre os que concordaram com a realização da entrevista, grande parte se emocionou ao lembrar o período da Unidade Popular. Entre

²⁵ SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e Guinada Subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

²⁶ LECHENER, Norbert e GUELL, Pedro. *Construcción Social de las memorias en la transición chilena*. In : JELIN, Elisabeth e KAUFMAN, Susana (comps). *Subjetividad y figuras de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006, p.19.

²⁷ *Ibid.*, p.17-46.

eles, só uma certeza: que nunca mais ocorrerá um processo tão especial e solidário como foi a experiência da UP no Chile.

Para realização dessas entrevistas, elaboramos um roteiro aberto (Anexo D) com perguntas que julgamos importantes para elaboração desta tese, enfatizando que nosso objeto de estudo compreende os anos de 1972 e 1973 do governo Salvador Allende, por ser esse o período de existência dos Cordones Industriales. Entretanto, ao longo das entrevistas novas questões surgiram e, para tal, novas perguntas foram formuladas.

Como fonte para esta tese, utilizarei entrevistas por mim realizadas com dezesseis trabalhadores que participaram dos Cordones Industriales, três ativistas políticos e dois dirigentes políticos do PC. São eles, citando nome, idade²⁸ e empresa na qual trabalhavam: Aldo Aguillar (51 anos mirista, trabalhador da empresa Ditela no Cordón Vicuña Mackenna), Alberto Muñoz (56 anos, comunista, trabalhador e interventor da Cristeleria de Chile, sindicalista), Antonio Bravo (53 anos, socialista, trabalhou na indústria Madeco no Cordón Vicuña Mackenna), Carlos Cortés (49 anos, mirista, trabalhava na indústria Tecnical Harsen no Cordón San Joaquín), Felipe Valenzuela (49 anos, independente, apesar de ter participado da juventude comunista anteriormente, estudante da escola técnica, trabalhou na subgerência da área Têxtil e Vestuário da Corfo e interventor de empresas do ramo têxtil), Guido Carvajal (56 anos, comunista, trabalhava em indústria gráfica no Cordón Vicuña Mackenna), Guillermo Orrego (militante da Juventude Comunista, trabalhava no Cordón Maipu), Guillermo Rodriguez (mirista, ativista político no Cordón Cerrillos), Hugo Valenzuela (49 anos, socialista, trabalhador da indústria Summar no Cordón San Joaquin), Ismael Zapata (54 anos, socialista, trabalhador da indústria Cristalería de Chile no Cordón Vicuña Mackenna), Joaquin Abarzúa Leon (44 anos, socialista, trabalhava na indústria Sumar no Cordón San Joaquin, sindicalista), José Moya (48 anos, mirista, trabalhador da empresa IRT, Cordón Vicuña Mackenna), Leonardo Muñoz (43 anos, socialista, terceiro ano do ensino médio da escola industrial, ativista no Cordón San Joaquin), Leonel Zuñiga (51 anos, socialista, trabalhador da indústria Vinos de Chile no Cordón Vicuña Mackenna), Luiz Fuentealba (socialista, trabalhou no Cordón Vicuña-Mackenna), Marcel Valdívía (44 anos, mirista, trabalhador da empresa Novic no Cordón Vivaceta), Mario Olivares (46 anos, mirista, trabalhador de indústria de móveis no Cordón Vicuña-Mackenna), Mireya Baltra (64 anos, comunista, foi Ministra do Trabalho em 1972), Miguel Aravena (54 anos, sem filiação partidária, trabalhava na indústria Perlak no Cordón Cerrillos), Patricio Palma (54 anos,

²⁸ Interessante ressaltar que nossos entrevistados tinham em média de 17, 25 a 32 anos na época, ou seja, eram jovens militantes. Alguns entrevistados preferiram não informar a idade.

comunista, Diretor do Departamento de Indústria e Comércio do Ministério da Economia), Victoria Torres (mirista, trabalhava na Fermena, ativista no Cordón Vicuña Mackenna).

Ainda utilizaremos como fonte, as entrevistas realizadas pelo sociólogo Franck Gaudichaud que estão disponibilizadas, na íntegra, no livro “Poder Popular y Cordones Industriales – Testemonios sobre el movimiento popular urbano, 1970-1973”. São eles: Juan Alarcón (Militante do PC, dirigente sindical e trabalhador da empresa têxtil Sumar-Algodão); Luciano (militante do Partido Socialista Revolucionário, operário em uma empresa privada na zona dos Cordones Industriales), José Moya (que também entrevistamos), Carlos Mujica (militante democrata Cristiano e depois do MAPU, operário da empresa Alusa), Mario Olivares (que também entrevistamos), Hernán Ortega (militante do PS, interventor de Fantuzzi, Presidente do Cordón Cerrillos e presidente da Coordenadora Provincial dos Cordones Industriales), Tomás Inostroza (militante do PS, Contador, Dirigente da CUT e assessor do Cordón Macul), Edmundo Jiles (sem militância política, Dirigente sindical da zona de Maipu), Abraham Pérez (militante do MIR, Operário da construção e Integrante de um Comando Comunal e de uma Junta de Abastecimento e Preço (JAP)), Neftalí Zúñiga (militante do PC, operário têxtil, dirigente sindical).

Em Santiago também fizemos contato com o autor do livro *Los Cordones Industriales y el Socialismo desde Abajo*, Miguel Silva, que gentilmente nos cedeu seis entrevistas realizadas na década de 90, fruto de sua investigação especificamente sobre o tema. Os entrevistados foram: Carmem Silva, Ibanor Castro, Kiko Ramirez, Marco Pino Morales, Mario Olivares (que também entrevistamos) e Rigoberto Quizeta.²⁹

Também fizemos contato com um grupo de ativistas políticos que se reúnem na Casa América e estão percorrendo o país entrevistando trabalhadores que participaram dos Cordones em regiões diversas do Chile. Esse grupo nos cedeu um documentário e três entrevistas com trabalhadores de Concepción, no entanto não temos dados quanto a idade que tinham na época, organização partidária, etc.

Como fontes bibliográficas, analisei obras já escritas por historiadores, cientistas sociais, economistas, etc. Alguns documentos do PC, PS, MIR e transcrição dos debates parlamentares farão parte da documentação analisada nesta tese. Utilizamos também jornais e revistas que estão disponíveis na Biblioteca Nacional do Chile e na Biblioteca do Congresso Nacional e que trouxeram o debate sobre o tema sindical, os Cordones e a atuação popular no sistema de participação do governo. A imprensa neste período apresentava claramente sua

²⁹ As entrevistas cedidas por Miguel Silva não possuem informações referentes a data de realização e dados específicos sobre os entrevistados.

opção política: Tarea Urgente (jornal que se autointitulava o órgão Oficial de Comunicação dos Cordones Industriales), Chile Hoy (organizado pela militante política Martha Harckner, procura fazer a discussão entre os partidos políticos e movimentos da época de diversas tendências de esquerda, sua circulação era semanal), Trincheira (jornal ligado a área sindical do PS), La Aurora de Chile (jornal oficial do PS – Comite Regional Centro Santiago, sua circulação era diária), El Siglo (jornal oficial do PC, sua circulação era diária), El Rebelde (jornal oficial do MIR, sua circulação era semanal), Las Noticias de Última Hora (jornal de Grande Circulação, tinha grande influência da Democracia Cristã, a circulação era diária), La Prensa (jornal da Democracia Cristã, circulação diária), El Mercurio (maior jornal do Chile, era oposição ao governo Allende), Clarin (segundo maior jornal do Chile, apoiava o governo Allende, a circulação Diária), Tribuna (jornal Oficial do Partido Nacional, circulação diária), El Cordónazo (jornal ligado ao Cordón Vicuña Mackenna, não se sabe ao certo quantos números foram elaborados), La Tercera (linha editorial identificada com o pensamento da direita política), La Segunda (linha editorial identificada com o pensamento da direita política), Revista Ercilla, Revista Mensaje, Revista Mayoría (identificada com a linha da UP) e Revista Principios (ligada ao PC Chileno).³⁰

Esta tese está dividida em quatro capítulos:

O primeiro capítulo tem como objetivo introduzir o leitor em algumas discussões fundamentais que influenciaram para a organização dos Cordones Industriales. Analisaremos o programa da UP no que se relaciona à área econômica e à participação do trabalhador no processo. Discutiremos os caminhos adotados pelo governo para instituir a APS, além de discutir os significados e as mudanças na relação trabalhador/empresa provocadas pelo processo de estatização. O segundo subtítulo deste capítulo fará uma espécie de parêntese no período da UP para abordar a tradição sindical chilena, traço fundamental para justificar a organização do sistema de participação e para entender, a posteriori, o caráter protagonista dos sindicatos na organização dos Cordones e suas críticas à atuação da CUT. Também refletiremos sobre as mudanças na tradição sindical, inauguradas na década de 70. No terceiro subtítulo deste capítulo analisaremos o sistema de participação organizado pelo governo e seu

³⁰ Para se ter uma referência quanto à tiragem diária dos jornais no Chile em 1970, segue os números de alguns jornais da época: Imprensa ligada a direita: El Mercurio: 160 mil, Tribuna 25 mil, La Tercera 190 mil, La Segunda 60 mil; Imprensa ligada a esquerda: Clarín 190 mil, Las Noticias de Última Hora 25 mil, El Siglo 20 mil, La Nación 25 mil. Cf. MUNSTER, Arno. *Le Chili entre l'Unité Populaire et l'affrontement de classes*. In: SARTRE, Jean-Paul (Org.). *Revue Les Temps Modernes*, n°323, Paris, dez. 1972, p. 981.

impacto no cotidiano e no imaginário do operariado chileno. Nosso objetivo é demonstrar que a UP construiu um projeto no qual exigia uma participação controlada pelo governo e pelo movimento sindical para cumprimento das metas produtivas estabelecidas pela UP.

No segundo capítulo analisaremos o processo de constituição do primeiro Cordón Industrial e sua relação com as demandas da região de Cerrillos-Maipu. Discutiremos o processo da greve de outubro de 1972 e sua influência para a organização dos Cordones Industriales a partir da solidariedade de classe entre os trabalhadores. Também apresentaremos os diversos conceitos de poder popular e como ele se relaciona com a experiência destes novos organismos

No terceiro capítulo discutiremos algumas versões sobre a organização e a atuação cotidiana dos Cordones Industriales, demonstrando que não é razoável universalizar todas as experiências, no entanto, é possível estabelecer convergências no que diz respeito à organização política, relação com a CUT e com os partidos políticos. Ao final, discutiremos a mudança de perfil que os Cordones assumem em julho de 1973, quando começam a discutir a participação na estrutura da CUT.

No quarto capítulo, analisaremos algumas plataformas políticas dos Cordones com o objetivo de demonstrar que existia conexão política e similiaridade entre as reivindicações destes organismos. Discutiremos suas atuações políticas no ano de 1973, a radicalização do discurso dos líderes dos Cordones e como se organizaram e atuaram frente ao Tanquetazo. Por fim, demonstraremos que, no dia do golpe militar, os Cordones tornaram-se alvos dos conspiradores, que traçaram um plano específico para impedir uma possível reação armada dos trabalhadores. Apresentaremos, a partir de experiências particulares de alguns operários, o que ocorreu dentro de algumas indústrias chilenas, tanto naquelas que esboçaram alguma resistência militar ao golpe quanto em outras que optaram por não atuar nesse dia.

1 “Ya anuncia la nueva alborada”: programa político, tradição sindical e participação.

1.1 Programa da UP, a criação da Área de Propriedade Social e a nova relação entre trabalho e trabalhador.

1.1.1 O projeto da UP e a constituição da APS:

El pueblo de Chile está conquistando el poder político sin verse obligado a utilizar las armas. Avanza en el camino de su liberación social sin haber debido combatir contra un régimen despótico o ditatorial, sino contra las limitaciones de una democracia liberal. Nuestro pueblo aspira legítimamente a recorrer la etapa de transición al socialismo sin tener que recurrir a formas autoritarias de gobierno... La construcción de la área de propiedad social es uno de nuestros grandes objetivos. La incorporación a ella de la mayor parte de nuestras riquezas básicas, del sistema bancario, del latifundio, de la mayor parte de nuestro comercio exterior, de los monopolios industriales y de la distribución, es una tarea ya iniciada que debemos profundizar.

(Salvador Allende, 21 de maio de 1971)³¹

A eleição de Salvador Allende para presidente da República significou a vitória parcial de um projeto ousado que vislumbrava abrir caminho para a implantação do socialismo. O programa político da UP³² aprovado pela coalizão política deve ser entendido como uma proposta crítica ao conjunto de reformas realizadas pelo governo do democrata-cristiano Eduardo Frei Montalva (1964-1970) sob o lema “Revolución en Libertad”, assim como, uma alternativa às formas de revolução socialista por meio das armas. O projeto da UP denominava-se “via chilena ao socialismo”, e, a partir da análise do desenvolvimento econômico e social chileno, traçava caminhos para a implantação do socialismo.

Eduardo Frei, apoiado pela Igreja Católica e pelo governo norte-americano, iniciou um processo de reformas, nos marcos do regime capitalista, visando obter crescimento econômico, redistribuição de receita e uma crescente participação de setores sociais. Propôs,

³¹ *Salvador Allende: Primer Mensaje al Congreso Pleno*, 21 de mayo de 1971. In: QUIROGA, Patricio (Org.). *Salvador Allende: Obras Escogidas 1970-1973*. Santiago: Crítica, 1989, p. 87 e 95.

³² Para esta tese, vamos nos ater às discussões do programa político relacionados à constituição da Área de Propriedade Social (APS) e do Estado Popular.

então, duas políticas principais que impactaria diretamente a economia do país: chilenização do cobre e reforma agrária. Elaborou e aprovou a lei de sindicalização camponesa e criou organizações territoriais, Juntas de Vecinos e Centros de Madres, que tinham como referência de atuação os bairros. Esse processo implicou na ampliação da participação popular, embora também tivesse como objetivo enfraquecendo as organizações populares tradicionais.

A proposta de chilenização do cobre mobilizou a sociedade em torno do debate sobre a questão da dependência da economia em relação a países estrangeiros, mas, apesar das discussões, na prática este processo não significou a nacionalização do principal produto chileno. A chilenización consistiu na compra, pelo Estado Chileno, de 51% das ações das empresas norte-americanas. Entretanto, essa operação onerou os cofres públicos uma vez que as ações foram vendidas por um preço acima do valor de mercado. Além disso, as companhias norte-americanas continuaram com o controle administrativo das empresas, gerando descontentamento dos partidos de esquerda e dos movimentos populares. Na prática, as empresas saíram lucrando com o processo de chilenização, pois continuavam controlando a exploração e a venda do principal produto chileno, além de contar com recursos consideráveis de investimentos do Estado.³³

Quanto à reforma agrária, o projeto do governo da Democracia Cristã (DC) era promover a redistribuição dos latifúndios com objetivo de modernizar os processos produtivos e aumentar substancialmente a produção agrícola. Eduardo Frei enviou ao congresso a Lei de Reforma Agrária, aprovada em 1967 que expropriava somente as terras ditas pouco produtivas ou improdutivas. Até o final do governo Frei, 15% de toda terra havia sido expropriada e quase 30 mil famílias foram beneficiadas com a política de assentamento agrário. Apesar do relativo êxito no processo de reforma agrária, a produtividade no campo não atingiu um acréscimo significativo, de 2,3% passou para 5,5%, demonstrando a incapacidade da produção nacional em abastecer a demanda interna.

No campo social, a DC buscou estimular a organização da população, principalmente daqueles setores pouco organizados, em um ambicioso plano de Promoção Popular com intuito de fazer frente às entidades sociais mobilizadas pelos partidos de esquerda de inspiração marxista. Uma das políticas realizadas sem sucesso pelo governo foi a criação do Comando Nacional de Trabalhadores (1965)³⁴, como forma de extinguir a unidade sindical canalizada pela CUT desde a sua fundação em 1953. Outras políticas para os setores

³³ Até 1964, 85% da produção de cobre encontrava-se sob controle de duas grandes companhias americanas, a Kennecott e a Anaconda. O cobre correspondia a 61% das vendas ao exterior, e, representava a base da economia chilena. Cf. CORREA, op. cit., p. 247-248.

³⁴ Sobre este tema, aprofundaremos a discussão nesta tese no item específico sobre a tradição sindical chilena.

populares, como, construção de casas, hospitais, erradicação do analfabetismo entre as crianças, aumento das matrículas na educação superior e técnica, melhoraram substancialmente as condições de vida da população de baixa renda.³⁵

A política do governo Eduardo Frei mexeu com as antigas estruturas da sociedade chilena, sobretudo no que diz respeito ao enfraquecimento das oligarquias fundiárias, além de mobilizar as massas populares em novas organizações sociais.

A esquerda política acusou o governo democrata cristão de tentar reformar o capitalismo, de compor com setores da oligarquia e com o imperialismo norte-americano, além, é claro, de tentar submeter o movimento social ao controle do Estado.

As eleições de 1970 foram, portanto, marcadas pela radicalização do discurso tanto da esquerda quanto do centro político, além de uma mobilização popular singular. Por um lado, a UP apresentava o projeto da “via chilena ao socialismo” propondo reformas com vistas à implantação do novo regime político. Por outro lado, a DC³⁶ apresentou o programa *Tarea del Pueblo*, propondo substituir o esgotado sistema capitalista por uma *verdadeira revolução chilena, democrática e popular*, contrapondo-se aos conceitos marxista de revolução.³⁷

Dentro desta perspectiva radicalizada da sociedade chilena, o Programa Básico do Governo da UP, aprovado em dezembro de 1969, procurava apontar um projeto possível formulado a partir da mediação entre: as ideologias dos partidos políticos participantes da coalizão, as interpretações dos problemas socioeconômicos chilenos e as teorias de transição ao socialismo. O programa buscava articular democracia, pluralismo e socialismo num projeto antimonopolista, antioligárquico, anti-imperialista, refutando as teorias rupturistas para a revolução socialista.

Os partido e movimentos que integram o Comitê Coordenador da UP, sem prejuízo de manter cada qual sua própria filosofia e seus próprios perfis políticos, coincidem plenamente na caracterização da realidade nacional exposta na continuação e nas preposições programáticas que seriam a base de nossa ação comum e que entregamos a *consideração do povo*.³⁸

³⁵CORREA et al., op. cit., p. 250-251.

³⁶ Internamente, a DC estava dividida desde os primeiros anos da década de 1960 entre oficialistas (o grupo ligado a Eduardo Frei que se tornou majoritário), incorformistas ou rebeldes (grupo de maior radicalidade política liderados por Jacques Conchol, Rafael Gumucio e Júlio Silva Solar que em 1969 se desligaram da DC e formaram o Movimiento de Acción Popular Unificado) e os Falangistas (grupo de centro). Cf. GRAYSON, George. *El Partido Demócrata Cristiano Chileno*. Santiago: Ed. Francisco de Aguirre, 1968.

³⁷ CORREA et al., op. cit., p. 262.

³⁸ *Programa...*, op. cit., p. 4.

Como assinala Veronica Valdívía, a via chilena era uma aposta para recuperar a natureza humanista do socialismo, evitando a violência, mas não o conflito que, seguramente, ocorreria no percurso da transformação socialista. No entanto, os mecanismos de controle social continuariam em vigência durante todo o período de transição socialista para impedir qualquer desestruturação do Estado.³⁹

No entanto, é importante ressaltar que a aprovação do programa não significou que não havia divergências profundas no interior da coalizão, principalmente entre o PC e parte do PS. Resumidamente, a principal diferença quanto ao projeto era justamente o caráter que o governo deveria adquirir.⁴⁰ Para o PC, o governo iniciaria uma primeira etapa para a revolução chilena e deveria se caracterizar como antioligárquica, anti-imperialista, e antimonopolista. As mudanças deveriam ser graduais, pactuadas com o centro político e com setores da burguesia. Para parte do PS, o projeto deveria expressar o início da transição socialista, assumindo um caráter claramente anticapitalista e antiburguês, e deveria perseguir a conquista total do poder do Estado, a partir de rupturas, sem negociações com setores oposicionistas. Contudo, apesar das diferenças, para os dois principais partidos da UP, o início deste processo passava essencialmente por uma intervenção incisiva do Estado na economia.

Essas divergências quanto ao projeto geraram, durante o governo, um problema fundamental para entender as dificuldades da esquerda chilena: não existiu uma condução política única entre os partidos que formavam a coalizão do governo. À medida que o processo se polarizava, a UP perdia gradativamente sua unidade de ação, a ponto de Allende escrever comunicados públicos aos partidos da coalizão para corrigir os “desvios” políticos.

Alguns traços fundamentais do Estado chileno delineavam a opção adotada para um projeto sustentado na substituição das estruturas econômicas e na participação dos trabalhadores: a ideia de crise do sistema capitalista, pois sem ela seria difícil articular um discurso mudancista; o caráter flexível do Estado, que permitiria a realização de grandes mudanças dentro dos limites da democracia e o apoio incondicional da classe trabalhadora ao processo.

O projeto de transição correlacionava a “natureza da crise e a capacidade de continuidade do sistema capitalista.”⁴¹ O diagnóstico da coalizão política era que o país

³⁹ VALDIVIA, Veronica. Todos juntos seremos la história: Venceremos. Unidad Popular y Fuerzas Armadas. In: PINTO (Org.), op. cit., p. 183-184.

⁴⁰ Iremos aprofundar as diferenças entre os partidos de esquerda no item desta tese que trata do Poder Popular. Cf. Capítulo II.

⁴¹ GARCÉS, Joan. *Allende y la experiencia chilena: las armas de la política*. Santiago: BAT, 1991, p. 11.

possuía abundantes riquezas exploradas de forma insuficiente e equivocada: dependente do imperialismo e de setores da burguesia ligados ao capital externo. Para a UP, as políticas “reformistas” e “desenvolvimentistas dependentes” propostas pela Aliança para o Progresso e aplicadas durante o governo do democrata cristão Eduardo Frei Montalva, por meio da associação do capital nacional e estrangeiro, gerou a estagnação econômica do país.⁴²

Como justificativa à possibilidade de transição em democracia, a UP apoiava-se no discurso da flexibilidade institucional, no qual, o Estado demonstrava historicamente a possibilidade de consentir mudanças estruturais, exemplificadas na diversidade de partidos que governaram o país com projetos muito distintos.⁴³ Também acreditavam no caráter profissionalista e legalista do alto comando das Forças Armadas (FFAA), que tinham por princípio o papel de resguardar o cumprimento da constituição chilena, além de estarem subordinados ao Presidente da República. Assim, acreditava-se que o comando das FFAA não permitiria qualquer sublevação militar. Também confiavam nas posições da DC de compromisso com as estruturas democráticas do país. Essas formulações da UP demonstravam claramente a confiança no respeito das instituições políticas e militares às decisões da população, mesmo que fossem as mais radicais possíveis. E, em consequência, acreditava-se que a direita chilena e os Estados Unidos iriam respeitar as pretensões da esquerda chilena, mesmo, numa conjuntura de Guerra Fria e de participação norte-americana em golpes militares no continente sul americano, como foi o caso do Brasil em 1964.

Em março de 1972 Allende reafirmou sua posição em relação à possibilidade de transição em democracia:

[...] o regime institucional demonstrou não somente estar aberto às forças revolucionárias, mas também que é suficientemente flexível em seus equilíbrios internos para tolerar as mudanças revolucionárias e permitir sua realização [...]. A negação do atual regime institucional chileno não pode ser concebida como produto da ação voluntariosa de uma minoria ousada, mas, sim, como fruto da ação consciente e organizada das grandes massas que percebem a necessidade de transformações e criam os mecanismos que as tornam possíveis.⁴⁴

Contudo, Allende reconhecia as limitações: “*Sabemos que mudar o sistema capitalista, respeitando a legalidade, a institucionalidade e as liberdades políticas, exige*

⁴² *Programa...*, op. cit., p. 5.

⁴³ A UP fazia referência à Frente Popular em 1932, ao projeto da Direita em 1958, ao projeto Revolução em Liberdade da DC em 1964.

⁴⁴ *Informe ao Plenário Nacional do Partido Socialista*, Santiago, mar. 1972. Apud BITTAR, op. cit. p.67.

*adequar nossa ação, no econômico, político e social, a certos limites...*⁴⁵

A crença no respeito à vontade popular e no estado democrático de direito permeou desde o início o projeto a ser implementado por Allende. Assim, para o presidente, a democracia significava uma conquista popular e, por isso, romper com o estado democrático não fazia parte, em nenhuma hipótese, dos seus planos e, acreditava também não ser o objetivo da oposição. Para a UP, o respeito à democracia, por um lado, não representava um limite para o processo da transição da via chilena, mas, por outro, pensava-se constituir uma contenção legítima das ações oposicionistas, que respeitariam as decisões tomadas pela maioria da população.

Logo após a vitória da UP, os democrata-cristãos propuseram a elaboração de um Estatuto de Garantias Constitucionais, que segundo Patrício Aylwin⁴⁶ tinha o objetivo de tornar mais sólido o sistema político. A proposta era que o Estatuto se transformasse em uma mini-Reforma Constitucional. Em 15 de outubro de 1970 ela foi votada e aprovada na Câmara por 94 votos a favor e 16 abstenções, todas do Partido Nacional. Dentre alguns pontos, estavam o respeito à institucionalidade, à legalidade dos partidos políticos, à liberdade de pensamento e de reunião, o respeito ao caráter institucional das FFAA, etc. A partir de então, parecia ser possível um acordo de governabilidade entre DC e UP.

Na primeira mensagem ao Congresso Nacional, em 21 de maio de 1971, Allende declarou sua estratégia política apontando que parte das mudanças no sistema legal chileno deveria passar por plebiscitos, e que cabia a todos os chilenos respeitar o resultado do processo. Apesar do discurso, no governo popular não foi realizado nenhum plebiscito:

El principio de legalidad rige hoy en Chile. Ha sido impuesto tras una lucha de muchas generaciones contra el absolutismo y la arbitrariedad en el ejercicio del poder de Estado. Es una conquista irreversible mientras exista diferencia entre gobernantes y gobernados. [...] en un momento oportuno someteremos a la voluntad soberana del pueblo la necesidad de reemplazar la actual Constitución, de fundamento liberal, por una Constitución de orientación socialista. Y el sistema bicameral en funciones, por la Cámara Única [...].⁴⁷

A classe trabalhadora era representada pela UP como a “vanguarda” da revolução de novo tipo. Como enfatizava Allende, os trabalhadores eram essencialmente os sujeitos da

⁴⁵ Ibid., p.67.

⁴⁶ GONZALEZ, Mónica. *La Conjura – Los mil y un días del Golpe*. Santiago: Ed. B. Chile, p. 73-82.

⁴⁷ *Primer mensaje en el Congreso Nacional*. In: QUIROGA, op. cit., p. 84-85.

revolução. O fundamental era organizá-los e, principalmente, sindicalizá-los, para que pudessem auxiliar as políticas do Estado. Essa questão parece-nos fundamental, porque os mecanismos criados pelo governo para gerir o sistema de participação dos trabalhadores estariam sempre caminhando no sentido de fortalecer os sindicatos existentes, sob a liderança da CUT. Segundo o presidente Allende, o movimento organizado deveria conduzir a ação revolucionária dos trabalhadores nas indústrias, inclusive, porque as mudanças seriam graduais, planejadas e a pressão por um ritmo mais acelerado do processo poderia trazer riscos à implementação do projeto. Assim, para a UP, o sindicato seria o espaço de discussão, convencimento e principalmente orientação dos trabalhadores para atuação conjunta com o governo, diminuindo qualquer possibilidade de ações “espontâneas” das massas.

No entanto, Allende também esperava contar com o apoio daqueles que não estivessem comprometidos com as antigas estruturas do país. E conclamou durante a campanha eleitoral a constituição de Comitês da UP articulados em cada fábrica, población, oficina, escola, universidades, por militantes do movimento e dos partidos de esquerda integrando a “multitud” de chilenos que apoiavam o processo de mudanças. Para Allende, os Comitês deveriam ser mais que um organismo eleitoral, assumindo o papel de “intérpretes e combatentes das reivindicações imediatas das massas” e, principalmente, se preparariam para “exercer o Poder Popular.”⁴⁸ Contudo, passadas as eleições, os Comitês deixaram de existir e as entidades populares passaram a congregiar os apoiadores do governo.

Em outras palavras, apoiar a coalizão não deveria significar o apoio a Salvador Allende, mas a um programa político que almejava a construção do socialismo e que necessitava de grande mobilização social para ser implementado.

No campo econômico, as principais críticas apresentadas pelo programa relacionavam-se com a presença dos monopólios norte-americanos, que detinham maioria absoluta da produção e exploração do cobre, ferro e salitre, e a presença dos latifúndios que, por serem pouco produtivos, eram os responsáveis pelos problemas alimentares dos chilenos e pela miséria em que se encontrava a população rural.

A UP propunha, em linhas gerais, um projeto de desenvolvimento que permitisse nacionalizar o sistema econômico,⁴⁹ para, então, abrir caminho para as mudanças sociais e

⁴⁸ *Programa...*, op. cit., p.12.

⁴⁹ A economia chilena apresentava características similares a outros países latino-americanos: alta concentração econômica, dependência externa e pouca distribuição de renda. Alguns grupos como Yarur, Edwards, Matte-Alessandri, SAID e Briones, controlavam 80% do setor industrial com ramificações no setor financeiro e no conjunto da economia. No setor agrícola, por exemplo, em 1965, 2% das propriedades englobavam 55,4% da superfície. No setor mineiro, a produção estava sob controle de três companhias estrangeiras e a venda desses minérios representava 75% de todas as exportações do país. A falta da diversificação produtiva e a dependência

políticas. A opção da via chilena nesse processo pode ser representada por um tripé que sustentaria o projeto geral de transição ao socialismo: a) nacionalização de riquezas básicas e estatização dos meios de produção; b) organização de um sistema de participação dos trabalhadores; e c) estabelecimento de uma nova ordem institucional - o Estado Popular, caracterizado no programa político, aprovado em 1969, como Poder Popular.

Na prática, a prioridade do projeto era a alteração da estrutura econômica por meio da estatização dos meios de produção e da nacionalização da Gran Minería de Cobre. Qualquer outra mudança estaria vinculada necessariamente a essas duas prioridades, que enfraqueceriam o poder político das elites chilenas e do imperialismo norte-americano, além de aumentarem o papel do Estado em todos os âmbitos da sociedade. Os setores estatizados formariam a área nacionalizada da economia (APS), composta principalmente por setores estratégicos. Esse processo de estatização seria gradual e respeitaria um conjunto de normas legais estabelecidas na constituição chilena.

Respeitando a gradualidade do processo e visando a aliança com setores médios, o programa político propunha a conformação das áreas mista e privada da economia.⁵⁰ Os interesses e as propriedades dos grupos nacionais médios e pequenos seriam respeitados e estimulados pelo governo, através de políticas específicas como a diminuição de impostos e a criação de subsídios para a produção.⁵¹ Deste modo, buscava-se modificar o caráter do Estado sem destruir seu “aparato burguês”.⁵²

Resumindo, as propostas de reformas estruturais da UP abarcavam: a) nacionalização dos principais recursos do país (Gran Minería del Cobre, carvão, salitre, ferro e aço); b) expansão da APS, por meio da estatização das empresas industriais mais importantes; c) intensificação da reforma agrária; d) estatização do sistema bancário; e) controle estatal das principais firmas atacadistas e distribuidoras; f) aumento da produção de bens de consumo

e vulnerabilidade externa do país foram fatores decisivos na organização de um novo projeto econômico. Cf. MELLER, Patricio. *Un siglo de economía política chilena (1890-1990)*. Santiago: Andrés Bello, 2002.

⁵⁰ O programa da UP definia como área social: o setor de minérios, ferro, iodo e carbono mineral, sistema financeiro, em especial, bancos privados e seguros, comércio exterior, grandes empresas e monopólios de distribuição, monopólios de indústrias estratégicas e outras atividades que condicionem o desenvolvimento econômico e social como produção, distribuição, transportes em geral, energia elétrica, refinaria e distribuição do petróleo, gás líquido, siderurgia, cimento, petroquímica, celulose e papel; Área privada: compreende setores da indústria de minérios, agricultura e serviços permanentes em que houvesse propriedade privada dos meios de produção; área mista: compreende empresas de propriedade estatal, privada nacional e estrangeira. Cf. *Programa...*, op. cit., p.23

⁵¹ BALTRA, Mireya. *La participación de los trabajadores en el gobierno popular del Presidente Salvador Allende*. In: Salvador Allende: Presencia em la ausência. Santiago: LOM, 2008, p. 250.

⁵² MOULIAN, Tomás. *La via chilena al socialismo: Itinerário de la crisis de los discursos estratégicos de la Unidad Popular*. In: PINTO, op. cit., p. 35.

essenciais.⁵³ Com essas medidas, o Estado teria o controle dos meios de produção e estaria em melhores condições para adotar decisões que pudessem guiar o desenvolvimento econômico de forma mais distributiva, favorecendo a maioria da população.

O Ministro da Economia Pedro Vuskovic (PS) enfatizava que o objetivo do governo era conseguir uma rápida reativação da economia, a partir da nacionalização e da participação dos trabalhadores na condução das indústrias, assim como acelerar o processo de redistribuição social.⁵⁴

Assim, APS era a grande área modernizadora da economia e tornou-se um dos consensos gerais programáticos entre os partidos que compunham a UP. As divergências se apresentavam principalmente em relação à escolha das empresas e ao ritmo do processo.

A APS possibilitaria, segundo a UP: criar novas bases para um novo modelo de desenvolvimento, orientado para o interesse da grande maioria do país, isolando setores corporativistas estrangeiros e nacionais; criar programas de participação dos trabalhadores na condução do sistema produtivo, possibilitando uma espécie de experimento para a implementação da “nova democracia” a ser constituída no Estado Popular; ter o controle social da produção de bens essenciais para o país; permitir uma estratégia que concedesse prioridade ao emprego pleno e à distribuição substancial de receita; reduzir a dependência externa; reorganizar a estratégia de desenvolvimento econômico uma vez que o Estado teria controle do excedente produtivo, o que possibilitaria adotar medidas de redistribuição social.⁵⁵

Las fuerzas populares unidas buscan como objetivo central de su política reemplazar la actual estructura económica, terminando con el poder del capital monopolista nacional y extranjero y del latifundio, para iniciar la construcción del socialismo. En la nueva economía la planificación jugará un papel importantísimo. Sus órganos centrales estarán al más alto nivel administrativo; y sus decisiones, generadas democráticamente, tendrán carácter ejecutivo.⁵⁶

⁵³ MELLER, op. cit., p. 114-115.

⁵⁴ O autor Patrício Meller ressalta que uma das políticas mais importantes do governo constituiu na distribuição de bens específicos à população, como a distribuição de meio litro de leite a cada criança chilena com intuito de diminuir os índices de desnutrição infantil. Junto a esse programa, o governo distribuiu diariamente 1.800.000 cafés da manhã e 560.000 almoços nas escolas públicas. Outra política da UP foi subsidiar tarifas de serviços de utilidade pública para diminuir o valor final aos consumidores. Segundo o autor, entre 1970 e 1973, o preço da energia elétrica diminuiu 85%, do combustível, 31%, e do gás, 21%, entretanto, geraram déficit do setor público que seria compensado com o aumento e criação de novos impostos para os setores mais ricos da população, por meio de um projeto de lei que nunca foi aprovado pelo parlamento. Cf. MELLER, *Ibid.*, p. 130.

⁵⁵ ESPINOSA, Juan G.; ZIMBALIST, Andrew. *Democracia Económica: La participación de los trabajadores en la Industria Chilena, 1970-1973*. México: Fondo de Cultura Económica México, 1984, p. 66.

⁵⁶ *Programa...*, op. cit., p. 20.

Apesar da disposição política da UP, o processo de nacionalização dos meios de produção não seria uma ação fácil para o governo, não somente pela resistência de setores mais conservadores, mas pela própria característica estrutural do Estado chileno, que, até aquele momento, não havia tido um papel de liderança na área econômica que extrapolasse o de financiador do setor privado.⁵⁷ A capacidade de gestão estatal também era um desafio, já que, até então, se restringia a poucas experiências industriais.

Uma das grandes apreensões da UP relacionava-se ao comportamento do empresariado chileno, diante da nova política, uma vez que o seu apoio era fundamental para a manutenção dos investimentos e para a continuidade da produção.⁵⁸ Outra dificuldade identificada pela UP era a carência de mão de obra qualificada nacional, assim como a dependência na aquisição de peças e máquinas de fabricação norte-americana para diversas ramas produtivas.

Assim que assumiu o governo, o principal desafio da UP foi a aprovação da emenda constitucional que nacionalizava a área da Gran Minería, fato ocorrido por unanimidade em 11 de julho de 1971.⁵⁹

Sem dúvida, essa foi a primeira vitória do governo, uma vez que todo o programa da via chilena ao socialismo estava condicionado ao controle das principais riquezas do país e à alteração da estrutura dos meios de produção.⁶⁰ A UP promoveu uma grande mobilização social e se aproveitou do fato do tema da nacionalização ter sido também apresentado no programa do candidato democrata-cristão, Radomiro Tomic, na eleição de 1970. Aliás, esse era um tema que estava fortemente presente na sociedade chilena desde o processo de discussão do projeto de “chilenización del cobre” proposto pelo ex-presidente Eduardo Frei.

O texto da reforma constitucional estabelecia que o Estado fosse o único proprietário, com controle absoluto e exclusivo de todos os minerais do território chileno, e, ainda,

⁵⁷ BITTAR, op. cit., p. 53.

⁵⁸ Segundo dados do Instituto Nacional de Estadística do Chile os principais produtos de exportação do país no país entre 1970-1972 eram: “Minerales Metalúrgicos, Resíduo y desechos Alimentício, Matéria prima para fabricación de papel, Celulosa y otros, Productos Químicos inorganicos, Cobre, Legumbres, Tuberculos alimentícios, Lanás, Pelos, Crines, Pescado, Crutaceos y Moluscos; Aceite Animal y Vegetal.” Cf. INE. Síntese Estadística 1971 y Comercio Exterior 1970-1972.

⁵⁹ Entre os anos de 1969-1973 (março), o Parlamento chileno estava dividido da seguinte maneira: Senadores: DC 12; PN 05; PR 05; PC 04; PS 03; USP 01. Deputados: DC 55, PN 34, PR 24, PC 22, PS 15. Nas eleições de março de 1973, a configuração foi modificada: Senado: DC 10; PN 04; PS 05; PC 05; PR 01; Deputados: DC 50; PN 34; PS 28; PC 25; PR 05; MAPU 02; Democracia Radical 02; API 02; IC 01; IR 01. Cf. URBINA, Andres Benavente. Documento de Trabajo nº54, abril de 1996. Universidad de Chile. Instituto de Política. Santiago, 1996.

⁶⁰ Segundo Meller, o envio de um projeto de reforma constitucional foi estrategicamente pensado pela UP, já que, depois de aprovado, o governo teria certa flexibilidade para enfrentar as medidas legais e técnicas estabelecidas no processo anterior de chilenização da GMC, por isso, inclusive, governo descartou a possibilidade de enviar uma lei ordinária. Segundo o autor, em caso de não aprovação de uma reforma constitucional, o presidente poderia chamar um plebiscito popular para decidir o assunto. MELLER, op. cit.

declarava a nulidade de todos os contratos anteriormente estabelecidos. O texto ainda previa um mecanismo para calcular possíveis indenizações às empresas norte-americanas, que, segundo o governo, gerou cifras negativas isentando o país de qualquer tipo de dívida.

A reforma constitucional foi, portanto, elaborada criteriosamente pela UP, até para evitar o pagamento de indenização às empresas estrangeiras, fato que despertou a ira das duas principais exploradoras de minérios chilenos, Anaconda e Kennecott, além do próprio governo norte-americano. Ao mesmo tempo, o movimento social comemorou o dia da aprovação da reforma como o “dia da dignidade nacional”, com uma grande concentração pública, na qual Allende expressou grande entusiasmo:

Hoy es el día de la dignidad nacional y de la solidaridad. Es el día de la dignidad, porque Chile rompe con el pasado; se yergue con fe de futuro y empieza el camino definitivo de su independencia económica, que significa su plena independencia política. Quiero insistir, y porque el cobre será de los chilenos. Porque los grupos minoritarios que gobernaron el país, las viejas y rancias oligarquías siempre estuvieron comprometidas con el capital foráneo postergando los sagrados intereses nacionales [...]. Compañeros mineros, trabajadores duros del rojo metal: una vez más debo recordarles que el cobre es el sueldo de Chile, así como la tierra es su pan. El pan de Chile lo van a garantizar los campesinos con su conciencia revolucionaria. El futuro de la patria, el sueldo de Chile, está en las manos de ustedes. A trabajar más, a producir más, a defender la revolución desde el punto de vista político con la Unidad Popular y defender la revolución con la producción que afianzará el Gobierno del pueblo.⁶¹

Passada a primeira etapa para o processo de nacionalização da GMC, o próximo passo da coalizão era constituir a APS, por meio da estatização das grandes indústrias e empresas.⁶² Essa medida enfrentou imensa resistência do empresariado e dos parlamentares de centro e da direita política que acusavam o governo de negar o direito à propriedade privada. O embate contra o governo tomou grandes proporções e, em 8 de setembro de 1971, o Congresso chegou a apresentar uma acusação constitucional contra o Ministro da Economia Pedro Vuscovic (PS) por infração à constituição, atropelo as leis vigentes, violação de atribuições exclusivas do poder legislativo e desvio de poder. O cálculo político era criar um impasse entre executivo e parlamento, paralisando o governo por meio da legalidade. A oposição

⁶¹ Salvador Allende. En El día de la Nacionalización del Cobre. Santiago, 11 de julio de 1971. Apud QUIROGA, op. cit., p. 103, 106 e 122.

⁶² Quando Allende assumiu o governo, havia 43 empresas estatais e mistas, dentre elas, 30 eram do setor industrial e que representavam 11,8% da produção e 6,5% dos empregos.

utilizou a Controladoria do Estado Chileno (que era responsável por validar legalmente as ações do executivo e estava sob influência do ex presidente Eduardo Frei), o Sistema Judiciário e o próprio parlamento (que também chegou a aprovar uma lei sobre as três áreas nacionalizadas vetada por Allende)⁶³ para bloquear qualquer tipo de ação do executivo. A constituição da APS transformou-se em uma batalha de interpretação das leis chilenas.

A UP utilizou todos os recursos jurídicos legais disponíveis para estatizar os meios de produção, a citar: a) A via parlamentar que possibilitou a nacionalização do cobre⁶⁴ e encaminhou o projeto de criação das três áreas da economia, que nunca chegou a ser aprovado; b) Decreto Ley 520 de agosto de 1932, promulgado pelo governo da “República Socialista”, que permitia a expropriação de empresas industriais e de comércio que deixassem de produzir e distribuir bens de primeira necessidade; c) Oferta pública de compra de ações, aplicada principalmente no controle do setor bancário; d) Requisição decretada pela Dirección de Industria y Comercio (Dirinco) para assegurar o abastecimento ou preço justo no mercado; e) Intervenção decretada pelo Ministro do Trabalho para proteger os direitos dos trabalhadores.⁶⁵

Entretanto, a própria UP não conseguia ter uma opinião única sobre os critérios que deveriam ser aplicados no processo de estatização das indústrias e, por isso, atrasou o envio do projeto de lei ao Congresso. A grande diferença entre PS e PC estava relacionada ao tamanho que deveria se constituir a APS e se o governo deveria informar quais as empresas que seriam estatizadas. Os socialistas diziam que, ao divulgar as empresas prioritárias, limitaria artificialmente o desenvolvimento natural da luta de classes, e o PC afirmava que o quanto mais claro fosse o governo, menos incertezas levariam a setores não monopólicos da burguesia nacional que estavam dentro do espectro de alianças do projeto da UP. Em outubro de 1971, o governo, por pressão da DC, chegou a um consenso interno quanto ao tamanho da APS. Seriam nacionalizadas todas as indústrias cujos ativos fossem avaliados em 14 milhões

⁶³ Este projeto foi apresentado pelos senadores da DC, Hamilton e Fuentealba. A DC, em negociação com o governo, queria limitar a lista de 90 indústrias para 75 a serem estatizadas e ainda queria a devolução das 160 indústrias que estavam sob intervenção do governo. A UP ainda enviou mais dois projetos ao legislativo que nunca foram aprovados: um, que dava caráter de lei ao sistema de cogestão existente nas empresas da área social e deveria atingir 91 indústrias, e outro, que criava o sistema de autogestão dos trabalhadores.

⁶⁴ O texto constitucional que alterava o artigo 10º do Capítulo III estabelecia que, por interesse nacional, o Estado poderia requisitar a nacionalização de determinadas propriedades: “por exigirlo el interés nacional y en ejercicio del derecho soberano e inalienable del Estado de disponer libremente de sus riquezas y recursos naturales, se nacionaliza y declaran por tanto incorporadas al pleno y exclusivo dominio de la Nación, las empresas extranjeras, que constituyen la gran minería del cobre.” Cf. Ley nº17450. Reforma la Constitución política del Estado (Publicada en Diario Oficial nº27.999 de 16 de julio de 1971). Constitución Política 1925, p.261-267. Documento disponível na Biblioteca do Congresso Nacional do Chile.

⁶⁵ VARELA, Andrés. *Gestión de los trabajadores en las empresas del Área de Propiedad Social: un análisis testimonial*. In: VVAA. *Salvador Allende: Presencia en la Ausencia*. Santiago: LOM, 2008, p. 233-234.

de escudos ou mais. Isso significava na prática estatizar cerca de 250 indústrias, de um total de 13 mil. Entretanto, por pressão política, a lista de empresas foi reduzida a 90, e, em 1973, para 40, mas, na prática, foi a pressão dos trabalhadores e da oposição que estabeleceu o tamanho da APS. O governo também transferiu a administração de muitas empresas privadas para o Estado, apesar de não deter a sua propriedade, o que não permitia ao governo estabelecer mudanças no processo produtivo e nem fundir empresas estatizadas de uma mesma rama industrial. Foi, portanto, um processo extremamente complicado e delicado, já que havia discordâncias no governo, nos movimentos populares e na oposição.⁶⁶

Para os movimentos populares, o impasse jurídico transformou-se em ações de ocupação de indústrias para forçar o processo de estatização dos meios de produção. Diversos sindicatos polarizados pela esquerda do PS e MIR instigavam essa prática por entenderem que não deveria haver nenhum diálogo com a direita, com o centro político, empresários, setores médios ou com a burguesia chilena. Uma onda de ocupações de indústrias ocorreu em todo o país já no início do ano de 1971.

O PC e setores moderados do PS condenaram as ocupações e incentivavam o respeito às orientações da UP. A CUT, que tinha em sua composição a maioria de setores gradualistas da coalizão, também comungava desta posição.

Segundo Faúndez, os problemas da UP não se resumiam somente à necessidade de estatização, mas a quais os ramos de atividade o Estado deveria controlar. Mesmo que as 90 indústrias da lista prioritária da UP tivessem sido estatizadas, no ramo de bens de consumo básico e alimentos, por exemplo, o setor privado seguiria controlando o mercado por representar uma concentração baixa de capital. O plano do governo também excluía quase 80% dos trabalhadores do setor manufatureiro da participação direta do processo de estatização, o que certamente aumentou a pressão destes trabalhadores para serem incluídos nos planos do governo, uma vez que representavam a maioria da mão de obra chilena.⁶⁷ Assim, o próprio projeto apresentado pela UP continha inconsistências em relação as demandas da sociedade e do processo.⁶⁸

Como recorda nosso entrevistado Hugo Valenzuela⁶⁹, os empresários eram vistos

⁶⁶ FAÚNDEZ, Julio. *Izquierdas y Democracia en Chile, 1932-1973*. Santiago: BAT, 1992, p. 257.

⁶⁷ FAÚNDEZ, op. cit., p. 257-258.

⁶⁸ Segundo o Instituto Nacional de Estatística no primeiro semestre do ano de 1972 a indústria manufatureira era a que mais empregava no país, seguida da agricultura – sivilcultura- caça-pesca, Comércio, serviços, Transporte- “almacenaje”-comunicação, construção, minas e “canteras”, eletricidade, gás, água e serviços sanitários e outras e atividades não especificadas. Cf: INE. Encuesta de Mano de Obra. Población Economicamente activa según rama de actividad por sexo, año 1972.

⁶⁹ Hugo Valenzuela, socialista, trabalhador da indústria Summar no Cordón San Joaquín. Entrevista realizada pela autora em: 24 set. 2009.

pelos trabalhadores como inimigos de classe, independentemente se cumpriam ou não suas obrigações enquanto empregadores. Se os trabalhadores tinham pressa em acelerar o processo e instituir a gestão participativa na indústria, o governo pedia cautela, pois não tinha condições econômicas e políticas para mudanças tão rápidas e sem planejamento. Além do mais, nem todas as áreas produtivas seriam nacionalizadas, inclusive como estratégia para a aliança com setores da burguesia.

Segundo Mario Olivares⁷⁰, as ações de ocupação eram realizadas sem qualquer aviso anterior, e, por isso, eram organizadas por setores “mais conscientes”, mais comprometidos e organizados, geralmente trabalhadores de esquerda, para que não fossem delatados para os empresários. Olivares nos relatou ainda que a eleição do governo popular foi como um “rastros de pólvora” que despertou a consciência política e ideológica dos trabalhadores, que se traduziram em atuações mais radicalizadas da base.

As ações de ocupação foram tão intensas que, segundo dados apresentados pela revista Chile Hoy⁷¹, em julho de 1972, das 90 empresas que faziam parte do projeto do governo rejeitado pelo parlamento, 28 estavam sob intervenção ou requisitadas e 10 haviam sido adquiridas pelo Estado. Ao total, em 1973, havia 285 empresas sob administração do governo. Entretanto, a maioria das indústrias ocupadas ou mesmo requisitadas não estavam contidas na lista prioritária do governo, conforme os dados abaixo apresentados, demonstrando que o governo e a própria CUT já não controlavam a ação dos trabalhadores que atuavam independentemente da orientação do governo.

Tabela 1 – Número de Estabelecimentos Industriais Controlados pelo Estado Chileno.⁷²

Formas de Controle	Nov. 1970	Dez. 1971	Dez. 1972	Mai. 1973
Propriedade Estatal	31	62	103	165
Sob Intervenção ou Requisição	-	39	99	120
Total	31	101	202	285

Enquanto o Congresso, empresários e grêmios patronais exigiam a devolução das

⁷⁰ Mario Olivares, entrevista realizada em: 10 nov. 2009.

⁷¹ Chile Hoy, año I, n° 4, Santiago, Semana 7 al 13 de Julio de 1972.

⁷² TRONCOSO, op. cit., p. 223.

empresas ocupadas, a esquerda do PS, miristas e movimentos populares não admitiam qualquer ação que significasse a possibilidade de retrocesso no processo iniciado, e chegaram, inclusive, a lançar o slogan “*No a la devolución*”. A CUT, por sua vez, tinha posição dúbia em relação a esse processo, já que era contrária às ocupações não acordadas com o governo. No entanto, depois de ocupada, a entidade não poderia se colocar contra os trabalhadores e passava a apoiar a incorporação da indústria na área nacionalizada.

Allende condenou publicamente as ações de ocupação, na Mensagem presidencial ao Congresso pleno em 21 de maio de 1972:

Hoy en medio de un proceso de cambios tan radicales, no es extraño que experimentemos los efectos de causas profundas que se traducen en ocupaciones de predios y establecimientos industriales [...] Esperamos que los revolucionarios perciban las nuevas condiciones del país, las contradicciones que han surgido, las posibilidades que están abiertas y rechacen en definitiva las conductas espontaneístas que entorpecen el logro de las grandes metas del proceso. Es la confianza de un gobierno que ha sabido y sabrá cristalizar en hechos los anhelos populares.⁷³

Os operários tinham pressa e não lhes interessava se as indústrias na qual trabalhavam estavam na prioridade de estatização do governo. Entendiam que era a luta política e a pressão do movimento popular o que as colocariam na pauta governamental.

Patrício Palma, diretor da Dirinco, (*Dirección Nacional de Industria y Comercio*) do Governo Popular lembra que a principal dificuldade da UP foi justamente colocar limite entre o “desejo” e a possibilidade concreta de realização. Em entrevista, nos apresenta um exemplo, desses dilemas:

[...] uno de los grandes problemas precisamente, fue ponerle límites a esos procesos. Entonces claro, ahí se produce una tensión, una contradicción, porque el proceso no podía ir tan rápido, sino resolvías algunos problemas políticos. Entonces había que ir a explicarles a los trabajadores, a veces claro, había una discusión con ellos y ellos decían: “por qué los del lado si y nosotros no”. Y tenían toda la razón, pero también teníamos razón nosotros para decirles: “es que no se puede ir más rápido que aquello que las fuerzas disponibles en el país permiten, porque eso significaba crearse una frontera de adversarios, que ponía en riesgo eso y lo otro

⁷³ Mensaje del presidente Allende ante el Congreso Pleno, 21 may. 1972. Disponível em: <<http://www.ceme.cl>>. Acesso em: 10.01.2010.

también”. Entonces ese era un problema muy difícil de resolver, el interés particular con el interés colectivo, a veces se produce ese conflicto, no siempre era posible resolverlo bien. Yo tenía unos amigos que trabajaban en un restorán. Entonces, a ellos se les ocurrió que podían ser un restorán de la área social, y yo les decía “no puede ser, porque entonces yo me voy a pelear con todos los restaurantes de este sector, y yo no sé que aporte van a hacer ustedes a la revolución con esto”. Claro se tomaron el restorán, hubo todo un conflicto. Pero ahí, a ti te queda claro que, arbitrar en un proceso de estas características es muy difícil. No es solo un acto de voluntad y de deseo, también hay cierta realidad objetiva, donde se puede mover.⁷⁴

Esse tipo de situação relatada por Patrício Palma ocorreu durante todo o governo da UP. O governo teve que enfrentar os limites do processo conjugado com as diferenças culturais da classe trabalhadora, com a pressa por mudanças e com o imaginário coletivo que bastava ter vontade política para resolver os problemas. Allende pedia calma e respeito às decisões da UP.

Ao longo do processo, esse será um dos problemas de maior divergência entre a esquerda.

1.1.2 A Área nacionalizada da economia e o impacto na organização de novas relações de trabalho:

Existia uma grande expectativa, por parte do operariado, quanto ao processo de estatização das indústrias por representar a possibilidade de mudanças importantes nas relações de trabalho e no processo produtivo⁷⁵. As relações entre proprietários (que agora era

⁷⁴ Patrício Palma, membro do Comitê Central do Partido Comunista do Chile, foi assessor do ministro da economia Pedro Vuskovic e Diretor da Dirinco (Dirección Nacional de Industria y Comercio) no governo Allende. Entrevista realizada pela autora em: 11 nov. 2009.

⁷⁵ Segundo o Instituto Nacional de Estatística entre setembro e dezembro de 1970 o índice de desemprego no país atingia 3,5% da população considerada apta a trabalhar. Entre Julho e dezembro de 1971 o índice atingiu 3,3% se mantendo até junho de 1972. É importante ressaltar que desde 1966 até o ano de 1981 considerava-se a idade mínima de 12 anos para legalmente um indivíduo ingressar ao mercado de trabalho. A população em 1970 era de 6.059.720 milhões de habitantes, sendo que deste total, 2.695.566 estavam aptos a trabalhar. Destes 2.542.544 eram considerados ocupados e 153.022 desempregados. A taxa de ocupação segundo o Instituto atingia 94,3%. Cf: Tasas de Desocupación. In: Estatística de Chile en el siglo XX INE, noviembre de 1999, Santiago.

o Estado),⁷⁶ administradores e operários já sofreriam grandes mudanças, não somente em seu nível hierárquico, mas principalmente no seu significado simbólico. A figura tradicional do empregador se viu transferida para a figura do Estado, simbolizada pelo “compañero presidente” e representando a chegada do povo na estrutura produtiva.

Era recorrente nos discursos das lideranças sindicais, e do próprio Allende, a afirmação de que a empresa estatizada pertencia não mais ao empresário, mas ao povo, aos trabalhadores. Assim, para todos os setores da esquerda (com diferentes nuances) a APS era vista como germe do socialismo.

As mudanças na condução do processo produtivo confrontariam o método taylorista de produção, que separava a concepção da realização e transformava o trabalhador em um mero executor que desconhecia o significado global do seu trabalho.⁷⁷ O desafio era incorporar os trabalhadores enquanto condutores e executores da política estatal nas indústrias, possibilitando a discussão coletiva de toda dinâmica produtiva, fortalecendo os sistemas de representação, incentivando a criatividade e desenvolvendo projetos específicos de capacitação por área de trabalho.

Para o trabalhador, esse processo significaria o rompimento definitivo com as antigas estruturas dentro das fábricas. Agora era possível opinar, discutir, divergir sobre o processo produtivo com objetivo de colaborar com o êxito do governo. Por mais que as relações capitalistas não tivessem mudado, a forma como o trabalhador lidava com o seu cotidiano na fábrica era distinto de outros períodos.

A declaração abaixo realizada por um operário têxtil aos pesquisadores Espinosa e Zimbalist demonstram as mudanças no seu cotidiano em relação à função que desempenhava dentro de uma indústria, a partir do momento em que foram mais valorizados e estimulados a entenderem e a utilizarem a criatividade no processo produtivo:

Antes, tenía uno que ser extranjero para ser importante en esta fábrica. Antes recibíamos órdenes para que moviéramos las máquinas o repusiéramos las piezas; nadie nos consultaba jamás [...] Ahora nos entendemos con los camaradas

⁷⁶ Durante a revisão da imprensa da época, deparamo-nos com uma série de imagens de cartazes de trabalhadores com frases exaltando o fato de, nas empresas intervindas ou nacionalizadas, não existirem mais patrão. Para exemplificar: “*Territorio libre de capitalistas*”; “*no tenemos más dueños*”, etc. Entretanto, não é possível afirmar se essas faixas foram fixadas por militantes políticos, dirigentes sindicais ou por trabalhadores “comuns”, mas, sua presença denota um apoio a essas posições por parte do conjunto dos trabalhadores.

⁷⁷ O conceito de alienação, no sentido que é discutido por Marx, no qual o indivíduo se torna alheio ou estranho aos resultados da própria atividade, não está presente, pelo menos explicitamente, nas discussões da UP. Durante as pesquisas, não encontramos nenhuma referência ao conceito de alienação, nem mesmo entre setores do MIR. O tema da participação dos trabalhadores na APS relacionava-se ao aumento da produtividade para gerar excedente produtivo, ou, ao processo de cogestão ou de autogestão nas indústrias.

supervisores, quienes nos dan la oportunidad de exponer nuestras ideas, discutir las y ponerlas en práctica [...] Tras de trabajar cinco años aquí sin entender cómo funcionaba la maquinaria o cómo estaba hecha, decidí correr el riesgo de desarmar un motor. Estaba un poco asustado al principio, pero tenía la confianza suficiente para volverlo a armar y aprender cómo funciona.⁷⁸

Assim, um novo sistema de trabalho estava em desenvolvimento, assim como novos preceitos de disciplina interna. O sentimento de “ser” operário parecia romper com as barreiras impostas pelo trabalho compartimentalizado e individualizado, para gerar um processo de colaboração no interior da classe e entre classe e governo. Não havia fórmulas, nem experiências anteriores para se apoiarem. Usaram principalmente da criatividade para motivar novas relações sociais de produção e para incluir todos os trabalhadores neste novo momento inaugurado pela estatização das empresas.

Entretanto, essa nova possibilidade de mudanças era possível somente nas empresas nacionalizadas e mistas, no qual a figura do empresário/patrão seria transferida para figura do interventor que representava o governo popular. Neste sentido, ganha força entre os trabalhadores o intento de incluir a empresa na qual trabalhavam, na lista prioritária do governo para constituição da APS, resultando, assim, em uma forte pressão social, liderado pelos sindicatos.

O problema é que o governo nunca conseguiu aprovar uma lei que estabelecesse critérios para a organização das três áreas da economia. No início do governo, a UP estimulou os movimentos populares a ocuparem as indústrias para que o governo pudesse intervir e requisitá-las legalmente. O problema foi que esse método tornou-se a principal maneira utilizada pelo movimento popular, inclusive em indústrias que dificilmente poderiam ser consideradas estratégicas para a economia chilena. Estabeleceu-se, portanto, uma tensa relação entre governo e sindicatos, tornando-se extremamente difícil para os funcionários do governo, que também eram militantes, negar petições de intervenção de indústrias ocupadas por trabalhadores.

Na medida em que o processo de estatização avançava, os trabalhadores reforçavam seu papel protagonista. As inovações tecnológicas realizadas pelos trabalhadores das áreas nacionalizadas tornaram-se recorrentes, conforme exemplifica a revista *Mayoría*.⁷⁹ No caso, a matéria se reportou a um exemplo específico da indústria têxtil, importante área da economia

⁷⁸ Segundo os autores, este trabalhador inventou um revelador para máquina “hiladora” que custava 100 escudos (cerca de dois dólares na época), havendo uma economia de aproximadamente dois mil dólares por ano em redução de importações. Cf. ESPINOSA; ZIMBALIST, op. cit., p. 191.

⁷⁹ *Mayoría*, año 1, n°2, Santiago, 27 de octubre de 1971.

chilena, que encontrava dificuldade para comprar peças de reposição para máquinas de origem norte americana em função das retaliações do governo dos EUA ao processo chileno. Consciente do problema, um técnico mecânico, Manuel Vargas, que tinha 20 anos de experiência na área, realizou um estudo minucioso da peça, desenhou uma nova retífica com mecanismos automáticos, tentando inclusive produzir uma mais funcional que a original. Junto ao torneiro Luis Torres e a outros operários construíram uma nova peça em horário alternativo aos seus turnos de trabalho para não comprometerem a produção. Após diversos experimentos, a retificadora desenhada e fabricada pelos trabalhadores “*redujo de 16 a 2 las horas necesarias para reparar los husillos. En la seccion Engomadora esto permiti6 elevar en 35 a 40 mil yardas de la producci6n mensual por cada m6quina.*” Esta é uma experiência das diversas que foram relatadas nos meios de comunicação durante o período da UP.

O governo chegou a organizar o 1º Encontro Nacional de Inovadores da Produção com apoio da Universidade Técnica, da CUT e da Corporação de Fomento (Corfo). O Encontro reuniu cerca de 100 trabalhadores de diversas indústrias nacionais que criaram aportes à tecnologia nacional. Um dos objetivos era estimular o trabalhador a utilizar sua iniciativa criadora para resolver problemas técnicos de importância. Após o encontro, foi organizada uma Feira Nacional de Inovadores para reunir e expor os trabalhos desenvolvidos pelos trabalhadores a todos os chilenos.

No geral, as relações sociais no local de trabalho parecem ter sido modificadas para melhor. Além da participação no processo produtivo, no estímulo à criatividade, a estatização das indústrias possibilitou a implementação de antigas reivindicações do movimento sindical, como, a construção de refeitórios e berçários para os filhos dos trabalhadores, formação de cooperativas de consumo, casas de descanso ou de veraneio, instalação de clínicas médicas, dentais e de primeiros socorros, desenvolvimento de atividades culturais e desportivas. Assim, em um curto período de tempo, as mudanças dentro das indústrias foram enormes, conforme relatos de alguns operários, demonstrando que era possível implantar melhorias de acordo com as demandas apresentadas pelos sindicatos e efetivadas pelos gestores das indústrias nacionalizadas:⁸⁰

⁸⁰ O impacto das mudanças foi tão positivo, que minutos após o golpe militar, Pinochet, com intuito de ludibriar os trabalhadores, comunicou que não suspenderia nenhum dos benefícios adquiridos durante a UP, o que, obviamente, não resistiu às reformas neoliberais implementadas principalmente a partir de 1975 e, em especial, às reformas trabalhistas propostas pelo então Ministro do Trabalho e Previdência Social, José Piñera Echeñique, em 1979. A partir de 1985, o Chile protagoniza um novo ciclo de reformas neoliberais com a nomeação de Hernán Büchi como Ministro da Fazenda, desta vez, abrangendo setores como saúde, educação, leis trabalhistas, sistema de previdência privada, etc.

Creamos un jardín infantil, una sala cuna, contratamos una tenedora de niños y las mujeres que tenían bebé... funcionaron ahí, el casino se fusionó... todos juntos, obreros y empleados todos juntos, con horarios evidentemente para que la cuestión no se paralizara, los sueldos se aumentaron racionalmente, eso lo conversamos con el gobierno y el gobierno nos autorizó un alza de sueldo racional, pero aceptada y muy buena, realmente era buena. No alcanzamos a hacer mucho, si fue poco el período.⁸¹

[...] al poco andar se estableció un restaurante de autoservicio, con muy buena comida, según lo que recuerdo. Después instalamos al interior de la industria un Consultorio Médico con enfermera, con médico; teníamos biblioteca. Desarrollamos y profundizamos la cultura de los trabajadores en todos los ámbitos, teníamos grupo de teatro, grupo de folklore, biblioteca, en fin todas las expresiones de la cultura las empezamos a desarrollar. Por supuesto los salarios fueron mejorados. Tuvimos un salto cuantitativo y cualitativo en términos de mejorar las condiciones de los trabajadores.⁸²

Outra questão fundamental para melhorar as condições de trabalho foi a implementação do programa de capacitação e qualificação dos trabalhadores com diversos acordos entre CUT e Universidade Técnica do Estado, Universidade de Chile e Instituto Laboral (INCAP), dentre outros. O país era extremamente carente de mão de obra especializada capaz de dar maior dinamicidade à produção. O governo tentava criar uma nova dinâmica no setor industrial, uma vez que o antigo sistema de trabalho não estimulava a qualificação do trabalhador. *“El obrero entraba como obrero y salía como obrero”*, a preocupação não era de capacitar, mas saber o operário estava apto a realizar sua *“serie de labores dentro del proceso de producción.”* Com as novas possibilidades do Convenio com a Universidade Técnica, o trabalhador poderia escolher uma área para se especializar, geralmente próxima a sua função na indústria. Essa possibilidade mudou as perspectivas de futuro do operariado, bastava que lhes dessem tempo e ferramentas para aprender *“para que yo de una u otra forma represente mejor el trabajo que estoy haciendo; y con eso tener mejores aspiraciones a futuro, de lo que es mi desarrollo personal.”*⁸³

⁸¹ Leonel Zúniga García, socialista, trabalhava na empresa Vinos de Chile, participou do sindicato de empregados da empresa. Entrevista realizada pela autora em: 19 nov. 2009.

⁸² Mario Olivares Ríos, mirista, sindicalista, trabalhador da empresa Muebles Histon localizada no Cordón Vicuña Mackenna. Entrevista realizada pela autora em: 10 nov. 2009.

⁸³ Marcel Carrasco Valdivia, sindicalista e militante do MIR, operário de produção da empresa NOVIC localizada no Cordón Mapocho. Entrevista realizada em: 24 nov. 2009.

Algumas Universidades também se mobilizaram para propor convênios com esse propósito, como, por exemplo, o da Faculdade de Economia Política da Universidad de Chile com a Corfo para “*formación de técnicos y profesionales capaces de responder a las exigencias de la producción en las condiciones y perspectivas creadas por el proceso revolucionario en nuestro país.*”⁸⁴

A CUT chegou a realizar uma Conferência em novembro de 1972 para discutir com sindicatos as necessidades de capacitação e um plano para implantação das necessidades levantadas. Apesar de não termos dados concretos para mostrar a relação entre qualificação, participação e produtividade, temos a impressão, dada pelas entrevistas realizadas e as informações presentes nos jornais da época, que o incentivo à qualificação do trabalhador significou também um estímulo para sua participação em todo sistema que estava se estabelecendo dentro das indústrias, além da melhoria na produtividade.⁸⁵

Portanto, esses avanços produzidos pela eleição de Salvador Allende foram fatores que impulsionaram o rompimento da alienação do trabalhador em relação à sua condição. Como expressou Guido Carvajal⁸⁶, eles aprenderam a se valorizar enquanto trabalhadores.

Essas transformações entusiasmaram os operários que apoiavam a UP, os quais passaram a participar com maior intensidade dos trabalhos voluntários convocados pelo governo e das passeatas que se tornaram constantes.⁸⁷ Foi um momento de grandes manifestações públicas, demonstrando o caráter peculiar da experiência chilena. Exemplos, como o das faixas estendidas em Summar que diziam “*Aquí manda el trabajador y punto*” ou “*Aquí no entrarán los saboteadores*”, refletem também o sentimento pelo processo. De fato, havia uma mudança brusca em curso a favor dos menos favorecidos, que representavam a maioria dos trabalhadores, gerando um foco de grande tensão entre governo e trabalhadores que exigiam a estatização de todo setor produtivo chileno. Essa tensão foi, inclusive, um dos motivos para a organização do primeiro Cordón Industrial em 1972.

⁸⁴ Chile Hoy, nº 50, Santiago, Semana de 25 al 31 de mayo 1973, p. 14.

⁸⁵ Essa questão também está presente no livro de Espinosa; Zimbalist. Os autores realizaram, durante o governo Allende, uma pesquisa empírica nas indústrias manufatureiras no Chile que permitiu fazer esse tipo de relação. Cf. Espinosa; ZIMBALIST, op. cit.

⁸⁶ Guido Carvajal é comunista e foi dirigente do grêmio gráfico localizado no Cordón Vicuña Mackenna. Entrevista realizada pela autora em: 30 out. 2009.

⁸⁷ O Chile já tinha uma tradição de participação em trabalhos voluntários que foram intensificados durante o governo Allende.

1.2 Tradição Sindical: movimento, partidos políticos e mudanças no modo de atuar.

[...] la organización de los trabajadores en nuestro país há sido lenta y deficiente. [...] Yo no entiendo al dirigente sindical burocratizado al margen de la bullente actividad de trabajar también. Siempre habrá compatibilidad entre la acción de trabajo que debe hacer junto a sus compañeros ese dirigente sindical, y el tiempo necesario para defender a sus compañeros en el campo de su responsabilidad, como dirigente sindical y, en el campo de su responsabilidad, como trabajador en escala nacional.

(Salvador Allende, enero de 1971).⁸⁸

No início desta pesquisa, nos intrigava o motivo dos estudos existentes sobre os Cordones Industriales pouco destacar a atuação dos sindicatos entre as indústrias. As análises preferiam focar as interpretações sobre as estratégias políticas dos partidos ou de trabalhadores que pareciam desconectados com a tradição sindical chilena e com os próprios partidos, que recuperar a importância fundamental dos sindicatos no movimento popular chileno.

Uma das premissas desta investigação atribui à tradição sindical chilena⁸⁹ como um dos fatores que influenciou a organização e o desenvolvimento dos Cordones Industriales. Aliás, o reconhecimento da importância da tradição sindical na conjuntura política do Chile foi fundamental para as opções políticas realizadas pelo governo da UP, dentre elas, a de transformar a CUT em um dos pilares de sustentação do seu governo. Desse modo, nesta parte da nossa análise, buscaremos retomar a importância da história do movimento sindical demonstrando as características da tradição e suas mudanças em decorrência do governo da UP.

O histórico do movimento operário está diretamente relacionado ao processo de democratização do país e à elaboração de legislações específicas de regulação da relação capital-trabalho. Como afirma Crisostomo Pizarro, o século XX no Chile, foi um período de grandes greves operárias e marcou a presença do “povo trabalhador” na sociedade e na política.

⁸⁸ Salvador Allende. Escuela Sindical de Temporada, Universidad de Chile, Valparaíso, 13-01-1973. In: ALLENDE, Salvador. *Los trabajadores y la via chilena (discursos)*. Archivo Salvador Allende. México: Centro de Estudios Latinoamericano Salvador Allende, 1990,p.63.

⁸⁹ Trataremos nesta tese apenas da CUT e da sua relação conflituosa com os Cordones Industriales.

Segundo Francisco Zapata⁹⁰, a ausência de uma burguesia nacional que defendesse um plano de desenvolvimento para o país fundamentado no fortalecimento do capital nacional, na industrialização e no controle das empresas estrangeiras exportadoras, transferiu ao movimento operário a defesa da latente necessidade de modernização das estruturas econômicas do país. Neste sentido, a atuação organizada do operariado foi fundamental em três momentos políticos importantíssimos para o país: no rompimento entre *rotos* e latifundiários, no projeto de industrialização no governo da Frente Popular, e no projeto de transição ao socialismo no governo da UP.

As sucessivas mobilizações de trabalhadores no início do século XX assumem um discurso contundente de crítica às bases do capitalismo chileno, influenciados principalmente por comunistas e anarquistas. As demandas prioritárias dos trabalhadores estavam relacionadas às suas necessidades mais imediatas, como aumento salarial, benefícios econômicos, diminuição da carga horária trabalhada, melhores condições e relações de trabalho. As reivindicações, portanto, evidenciavam a urgente necessidade de frear os abusos patronais e de elaborar uma legislação que protegesse e instituisse mais direitos ao trabalhador.

Assim, o sindicalismo chileno se organiza a partir do processo de desenvolvimento do capitalismo e da crescente precarização do trabalho, principalmente nas áreas do setor de minérios (carbono, cobre e salitre) e na área industrial. Até 1920, seis características resumiam as difíceis condições de trabalho da época: 1) não havia convênios coletivos e formais, ou seja, os acordos eram individuais e verbais; 2) inexistência de indenizações para acidentes de trabalho, normas de higiene ou normas de segurança no campo, minas ou fábricas; 3) ausência de duração máxima para a jornada diária; 4) não obrigatoriedade de descanso aos domingos; 5) pagava-se o salário do trabalhador em espécie ou em “vales”; 6) utilização da mão de obra infantil, representando 8,5% do emprego total em 1908.⁹¹ Ao mesmo tempo, o custo de vida no país era alto e, como consequência, as classes mais baixas apresentavam alimentação deficiente, habitações insalubres e vestuário inapropriado. Os índices de desigualdade social, mortalidade (principalmente infantil), analfabetismo, doenças, como tuberculose e alcoolismo eram alarmantes.

Diante das precárias condições de trabalho, a única saída para os trabalhadores era se organizar e mobilizar o sindicato para pressionar o Estado a aprovar uma legislação que

⁹⁰ ZAPATA, Francisco. *Las relaciones entre movimiento obrero y el gobierno de Salvador Allende*. México: Ed. Estudios Sociológicos, 1976, p. 15.

⁹¹ MELLER, op. cit., p. 82-83.

assegurasse direitos à class, fato que ocorreu em 1931 com a aprovação do I Código de Trabalho do país. Desse modo, a existência de um sindicato atuante representava, de fato, “a” possibilidade de mudanças de vida para muitos trabalhadores chilenos.

O movimento sindical chileno inicia sua tradição no século XIX com a organização: das sociedades mutualistas, cuja característica era de cooperação mútua entre seus membros; das sociedades de resistências, que não foram numerosas, mas estavam concentradas entre os operários industriais e portuários; e das mancomunales, consideradas a essência do sindicalismo chileno e presentes, sobretudo, no norte do país. Essas organizações levantaram um ideário de “regeneração do povo”, baseados num projeto de caráter laico, democrático e popular.⁹² As primeiras experiências de organização operária ocorre principalmente entre os anos de 1880 e 1920, período que inicia o chamado ciclo do salitre no norte do Chile, e, posteriormente em toda região mineradora. Essa raiz do movimento nos setores ligados as atividades de mineração que eram dominadas por corporações e empresas estrangeiras influenciou o movimento a adquirir um forte discurso e tradição nacionalista.

As características do movimento sindical chileno, segundo Allan Angell⁹³, diferenciam-se, geralmente, das experiências latino-americanas em pelo menos três particularidades: primeira - o movimento sindical era representativo da força operária ativa, livrando-se de estereótipos de que era composto por uma elite de trabalhadores sem nenhum vínculo com a classe trabalhadora, e, ainda, conseguia atingir uma importante diversidade produtiva, tanto na cidade quanto no campo⁹⁴, apesar das limitações legais. Essas características possibilitavam que os principais interesses da classe trabalhadora estivessem refletidos nas plataformas dos sindicatos, e estabeleciam certos limites frente aos partidos políticos que atuavam no movimento; segunda – o movimento sindical não era controlado pelo Estado ou por empresários, nem por uma Secretaria ou Ministério do Trabalho e nem por um partido que estivesse no poder.⁹⁵ Os dirigentes sindicais, assim como a plataforma de um

⁹² TOSO, Serge Grez. *Salvador Allende en la perspectiva histórica del movimiento popular chileno*. In: VVAA. *Salvador Allende: Fragmentos para una historia*. Santiago: Ed. Fundación Salvador Allende, 2008, p. 275.

⁹³ ANGELL, Allan. *Partidos políticos y movimiento obrero en Chile*. México: Ed. Era, 1974, p. 14-15.

⁹⁴ A sindicalização no campo ocorreu principalmente após a promulgação da lei de Reforma Agrária aprovada em 1967 no governo do democrata cristão Eduardo Frei.

⁹⁵ Esse papel de controle ficou a cargo do Código de Trabalho aprovado em 1931. Ele instituía de forma minuciosa como deveria ocorrer à formação e funcionamento do sindicato, o que pode ser interpretado, de certa maneira, como uma ingerência do Estado sobre o movimento. Por exemplo, segundo o Código, a autoridade suprema do sindicato era a assembleia geral; o quadro diretivo consistia em cinco funcionários, dentre eles, o presidente, tesoureiro e secretários. As eleições deveriam ser anuais, exceto no caso dos sindicatos dos operários do cobre, no qual as eleições eram a cada três anos. O Código estabelecia inclusive regras de diferentes pesos para os votos de trabalhadores recém contratados e os mais antigos da empresa. Ou seja, a legislação ditava regras que o próprio movimento é quem deveria estabelecer, resultando, assim, em uma forma de controle do Estado sobre o movimento.

sindicato, sempre foram escolhidos e aprovados pelo movimento, sem a chancela de um órgão governamental; terceira – vários partidos de diferentes ideologias e inclusive conflitantes competiam ativamente para obter a direção dos sindicatos.

O sindicalismo chileno caracterizou-se pelo número crescente de pequenos sindicatos, concentrados, sobretudo, nas grandes cidades e no setor industrial.⁹⁶ Portanto, o desafio do movimento era criar entidades gerais que pudessem congregar toda essa fragmentação de sindicatos e aumentar o poder de pressão social. Por isso, o esforço principalmente da esquerda chilena foi fundar entidades nacionais como a Federación Obrera de Chile (FOCH) em 1909, a Confederación de Trabajadores de Chile (CTCH) em 1936 e a CUT em 1956.⁹⁷

Autores como Allan Angell, Sergio Barria e Crisostomo Pizarro defendem a tese, que, no Chile, é impossível falar em movimento sindical sem relacioná-lo com a atuação dos partidos políticos. Afirmam, ainda, que a principal característica do movimento sindical é sua extrema politização, mesmo que em níveis distintos. Em 1924, por exemplo, segundo Angell⁹⁸, a principal discussão entre os sindicatos era se o movimento sindical deveria ser revolucionário ou não. Também era pouco provável que um líder sem filiação partidária e sem o apoio expresso dos partidos conseguisse chegar à liderança de um sindicato ou de uma Federação.

Neste sentido, é plenamente possível estabelecer um paralelo entre o desenvolvimento das linhas políticas dos partidos de esquerda e sua unidade interna, principalmente do PC e do PS,⁹⁹ com a consolidação de entidades gerais do movimento operário. Os períodos de maior

⁹⁶ O autor Alan Angell apresenta dados de 1968 em que 63% dos sindicatos pequenos tinham menos de 100 membros e equivaliam a 21% do total de trabalhadores filiados. Os sindicatos profissionais eram ainda menores e tinham uma média de 98 membros. Cf. ANGELL, op. cit., p. 65.

⁹⁷ A FOCH (1909 – 1936) foi a primeira experiência de uma Federação Nacional que reuniu os sindicatos chilenos em torno de pautas comuns. Sua carta de princípios defendia a abolição do regime capitalista e a administração das indústrias pelo sindicato. A Confederación de Trabajadores de Chile (1936-1946) possibilitou maior organização do movimento sindical. Segundo S. Barria, a falta de democracia interna e a intolerância ideológica entre as diversas correntes do movimento, as divisões internas do PS e do PC, conjuntamente com a repressão do Estado, provocaram sua desarticulação. Em 1950, iniciaram os esforços para a constituição da CUT com a criação do Movimiento Unitario de Trabajadores. Em 1952, formou-se a Comissão Nacional de Unificação, que aprovou uma plataforma de luta composta por 15 pontos reivindicativos que incluíam a igualdade de salários entre empregados e operários, nacionalização de empresas estratégicas, participação dos trabalhadores na direção das empresas, plano nacional de habitação, etc. Oficialmente, o Congresso Constituinte da CUT é realizado em fevereiro de 1953 com a participação de 2.355 delegados de 952 organizações sindicais. Cf. BARRIA, op. cit., p. 49.

⁹⁸ ANGELL, Alan. *Partidos políticos y movimiento obrero en Chile*. México: Era, 1974.

⁹⁹ Resumidamente, o PC nasce em 1922 do antigo Partido Obrero Socialista fundado por Luis Recabarren, considerado pai do sindicalismo chileno, em 1912. O PC sempre foi caracterizado como fiel seguidor das linhas políticas da URSS. Sua linha política até 1934, sua atuação, estava baseada no conceito de “classe contra classe”, após esse período passa a adotar a linha da “Revolução por etapas”, possibilitando alianças táticas com setores do centro político, como Partido Radical. O PC ainda passa os anos de 1948 a 1958 na clandestinidade em função da promulgação da lei de defesa da democracia (lei maldita). O PS é fundado em 1933 por meio da fusão de uma série de movimentos socialistas: Partido Socialista Marxista, Nova Ação Pública, Ação Revolucionária

dificuldade do movimento sindical também significaram um período difícil internamente para os partidos. Podemos citar o caso da Confederação de Trabalhadores do Chile (CTCH), que em 1946 realizou dois congressos no qual foram eleitas duas direções: uma de comunistas e outra de socialistas. Neste período, PS e PC estavam debatendo, internamente, suas linhas políticas e suas difíceis experiências nos governos da Frente Popular e, sobretudo, da Alianza Democrática, período em que ocorreu uma intensa repressão aos movimentos populares. Em 1948, o PS se dividiu em duas principais correntes: Partido Socialista de Chile e Partido Socialista Popular. Já o PC estava, em 1948, na clandestinidade em função da Lei de Defesa da Democracia (Lei Maldita) decretada por Gabriel Gonzalez Videla, governo ao qual os comunistas chegaram a apoiar e dele participar.¹⁰⁰

Além de todas essas questões internas, comunistas e socialistas travavam uma luta fratricida pelo controle do movimento sindical. Com essas intensas divisões, a CTCH foi extinta justamente no ano de 1948.

Assim, as experiências de organizações únicas como a FOCH e a CTCH apresentaram, dentre diversos motivos para suas dissoluções, a falta de coesão política entre as tendências dos partidos políticos e a instabilidade do jogo democrático. Por isso, a afirmação de que o avanço da causa sindical dependeu do avanço da esquerda chilena,¹⁰¹ e, estes, da consolidação do Estado Democrático chileno.

Somente com a unificação do PS, em 1957, e com a aprovação da estratégia da Frente de Libertação Nacional pelo PC, nos anos 50, foi possível almejar a unidade sindical e a aliança eleitoral entre comunistas e socialistas. Tanto PC quanto PS estavam convencidos da necessidade de constituir uma unidade política entre eles para avançar eleitoralmente. A partir daí, construíram um intenso debate para tentar consolidar uma pauta programática que materializasse uma aliança eleitoral sólida, que, posteriormente, gerou a candidatura de Salvador Allende para a presidência da república em três momentos: 1958, com a Frente del Pueblo; 1964, com a Frente de Acción Popular (FRAP); e 1970, com a UP. Em 1950 também se iniciam os esforços para construir uma nova central sindical nacional para representar a classe trabalhadora.

Diante dos esforços de convergência da esquerda e após muitas discussões no

Socialista e Ordem Socialista. O PS, até 1973, se definia como um partido marxista, porém discordava das teses da ditadura do proletariado. Era crítico da II Internacional e da III Internacional Comunista, e por isso não se filiou a nenhuma das duas. As divisões internas do PS sempre foram desafios a serem superados pelo Comitê Central e por seus militantes. PS e PC, juntos, hegemonizavam o movimento sindical.

¹⁰⁰ O PC também foi considerado ilegal no período que compreende os anos de 1927 a 1931, no regime de Ibañez.

¹⁰¹ ALVAREZ, Rolando. *¿Represión o integración? La política sindical del régimen militar. 1973-1980*. In: Revista História, Universidad Católica de Chile, n. 43, vol. II, Santiago, julio-diciembre 2010.

movimento sindical, finalmente, em 1953, é organizada a CUT, que será a entidade que tentará dar à classe trabalhadora a unidade idealizada desde a organização da FOCH. Era consenso entre o movimento operário que esta nova entidade deveria se manter longe das disputas partidárias e fortalecer os sindicatos de base. Apesar da concordância do PC e do PS com essas teses, não demorou muito para os dois partidos disputarem acirradamente o controle de cada sindicato, afinal, os trabalhadores eram a base política dos dois partidos.

Para a esquerda, atuar na direção do sindicato também era o caminho natural para obter base política e disputar o aparato do Estado.¹⁰² Entre as décadas de 30 e 60, dirigentes sindicais comunistas e socialistas, oriundos de setores com maior tradição sindical, passaram a participar exitosamente em eleições para o parlamento.¹⁰³ Com isso, os sindicatos puderam contar com maior respaldo em suas negociações com o parlamento para aprovação de leis que beneficiassem o conjunto da classe operária.

A relação entre partido e sindicato sempre foi questão muito complexa internamente para os movimentos, uma vez que não poderiam tornar-se uma simples “correia de transmissão ideológica”. Essa relação era permeada por tensões, uma vez que os trabalhadores que detinham filiação partidária e militavam em um sindicato tinham que conciliar reciprocamente o interesse da classe aos do partido.

No entanto, durante o governo Allende, como veremos no desenvolver dessa tese, as diferenças entre as linhas políticas do PC e PS geraram incertezas no movimento, ataques mútuos nas assembleias e, por diversas vezes, a divisão das bandeiras políticas e ações do movimento.¹⁰⁴

Como afirma Angell¹⁰⁵, os trabalhadores sindicalizados também eram cidadãos e eleitores, e, em uma sociedade democrática, politizada e partidarizada, era de se esperar que essas condições se refletissem no movimento sindical. Barria aponta que a própria luta institucional para aprovação de leis favoráveis aos trabalhadores aproximava sindicatos dos partidos políticos, sem citar a debilidade econômica dos sindicatos imposta pelo Código de Trabalho, que os obrigavam a buscar apoio dos aliados políticos para seu funcionamento.¹⁰⁶

¹⁰² Cf. PIZARRO, Crisostomo. *La huelga obrera en Chile 1890-1970*. Santiago: Sur, 1986, p. 193.

¹⁰³ Durante o período de 1937 a 1969, foram eleitos para o Parlamento 19 dirigentes da área de extração de salitre, 15 ferroviários, 9 do setor industrial, 6 portuários, 5 do setor de carvão e 5 ligados à extração de cobre. Até início dos anos 70, foram 224 deputados socialistas e comunistas eleitos e 29% tinham procedência operária. Apesar deste número significativo, as direções partidárias nacionais tanto do PS como do PC tinham pouca participação de líderes operários. Geralmente estes eram representados por dirigentes da CUT. Cf. *Ibid.*, p.192.

¹⁰⁴ O documentário *La Batalla de Chile - parte III* do director Patricio Guzman apresenta algumas dessas discussões nas assembleias de sindicatos durante os anos de 1970-1973.

¹⁰⁵ ANGELL, op. cit., p. 215.

¹⁰⁶ É importante pontuar que o Código de Trabalho de 1924, que regulamentou a organização e a atuação de sindicatos, estabelecia regras duras relacionadas ao financiamento das atividades sindicais. Era proibido, por

No entanto, afirma também que o movimento tinha um importante respaldo na base procurando valorizar e respeitar seus fóruns deliberativos nos quais eram aprovadas as pautas políticas e a diretoria.

O movimento sindical possui uma particularidade relevante que foi fortalecida a partir da industrialização do país e da criação de entidades sindicais nacionais: a utilização recorrente de ações grevistas como principal forma de atuação. Geralmente as greves eram frequentes, de curta duração e com pouca articulação entre as diversas indústrias. Em regra, a pauta prioritária estava relacionada à demanda por salários. As greves ilegais eram as mais comuns e numerosas e, geralmente, se originavam de forma mais espontânea, muitas vezes, por um fato específico dentro da fábrica, contra determinadas atitudes unilaterais do empregador.¹⁰⁷

Segundo dados apresentados por Manuel Castells¹⁰⁸, a partir do ano de 1965, período que compreendeu o governo Eduardo Frei e Allende, houve um aumento no número de greves no país. Enquanto em 1965 houve 772 greves, no ano de 1967 ocorreram 2.177. A maioria por razões salariais e pela defesa da livre organização dos trabalhadores,¹⁰⁹ mas também por razões políticas camufladas em demandas sociais.¹¹⁰ Durante o governo Allende, também ocorreram greves. Segundo Troncoso¹¹¹, só no ano de 1971, foram 2.709 greves, e no primeiro semestre de 1972, 1.763. Não sabemos, porém, se as paralisações estão

exemplo, ter fundos para o caso de deflagração de uma greve. Assim, normalmente os sindicatos recorriam aos partidos políticos para ajudarem no financiamento de suas atividades. Também só tinham direito a algum tipo de financiamento os sindicatos legais. Para se ter um parâmetro, a CUT só foi reconhecida legalmente no governo Allende (1971) e, como os sindicatos profissionais e as federações não tinham o direito de receber recursos do Estado ou das indústrias provenientes das cotas sindicais ou de “reparto de utilidades”, a CUT sempre esteve em crise financeira. Cf. ANGELL, p. 69, 73-74.

¹⁰⁷ A CUT convocou em toda sua história 12 greves gerais nos seguintes anos: 1954, 1955, 1960, 1962, 1964, 1966, 1967, 1969, 1970.

¹⁰⁸ CASTELLS, Manuel. *La lucha de clases en Chile*. Argentina: Siglo XXI, 1974.

¹⁰⁹ O governo Eduardo Frei (1964-1970) é marcado por grande mobilização em especial por duas questões: o projeto de Lei que estabelecia normas jurídicas para os sindicatos e a Lei de Reforma Agrária e sindicalização no campo, aprovada em 1967. O projeto de lei sindical foi duramente criticado pela CUT porque, sob o lema “liberdade com pluralismo sindical e filiação partidária”, previa a filiação voluntária, a liberdade para um sindicalizado se desfiliar do seu sindicato de base e ainda a liberdade do sindicato se filiar a federações e confederações. A CUT defendia o lema “liberdade com unidade sindical e filiação obrigatória” e denunciou o governo por tentar dividir o movimento e criar Federações e Centrais ligadas à DC, como o Comando Nacional de Trabalhadores, para diminuir a representatividade da CUT. O projeto de lei foi desmembrado e apenas o tema da Sindicalização camponesa foi levado à votação e aprovado no parlamento.

¹¹⁰ Resumidamente, tanto o governo Eduardo Frei quanto o governo Allende caracterizam-se pela radicalidade de implantação de dois projetos: Revolução em Liberdade e a Via Chilena ao Socialismo. No governo Eduardo Frei, além da mobilização da CUT contra algumas ações do governo, houve grande mobilização social para aprovação da lei de reforma agrária. No governo Allende, as greves estavam ligadas à disputa do projeto tanto pela direita quanto pela esquerda.

¹¹¹ TRONCOSO, op. cit., p. 218.

contabilizadas conjuntamente com o número de greves no governo Allende¹¹² e qual a sua finalidade política. Como afirma o próprio autor, outras formas de mobilização também foram utilizadas durante o governo, como, por exemplo, as ocupações de fábricas. Em 1970 foram 137; em 1971 foram 378; de janeiro a maio de 1972 foram 299 ocupações.

O autor Julio Faúndez¹¹³ explica que as estatísticas sobre greves durante o governo da UP devem ser interpretadas com grande cautela por três razões: a) em alguns setores da economia, em particular na indústria, as paralisações eram estimuladas por ativistas de partidos ou por trabalhadores para pressionar o governo a intervir ou requisitar a indústria; b) as greves se converteram, durante todo o período e, principalmente, a partir de outubro de 1972, em armas da oposição ao governo; c) durante o governo da UP a greve vai perdendo espaço para outras formas de luta, em especial, para as ocupações de indústrias.

A CUT, por exemplo, liderou apenas uma paralisação nacional no dia 21 de junho de 1973, e, mesmo assim, em defesa do governo popular. A mobilização, chamada de Paro Nacional, contou com diversas colunas de trabalhadores que saíram em passeata das fábricas em direção ao Palácio La Moneda, onde discursaram Armando Garrido pela Confederação do Cobre, Jorge Godoy pela CUT e o presidente Salvador Allende.

Em 1970, a CUT já era uma entidade sindical consolidada e de prestígio no país.¹¹⁴ Sua declaração política apresentava uma posição a favor da transformação da sociedade, apesar de não citar a palavra socialismo para atrair a participação da DC e conservar sua unidade política. Neste sentido, a CUT foi construindo, desde sua fundação, uma ação política para além da defesa das necessidades dos trabalhadores, corroborando com a aliança programática entre comunistas e socialistas.

Como resume Angel¹¹⁵, as tensões internas na CUT continuavam a refletir os conflitos entre as bases políticas dos partidos políticos. Geralmente os socialistas faziam eco à insistência do partido na ação revolucionária, mesmo que de maneira vaga; os radicais e os democrata-cristãos lutavam para fazer prevalecer políticas mais moderadas ainda que conflituosas; os comunistas tentavam atuar como intermediários para manter a unidade e a representatividade de todas as forças políticas no interior da Central.

Estruturalmente, a CUT se organizava por rama de atividade e por Conselhos de Federação. A Central tinha dificuldades de se organizar regionalmente e estabelecer canais

¹¹² São pouquíssimas as manchetes de jornais da época, tanto ligadas a setores de direita quanto de esquerda, que apresentam notícias relacionadas às greves. Geralmente são paralisações de no máximo dois ou três dias. Por isso, nossa dúvida quanto aos números apresentados pelos autores.

¹¹³ FAÚNDEZ, op. cit., p. 262.

¹¹⁴ ANGELL, op. cit., p. 93-94.

¹¹⁵ ANGELL, op. cit., p. 225.

diretos com os sindicatos de base, em uma greve, por exemplo, dependia da posição das Federações e Confederações para obter a adesão massiva dos trabalhadores.

Setores oposicionistas, principalmente ligados à esquerda do PS e ao MIR diziam que esse tipo de estrutura burocratizava a entidade, dificultava a participação dos trabalhadores na base e tornava as reivindicações mais corporativistas. Essa foi, inclusive, uma das inovações dos Cordones Industriales, ou seja, o contato direto entre sindicatos de diferentes ramas produtivas de uma mesma região, mobilizadas por pautas comuns.

Segundo Hugo Cancino, a classe operária era a força de trabalho preponderante em 1970, sendo que a pequena e média indústria conformavam 56% dos assalariados industriais. A sindicalização chilena teve um aumento significativo no governo Eduardo Frei (1964-1970) em função da aprovação da lei de sindicalização do campo. Em 1966, a taxa de sindicalização era de 12,7%; em 1970, passa para 20,6%; chegando, em 1972, a 28,75%. Ou seja, Allende se elegeu em um momento de crescente sindicalização que continuou durante os anos seguintes. No entanto, ao se comparar com os números de trabalhadores aptos a sindicalizar-se (2.165.947 trabalhadores), menos de ¼ estavam organizados, em função principalmente das regras existentes no Código de Trabalho. Neste sentido, veremos que os Cordones Industriales, por não se constituírem em uma entidade sindical, ocuparam um espaço importante entre sindicatos organizados, porém, não filiados à CUT, e entre trabalhadores não organizados.¹¹⁶

Tabela 2 – Número de Sindicalizados por tipo de sindicato. 1958-1970.¹¹⁷

Ano	Sindicatos Industriais (Operários)	Sindicatos Profissionais (Empregados)	Sindicatos Agrícolas	Total
1958	154.650	119.666	2.030	276.346
1964	142.958	125.926	1.658	270.542
1970	197.651	239.343	114.112	551.086

¹¹⁶ TRONCOSO, op. cit., p. 214.

¹¹⁷ *Tercer Mensaje del Presidente Allende al Congreso Nacional*. Santiago, 1973. In: TRONCOSO, op. cit., p. 214.

A eleição do primeiro presidente socialista no Chile, a implantação do projeto apresentado pela Unidade Popular e as disputas geradas entre todos os setores políticos da sociedade alteraram substancialmente a atuação dos movimentos populares e, sobretudo, da tradição sindical exposta até aqui.

O presidente da CUT, Luis Figueroa, ressaltou em discurso no acampamento Maria Elena em 1972¹¹⁸ que, a dimensão do projeto da UP não permitia aos sindicatos continuar se preocupando em lutar pelas reivindicações salariais. Nesse novo momento, os sindicatos deveriam se preocupar em resolver os problemas de caráter social e cultural das massas e ainda melhorar a produção. Reiterou em seu discurso que, em períodos anteriores, os trabalhadores necessitavam se unir para se defenderem da exploração, naquele momento a unidade da classe era para “*construir la felicidad del pueblo.*”¹¹⁹

As transformações ocorridas durante o governo tiveram grande repercussão e modificaram sua estrutura de atuação, uma vez que os trabalhadores estavam no centro do projeto de transição ao socialismo. Essa mudança não foi entendida e nem aceita por todos os grupos políticos que participavam do movimento. Tampouco era fácil compreender o momento do governo popular e adequar as ações da central à nova realidade. Aliás, diria-se que esse foi o grande desafio dos movimentos populares naquele momento.

Esperava-se que os sindicatos adotassem uma nova mentalidade e que rompesse com suas características tipicamente constituídas no regime capitalista. O movimento sindical deveria assumir a responsabilidade de contribuir com o aumento da produção, com a diminuição das falhas no processo produtivo, no aproveitamento de matéria prima, no melhor uso da maquinaria, no aperfeiçoamento técnico e no auxílio mútuo entre os diversos setores da empresa. Junto a todas essas questões, dever-se-ia estimular moralmente e materialmente a totalidade dos trabalhadores.¹²⁰ Portanto, a defesa dos interesses dos trabalhadores associava-se a defesa do processo global de transformação, respeitando inclusive os limites do governo em prover as mudanças em todas as estruturas produtivas.

Entretanto, como lembra Hugo Valenzuela, os sindicatos não sabiam como se organizar diante da estatização das empresas e, ainda menos, como modificar sua tradição para enfrentar os desafios que vieram com o governo da UP. Esse foi um processo de constante aprendizado para o operariado, mas também para os movimentos populares e

¹¹⁸ Acampamentos são locais em terreno aberto, utilizados para moradia improvisada. O acampamento de Maria Elena localizava-se em uma região salitreira no norte do Chile.

¹¹⁹ El Siglo, Santiago, mayo de 1972.

¹²⁰ ALEMANY, Cláudio. *La clase obrera por su gran experiencia esta en condiciones de vencer los obstáculos*. In: FARIAS, Victor. *La Izquierda Chilena (1969-1973): Documentos para el Estudio de su línea Estratégica*. Santiago: CEP, 2001, p. 966.

partidos políticos:

[...] (Después de la estatización) se nos entregan las llaves a nosotros, como una entrega simbólica, las llaves de la empresa y entonces rápidamente nosotros llamábamos a una asamblea general con los empleados particulares, informamos de que la empresa ha sido estatizada y que está ahora en manos de los trabajadores y que nosotros esperamos organizarnos para poder enfrentar este nuevo período que iba a ser difícil y nuevo para todos. Entonces empezaron las preguntas que yo no sabía responder como dirigente sindical, “qué va a pasar ahora, qué es la unidad popular, cuál es la participación...” no tenía yo idea de que responder, ni los dirigentes sindicales que me acompañaban tampoco, entonces para nosotros comenzó un período de actividad permanente... no había institutos laborales que te pudieran enseñar lo que estaba pasando, entonces nosotros recurrimos a los viejos dirigentes sindicales,... nos hicieran educación política, pero la educación estaba muy dedicada al militante político y no al trabajador... empieza un proceso de aprender y enseñar.¹²¹

E, hoje, contemporizando, Hugo Valenzuela afirma que os trabalhadores chilenos não estavam preparados para um processo como aquele proposto pela UP. Faltava experiência para enfrentar o novo momento e, por isso, a solidariedade e o apoio entre os “companheiros” tornaram-se fundamentais para a constituição das novas relações no interior do espaço de trabalho:

[...] nosotros no estábamos preparados para un gobierno de la magnitud de Salvador Allende, de las pretensiones que tenía, de transformar la sociedad, nosotros éramos trabajadores que sentíamos que veíamos muchas injusticias y que eso se reflejaba en los salarios bajos, pero no teníamos idea como políticamente podíamos organizarnos... en su gran mayoría los trabajadores no tenían idea de lo que era la unidad popular y no tenía idea de como iba a funcionar esto, de estatizar la empresa, que rol íbamos a jugar los sindicatos, los trabajadores, que iba a pasar con las dirigencias antiguas de la empresa...¹²²

Notadamente, os trabalhadores sindicalizados estavam acostumados a deflagrar greves, realizar piquetes, paralisar a produção, atuar contra os governos e empresários.

Allende e partidários realmente presumiam que era fundamental dispor da atuação da

¹²¹ Hugo Valenzuela, socialista, presidente do sindicato de empregados da indústria SUMAR que estava localizada no Cordón San Joaquín. Entrevista realizada pela autora em: 24 set. 2009.

¹²² Ibid.

CUT e de outras organizações populares para coordenarem as ações das classes sociais que acreditavam no governo. Para a UP, o sindicato teria o papel de dirigir, orientar e fiscalizar o processo político nos meios de produção. Entretanto, a ação mais radical de alguns sindicalistas e partidos políticos, em conjunto com a conjuntura polarizada e com as expectativas dos trabalhadores, demonstrou ser um estímulo à mobilização para além do domínio governamental.

Essa convicção de controle das forças sociais apresentada pela UP tinha como fundamento um traço político relevante da sociedade chilena: a tradição da atuação organizada dos trabalhadores.

De acordo com as leituras e entrevistas realizadas para essa pesquisa, sintetizamos quatro principais questões que impactaram na forma de atuar do sindicalismo chileno no período do governo da Unidade Popular. Certamente, também influenciaram a organização dos Cordones Industriales que criticavam, principalmente, a falta de independência da CUT em relação ao governo.

A primeira questão para o movimento sindical chileno foi atuar no marco de um governo popular. Segundo Franck Gaudichaud, algumas pesquisas realizadas nos anos 60 e 70 demonstraram que os dirigentes dos sindicatos industriais consideravam sua organização mais como um instrumento de luta econômica do que propriamente de mobilização política.¹²³

Como afirmou Luis Figueroa, presidente da CUT no período, os movimentos populares passaram anos se opondo às políticas estatais que pouco lhes ofereciam e, agora, se viam diante do desafio de atuarem num marco de grande identificação com as propostas e ações do governo popular, porém, sem perder a independência enquanto entidades políticas. Tornou-se evidente a existência de uma linha tênue separando o apoio à estabilidade política do governo e a luta pelas reivindicações do operariado. Era necessário medir a intensidade da atuação do movimento para não fragilizar o governo.

Essa nova realidade introduziu no interior do movimento grandes debates que exigiam menos corporativismo e mais avaliação política. Esse giro na tática do movimento operário produziu dificuldades no meio sindical. Aos olhos de seus filiados, os sindicatos não poderiam se tornar apenas um canal de reprodução das políticas governamentais, mas, ao mesmo tempo, deveriam garantir a implantação do programa popular.

A segunda questão, em especial da CUT, mas que repercutiu na base do movimento, foi o seu apoio ao governo. A concretização desse apoio ocorreu ainda em 1970, com a

¹²³ GAUDICHAUD, Franck. *La CUT, las luchas obreras y los Cordones Industriales en el período de la UP en Chile (1970-1973)*. Disponível em: <www.rebellion.org>. Acesso em: 05.03.2010.

assinatura da Ata CUT-Governo, que se materializou em diversos convênios durante o governo. Na prática, o movimento sindical estava se redefinindo e, em consequência, desenvolvendo uma nova geração de dirigentes sindicais que, além de representar a classe, assumia a liderança de tarefas administrativas, comerciais e técnico-profissionais na indústria.

É importante ressaltar que até 1970, a Central adotou uma postura de relativa independência com os governos eleitos, com exceção apenas para o governo da Frente Popular (1938-1941). Entretanto, desde o início do governo Allende, a CUT tornou-se fiel colaboradora do governo. É claro que a hegemonia dos dois principais partidos de esquerda, o PS e o PC foi fator decisivo ao apoio. Allende reafirmou, em 1971, a importância da parceria entre CUT e Governo: *“una parte del gobierno está en manos de los trabajadores a través de los partidos populares y de la Central Única, que representa a todos los niveles de la organización sindical [...]”*¹²⁴

A CUT aprovou em seu 6º Congresso realizado em 1971, sob o lema “Los Trabajadores Construyen el nuevo Chile”, o apoio ao governo da UP: *“Los trabajadores son sin lugar a dudas los principales responsables del éxito del gobierno popular... la misión de esta potente fuerza de la sociedad chilena es empujar, fortalecer y consolidar el proceso revolucionario que ha iniciado el pueblo de Chile.”*¹²⁵ O documento ainda justifica formalmente que o apoio ao governo tinha como parâmetro os pontos comuns entre o programa básico da UP e os objetivos aprovados no 4º e 5º Congresso Nacional da CUT, uma vez que postulavam um governo antiimperialista, antioligárquico e antifeudal. Mas, a principal justificativa foi a elevação nas condições de vida e trabalho do operariado chileno, além da sua efetiva participação na direção das indústrias, influenciando diretamente nas transformações econômicas e sociais.

A única opção aos democrata-cristãos presentes no congresso foi se retirarem já que reclamavam da posição da CUT, reivindicavam autonomia frente ao governo e exigiam uma “devida representação política.”¹²⁶ Se, desde a organização da Central, o movimento buscava manter a participação da DC para garantir a unidade sindical, neste momento, o apoio ao governo tornou-se decisivo para uma virada política interna na entidade. A DC ficou fora da CUT até a eleição direta de 1972, em que, sob o lema “Uma oposição revolucionária a um governo revolucionário”, conquistou 24,6% dos votos elegendo 16 diretores, obtendo a

¹²⁴ Parte do discurso realizado nas comemorações do Dia do Trabalho em 1971. Cf. QUIROGA, op. cit., p. 66.

¹²⁵ CUT, Memória del Consejo Directivo al 6º Congreso Nacional de la CUT – 8 a 12 de diciembre de 1971: Los trabajadores Construyen el Chile Nuevo. Santiago, 1971. Folheto.

¹²⁶ GONZALEZ, op. cit., p. 111.

primeira maioria em Santiago e a vice-presidência da Central.¹²⁷

Uma terceira questão importantíssima para o movimento sindical ocorreu em 3 de novembro de 1972, período no qual a CUT alterou a linha de apoio ao governo a partir da nomeação do presidente e do secretário geral da entidade, Luis Figueroa e Rolando Calderón, como Ministro do Trabalho e Ministro da Agricultura. A CUT agora era governo. Logo ao assumir o cargo, Figueroa, em entrevista ao jornal *El Siglo*¹²⁸, afirmou que a nomeação de dois dirigentes sindicais significava um reconhecimento por parte do governo da existência de um movimento operário desenvolvido, consciente e patriótico. Reiterou ainda que não era contraditório ser ministro e dirigente sindical:

he venido al ministerio para cumplir con el Programa de Gobierno, que el actual gabinete cumplirá sin dilación porque esa es la voluntad ciudadana. Pero también estoy para cumplir con las resoluciones del VI Congreso de la CUT porque no hay contradicciones entre ser dirigente de la CUT y ministro de ese gobierno por el carácter de este y por la declaración de principios de la central.¹²⁹

Em reunião realizada no dia 13 de novembro de 1972, o Conselho Diretivo da CUT homologou a substituição dos representantes dos cargos de presidente e vice-presidente da entidade. O comunista Jorge Godoy e o socialista Manuel Dinamarca ocupariam os respectivos cargos. Entretanto, Luis Figueroa foi mantido no conselho nacional, garantindo o seu vínculo na segunda instância mais importante da entidade.

É interessante comentar que, em 1952, quando presidente Carlos Ibáñez foi eleito Presidente da República, um dos seus primeiros atos foi convidar o dirigente sindical da CUT, Leandro Moreno, para assumir o Ministério do Trabalho. Naquela ocasião, a Central criticou a postura do seu militante que aceitou o convite e o desligou de todos os vínculos com movimento sindical por não ser compatível à atuação na central e no governo.

A análise dos jornais do período da UP¹³⁰ indica que, entre a esquerda, não havia grandes divergências quanto a participação da CUT no governo. A questão mais importante naquele momento, não era a independência da entidade, mas garantir o processo de mudanças

¹²⁷ Nessa eleição, o PC obteve 173.068 votos, elegendo 18 dirigentes; o PS obteve 148.140 votos, elegendo 16; o Partido Demócrata Cristão, 147.531, elegendo também 16 representantes; MAPU (dissidência da DC) obteve 25.983 votos, elegendo 2 representantes; Partido Radical, 21.910, elegendo 2 representantes; e o MIR, 10.192, elegendo 1 representante. Os outros partidos, como União Socialista Popular, Esquerda Radical, Comunista Revolucionário, Esquerda Cristã, Social Demócrata, Independentes e Anarquistas não elegeram nenhum dirigente da CUT. Chama a atenção à baixa votação do MIR na eleição da Central. Cf. ZAPATA, op. cit., p. 58.

¹²⁸ *El Siglo*, Santiago, 4 de novembro de 1972.

¹²⁹ *Clarín*, Santiago, 16 de novembro de 1972.

¹³⁰ *El Rebelde* (MIR), *El Clarín* (PS), *El Siglo* (PC) e *Chile Hoy* (revista de esquerda).

no país. O que mais incomodava os setores mais radicalizados eram as concessões realizadas pelo governo à DC, a lentidão no processo de estatização dos meios de produção e a incorporação de militares nos ministérios.

Tanto para o MIR quanto para o PS, a entrada de representantes da CUT no governo não poderia significar a contenção das demandas dos trabalhadores. O papel desses representantes deveria ser aceitar e facilitar a implantação das reivindicações dos trabalhadores, principalmente nas questões relacionadas à ocupação das indústrias.

A mesma opinião tem a maioria dos nossos entrevistados, trabalhadores dos Cordones Industriales. Para eles, era natural a incorporação de Figueroa ao governo, e significava a confiança do companheiro presidente nos trabalhadores chilenos.

O jornal *El Mercurio*¹³¹, abertamente contrário ao governo, anunciou que a participação da CUT no governo significava o primeiro passo para transição chilena ao esquema trabalhista soviético, em que dirigentes sindicais eram meros executores das decisões governamentais que afetavam aos trabalhadores, perdendo sua característica de porta vozes das demandas dos operários. Ainda, na mesma matéria, anunciava que os próximos passos seria a extinção das eleições para Central e a indicação da diretoria via partidos políticos.

Após o golpe militar, em 1975, já no exílio, Luis Figueroa faz autocrítica quanto à incorporação da CUT no governo. Segundo ele, esse processo não ajudou a dar unidade à classe trabalhadora, pelo contrário, significou o fim da tradição da unidade sindical e da tentativa de convergir os interesses da classe. Ao mesmo tempo, afastou os setores mais avançados da DC do movimento popular corroborando de alguma maneira com a estratégia dos setores internos mais conservadores que buscavam o enfrentamento com o governo:

La CUT no es un organismo de la Unidad Popular. No es su séptimo partido. Es una organización sindical de los trabajadores en la cual hay militantes de la UP y también de otros partidos. Cometimos otro error durante el gobierno de la UP llevando a la CUT al gobierno, amarrándola a toda la alternativa del gobierno y enfrentándonos al peligro de la división de la clase. La DC estuvo con el Golpe porque no supimos trabajar con ellos en el sector sindical. Estos errores históricos se pagan muy caro.¹³²

A quarta questão, porém, não implantada completamente, está relacionada à

¹³¹ *El Mercurio*, Santiago, 6 de novembro de 1972.

¹³² GONZALEZ, op. cit., p. 141.

necessidade de adequação orgânica da estrutura sindical ao novo momento vivido. Em relação à Central, era necessário que sua estrutura absorvesse e estimulasse internamente o sentimento de participação das bases no processo político, inaugurado, inclusive, pelo próprio governo, através da criação de mecanismos de atuação dos trabalhadores nos comitês das indústrias nacionalizadas e mistas e no campo. A Central chegou a aprovar no Conselho Diretivo de 1971 mudanças em sua estrutura para adequar a entidade ao novo momento em que vivia o país. A primeira questão era a continuidade da organização sindical por rama de atividade econômica. No entanto, criar-se-ia uma entidade única a nível nacional, integrada à CUT, que agruparia todos os trabalhadores antes divididos por categoria, unificando a atuação entre operários, empregados, profissionais e técnicos. Entre o sindicato único nacional por rama e suas organizações de base (sindicatos) deveria existir instâncias intermediárias que poderiam ser de caráter territorial, como, por exemplo, organizações comunais, departamentais, provinciais, etc.

A CUT ainda reafirmava que não era possível estabelecer um modelo de organização único, e que seria necessário respeitar as diferenças e características dos setores produtivos, mas manteve sua unidade sindical. Porém, alertava que a mudança estrutural da entidade necessitaria de tempo principalmente para adaptações.¹³³ Entretanto, essas transformações organizativas não ocorreram efetivamente e a CUT sentia sua liderança política ameaçada por novos organismos, principalmente pelos Cordones Industriales. De fato, a estrutura da CUT já não era adequada para o momento político de intensa participação das bases dos sindicatos que organizaram uma importante rede de colaboração, atuação e pressão, independente das ações da Central.

A articulação política realizada entre os sindicatos que compunham os Cordones Industriales evidencia novas possibilidades de organizar o movimento popular. Unir as demandas, os problemas e as soluções entre as fábricas de uma mesma região, junto às prioridades e necessidades da comunidade dos bairros próximos, eram formas de expandir, fortalecer e adequar o movimento sindical à nova realidade política.

Assim, o significado do governo Allende para as classes trabalhadoras impulsionou mudanças de uma tradição sindical construída a partir do século XIX que estava baseado em um movimento preocupado em obter melhorias econômicas e, por isso, atuava por ramos de produção. No governo popular, a classe estava preocupada com as condições econômicas, mas também em garantir e expandir os direitos e melhorias já obtidas, criando, inclusive,

¹³³ CUT, op. cit., p. 29-31.

novos espaços políticos. Essas melhorias tornar-se-iam realidade principalmente após a estatização das empresas, transformando-se na principal reivindicação de parte dos sindicatos chilenos.

1.3 “¿Queremos participar de las decisiones!”: Sistema de Participação dos trabalhadores industriais

He dicho que en las empresas privadas y públicas debe haber comités de producción porque nuestra necesidad fundamental, nuestra prioridad básica, es aumentar la producción. Tantas veces lo he dicho y tantas y tantas veces lo volveré a decir: los pueblos progresan solo trabajando, produciendo más, estudiando más. Pero es muy distinto – y esto lo entienden y lo saben – trabajar para una minoría que producir para Chile y para todos.

(Salvador Allende, 1º de mayo de 1971)¹³⁴

Sendo consequente com o projeto político, a UP propôs um modelo de participação dos trabalhadores chilenos na APSM, como elemento essencial para construção de relações sociais socialistas. Dizia o programa da UP que toda empresa da Área Social deveria ter conselhos diretivos e comitês de produção dirigidos por operários e empregados. Seria então a base de um novo poder.

O tema da participação dos trabalhadores no processo produtivo foi apresentado pelo governo assim que assumiu o poder, tornando-se foco de discussões e tensões da sociedade chilena. Fundamentalmente, era necessário criar espaços diretos de participação que envolvesse os sindicatos e os trabalhadores nas responsabilidades do processo produtivo. Segundo Patrício Palma¹³⁵, que cumpria um papel político importante dentro do Ministério da Economia e era membro do Comitê Central do PC:

...el centro de la discusión política en Chile era el tema de los trabajadores, era el tema de la participación, era un tema de construcción de una nueva forma de organización social que sustentara el proceso revolucionario de entonces, pero era al mismo tiempo un tema de la confrontación política a nivel de los partidos políticos y de las fuerzas que representaban, en la disputa por resolver en definitiva, ¿cuál era el curso del país?, es decir es un tema que comprometía a todo el país, no solamente a la clase trabajadora. Y yo creo que en esos años la discusión sobre los temas de propiedad social era transversal en todo el país, participó la Iglesia, los partidos de oposición, los partidos de gobierno, bueno por cierto los sindicatos, las instituciones

¹³⁴ Salvador Allende: El Futuro de la Revolución chilena está em manos de los trabajadores. Santiago, 1º de maio de 1971. In: QUIROGA, op. cit., p. 66.

¹³⁵ Patrício Palma, comunista, Diretor do Departamento de Indústria e Comércio do Ministério da Economia. Entrevista realizada pela autora em: 11 nov. 2009.

gremiales, los empresarios, todos tenían una opinión sobre el área social.

Logo no início do governo, no dia 7 de dezembro de 1970, foi assinado um convênio entre a CUT e o Governo envolvendo os pontos consensuais que deveriam ser implementados durante o mandato de Allende. Eram reivindicações históricas do movimento sindical, que, definitivamente, estariam na pauta prioritária de um governo, aumentando as expectativas dos trabalhadores em relação ao momento vivido no país. Destacamos: a) a necessidade de organizar a participação dos trabalhadores na direção das empresas; b) representação dos beneficiários nos diretórios dos organismos de seguridade social; c) reforma do Código do Trabalho; d) reajuste dos salários; e) reconhecimento legal da CUT e o estabelecimento de um sistema de contribuição sindical; f) “asignación familiar” equivalente para operários e empregados; g) “asignación” para alimentação, principalmente para aqueles que trabalhavam em locais sem refeitório; h) reajuste das pensões e aposentadorias; i) medidas para proteger o emprego e reformas da lei de estabilidade; j) medidas para reduzir o desemprego. Esses pontos foram debatidos e aprovados pelo Conselho Diretivo Nacional da CUT e refletiam um consenso entre o movimento sindical, uma vez que, com exceção da direita política, participaram da elaboração deste documento, partidos de esquerda e a DC.¹³⁶

A demanda por participação na administração das empresas públicas era anterior ao governo Allende e esteve presente oficialmente na pauta do movimento sindical, desde a criação da Comissão Nacional de Unidade Sindical em 1952, que originaria a CUT.

Mas, até os anos 60, não houve propriamente uma participação dos trabalhadores na direção das empresas. No governo Eduardo Frei, essa situação começou a mudar timidamente. Entre 1965 e 1970, o governo ajudou a formar 22 empresas administradas por trabalhadores, entretanto, todas elas com escasso capital e com insignificante desempenho sobre a economia.¹³⁷ Ao mesmo tempo, o governo negou a maioria das reivindicações de participação dos trabalhadores em empresas nacionais que tinham grande destaque na economia, a citar: IANSA¹³⁸ (refinaria de açúcar), ENAP (empresa petrolífera), ENDESA (companhia elétrica), LAN CHILE (companhia aérea). Não havia consenso interno na DC sobre o tema de

¹³⁶ ZAPATA, op. cit., p. 48.

¹³⁷ ESPINOSA y ZIMBALIST, op. cit., p. 60.

¹³⁸ Na empresa IANSA, desde 1962 até 1969, era reivindicada nas negociações de contrato laboral a participação dos trabalhadores na administração da empresa, o que foi negado nos anos de 1962 até 1965. No ano de 1965-1966 foi dito que a administração local não teria autoridade para conceder participação aos trabalhadores. De 1966-1967 foi permitido que os trabalhadores pudessem assistir às reuniões quando os diretores considerassem que as discussões eram de interesse dos trabalhadores. Em 1968, é permitida a participação de representantes de empregados sem direito à voz e ao voto na comissão de incentivos e, em 1969, é negada novamente a solicitação dos trabalhadores de participação. Cf. Ibid.

participação, gestão e cogestão dos trabalhadores, dificultando uma posição do governo. Para a DC era mais importante obter êxito no programa de Promoción Popular, para obter ampla base política, do que se desgastar com o empresariado com pautas do movimento sindical.

Em 1969, a Corfo realizou uma pesquisa com 920 trabalhadores industriais demonstrando que 48% dos entrevistados eram favoráveis à administração compartilhada da indústria entre trabalhadores e Estado ou só por trabalhadores, enquanto 15% pensava que a produção deveria ser administrada por trabalhadores e empresários.¹³⁹ Para os trabalhadores, a participação nos processos de decisão da indústria significava não somente impor melhorias, mas também significava experimentar sua capacidade de controlar o processo produtivo.

Allende reafirmou em discurso no dia do trabalho, 1º de maio de 1971, que estava abrindo um novo horizonte para os trabalhadores, principalmente nas áreas da economia social e mixta em função do sistema de participação. Os trabalhadores deixariam de ser simples assalariados para se integrar, junto com o Estado (*que son ustedes mismos*) a direção das empresas, respeitando a organização sindical que, reconhecidamente deveria ter outro papel no processo político. Reafirmava ainda a necessidade de constituir os comitês de produção na área privada para ajudar no processo da batalha da produção, ou seja, da prioridade do governo que era aumentar a produção. Reafirmava:

[...] debe comprenderse que la actividad de las empresas no nacionalizadas, las empresas medianas y pequeñas, es indispensable en el proceso del desarrollo económico. Queremos que haya comités de producción, porque el trabajador no es una máquina; es un ser humano que piensa, sufre, tiene esperanzas y puede contribuir al mejoramiento de la producción, aun en esas organizaciones.¹⁴⁰

Assim, no Governo Allende o projeto de participação era um dos pilares da política econômica da coalizão socialista, principalmente nas áreas nacionalizadas, conforme já mencionado nesta tese.¹⁴¹ A UP defendia a constituição de uma gestão partilhada entre governo e trabalhador na Área de Propriedade Social e Mista (APSM), sendo o interventor, o representante político do Estado. Sua responsabilidade era fazer cumprir as diretrizes e metas produtivas estabelecidas pela área econômica do governo e, não necessariamente, deveria ter vínculo com a empresa na qual assumiria tal função. Claro que havia uma expectativa por

¹³⁹ Ibid., p. 35.

¹⁴⁰ Salvador Allende. El futuro de la Revolución Chilena está en manos de los trabajadores. Santiago, 1º de maio de 1971. In: QUIROGA, op. cit., p. 65.

¹⁴¹ O projeto de Participação do governo atingia o setor industrial e o setor agrário de forma distinta, mas, para esta tese, nos restringiremos apenas ao sistema nas indústrias.

parte dos trabalhadores, do movimento sindical e dos partidos políticos, quanto à nomeação do interventor. Geralmente, os trabalhadores e o sindicato preferiam alguém que trabalhasse na indústria, ou que já tivesse experiência no ramo de produção. Entretanto, este não era o critério mais importante para UP, causando, muitas vezes, conflitos no interior da fábrica em função da chegada de interventores políticos.

Em relação à autogestão, a UP concordava em instituí-la apenas em empresas medianas e pequenas, que tinham menor impacto no sistema produtivo do país. Essa posição era apoiada pelos partidos comunista, radical e parte do socialista. Já outra parte do PS, MAPU, Izquierda Cristiana e, inclusive, a DC, defendiam o modelo de autogestão para todas as empresas. Essa discussão terá grande relevância no debate político no interior dos Cordones Industriales.

É importante destacar que a posição da DC no governo Allende continuava extremamente dúbia, já que o governo Eduardo Frei (1964-1970) não promoveu o sistema de cogestão e muito menos de autogestão. O projeto de lei proposto por seus senadores Hamilton e Fuentealba em 1971, que visava regular o tema, criticava a proposta do governo em função do processo de participação estar sempre subordinado à posição final dos administradores indicados pelo governo, no caso da empresa estatizada, ou dos empresários, no caso da empresa mista. Portanto, os proprietários conservariam a autoridade final de todas as decisões a serem tomadas. Em outro momento, na ocasião do lançamento do candidato da DC para eleições diretas da CUT em 1972, os democratas lançaram a *“el cambio de patrón no es revolución.”* Segundo entrevista do senador Fuentealba, *“si el capitalismo es reemplazado por otro poderoso patrón que es el Estado, los trabajadores deberían unirse para rechazarlo.”*¹⁴²

A DC radicalizava em seu discurso também para dividir os trabalhadores quanto à posição do governo e da CUT. Mais que formar uma área nacionalizada com um sistema de participação, a DC passou a defender a autogestão nas indústrias, sem qualquer participação governamental.

O PS, por sua vez, afirmava que o sistema de participação deveria consistir na convergência de interesses da direção e trabalhadores, em reunião com as duas partes. O PS denominava esse sistema de “codecisão” e fazia questão de afirmar que isso não significava cogestão, esta, por sua vez, era a divisão de responsabilidades, não de decisão.¹⁴³ O partido ainda orientava que, em todas as fábricas em que houvesse socialistas, dever-se-ia utilizar ao

¹⁴² El Siglo, Santiago, 23 de mayo de 1972.

¹⁴³ Partido Socialista: *Elementos a considerar para la política de participación de los trabajadores en la empresa industrial.* (sin fuente, probablemente mayo-junio de 1971). In: FARIAS, op. cit., p. 841.

máximo os métodos de consulta direta às bases.

O sistema de participação, se não tivesse o poder, de fato, de influenciar na direção das fábricas, como bem coloca Espinosa e Zimbalist¹⁴⁴, poderia tornar-se apenas instrumento de “humanização” do trabalho, e não um instrumento para alterar as relações de produção. Como afirmam, a humanização do trabalho, longe de ameaçar o controle capitalista sobre o processo de produção, promove a identificação dos trabalhadores com o capital e fortalece o controle capitalista. O fato de o Estado ser dono ou sócio majoritário de uma indústria não significava que ela deixaria de ter uma estrutura capitalista, uma vez que a circulação do capital condicionava qualquer forma de produção e expansão da massa salarial. Portanto, mais que um tema de controle da produção, discutir o sistema de participação significava discutir os limites do capitalismo e os caminhos para a transição ao socialismo.

Em maio de 1971, Governo e CUT apresentaram o documento “Las normas básicas de Participación de los Trabajadores en las Empresas del Área Social y Mixta”, que estabelecia as normas gerais para organização do sistema de participação. O texto já havia sido discutido na 9ª Conferência Nacional da CUT que, por sua vez, apresentou uma série de ponderações, dentre elas, que cada indústria deveria discutir e adaptar as regras à luz de cada realidade produtiva. O documento reafirmava a tese da UP que designava, à participação da classe trabalhadora organizada, como principal fator que permitiria a consolidação das transformações econômicas e estruturais necessárias à transição ao socialismo. Segundo o documento, a participação dos trabalhadores se daria em dois níveis: a) na planificação econômica nacional, regional e setorial; b) na direção das empresas da área social e mista. No primeiro nível, a participação envolvia os representantes sindicais, como a CUT, Federações e Confederações, nos organismos superiores de planificação para discussão do plano geral para área nacionalizada. O segundo nível de participação correspondia à atuação direta dos trabalhadores no sistema produtivo do país através da elaboração, em cada indústria, de um plano de produção a ser executado. Segundo o documento, essa forma de participação iria “consolidar una firme base económica y social que permitirá abrir el camino hacia la implantación del socialismo.”¹⁴⁵

É importante afirmar que a instituição de um processo participativo no interior das indústrias, mesmo que proposto conjuntamente entre governo e CUT, pressupõem confronto, disputa política, radicalização entre as esferas governamentais e dos sindicatos locais.

¹⁴⁴ ESPINOSA; ZIMBALIST, op. cit., p. 39.

¹⁴⁵ Normas Básicas de participación de los trabajadores en las empresas de las áreas social y mixta. Santiago, Mayo de 1971, p. 2.

Portanto, não foi um processo pacífico, no qual as regras funcionassem perfeitamente. Era um processo, acima de tudo, de conflito. O movimento sindical e partidos políticos disputavam a eleição dos representantes das indústrias e, ainda, pressionavam o governo para escolher um interventor entre os funcionários da própria indústria. Em outras palavras, a partir da implantação do sistema participativo, parte das diferenças entre as linhas políticas dos partidos e do movimento sindical se transferiu para a eleição dos representantes na indústria. A eleição destes representantes era realizada diretamente nas assembleias sindicais de base e era vedada a candidatura de dirigentes sindicais, justamente para preservar a independência sindical.

O sistema de participação proposto pelo governo e acordado com as entidades representativas, em especial a CUT, era complexo e atingia níveis diferenciados de organização dos trabalhadores e do processo produtivo. Chegou-se, inclusive, a distinguir a forma de participação naquelas empresas com uma ou mais unidades de produção. Mas, no geral, a ideia central era responsabilizar ao máximo o trabalhador em relação a todo sistema produtivo de uma indústria e superar as tradicionais formas de reivindicação de caráter economicista que, para Allende, correspondia a um movimento sindical opositor aos governos burgueses. Tentava-se estabelecer um vínculo efetivo entre produtividade e salário. Segundo a ex Ministra do Trabalho, Mireya Baltra:

Los Comités de Producción contenían en su esencia el reforzamiento de la disciplina laboral consciente e iniciaban un nuevo tipo de relaciones de producción donde los trabajadores eran dueños de la fuerza material que generaban, sin el peso de siglos explotador de su fuerza de trabajo. Por lo tanto, dignificándolo y ennobleciéndolo.¹⁴⁶

Na prática, acreditava-se que o sistema de participação dos trabalhadores, se de fato implementado, seria um passo importante para a constituição do poder popular, como previa o Programa da UP. Como afirma Patrício Palma, diretor da DIRINCO na época:

[...] Cuando se empieza a constituir el área social, al mismo tiempo se empieza a desarrollar un proceso en que el sindicato o la organización de los trabajadores pasa a tomar funciones de administración y de dirección en muchos casos de las empresas, es decir, se empieza a fundir la clase con su propio gobierno y su propio poder, bueno eso es propio de una revolución, entonces ese proceso hizo etapas

¹⁴⁶ BALTRA, op. cit., p. 253.

bien importantes.¹⁴⁷

Para a aplicação das normas básicas, deveria ser criado em todas as empresas da área social e mista¹⁴⁸ um Comitê Executivo composto de 4 representantes da CUT, 2 representantes do Ministério da Economia, 1 representante do Ministério do Trabalho, 1 representante da Oficina de Planificación Nacional (ODEPLAN) e 1 representante do Instituto Nacional de Capacitación (INACAP).

É importante ressaltar que, pela proposta, o governo sempre teria maioria nas instâncias de decisão do sistema participativo, fato que estimulou a discussão do processo de cogestão e autogestão nas indústrias e da própria finalidade da participação dos trabalhadores no processo.

Tentaremos aqui fazer uma breve exposição da proposta de participação nas indústrias em seus principais pontos:

O Conselho de Administração era o organismo superior de todo o sistema, e era nele que se tomavam as decisões de uma empresa. Integravam o conselho 5 representantes do Estado, 5 representantes dos trabalhadores (3 da produção, 1 administrativo, 1 trabalhador profissional ou técnico), 5 representantes estatais e 1 administrador designado pelo Estado que presidia o Conselho. Todos tinham direito a voz e voto. Os representantes dos trabalhadores no Conselho de Administração eram eleitos em assembleia geral e, por maioria dos votos, a assembleia era soberana para destituí-los de seus mandatos com duração de 2 anos. O sindicato local ou Comissão sindical de empregados e trabalhadores (o Código de Trabalho de 1931 instituía dois sindicatos por empresa) deveria convocar e preparar a eleição dos representantes por assembleia geral, que deveria ser presidida pela comissão sindical e se reuniria uma vez por mês para discutir temas de vigilância e controle das atividades. Havia as assembleias por seção produtiva de cada planta industrial, que se reuniam mensalmente, elegiam e revogavam representantes para o Comitê de Produção, além de vigiarem suas atividades.

Os Comitês de Produção se reuniam semanalmente e eram compostos por 3 a 7 membros. Os representantes eram eleitos por todos trabalhadores da seção e elegiam entre eles um presidente que se encarregaria de coordenar o conselho. Esta instância não era deliberativa, entretanto, era ali, de fato, que eram elaboradas as “sugestões” e “apontamentos”

¹⁴⁷ Patrício Palma, entrevista realizada em: 11 nov. 2009.

¹⁴⁸ Não se tem controle se foram criados essas estruturas em todas as empresas da área nacionalizada e mista. Nenhuma bibliografia pesquisada apresenta com exatidão números ou informações nesse sentido.

para melhoria nas condições de trabalho, para aumentar e melhorar a qualidade da produção.

O Comitê Coordenador era outra instância que tinha como função estabelecer a comunicação entre comitês de produção e Conselho de Administração. O Comitê coordenador se reunia a cada duas semanas e era presidido pelo chefe da comissão sindical. Participavam das reuniões do Comitê 5 representantes dos trabalhadores no Conselho Administrativo e os presidentes dos Comitês de Produção.

Todas as reuniões deveriam ocorrer após o horário do trabalho, inclusive a assembleia geral, para não interromper o processo produtivo. Os representantes eleitos não recebiam nenhum benefício salarial ou de qualquer espécie. Era um trabalho voluntário.

Em caso de uma empresa com mais de uma unidade de funcionamento, o sistema de representação continuaria o mesmo, com exceção do Conselho administrativo, no qual também participava um representante de cada Comitê Coordenador de trabalhadores.

O sistema de participação pode ser visualizado através do organograma abaixo¹⁴⁹:

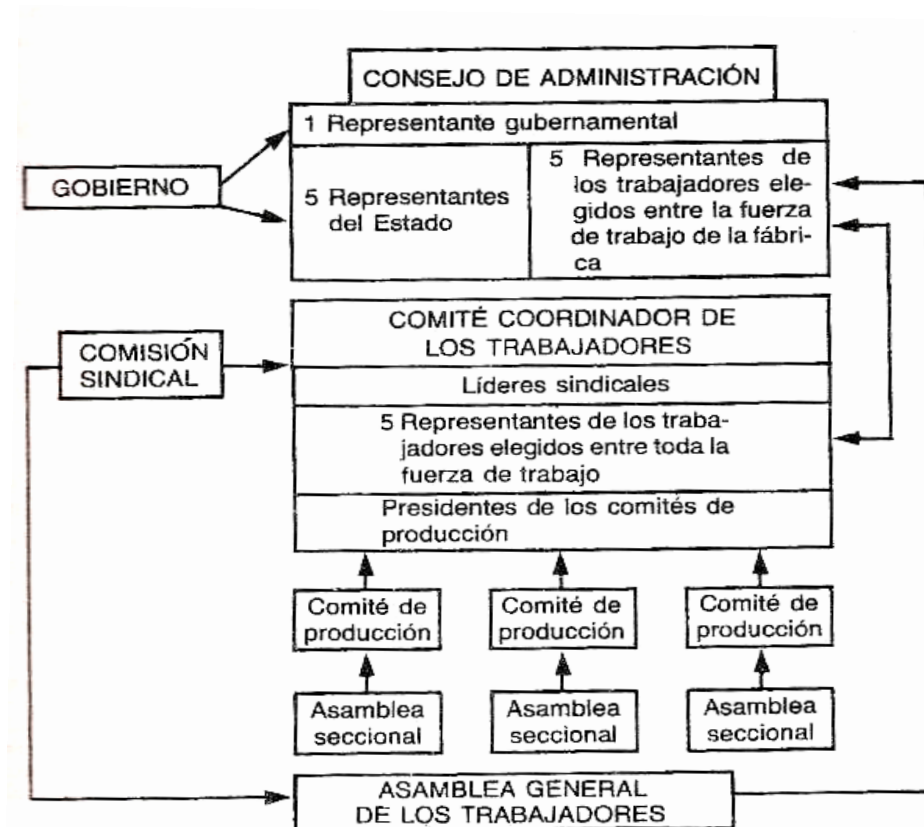


Figura 2 – Estrutura de Participação dos Trabalhadores na Área Social e Mista

¹⁴⁹ ESpinosa; ZIMBALIST, op. cit., p.73.

A participação dos trabalhadores nas áreas mistas seguia as mesmas regras da área social, com exceção no nível superior da administração da empresa. Neste caso, o Estado, junto aos sindicatos e organizações gremiais, definiria fórmulas para a participação, de acordo com as especificidades das empresas.

Para a área de propriedade privada, foi sugerida a criação dos Comitês de Vigilância¹⁵⁰, que deveriam informar ao governo sobre: os níveis de produção, a capacidade de produção da indústria, o abastecimento de matérias primas, as quantidades produzidas de artigos de consumo popular e, ainda, atuar na prevenção a possíveis sabotagens. Geralmente, esse controle era organizado pelo próprio sindicato com a ajuda de seus representantes em cada seção para, inclusive, burlar o controle dos empresários contrários ao governo.

Na prática, os Comitês de Vigilância foram organizados nas indústrias, inclusive da área social, para também prevenir possíveis sabotagens dos próprios trabalhadores e militantes da oposição.

A Revista Chile Hoy¹⁵¹ apresentou, em edição especial, dois desenhos que representavam o imaginário do trabalhador quanto aos processos de mudanças no sistema de produção em uma empresa “capitalista” e outra estatizada. No primeiro desenho, a figura do capitalista era representada pelo grupo acionista, o gerente e supervisores. Os trabalhadores, além de separados por seção, não tinham o menor contato entre si, com a gerência da empresa ou com o proprietário, representado, na figura, por uma seta que possui apenas um único sentido, ou seja, as decisões eram implementadas sem nenhuma discussão. A segunda figura representa uma empresa estatal. Nela também existe hierarquia, entretanto, há discussão entre quase todos os níveis. Os trabalhadores não estão divididos e isolados em seções de trabalho, propiciando maior integração e conhecimento de todas as etapas da produção. Interessante nos atermos também aos detalhes da imagem que apresenta o trabalhador da APS com um semblante visivelmente de felicidade:

¹⁵⁰ Os Comitês de Vigilância acabaram sendo implementados inclusive nas indústrias sob intervenção ou estatizadas em função de alguns trabalhadores e empregados tentarem sabotar a produção.

¹⁵¹ Chile Hoy, ano I, n. 7, Santiago, Semana de 28 de julho a 3 de agosto de 1972.

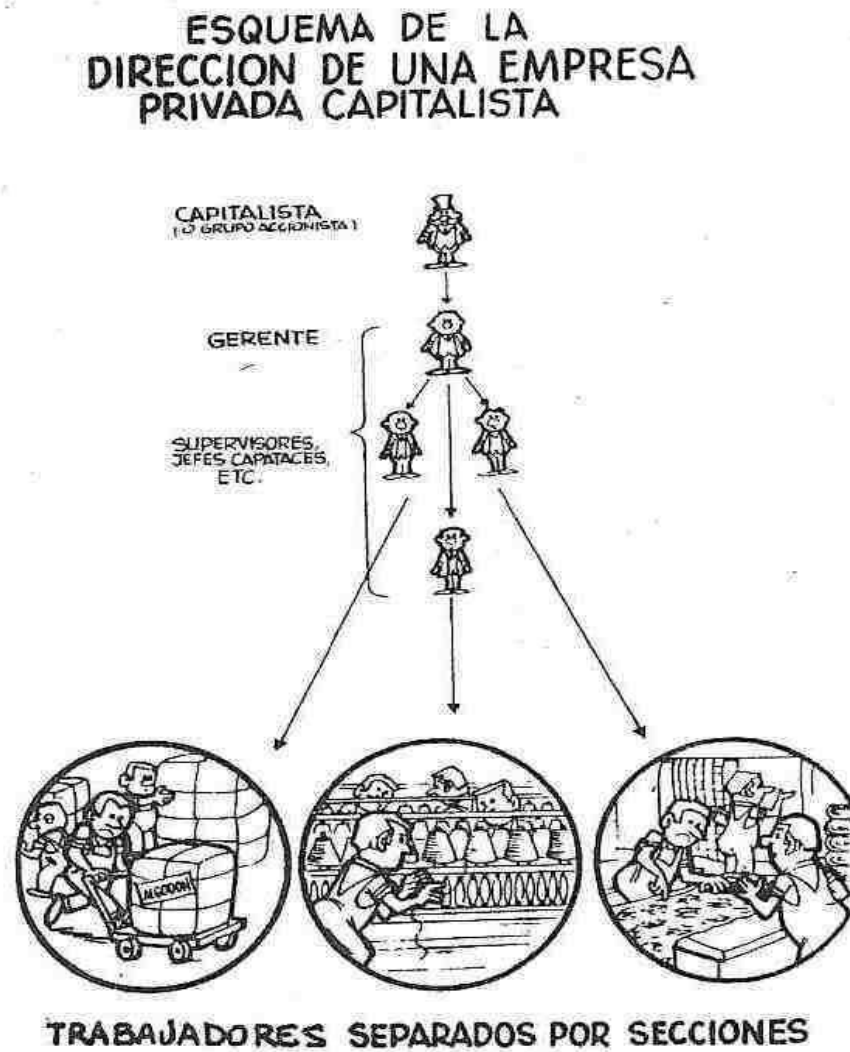


Figura 3 – Representação do sistema de produção em uma empresa privada



Figura 4 – Representação do sistema de produção em uma empresa estatizada

Assim, segundo o grupo de pesquisadores do CIDU, os Comitês de produção democratizaram a estrutura de poder interna das empresas e, portanto, deram uma nova perspectiva a classe trabalhadora.¹⁵²

A preocupação dos trabalhadores e, principalmente, dos sindicatos locais era que de fato houvesse uma influência efetiva das discussões realizadas nas assembleias com os

¹⁵² CHEETHAM et. al., op. cit., p. 28.

trabalhadores e as decisões implantadas pelo Conselho de Administração. Esse seria um fator decisivo para que a participação não fosse algo formal, que se limitasse apenas em discussões sem resultado prático nos encaminhamentos da política da empresa, o que certamente implicaria na falta de comprometimento dos trabalhadores na “batalha da produção.”

No entanto, muitos sindicalistas também desconfiavam deste sistema por deixar de fora a liderança sindical, uma vez que não poderiam se candidatar para nenhum cargo de representação do sistema de participação. Muitos, inclusive, retardaram o processo de implantação da exportação de participação. No entanto, a preocupação do governo era separar as demandas da fábrica e do governo com as reivindicações dos trabalhadores. Em tese, a ideia era preservar a autonomia do movimento sindical em relação à administração da empresa. Apesar do sindicato ter um papel importante no sistema, uma vez que os representantes dos trabalhadores eram eleitos em assembleias do sindicato, ponderava-se que os comitês deveriam se preocupar somente com a gestão do sistema produtivo. Portanto, esperava-se dos representantes maturidade para separar necessidades da fábrica e do governo das demandas dos trabalhadores.

Pela natureza violenta do golpe militar, existem poucos documentos e estudos que analisam o efetivo êxito do sistema de participação. O estudo, de nosso conhecimento, que apresenta detalhes sobre a área estatizada é o de autoria dos sociólogos Espinosa e Zimbaliste¹⁵³, realizado nos anos de 1972 e 1973 em 35 empresas nacionalizadas, com intuito de analisar o funcionamento interno tanto no que diz respeito tanto ao comportamento dos trabalhadores, da direção da empresa, quanto às mudanças no sistema produtivo. A pesquisa permitiu aos autores chegarem a algumas conclusões que nos ajudam a entender o comprometimento dos trabalhadores e o rompimento com a tradição sindical chilena de reivindicarem especialmente demandas salariais, além do alto grau de solidariedade observado neste período entre a classe: a) a atuação social e econômica da empresa tendeu a associar-se positivamente com o nível de participação dos trabalhadores, ou seja, a participação aumentou a produtividade, os investimentos do governo, e diminuiu o número de faltosos, produtos defeituosos, abandono do trabalho e atividades grevistas; b) criou-se um clima de liberdade nas indústrias em função da abolição dos supervisores, dos antigos sistemas de controle e da rigidez disciplinária. Em algumas indústrias, houve certo descontrole interno, como, por exemplo, as faltas excessivas de trabalhadores, priorização das atividades políticas em detrimento do processo de produção, dentre outros. Mas a maioria

¹⁵³ ESPINOSA; ZIMBALIST, op. cit., p.74 -78.

tendeu para avanços rápidos na disciplina e organização acima da média de funcionamento, se comparada com o período anterior ao da adoção do sistema de participação. Pode-se concluir que estava se desenvolvendo uma consciência diferente no modo como o trabalhador lidava com a empresa e com o seu próprio trabalho; c) instituíram mudanças para diminuir as disparidades existentes entre os salários mais altos e os mais baixos, diminuindo o desnível entre as categorias. Para os autores, essas mudanças na estrutura salarial refletiam um sentimento de solidariedade, trabalho de equipe, alta moral e espírito coletivo de trabalho; d) Aumento da produtividade, mesmo levando em consideração os graves problemas econômicos enfrentados principalmente no ano de 1972. Em 29 das 35 empresas pesquisadas houve aumento da produtividade ou manteve-se constante a produção, enquanto as outras 14 apresentaram aumento superior a 6% anual. Segundo o estudo, a relação entre taxa de produtividade, sistema de participação, incentivos coletivos e menores diferenças salariais estão diretamente relacionados ao êxito de produção; e) a área nacionalizada também foi a que mais investiu em melhorias sociais para os trabalhadores, como instalações médicas, restaurantes, cooperativas de consumo, campos desportivos, bibliotecas, departamentos culturais, etc.; f) as empresas que apresentavam um sistema de participação mais desenvolvido, geralmente, eram onde os trabalhadores mais se mobilizavam para pressionar o governo para aprofundar as experiências democráticas do Estado. É dizer, portanto, que os êxitos da área nacionalizada em conjunto com sistema de participação incentivaram não só a atuação dos trabalhadores, mas influenciaram diretamente a sua radicalização política, uma vez que acreditavam ser possível aprofundar a experiência que estavam vivendo.

Apesar da convergência entre a participação de trabalhadores nos comitês e no sindicato, é evidente que houve muitos casos de conflitos entre as decisões tomadas pelo sistema de participação interna e os sindicatos.¹⁵⁴ O problema, portanto, era resolver o impasse de como fazer prevalecer os interesses do governo popular conjugado com os interesses e exigências locais das categorias. A sutileza do controle desse processo estava entre as principais preocupações da UP.

Há indícios de que pouco se criou de distinto às normas apresentadas pelo governo, apesar das críticas de muitos setores ao sistema de participação.¹⁵⁵ Na maioria das empresas nacionalizadas, apenas dois comitês funcionaram conforme previsto: os Comitês de Produção

¹⁵⁴ Não narraremos os casos aqui, mas estamos nos referindo principalmente aos casos de demissão de trabalhadores por ausência injustificada ou por abandono de funções. Outro conflito recorrente, segundo relatos, eram funcionários de governo que não compareciam em reuniões dos Comitês, etc. Cf. Relatos Mayoría, nº 59, ano II, Santiago, 29 nov. a 5 dez. 1972.

¹⁵⁵ Chile Hoy, nº 7, Santiago, 28 jul. a 3 ago. 1972.

e o Conselho Administrativo, enquanto as assembleias dos trabalhadores aconteciam de acordo com as necessidades do sindicato. Abaixo, exemplificamos em um quadro demonstrativo números do sistema de participação em algumas indústrias da APSM. Os dados são fruto de uma pesquisa realizada pela revista Chile Hoy e publicada pelo sociólogo Hugo Troncoso e demonstram um estágio inicial do sistema de representação:

Tabela 3 – Funcionamento das Estruturas de Participação e de Trabalhadores envolvidos no processo¹⁵⁶

Rama Econômica	Número de Empresas	Comitê de Produção	Comitê Coordenador	Conselho de Administração	Regulamento Elaborado	Regulamento Aprovado	Pessoal
Agropecuária, alimentícia	12	3	1	2	2	2	9.250
Pesquera	10	-	-	6	4	2	1.900
Têxtil, vestuário	19	14	12	17	-	18	21.750
Florestales, madera, celulosa, muebles	22	8	10	8	2	6	5.050
Minería	42	7	2	5	2	8	10.750
Gran Minería	5	3	2	2	-	4	26.350
Química	7	3	3	3	1	2	1.800
Metal	35	11	11	15	13	14	18.550
Materiales Construcción	4	2	-	2	1	2	2.450
Electrónicas, Comunicaciones	7	4	2	3	2	3	11.000
Energia, combustibles	10	5	3	5	4	1	35.000
Transporte	13	1	-	3	5	-	40.000
Comercio	11	2	-	1	1	2	3.400
Investigación	6	-	-	-	-	1	----
Turismo, outros servicios	6	3	3	3	2	-	1.800
Vivienda, urbanismo	5	2	2	2	1	1	1.800
Seguros	2	-	-	-	-	-	----
Bancos	14	-	-	-	-	14	----

¹⁵⁶ TRONCOSO, op.cit., p. 229.

Um dos elementos que dificultou o processo de participação foi a estrutura sindical nas empresas onde havia mais de dois sindicatos, o que era permitido pelo código de trabalho. Essa questão gerava problemas na identificação do papel de cada um no processo, e, por isso, a CUT insistia para a constituição de sindicatos únicos na empresa. Outra dificuldade foi o papel das Federações que participavam da estrutura da Central, mas estavam fora do sistema de participação. Um terceiro elemento de problemas estava relacionado à falta de qualificação dos trabalhadores para assumir alguns níveis de cogestão. Um quarto elemento relacionava-se com a falta de informação sobre o sistema nas bases. É dizer, que o processo estava restrito aos líderes sindicais. Um quinto problema estava relacionado a postura de alguns interventores que dificultavam a organização do sistema de representação para concentrar o poder de decisão a um seleto grupo de administradores da empresa. Quer dizer, o próprio sistema gerava vícios internos que necessitava de urgente correção.¹⁵⁷

O Partido Comunista também fez uma reflexão sobre os problemas quanto à implantação do sistema de participação. Luis Corvalan, Secretário Geral do PC, afirmou que a maioria das empresas não tinha mudado realmente as relações de produção. Ele propunha revisar e modificar as formas de participação, desta vez, colocando no centro do processo os sindicatos, dirigentes sindicais das empresas e os representantes designados pelo governo. Isso permitiria, em sua avaliação, avançar realmente as mudanças das relações de produção, *“desterrar las tendencias economicistas, vincular aún más el interés de los trabajadores al progreso y la buena marcha de la economía.”*¹⁵⁸ Corvalán também criticava a forma como os representantes do governo eram designados para o Conselho de Administração, muitas vezes, sem qualquer vínculo com a empresa ou com o tipo de trabalho ali desenvolvido. O responsável pela Comissão Sindical do PC, Cláudio Alemani, também foi categórico ao afirmar que a UP havia cometido um grave erro ao *“echar a caminar nuevas formas de organización de los trabajadores en la producción marginando de esta preocupación al organismo experimentado y de clase que tienen los trabajadores y que no es otro que el sindicato.”*¹⁵⁹

Um trabalhador de Vinos de Chile relatou um dos casos mal sucedidos de escolha de interventor. Foi a partir da mobilização dos trabalhadores que conseguiram destituí-lo do cargo:

¹⁵⁷ *El movimiento popular y la vía chilena al socialismo 1970-1973*. In: Cuadernos de historia popular nº 10, serie historia del movimiento obrero, tomo IV, Santiago, Chile: Ed. Taller nueva historia del Centro de Estudios del Trabajo CETRA/CEAL y Eco, Educación y Comunicación, 1990.

¹⁵⁸ El Siglo, Santiago, 29 de marzo de 1973.

¹⁵⁹ Ibid.

El interventor no era trabajador, era un empleado... criticábamos al gobierno por sus actuaciones, por los funcionarios, por algunos ministros, por el interventor que nos pusieron a nosotros, llegó y puso a 2 secretarias, amplió la oficina, la alfombró, llegó de lujo y nosotros no necesitábamos eso, nosotros queríamos que tuviera una oficina como era la de antes, cuando era de la derecha. Lo criticamos mucho, siendo un compañero socialista, un viejo socialista... tomamos la empresa para cambiar al interventor, y pusieran a otro, compañero más cercano a la clase trabajadora.¹⁶⁰

Para Julio Faúndez¹⁶¹, a decisão do governo, de manter duas formas de representação do trabalhador através do sindicato e representantes escolhidos em assembleia, acabou por provocar confusão entre os trabalhadores e ressalvas entre alguns dirigentes sindicais, pois havia no mínimo três instâncias que pretendiam representar os interesses dos trabalhadores: o comitê coordenador, conselho administrativo e o sindicato. Entretanto, aqui estava um problema importante que refletia também os limites do processo. Os sindicalistas tinham receio que a nova forma de participação gerasse estruturas alternativas de poder paralelo ou que sobrepassassem o sindicato. Assim, criticava-se qualquer atuação que colocasse em risco a hegemonia do aparato sindical.

Ao mesmo tempo, recriminavam a concentração das decisões no Conselho de Administração, no qual o governo era maioria. Assim, muitas discussões nos comitês tornavam-se mera formalidade, uma vez que a opinião do interventor no Conselho Administrativo era, quase sempre, a opinião final. Era, portanto, um sistema de coadministração em que a palavra do governo sempre seria a decisiva.

Segundo o engenheiro e gerente geral da Distribuidora Nacional del Cemento (DINACEM) e interventor de FENSA, Andres Varela, houve grandes dificuldades de funcionamento do esquema de participação, entretanto, ele reafirma que esta possibilidade significou aos trabalhadores alcançar a sua dignidade, porque passaram a se sentir atores diretos do processo e se entregaram para superar as dificuldades. Essa talvez tenha sido, na opinião do interventor, o grande significado do processo de participação. Mas reafirma que faltou tempo, já que o governo só teve mil dias, para colocar em funcionamento plenamente as diversas instâncias. Houve também falta de conhecimento, de coordenação e certa tendência ao excesso de reuniões. Para ele, o modelo adotado nas indústrias e a pressão dos trabalhadores em participar caminhavam para uma via de autogestão, próxima à experiência

¹⁶⁰ Leonel Zúñiga García, socialista, trabalhava na indústria estatal Vinos de Chile no Cordón Vicuña Mackenna, sindicalista. Entrevista realizada pela autora em: 19 de nov. 2009.

¹⁶¹ FAÚNDEZ, op. cit., p. 266.

da Iugoslávia em detrimento do soviético.¹⁶² O modelo aplicado em FENSA se organizou muito mais por iniciativa que vinham dos trabalhadores que propriamente dos organismos centrais do Estado.¹⁶³

É importante fazer um parêntese para problematizar a afirmação de Varela de que houve pressão por parte de alguns sindicatos e partidos políticos para adotar o modelo de autogestão no formato Iugoslavo. Entretanto, em momento algum, encontramos referência entre os debates da esquerda sobre a possibilidade dessas indústrias não serem de propriedade estatal, como apresentava o modelo Iugoslavo. Pelo contrário, as divergências entre os partidos que participavam da UP e também do MIR era acelerar ou não o processo de estatização da economia, em conjunto com maior protagonismo do trabalhador na condução da indústria. As discussões geralmente ficavam no âmbito da cogestão ou autogestão.

Os espaços de participação também se tornaram privilegiados para a disputa política entre partidos e movimentos, uma vez que ali se concentrava o eixo do novo projeto. Assim, para alguns setores da esquerda, MIR e esquerda do PS, o sistema de participação deveria ser o início de um processo de funcionamento da empresa *desde a base* e “*crear nuevas instancias de participación, mas democráticas, más abiertas en todos los ámbitos y esto acompañado de una permanente movilización para defender el propio proceso sino al propio Gobierno.*”¹⁶⁴ Segundo Mário Olivares, na experiência que lhe tocou participar:

Los compañeros socialistas que tenían posturas más cercanas a las nuestras (miristas), también comenzamos a tener al interior confrontaciones respecto al problema de cómo gestionar la empresa, el problema del poder y la representatividad. Entonces había confrontaciones con el sector de la izquierda reformista, particularmente con el Partido Comunista. Ellos decían que la tarea principal de una fábrica que estaba estatizada o intervenida por el Gobierno de

¹⁶² De forma muito resumida: o modelo Iugoslavo de autogestão desenvolvido na década de 50 dizia que esse sistema era o que possibilitaria a passagem da propriedade estatal sobre os meios de produção para uma forma superior de propriedade socialista. A propriedade estatal, afirmava Tito, era a forma inferior da propriedade social e não superior. Esta se caracterizaria pela transferência das fábricas e de outras empresas econômicas estatais aos operários para que as administrassem por conta própria, ou seja, “fábricas aos operários”. O modelo Iugoslavo se propunha a aplicar a autogestão e a socialização sob forma de autogestão da propriedade social em oposição à perpetuação da propriedade do Estado nas relações socialistas de produção. O oposto era o modelo soviético, no qual a propriedade é estatal e dirigida pelo “Estado de ditadura do proletariado com a participação da classe operária e das massas trabalhadoras, em formas corretas, centralizadas, planejadas de baixo e orientadas de cima”. Para Lênin, o caminho da descentralização dos meios de produção, segundo ideias anarcosindicalistas de autogestão operária, em essência, nada era mais que uma maneira refinada de conservar e consolidar a propriedade privada capitalista sobre os meios de produção, porém, de uma forma mascarada como “propriedade administrada por grupos de operários.” Cf. HOXHA, Enver. *Autogestão Iugoslava: Teoria e Prática capitalista*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois. Disponível em: <<http://fmauriciograbois.org.br>>. Acesso em: 21. 11. 2010.

¹⁶³ VARELA, op. cit., p. 243.

¹⁶⁴ Mário Olivares, entrevista realizada pela autora em: 10 nov. 2009.

Allende, era la productividad. Ellos no se planteaban derechamente la participación más profunda en el control de esa empresa y menos se planteaban el hecho que estas industrias estuvieran en manos y control de la gestión de los trabajadores, que sirviera también como catapulta para profundizar el proceso revolucionario.¹⁶⁵

Ainda para Olivares, o sistema de participação delineado pelo acordo CUT-Gobierno era muito paternalista, formal e compartimentalizado. A alternativa a essa forma centralizada e hierárquica só se daria efetivamente com a organização dos Cordones Industriales e com uma maior gestão operária em todas as instâncias da fábrica.

Carlos Altamirano¹⁶⁶, presidente do Partido Socialista em 1972, afirmou que os principais órgãos de participação da época foram para além de uma proposta de governo e principalmente, significaram o rompimento com o sistema organizado e controlado pela UP. Segundo ele, essas novas expressões surgiram da intensidade da luta de classe no período e, com os anos, ganharam força, poder e influência no processo. Para exemplificar seu argumento, cita as JAP¹⁶⁷, os Comandos Comunales, os Conselhos Camponeses, os Comitês de Vigilância da Produção e os Cordones Industriales.

Contudo, é inegável a importância do processo de criação da APS e das propostas de participação como fatores que incentivaram a mobilização da classe. Durante a articulação dos Cordones Industriales este será um dos principais debates no interior da esquerda: como organizar os trabalhadores industriais de forma a gerar um embrião do poder popular? De todas as maneiras, a discussão sobre o sistema participativo proposto pelo governo foi o ponto de partida para, na prática, desenvolver a discussão dos rumos e limites do processo de fundação de um novo tipo de Estado.

Assim, neste capítulo, procuramos articular elementos que antecederam a organização dos Cordones Industriales, mas que, estiveram imbricados no processo de desenvolvimento desses novos organismos. Referimo-nos ao programa da UP e suas implicações práticas na formação da APS e na organização do sistema de participação, ressaltando a maneira como esse processo repercutiu na subjetividade do trabalhador. Neste sentido, as dificuldades

¹⁶⁵ Ibid.

¹⁶⁶ ALTAMIRANO, Carlos. *Dialética de uma Derrota – Chile 1970-1973*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 103.

¹⁶⁷ As Juntas de Abastecimiento y Control de Precios (JAP) foram regulamentadas no decreto número 112, de 3 de março de 1972, no qual se cria o Departamento das JAP vinculada à DRININCO. O objetivo era promover a criação da JAP para ajudar na distribuição de produtos e no controle dos preços através da mobilização popular. Para tal, o governo estimulava a criação de Juntas através dos movimentos, principalmente, comunitários e sindicais para atuarem nos bairros em conjunto com o pequeno comércio. Em março de 1972, a estimativa era de existir 400 JAP somente em Santiago. Cf. Mayoría, Santiago, 22 mar. 1972.

encontradas pelo movimento sindical, um dos principais elementos no projeto do governo, demonstravam que seria difícil conter a atuação dos trabalhadores chilenos nesse novo marco político, que pressupunha a adesão dos populares ao projeto. Assim, a articulação de todos os elementos aqui citados será crucial para o entendimento das práticas dos Cordones Industriales, que se organizarão a partir da relação entre sindicatos e partidos políticos. E destes com as demandas dos trabalhadores apresentadas como principais bandeiras políticas: a estatização dos meios de produção, implantação do controle operário nas indústrias e a organização do novo Estado Popular.

2 Cordón Industrial de Cerrillos-Maipú, a crise de outubro e debates sobre o poder popular

2.1 Comité Cordinador de Cerrillos-Maipú: a primeira configuração de um Cordón Industrial

[...] En octubre la fuerza creadora del pueblo y la dinámica social llevaron a crear los centros de poder de trabajadores, lo que se ha llamado el poder popular. Lo esencial, en este instante, es crear el poder popular; darles fuerza a los Centros de Madres, a las Juntas de Vecinos, a las JAP, a los Comandos Comunales, a los Cordones Industriales, haciendo, inclusive que estos aspectos del poder popular se vinculen, penetren, se adentre, en la administración pública para que sean un factor contra la burocracia y que les den el dinamismo y la fuerza revolucionaria que tienen que tener estos organismos.

(Salvador Allende, março de 1973)¹⁶⁸

A constituição do Comité Coordinador de Cerrillos-Maipu (ver mapa em Anexo B), em julho de 1972 é considerada a primeira experiência de organização de um Cordón Industrial e deve ser compreendida de forma vinculada à conjuntura política nacional e à estratégia dos partidos políticos para o movimento popular.

No final do ano de 1971¹⁶⁹, a política econômica do governo Allende já demonstrava sinais de esgotamento por diversos motivos, dentre eles, a expansão da demanda por consumo das classes populares (devido ao êxito relativo da política de redistribuição social) conjugado à escassez de produtos e alimentos, déficit fiscal significativo (gerado pelo aumento de gastos do governo acima das metas estabelecidas com remuneração, saúde, educação, habitação e obras públicas conjugado com a diminuição da receita), pressão inflacionária, sabotagem econômica impulsionada pelos EUA e por setores da burguesia chilena que bloquearam a maioria dos mercados compradores de cobre chileno, ao que agregamos a crise institucional no parlamento, a falta de condução única entre os partidos da UP, etc.

Em 1972, a crise econômica se agravou impactando principalmente os setores mais pobres da sociedade. O país estava sem reservas monetárias para crescer no curto prazo e dependia da produtividade principalmente das empresas que compunham a APS, do setor de

¹⁶⁸ Salvador Allende. Discurso de Allende no I Congreso do Partido Federado de la UP, março de 73. Disponível em: <www.salvador-allende.cl>. Acesso em 10 12 2010.

¹⁶⁹ Cf. BITTAR, op. cit., p.148.

cobre e da agricultura, para abastecer o mercado interno. Diante das projeções negativas, setores do governo passaram a defender a contensão da política expansionista-distributiva. Para isso, seria necessário um novo comportamento político e social, principalmente da esquerda, para conter a expectativa crescente da população. O principal desafio era, portanto, readequar a política econômica sem perder o apoio dos setores populares e de parte da classe média.

A reunião de El Arrayán, realizada no início de 1972, reuniu os partidos que compunham a UP para discutir uma série de medidas para diminuir o impacto da crise econômica. Para esta tese interessam-nos três deliberações: a) limitar os reajustes aos salários, ao mesmo tempo em que aumentariam os preços de artigos supérfluos e, em menor proporção, de artigos essenciais ao consumo popular; b) apoiar todas as organizações de trabalhadores e da população mais pobre, além de estimular vigorosamente a participação na administração das empresas, distribuição dos produtos e fiscalização da produção e comercialização; c) prosseguir com a política de Reforma Agrária e de estatização de algumas indústrias e distribuidoras para aumentar o controle do governo nas áreas estratégicas. Para tal, era necessário combater com rigor as ações de ocupação de propriedades que não fossem essenciais para o governo. Assim, foi elaborada uma nova lista constando as 90 empresas prioritárias para a política de estatização, diminuindo consideravelmente o plano inicial de 250 empresas apresentadas no projeto de lei enviado pelo governo ao parlamento em 1971. Sobre esse ponto específico, não houve acordo entre os partidos da UP, apesar dele ter sido aprovado como uma das resoluções da reunião com apoio declarado de Allende e do PC. Já era previsível o impacto deste recuo político nos movimentos populares.¹⁷⁰

Enquanto a UP procurava encontrar unidade de ação para enfrentar a crise, a direita política, em conjunto com setores da DC, estimulavam a prática do mercado negro perpetrado pelos principais comerciantes varejistas.

Os bairros populares foram os mais afetados pelo desabastecimento que cresceu vertiginosamente durante o ano de 1972. O governo organizou, com apoio massivo dos movimentos populares, como a DINAC, JAP e de associações locais, um sistema de fiscalização para garantir o abastecimento dos armazéns locais. Seguel-Boccaro¹⁷¹ afirma que as longas filas para comprar gêneros de primeira necessidade passaram a integrar o ritmo da vida cotidiana dos chilenos, sobretudo, das mulheres do país. E, como o tempo de espera era

¹⁷⁰ Ibid., p. 151-153.

¹⁷¹ SEGUEL-BOCCARA, Ingrid. *Les passions politiques au Chili Durant l'Unité Populaire 1970-1973*. Paris: L'Harmattan, 1997, p. 298.

grande, acabou por se tornar um novo espaço de sociabilidade. O tempo que elas permaneciam nas filas, utilizava-se para discutir política, comentar sobre as dificuldades, os êxitos e o futuro do governo popular. Ao mesmo tempo, como o governo recrutava voluntários para ajudar no sistema de fiscalização dos armazéns nos bairros, acabou por envolver as donas de casa em um espaço que extrapolava o seu ambiente tradicional. Assim, de alguma maneira o desabastecimento contribuiu para a politização feminina, principalmente das donas de casas que, geralmente, é um setor menos propenso à atividade política. Seguel-Bocara também destaca que, não necessariamente, essa nova dinâmica se manifestava pelo fato das mulheres apoiarem o projeto político do governo¹⁷², mas, principalmente, pela existência de um problema concreto que afetava suas famílias.

Em julho de 1971, a UP organiza um “encontro com as donas de casa” de Santiago para estimular a participação feminina no combate à especulação. Em abril de 1972, o governo criou oficialmente o Departamento de Juntas de Abastecimiento y Control de Precios, vinculada à Dirinco.¹⁷³ Apesar do decreto que estabelecia sua criação apresentar a data de 4 de abril de 1972, na prática, as JAP se constituíram no ano de 1971 visando diminuir os problemas de abastecimento e especulação principalmente nos bairros populares. Segundo o decreto do governo, as JAP seriam constituídas por meio de assembleias nas quais poderiam participar representantes de todas as organizações de trabalhadores que tivessem suas sedes em uma determinada unidade *vecinal*, tal como Juntas de Vecinos, Centros de Madres, sindicatos, associação de comerciantes varejistas, centros de estudantes, clubes desportivos, dentre outros. As JAP tinham a função de verificar e denunciar problemas de abastecimento, denunciar inspetores que não cumpriam corretamente sua função, controlar os preços de acordo com as tabelas oficiais e, ainda, reclamar qualquer tipo de abuso ou especulação. Em maio de 1972, ou seja, um mês após o decreto governamental, já existiam em Santiago 675 JAP, em 1973 eram 2.200 JAP no país, e, devido à grande adesão popular a esta iniciativa, chegou a ser apontada como uma forma de poder popular.¹⁷⁴ Segundo discurso do Ministro

¹⁷² Os resultados das eleições para cargos de representatividade nacional (Presidente da República e parlamento) e municipais, na década de 70, demonstram que a UP não tinha a preferência entre as mulheres. Na eleição de 1970, Allende obteve 31% dos votos, contra 38% do Partido Nacional e 30% da DC no eleitorado feminino. Nas eleições parlamentares de 1973, nos bairros populares, a diferença entre UP e a CODE (Partido Nacional e DC) não era tão significativa como se esperava. A esquerda chegava inclusive a perder em algumas localidades. Por exemplo, em Barrancas a UP teve 54% contra 44% dos votos femininos, em La Cisterna 41% contra 57% para a CODE, em La Granja 54% para UP e 43% para CODE. Em bairros da classe média, como Nuñoa, a UP teve 29% contra 70% da CODE e em bairros de classe alta, como Providência, a UP obteve 16% contra 84% da CODE. Cf. POWER, Margareth. *La Mujer de Derecha. El poder femenino y la lucha contra Salvador Allende, 1964-1973*. Santiago: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2008, p. 244.

¹⁷³ Diario Oficial da Republica do Chile, nº 28.216, Santiago, 4 abr. 1972, p. 1438-1439.

¹⁷⁴ Chile Hoy, año I, nº 03, Santiago, 30 jun. a 6 jul. 1972, p. 13-14.

Pedro Vuskovic, “[...] *las JAP van teniendo una significación que se le puede expresar en términos de que es en definitiva el poder popular el que se viene gestando de la base misma y a partir del cual ira transformando la naturaleza misma del Estado.*”¹⁷⁵

Dessa maneira, além da organização do sistema de participação nas indústrias, dos conselhos campesinos, o governo criava mais uma forma de atuação diretamente ligada aos organismos já existentes de representação popular nos bairros. Portanto, a lógica da UP continuava baseada no fortalecimento da organização popular.

Diante dessa conturbada conjuntura, no mês de abril de 1972, inicia-se um processo de constituição de colaboração política organizada entre diversos movimentos populares da região industrial de Cerrillos-Maipú, que, além da grande concentração de indústria, bairros populares e acampamentos¹⁷⁶, apresentava graves problemas, como a falta de infraestrutura mínima (transporte, escolas, posto de saúde, etc.) e de abastecimento. A região de Cerrillos-Maipú apresentava uma população de 117 mil habitantes, segundo o censo de 1970, e concentrava cerca de 46 mil operários que trabalhavam nas 250 indústrias responsáveis pela maior parte da produção nacional de pneus, vidros, linha branca, manufatura de cobre, fibras têxtil, alumínio e ainda era sede de um grande centro de distribuição de combustível para a capital. Do total de greves ocorridas no primeiro semestre de 1972, 9% ocorreram em Maipú e 40% no setor industrial; 60% foram por reivindicações econômico-salariais, 10% de solidariedade e 20% para estatização de empresas privadas. Era, portanto, um local de grande mobilização operária. A população rural constituía 5% do total dos habitantes da comuna. Havia ainda 3 sindicatos camponeses com mais de 400 membros cada um, 22 acampamentos estabelecidos por meio de ocupação de terrenos, onde viviam cerca de 3.178 famílias.¹⁷⁷ Em tese, era uma região com grande potencial para atuação política, pois unificava as três bases de movimentos populares de maior tradição no país: sindicatos industriais, sindicatos camponeses e movimento de pobladores.

Interessante apontar que nas eleições municipais de 1971, os partidos de oposição, representados pelo PN e DC, obtiveram mais votos na comuna, mesmo com a UP exercendo hegemonia nos movimentos populares. Dentre a esquerda, o PS obteve a maioria dos votos, 29%, o que poderia ajudar a explicar a atuação destacada dos socialistas na organização da

¹⁷⁵ Ibid. op. cit., p. 17.

¹⁷⁶ Acampamentos referem-se aos locais de moradia improvisados e sem mínima infra-estrutura. Esses espaços eram ocupados pelos setores mais pobres da população.

¹⁷⁷ TRONCOSO, op. cit., p. 299.

primeira coordenação entre os sindicatos das indústrias.¹⁷⁸ Cerrillos e Maipú também formavam um dos principais acessos à cidade e de contato com o setor agrário, tornando-se, portanto, territorialmente, um local de extrema importância.

Segundo Sader, no mês de abril de 1972, a comuna de Maipú foi cenário de frequentes mobilizações dos setores populares que exigiam melhorias no serviço de transporte público que, peculiarmente dependia da Municipalidade e não da iniciativa privada. O PS comunal convocou uma concentração pública para tratar do problema e debater uma plataforma política conjunta dos habitantes da região e organizar um Conselho Comunal de Trabalhadores, inspirado na experiência dos soviets da revolução russa. Para dar impulso à mobilização, foram criadas três comissões de trabalho com temas relacionados a transporte, saúde e moradia. Essas comissões preparariam um documento contendo as reivindicações para ser discutido e aprovado em um “Cabildo Abierto”¹⁷⁹, que foi convocado para o mês de maio sob o lema “*La comuna en poder del pueblo*”, que também teria a função de articular a unidade de operários, moradores e camponeses da comuna. O documento seria entregue às autoridades locais que não compareceram à atividade.¹⁸⁰ Participaram todas as direções locais dos partidos de esquerda, com exceção do PC, que participou por meio dos seus militantes de base. A mobilização e organização da atividade estiveram sob responsabilidade dos movimentos populares com destaque para operários que viviam e trabalhavam na comuna. Participaram em média 400 pessoas e, como principal deliberação, aprovaram a necessidade de “*suplantar ambos – la Municipalidade y el Alcalde - por un organismo paralelo próprio de los trabajadores, o Consejo Comunal.*”¹⁸¹ O conceito *trabajadores* foi utilizado como fator de unidade entre operários, pobladores e camponeses. Essa experiência tentou romper com a “atomização” das frentes de luta do operariado.

No Cabildo também foi decidido que todos os presentes impulsionariam sua formação nas organizações de base, como Juntas de Vecinos, Centros de Madres, JAP, etc., o que permitiu, por exemplo, aumentar e ampliar a atuação dos conselhos criados para essa reunião:

¹⁷⁸ Uma das explicações de Eder Sader para justificar o resultado eleitoral desfavorável para a esquerda está na constatação de que parte do operariado não morava e nem tinha domicílio eleitoral na comuna de Maipú. Nessa eleição, a DC obteve 31% dos votos contra 15% do PC e 29% do PS. Em números absolutos o PN obteve 8.265 votos; PS 7.575, DC obteve 4.799 votos, PC 4.061 votos, 690 do PSD, 646 do PR. Cf. *Ibid.*, p. 299-300.

¹⁷⁹ Não existe um consenso quanto à data da realização do Cabildo Aberto em Maipú. Eder Sader aponta em seu texto que a preparação do cabildo levou praticamente dois meses, apontando o mês de abril como referência para sua organização. Já o diário *La Prensa* divulga a notícia do Cabildo no dia 21 de junho de 1972. Franck Gaudichaud, por sua vez, aponta o mês de maio de 1972 como o período de organização do Cabildo. Cf. GAUDICHAUD, *Poder...*, op. cit. p.79.

¹⁸⁰ O prefeito da comuna era filiado ao Partido Democrata Cristiano.

¹⁸¹ PESTRANA, Ernesto; THEREFALL, Mônica. *Pan Techo y Poder. El Movimiento de Pobladores de Chile (1970-1973)*. Buenos Aires: Ed. SIAP-Planteos, 1974, p.110-111.

saúde, transporte e moradia.

Apesar do êxito inicial da reunião, as reivindicações não foram atendidas em sua totalidade e nem a mobilização da população se manteve. As reivindicações mais amplas deixaram de ser fator mobilizador, o que repercutiu na mudança de eixo político para construção do Conselho Comunal, agora mais restrito às demandas sindicais e mobilizadas pelo “*grupo politicamente más conciente*”: o operariado.¹⁸² Uma das razões apontadas pelo estudo da Universidade Católica para o refluxo da mobilização ocorrida durante reunião do *Cabildo Abierto* está justamente relacionada à característica industrial da comuna conjugada à conjuntura política que colocou no centro das discussões as questões relativas à área industrial e sua gestão interna. Pela tradição do movimento sindical, era quase instintivo que os trabalhadores industriais quisessem tornar sua pauta como prioritária, além de atuar preferencialmente nos espaços de trabalho, e não na comuna. O estudo também aponta a falta de uma organização poblacional que pudesse dar direção e continuidade ao movimento.¹⁸³

Foi somente em junho de 1972, com o processo de greve e de ocupação das indústrias Perlak (conservas de alimento)¹⁸⁴, Polycron (química industrial e fibras sintéticas) e El Mono (alumínios), organizada por sindicatos locais e apoiados por militantes socialistas e miristas, que a população da comuna de Maipu voltou a se mobilizar. Trabalhadores apresentaram denúncias contra os proprietários das empresas de promoverem boicote da produção, praticar vendas no mercado negro, reduzirem a compra de matérias primas e ainda de ocultar produtos aumentando o desabastecimento. A principal exigência dos trabalhadores era a intervenção do governo nas indústrias e sua incorporação na APS. A proximidade geográfica das empresas e o apoio fundamental da população local acabaram por estimular a criação de uma coordenação conjunta do movimento. A crise nas negociações com o governo contribuiu para a organização de um *Comando de Coordenação de Lutas dos trabalhadores do Cordón Industrial Cerrillos-Maipu*, durante uma reunião em que participaram em média 30 empresas e militantes do PS, FTR-MIR, IC, MAPU e PCBR. Trabalhadores da Perlak chegaram, inclusive, a ocupar o Ministério do Trabalho para acelerar uma posição do governo em

¹⁸² Cf. *Ibid.*, p. 113.

¹⁸³ SADER; CORDERO; THRELFALL, *op. cit.*, p.50.

¹⁸⁴ A greve na empresa ocorreu dia 19 de junho, alguns dias após o Conclave de Lo Curro (reunião entre os partidos da coalizão), que novamente discutiria a estratégia política econômica do governo, segundo notícia do jornal *El Clarin* (20 de junho de 1972). A tensão política marcou as negociações entre governo e movimento, uma vez que os partidos da UP estavam decidindo pela efetivação de um diálogo com a DC, mesmo que significasse fazer concessões aos democrata-cristãos. Apesar de pequena, Perlak foi símbolo de empresa bem administrada por trabalhadores. Além de aumentar a produção, desenvolveu novas linhas de produtos a base de proteínas de carne e verduras voltadas para as carências nutritivas específicas das crianças chilenas de três meses a três anos de idade. O produto foi pesquisado por um médico pediatra que foi incorporado na empresa para desenvolvimento de uma linha específica do produto.

relação às suas reivindicações, irritando a Ministra Mireya Baltra e o Presidente Salvador Allende.

Os trabalhadores, apoiados por moradores da região ocuparam o camino Pajaritos que dava acesso a Maipú e Cerrillos, no dia 30 de junho de 1972, em um ato solidário à ocupação das indústrias. Aproveitando a ocasião de grande mobilização, solicitaram novamente a melhoria dos serviços públicos no bairro: transporte, habitação e saúde. Nessa ocasião, todo o território ficou sob controle dos trabalhadores. As barricadas permaneceram montadas até que funcionários do governo levaram o decreto de intervenção da Perla e asseguraram o processo em todas as outras.

Salvador Allende condenou energicamente esse tipo de manifestação, uma vez que, nunca havia sido empregada em outros governos, no entanto, agora, era utilizada contra a UP. Segundo Allende, era uma provocação estimulada por setores contrários ao governo, por agentes ultrarrevolucionários e parte de uma esquerda equivocada que, com ações desse tipo, acabavam por ajudar os “conspiradores internacionais”.¹⁸⁵ Em 1973, nas comemorações de aniversário do PS, Allende fez referência direta a esse tipo de estratégia que primava por ocupações de indústrias, ruas, ministérios, terras, etc.:

Debe entender el pueblo, que necesitamos una mayor organización, y menos paros ocasionales. Debe entender el pueblo y esto no es transar que los problemas no se solucionan tomando las viviendas de otros trabajadores, ocupando los caminos o las oficinas públicas. Yo sé lo que es la movilización de las masas; yo sé lo que es un Gobierno Revolucionario, y la base fundamental la constituye el pueblo. Pero yo sé también lo que es la demagogia y la irresponsabilidad. Y los trabajadores de mi patria tienen que tener conciencia de que estamos escribiendo un pedazo de la historia revolucionaria.¹⁸⁶

Apesar de algumas excessões pontuais e de conjuntura, a articulação do movimento de moradores dos bairros populares com as lutas operárias, até então, praticamente não existia. Enquanto o primeiro movimento era bastante setorializado e com reivindicações sempre vinculadas à questão da moradia, à reorganização urbana e à necessidade de implantação de serviços sociais, a tradição sindical chilena preocupava-se em organizar um movimento coeso

¹⁸⁵ ALLENDE, Salvador. *Los Trabajadores y el Gobierno Popular*. In: ALLENDE, Salvador. *Los trabajadores y la via chilena (discursos)*. Archivo Salvador Allende. Mexico: Centro de Estudios latinoamericanos, [1990], p. 55.

¹⁸⁶ Archivos Salvador Allende. *Discurso Allende en el 40 Aniversario del Partido Socialista*, 1973, p. 5. Disponível em: <www.salvador-allende.cl>. Acesso em: 10.12.2010.

visando praticamente os objetivos econômicos.

O comando de Coordenação de Lutas dos Trabalhadores do Cordón Industrial Cerrillos-Maipu também organizou, em 12 de julho, uma marcha até o centro de Santiago com o intuito de solicitar a ampliação da APS, prestar solidariedade aos camponeses de Melipilla e manifestar repúdio a setores da sociedade que impediam o desenvolvimento do processo da via chilena, incluindo aqui, críticas ao parlamento, ao sistema judiciário e às decisões do Conclave lo Curro. Segundo Gaudichaud, participaram 5 mil pessoas, demonstrando sua capacidade de mobilização.¹⁸⁷

O Comando de Coordenação de lutas¹⁸⁸ também divulgou uma Plataforma contendo 12 pontos, que buscava articular pautas comuns a camponeses, pobladores e operários pensando na coordenação futura do Conselho Comunal: apoiavam o governo e o presidente na medida em que ele representasse as lutas e mobilizações dos trabalhadores; exigiam a expropriação das empresas monopólicas assim como daquelas que não cumprissem os compromissos laborais; controle operário da produção por meio da constituição de Conselhos de delegados eleitos pela base; aumento de salários; dissolução do Parlamento; instalação da Assembleia Popular; criação da Empresa Estatal da Construção com controle de pobladores e operários; ocupação de todos os fundos expropriados e controle camponês mediante conselho de delegados; solução imediata aos moradores dos acampamentos; e ainda expressavam repúdio aos patrões, à burguesia, ao poder judicial, à controladoria, ao parlamento e aos burocratas do estado.¹⁸⁹

Não podemos deixar de observar que a experiência do Comando Coordenador significava, de certa maneira, para o movimento sindical nessas indústrias, voltar a atuar abertamente no marco reivindicatório retornando às suas formas tradicionais de atuação. Os pontos da plataforma também demonstravam a influência determinante de setores do PS e MIR na articulação das demandas que extrapolassem os limites das políticas adotadas pelo governo e os canais tradicionais do movimento sindical.

Neste sentido, objetivamente, o Comando Coordenador aparece como um projeto de uma vanguarda operária organizada nos sindicatos locais, que pretendia aglutinar a coordenação de todas as frentes de luta popular da comuna de Maipu. A incorporação de tantos outros pontos, que iam além das questões relacionadas diretamente à produção, vai se

¹⁸⁷ GAUDICHAUD, *Poder...*, op. cit., p. 78.

¹⁸⁸ A partir de outubro, passa a se chamar Cordón Cerrillos. Franck Gaudichaud aponta como data de fundação 27 de junho de 1972, enquanto Dolores Mujica aponta a data de 30 de junho de 1972. Cf. MUJICA, Dolores. *Cordones Industriales. Cronología Comentada*. Santiago: Ediciones Clase Contra Clase, 2005, p.10. e GAUDICHAUD, *Poder...*, op. cit.p.79.

¹⁸⁹ TRONCOSO, op. cit., p. 302.

transformar, ao longo do tempo, em retórica, pelo menos, até o paro de outubro. Como reafirma Sader, “*la lucha por el APS ha sido el cause por donde há pasado la energia política del proletariado.*” Assim, o processo de estatização das indústrias mudou parcialmente o perfil de mobilização sindical. Mais que reivindicar aumentos salariais ou outros benefícios econômicos, a greve era usada como pretexto para justificar a intervenção estatal nas indústrias. É dizer, o movimento sindical continuava a se comportar de maneira corporativista, sem, de fato, integrar as reivindicações de outros extratos sociais em sua pauta prioritária, no entanto, agora, o eixo mobilizador dos trabalhadores era a reivindicação de inclusão das indústrias na APS.¹⁹⁰

O grupo de pesquisadores do CIDU¹⁹¹ afirmou que a estratégia do PS em radicalizar as ações do Comando Coordenador poderia estar relacionado com o resultado da reunião entre os partidos da UP, no qual, duas posições se confrontaram abertamente, demonstrando a falta de unidade entre os dois principais partidos da coalizão em relação ao projeto político da UP: a) o PS utilizou a consígnia “*Avanzar sin Transar*” para representar a proposta de avançar com rapidez os processos de mudanças, principalmente a partir da expansão da APS, do aumento da participação dos trabalhadores em todos os âmbitos da sociedade e da afirmação da aliança operária-camponesa, repudiando, assim, qualquer possibilidade de diálogo com a DC que significasse o recuo das medidas tomadas pelo governo até o momento; b) a outra posição era defendida pelo PC e representada pela frase “*Consolidar para Avanzar*” que propunha a continuidade das políticas do governo em menor escala, intensificando o diálogo com a DC e corrigindo as falhas de direção relacionadas à área nacionalizada. Se necessário, o governo poderia recuar em algumas propostas a fim de consolidar o processo político. Allende se posicionou por esta última tese, que acabou dando a tônica do governo para os meses subsequentes.

Em entrevista à revista Chile Hoy, Carlos Altamirano, presidente do PS, afirmou que, na concepção dos socialistas, a UP não precisava se submeter a acordos com a DC e deveria utilizar a estratégia de convocar plebiscitos para as principais matérias vetadas pelo parlamento.¹⁹² Segundo Altamirano, na conjuntura política chilena, não havia espaços para um centro político, mas somente para dois grandes conglomerados: esquerda e direita. Negociar com a DC era favorecer a direita política. Altamirano ainda firmou que o futuro do

¹⁹⁰ SADER; CORDERO; THRELFALL, op. cit., p. 48-53.

¹⁹¹ CHEETHAM et al., op. cit., p. 2-10.

¹⁹² Não poderíamos deixar de comentar que no início de setembro de 1973, durante diversas reuniões dos partidos da UP para discutirem a grave crise institucional, o PS se opôs à saída plebiscitária como forma de evitar um possível golpe dos setores da direita política.

processo não poderia depender da luta parlamentar ou de acordos entre os partidos políticos, e sim da mobilização e organização das massas de maneira responsável para não cair no espontaneísmo. “*En la medida que el proletariado asuma su tarea de conducir efectivamente este proceso las posibilidades de continuar avanzando son muy grandes.*”¹⁹³ Essa posição de Altamirano tornou-se a tônica da atuação das seções regionais do PS em Maipú e Cerrillos. A radicalização da seccional do PS em Maipú, não agradava a UP, que pressionou a troca de comando socialista na região.

Apesar da aparente mobilização do Comando de Trabalhadores de Cerrillos-Maipú, o afastamento do PS do centro das ações, no final de julho, e a permanência de organizações como MIR, PCR, PCBR e independentes acabaram por delibitá-lo, uma vez que o PS era, entre esses setores, o mais representativo e organizado no movimento operário.¹⁹⁴

A mobilização permaneceu pontualmente em cada indústria, principalmente naquelas que não obtiveram êxito nas negociações com o governo. Apesar do potencial político, o Comando se mostrou limitado em relação a sua capacidade de unificar as demandas e as formas de atuação dos trabalhadores industriais com as poblaciones. Como afirma Sader, “*las perspectivas apuntadas desde al Cabildo todavía no habían madurado.*”¹⁹⁵ O Comando de trabalhadores acabou por se tornar, na prática, em uma articulação por questões pontuais entre os sindicatos.

Cancino afirma que o Comando Coordenador/Cordón Cerrillos foi o primeiro esboço de uma coordenação geográfica dos trabalhadores chilenos e que rompeu com os canais e instituições sindicais tradicionais. Afirma, ainda, que o Cordón foi a expressão de uma nascente “autonomia classista”, apesar de não explicar o que entendia por essa expressão.¹⁹⁶ Franck Gaudichaud também se refere à organização dos Cordones como uma experiência que recuperava a autonomia da classe, que o movimento operário havia perdido parcialmente, e, ao mesmo tempo, que excedia as vontades políticas do governo em outubro de 1972, ao ocuparem as indústrias e funcionarem sob controle operário.¹⁹⁷

O trabalhador Aldo Aguillar¹⁹⁸ destaca que o Cordón Industrial já existia fisicamente antes do governo Salvador Allende. Eram setores industriais que, por necessidade dos empresários e do tipo de industrialização chilena, foram criados em áreas de fácil acesso

¹⁹³ Chile Hoy, nº 05, Santiago, 14 a 20 jul. 1972, p. 29.

¹⁹⁴ SADER; CORDERO; THRELFALL, op. cit., p. 14.

¹⁹⁵ Ibid., p. 36.

¹⁹⁶ TRANCOSO, op. cit., p. 302.

¹⁹⁷ GAUDICHAUD, Franck. *Construyendo Poder Popular: el movimiento sindical, la CUT y las luchas obreras em el período de la UP*. In: PINTO, op. cit., Santiago: LOM, 2005, p. 97.

¹⁹⁸ Aldo Aguillar, mirista, trabalhador da empresa Ditela no Cordón Vicuña Mackenna. Entrevista realizada pela autora em: 04 nov. 2009.

ligados por vias expressas, para facilitar tanto a chegada de matéria prima quanto o escoamento da produção. O que posteriormente se denominou de Cordón Industrial é a organização sob a coordenação de diferentes dirigentes sindicais de empresas de um mesmo setor territorial, constituindo, assim, uma organização ativa, de base, do setor para coordenar precisamente os problemas discutidos pelo movimento.

Outro trabalhador que reafirma este conceito de Cordón Industrial é Tomás Inostroza. Ele ressalta que muitos participantes que vivenciaram esses organismos não gostam de externar que os Cordones, como disposição de indústrias, já existiam:

[...] resulta que aqui en Santiago las industrias se crearon junto a la vía ferrea. Aquí en Chile había un ferrocarril de la costa, desde el mar al centro y outro ferrocarril de acá del centro al sur y al norte, pero entre tanto había ramales de ferrocarriles que recorrían las vías más importantes donde se habían situado las industrias... Se empezaron a formar industrias junto al ferrocarril. Había aquí un movimiento poblacional, hubo aquí várias tomas de terreno... mucha e la gente había venido a vivir aquí, en las tomas de terrenos porque estaban atraídos por estas fábricas.¹⁹⁹

A equipe de pesquisadores da CIDU/Universidad Católica definiu os Cordones como organizações constituídas territorialmente em setores com forte concentração industrial, agrupando o “proletariado mais avançado”, tendo como objetivo diminuir o isolamento entre as indústrias e assumir a solução dos problemas políticos e econômicos que enfrentavam.

Segundo nossos entrevistados Leonel Zuniga Garcia e Aldo Aguillar (Cordón Vicuña Mackenna), Marcel Carrasco Valdívea (Cordón Mapocho), Hugo Valenzuela (Cordón San Joaquin), os Cordones Industriales nos quais atuavam já existiam antes da greve de outubro. Tomás Introza, por sua vez, afirmou a Franck Gaudichaud que o Cordón Macul existia desde 1969. Segundo eles, já havia um contato entre os sindicatos do Cordón, ainda que com menos intensidade e organicidade que o vivenciado em outubro de 1972.

É importante ainda ressaltar que todos os entrevistados, sem exceção, afirmaram que a Coordenação entre as indústrias se inicia com a interlocução entre os sindicatos para dividirem experiências, para ações de solidariedade às ocupações, para troca de produtos, matéria prima e, inclusive, intercâmbio de trabalhadores mais especializados. Nesse sentido, tem-se que ressaltar a fundamental participação dos sindicatos e de sua tradição forjada desde as primeiras mutuales, que, por coincidência ou não, também tinham como característica fundamental a solidariedade de classe.

¹⁹⁹ GAUDICHAUD, *Poder...*, op. cit., p. 223.

Também não se pode negar a importância do PS e, em escala menor, do MIR na construção dessa nova articulação popular. O PS tinha uma grande influência no movimento sindical e representava a segunda maior força política na CUT, perdendo somente para o PC que, até meados de junho de 1973, se recusou a orientar oficialmente a militância a participar desses organismos.

A estratégia de difundir movimentos, como o Conselho Comunal de Trabalhadores, com objetivos que iam para além das demandas operárias, foi discutida no “Manifesto de Concepción”, em 24 de maio de 1972, elaborado por representantes locais do PS, MAPU, IC e MIR.²⁰⁰ O Manifesto propunha que o governo passasse à ofensiva política aumentando a participação dos trabalhadores na área social e implantando, de fato, o controle operário na área produtiva. Sugerem também a unificação dos organismos populares em conselhos Comunales de Trabalhadores, que, por meio de assembleias próprias, pudessem discutir e apontar resoluções para questões de interesse comum, como o controle de abastecimento, educação e saúde. Esse mesmo grupo político organizou a Asamblea del Pueblo, no dia 22 de julho de 1972, em Concepción, com intuito de discutir, analisar e denunciar o caráter contra-revolucionário do Parlamento e também render homenagem à Revolução Cubana. Participaram 139 organizações que representavam operários, camponeses, pobladores, estudantes e mais 5 partidos políticos. MIR, MAPU e PS afirmaram que a intenção era transformar a Asamblea em um organismo de agitação, propaganda e mobilização que permitisse romper o isolamento em que se encontravam as diferentes organizações populares.²⁰¹

Dentre as principais questões, estava a proposta de dissolução imediata do Congresso e sua substituição pela Assembleia do Povo, destituição dos juízes, além das duras críticas à nova política econômica do governo e da exigência de criação do poder popular. A Assembleia realizada em Concepción²⁰² foi a primeira experiência prática com objetivo de constituir as bases de um poder popular contrário e independente da proposta da UP. Julio Faundez²⁰³ ressalta que a Assembleia do Povo significou o enfraquecimento do acordo entre os partidos da UP no movimento popular, sobretudo, entre PS e PC, uma vez que os

²⁰⁰ Com objetivo de facilitar a leitura desta tese e para melhor ordenação dos fatos, reafirmamos que os meses de abril e maio de 1972 deflagraram o processo de organização do Cabildo Aberto em Maipu realizado em junho de 1972, que aprovou a organização do Conselho Comunal. Portanto, estamos afirmando que os processos como o do Cabildo Aberto, da organização do Comando de Trabalhadores e posteriormente do Cordón Industrial tiveram influência do Manifesto de Concepción e da Assembléa do Povo.

²⁰¹ TRONCOSO, op. cit., p. 263.

²⁰² A cidade de Concepción era o terceiro maior pólo industrial do país e agrupava um número importante de operários. Também era nessa cidade que se concentrava a sede regional do MIR.

²⁰³ FAÚNDEZ, op. cit., p. 239.

socialistas aceitaram o pressuposto básico das posições miristas, que rechaçava os setores médios como aliados do proletariado e elevava a esse posto os pobres da cidade e do campo. Destes extratos sociais, deveria emergir o poder popular resultando em uma nova aliança revolucionária.

Allende criticou a Assembleia do Povo caracterizando-a como uma tribuna verbalista, um fenômeno de tendência divisionista, esponaneísta e deformado, que atentava contra a homogeneidade do movimento da UP com propostas que estavam à margem da realidade concreta que o país vivia, além de servir aos interesses dos “*enemigos de la causa revolucionária*.”²⁰⁴ Allende chamou a responsabilidade de cada direção partidária para o compromisso de elevarem o nível ideológico e a disciplina de seus militantes, para impulsionar a estratégia comum da UP.

As direções nacionais dos partidos da UP também condenaram o encontro realizado por militantes regionais. Entretanto, a direção nacional do PS, se posicionou ao lado do governo, mas se recusou a condenar publicamente os membros regionais do partido porque concordava com algumas ideias aprovadas em Concepción, exercendo claramente uma posição dúbia dentro da coalizão política. A direção regional do PS sustentou que só atuou segundo as orientações do Comitê Central do partido em Santiago. Aos poucos, setores mais a “esquerda” dentro do PS ocupavam o lugar de crítico do governo da UP, ao mesmo tempo em que mantinham postos políticos importantes na estrutura administrativa do Estado.²⁰⁵

As divergências entre os rumos do governo dentro da UP eram visíveis, fragilizando, sobretudo, o processo da “via chilena”. O projeto da coalizão, desde a sua formação, não era único, pelo contrário, existiam divergências no seu projeto principal: a “transição sem armas para o socialismo”. Por consequência, alguns partidos da UP lançaram, a partir do movimento popular, estratégias políticas divergentes.

A Assembleia de Concepción se constituiu como uma forma de expressar a linha política de massas do MIR e de parte do PS, que acreditavam poder iniciar um processo próximo ao que viveu a Rússia entre fevereiro e outubro de 1917, com a chamada dualidade de poderes.²⁰⁶ Miguel Enriquez, presidente do MIR, definiu²⁰⁷ a assembleia de Concepción como agitativa e propagandística, com intuito de criar condições políticas para projetar os

²⁰⁴ Carta a los dirigentes de la UP sobre la Asamblea del Pueblo en Concepción, 31 de Julio de 1972. In: FARIAS, op. cit., p. 2850.

²⁰⁵ FAÚNDEZ, op. cit., p. 240.

²⁰⁶ Algumas resoluções da Asamblea del Pueblo também se repetem nas reivindicações do Comando Coordinador, reafirmando a importância política do PS e do MIR nos dois processos.

²⁰⁷ Chile Hoy, nº 11, Santiago, 25 a 31 ago. 1972.

Conselhos Comunales. O PS²⁰⁸, através de um representante regional, afirmou que a assembleia não havia nascido de nenhum poder paralelo ao governo, mas era o início de uma grande tarefa de mobilização das massas para além das entidades tradicionalmente constituídas. Para a direita política, os ataques no interior da própria esquerda reforçavam sua estratégia de, cotidianamente, desgastar a imagem da coalizão, principalmente frente às Forças Armadas, para, definitivamente, conseguir seu apoio para concretizar um golpe político.

Apesar do impulso da Assembleia de Concepción e da experiência do Comité Coordinador de Cerrillos, e, posteriormente, do Comando de Trabajadores, a difusão da organização política dos Cordones Industriales só vai multiplicar-se e ganhar visibilidade com a greve patronal de outubro de 1972.

²⁰⁸ Punto Final, n° 163, Santiago, 1° ago. 1972.

2.2 A paralisação de Outubro e a organização dos Cordones Industriales:

Cuando há venido esta paralización que no tiene base yo me he empeñado en decirle al pueblo, que los trabajadores, en sus sitios de trabajo, en sus fabricas, en sus industrias, que no trabaje o que no abra porque un patrón la cerró, ábranla uds., porque uds. ahí se ganan su pan. Ellos quieren parar el país, nosotros queremos hacer que camine [...] Y no hay ninguna industria parada.

(Salvador Allende, octubre 1972)²⁰⁹

Em meio ao processo de desgaste institucional e econômico, de divisão interna da UP, de desabastecimento e de mobilização social, as direções gremiais de transporte decretaram, em agosto de 1972, paralisação de 24 horas em todo o país, com apoio da Confederação da Produção do Comércio, Sociedade Nacional de Agricultura, Sociedade de Fomento Fabril, Câmara Chilena da Construção, Confederação de Pequenos Empresários e da direita política.

Estava claro que a direita política tentava criar uma grande desestabilização nacional que afetasse todas as classes sociais para possibilitar as condições necessárias para destituição do presidente Allende. A melhor estratégia encontrada foi justamente utilizar os dois pontos centrais da política do governo da UP na contraofensiva: a economia e a mobilização social. Na estratégia da direita e de setores da DC, bloquear a distribuição de todo tipo de matéria-prima e de bens de primeira necessidade resultaria em aprofundamento da crise econômica, forçando setores das próprias Forças Armadas a tomarem uma posição mais dura diante do governo. Assim, inicia-se em setembro de 1972 a greve de caminhoneiros prejudicando a distribuição de todos os tipos de produto para o país, que era realizada prioritariamente por um sistema de transporte particular. O intuito era afetar de uma só vez a produção, distribuição e consumo de toda a população. Seria, portanto, uma das maiores crises que o país vivenciaria.

O plano ainda se completava com a organização de uma base social anti-allendista ativa que deveria ocupar as ruas do país contra o governo. Destaque para o movimento de estudantes, capitaneados pela Universidade Católica, para as ações da organização fascista Patria y Libertad e para o denominado “Poder Feminino”, que reuniu mulheres de vários

²⁰⁹ Salvador Allende. *Discurso ante los técnicos y profesionales del Frente Patriótico*. Teatro Municipal, Santiago, 18 de octubre de 1972. In: ALLENDE, Los trabajadores... op.cit.,p.126.

partidos políticos, independentes e outras que nunca haviam participado de atividade política, que tornaram da atividade antiallendista uma prioridade.²¹⁰ Pela primeira vez, a burguesia experimentou sua força de massas, com mobilizações, passeatas e muita pressão social.²¹¹ As manifestações *callejeras* já não eram mais ações exclusivas da esquerda.

Allende faz uma declaração pública no dia 15 de setembro de 1972 reafirmando os compromissos do governo, além de reiterar o seu comprometimento com os marcos constitucionais e legais para implantação do programa político da coalizão. No início de setembro, o Democrata Cristiano Juan Hamilton emitiu uma declaração à imprensa na qual pedia que o Presidente Allende renunciasse ao cargo. Em 7 de outubro de 1972, partidos de oposição acusaram, no Senado, o Presidente Allende e o governo de colocarem-se à margem da lei. Expressou essa posição o Partido Nacional, Partido Democrata Cristiano, Partido Democrático Radical e Partido de Esquerda Radical.

O clima no país era extremamente tenso. A CUT utilizou as comemorações de dois anos de governo da UP para realizar uma grande mobilização e demonstrar o apoio popular ao governo. O ato reuniu 700 mil pessoas e serviu também para preparar os ânimos para as crescentes dificuldades. A CUT fez um chamado aos trabalhadores para estarem em alerta às possíveis provocações e sabotagens à produção e, ainda, estabeleceu um dia de paralisação nacional com a ocupação dos espaços públicos e privados em caso de tentativa efetiva de golpe:

La CUT, como organismo máximo de los trabajadores, reitera que su compromiso fundamental es con las conquistas alcanzadas en su lucha por el pueblo chileno y que, manteniendo su clara independencia y autonomía frente a los partidos políticos y al Gobierno, cumple con su deber llamando a todos los trabajadores a decretar estado de alerta y la movilización general... Resuelve: realizar asambleas sindicales en las que se discuta la situación general del país y se tomen los acuerdos necesarios tendientes a reafirmar la voluntad de los trabajadores chilenos de impulsar con todas sus energías el proceso de transformaciones porque atraviesa nuestra patria; Formar los Comités de vigilancia de la Producción en las Empresas Privadas. Adoptar además las medidas pertinentes para proteger las fuentes de trabajo, constituyendo las Comisiones de Protección y Defensa; Unificar los más amplios sectores de los trabajadores en la lucha por la democracia y contra el golpe de Estado; Concertar un paro nacional con toma de industrias, servicios, minas, campos, escuelas, en caso de intentona golpista... La CUT llama al pueblo a asegurar el normal desarrollo de la

²¹⁰ POWER, op. cit., p. 214.

²¹¹ KERHUEL, Yves. *L'insurrection de la bourgeoisie*. In: SARTRE, Jean-Paul (Org.). *Revue Les Temps Modernes*, n°323, Paris, juin 1973, p. 1953.

producción, de la distribución, abastecimiento y consumo, así como mantenimiento y el funcionamiento normal de los medios de comunicación y transportes, como una de las más importantes de la hora presente. Para ello es indispensable que cada organización sindical en su frente respectivo asuma la responsabilidad y adopte las medidas necesarias en medio de la más amplia y democrática discusión que no eternice los problemas sino que los resuelva de inmediato, con firmeza y sin sectarismo.²¹²

No dia 7 de outubro de 1972, inicia uma nova ofensiva articulada pela direita política, setores da DC, grêmios patronais, com apoio do governo norte-americano: uma nova paralisação de doze mil donos de caminhão sob pretexto de protestar contra a criação de uma empresa estatal de transporte na região da cidade de Aysén, localizada no extremo sul do Chile. A greve torna-se o estopim para mobilização de outros setores da sociedade descontentes com o governo, como, por exemplo, a SOFOFA, SNA e Confederação Nacional da Produção e Comércio, Associação de Médicos, dentre outros. Diversos estabelecimentos varejistas fecham as portas em apoio ao movimento e passam a atuar definitivamente no mercado negro, criando uma situação caótica no país. A paralisação torna-se um movimento nacional contra a UP por volta do dia 11 de outubro. Grupos antisocialistas intensificaram suas atuações, passaram a integrar o movimento de paralisação que já contava com o apoio de parte da imprensa, em especial do jornal El Mercurio, além de apoio e recursos financeiros norte-americanos.

O representante da democracia-cristiana na CUT, Ernesto Vogel, afirmou, em uma das passeatas organizadas pela direita política em outubro, que o país atravessava um dos piores momentos da história chilena. Crise econômica, quebra de constitucionalidade, lutas entre “hermanos” de classe, esgotamento da paciência do cidadão, indisciplina social e perigosa polarização política. Claramente, o representante convocou os trabalhadores a aderirem ao paro, a disputarem a opinião de seus companheiros nas indústrias e a assumirem uma posição crítica ao governo.

O discurso amplo utilizado pela oposição que buscou unir questões dentro dos parâmetros do senso comum, como a defesa da democracia diante de uma suposta ameaça autoritária, defesa da liberdade, pluralismo político, exaltação ao conceito de pátria e de seus valores nacionais, encontrou nos setores médios uma grande adesão. Como afirma Cancino²¹³, a oposição gerou uma mensagem que condensou e integrou aspirações e interesses diversos,

²¹² Puro Chile, Santiago, 9 set. 1972.

²¹³ TRANCOSO, op. cit., p. 294.

aglutinados no eixo político da defesa da democracia ameaçada pelo “totalitarismo marxista”. Por outro lado, também contou com o apoio direto dos Estados Unidos, que auxiliou e financiou atividades do movimento gremial. Pela primeira vez na história chilena, ocorreu uma greve organizada por setores patronais, profissionais e técnicos, com oposição clara dos setores assalariados.²¹⁴

O governo, confiando na possibilidade de acordo com os democrata-cristianos demorou a tomar medidas mais enérgicas para conter a estratégia da direita, que vinha crescendo desde o mês de setembro. O conflito havia ultrapassado todas as barreiras institucionais, nas quais, normalmente, vinha se produzindo a batalha entre direita e esquerda, para atingir uma situação extra-institucional.²¹⁵

Segundo Bittar, durante o mês de outubro, aparece um novo elemento na luta política chilena: a vanguarda oposicionista agora estava sob liderança de grêmios da pequena burguesia (Poder Gremial), já que os grandes empresários estavam com receio em paralisar suas atividades, porque, formalmente, o Estado poderia intervir com apoio dos trabalhadores. Preferiram utilizar outros métodos de boicote, como, diminuir o ritmo de produção, comprar menor quantidade de matéria-prima ou mesmo vender os produtos para o mercado negro. Corroborando a reflexão de Bittar, os jornais conservadores já anunciavam os novos protagonistas:

Los gremios han asumido la defensa de los valores democráticos amenazados, por cuanto cada organización de trabajadores independientes ha sufrido de modo particular las consecuencias del estatismo avasallador, del atropello a la ley y de la completa incapacidad de los administradores actuales del país. El presente conflicto se plantea, pues, entre el Gobierno y los gremios. Estos últimos representan con toda evidencia a la gran mayoría de la opinión pública y traducen con sus actitudes el descontento ciudadano general, pero esta universalización del conflicto no quita a este su carácter originario, su naturaleza estrictamente gremial.²¹⁶

O mês de outubro se transformou em uma intensa polarização de classes. Se a direita conseguiu mobilizar setores das classes média e alta, o governo presenciou uma reação das classes populares, inicialmente, marcadas pela espontaneidade no sentido se disporem a continuar trabalhando prontamente em defesa do governo por meio de iniciativas locais sem

²¹⁴ VVAA. *El movimiento Popular y la via chilena al Socialismo – 1970-1973*. In: VVAA, *Cuadernos de historia popular*, nº10, série História del movimiento obrero – tomo IV. Santiago: CETRA/CEAL y ECO, 1990, p. 12.

²¹⁵ CHEETHAM et al., op. cit., p. 5.

²¹⁶ El Mercurio, Santiago, 18 out. 1972.

uma articulação prévia nacional organizada pela UP, sindicatos ou associações, pela vontade de defender o governo e as conquistas sócioeconômicas. No entanto, logo após a reação popular, sindicatos, partidos político e MIR, se juntaram a eles para coordenarem as ações de forma mais organizada.

Segundo Patrício Palma, foi o próprio general Carlos Prats, Comandante em chefe das FFAA, que saiu em defesa do governo, alegando que a responsabilidade pelas ocupações eram dos próprios proprietários que resolveram aderir à paralisação ilegal.²¹⁷

A primeira reação dos trabalhadores nas empresas privadas e públicas foi permanecer em seus postos de trabalho para dar continuidade à produção. Por meio do trabalho voluntário, se juntaram a eles estudantes, donas de casa, desempregados, etc., para organizarem um sistema de transporte e distribuição das mercadorias para os bairros mais populares. Também nomearam seus próprios administradores desenvolvendo inclusive um processo particular de participação interna. Foram organizadas em todas as indústrias Comitês de Vigilância permanente para impedir sabotagens e boicotes, por parte de empresários e de antiallendistas. As empresas e distribuidoras que estavam sob controle do Estado intensificaram a produção, dentro dos limites da matéria-prima disponível. O sistema bancário, que era essencial para desempenhar algumas funções importantíssimas, já estava sob controle estatal e funcionou regularmente.

Foi uma mobilização que impressionou a todos, inclusive aos partidos da UP. Segundo Yves Kerhuel²¹⁸, as massas populares se uniram em defesa de interesses comuns e imediatos, representados pela vontade do retorno à normalidade do abastecimento, transporte e restabelecimento dos serviços de saúde. Essa experiência também possibilitou um maior envolvimento entre os próprios trabalhadores na medida em que precisaram se unir, mesmo diante das diferenças políticas, para assumirem diretamente os serviços paralisados. Deste modo, a mobilização popular demonstrou um salto qualitativo na unidade, consciência, capacidade de organização e aprendizado político das massas populares. Como afirma o estudo de Rosemond Cheetham, a atuação popular, sob organização dos Cordones Industriales e Comandos nas poblaciones, ultrapassou o marco das organizações tradicionais das frentes sindical, camponesa e populacional.²¹⁹

Os trabalhadores vivenciaram esse processo de maneira distinta, porém, com características similares. A mobilização do povo era uma arma incontestável do governo.

²¹⁷ Patrício Palma, comunista, Diretor do Departamento de Indústria e Comércio do Ministério da Economia. Entrevista realizada pela autora em: 11 out. 2009.

²¹⁸ KERHUEL, op. cit., p. 1968.

²¹⁹ CHEETHAN et al., op. cit., p. 9.

Conjuntamente com a defesa dos processos inaugurados pela UP, a mobilização popular despertou os trabalhadores para uma nova possibilidade de atuação política, articulada entre os diversos setores sociais, mas, sobretudo, entre as indústrias. Os depoimentos à imprensa da época não deixam dúvidas que o protagonismo da classe trabalhadora foi essencial para a superação da crise de outubro:

Empresa Textil Progreso: Ahora nosotros estamos sacando gente a la calle y saldremos todos si hace falta. Estamos ayudando a los compañeros que se tomaron SOPROLE a envasar y distribuir la leche, y seguimos produciendo aquí, por lo que todos aumentamos el trabajo voluntario. Sábado y domingo trabajamos con DINAC. Hay compañeros que hacen verdaderos sacrificios saliendo del tercer turno directo a repartir leche en las poblaciones.²²⁰

Empresa MADECO: Aquí hemos redoblado la producción asegurando abastecimiento de materias primas. La Asamblea General de trabajadores resolvió crear tres turnos de vigilancia y se encuentra permanentemente informada del curso de la situación para actuar en consecuencia. Se organizaron grupos de 30 compañeros para tareas de carga y descarga en donde sea, además de la protección industrial. Hicimos una lista de 75 choferes, mecánicos y carpinteros nuestros a disposición del Gobierno para labores de carrozado de camiones donde haga falta.²²¹

O único depoimento que criticou a atuação dos trabalhadores na época, por não ser tão efetiva como se esperava, foi o de Ibano Castro, do Cordón Estación Central, que, por meio de entrevista ao autor Miguel Silva, afirmou que a resposta popular foi muito passiva, assim como no Tanquetazo. Segundo ele “...el trabajador tenía tremendas marchas, pero cuando habían cosas fuertes, no respondía.” No entanto, o texto de Silva não nos permite fazer uma análise mais profunda desta reflexão por citar apenas uma parte pequena do depoimento. Não sabemos suas expectativas quanto à reação ao paro de outubro, se deveria se aproximar de uma política mais radical e rupturista ou se somente deveriam assumir as responsabilidades na condução do processo produtivo e distributivo.²²²

Os trabalhadores também organizaram vendas de mercadorias com preços mais acessíveis à população para diminuir o impacto do desabastecimento, geralmente com o intermédio das Juntas de Vecinos e Centros de Madres. Comumente as indústrias se

²²⁰ Mayoría, n. 54, Santiago, 25 a 31 out. 1972.

²²¹ Mayoría, Santiago, sem data.

²²² SILVA, op. cit., p. 216.

organizavam por cordón e divulgavam dia, horários e local na imprensa de esquerda.²²³

O nível da mobilização popular foi tão ativo que, sem dúvida, sobrepassou as medidas legais tomadas pelo governo, a citar: decreto de estado de emergência parcial para as províncias de Curicó, Talca, Santiago, Valparaíso e províncias do centro e sul do país; estabeleceu cadeia oficial de rádio e televisão para evitar a utilização de redes de emissoras ligadas à direita política; cancelou a personalidade jurídica dos Colégios Profissionais e Grêmios envolvidos na articulação do paro patronal; requisitou os estabelecimentos industriais e comerciais que infringiam as disposições legais de funcionamento normal para a população.

Essas medidas enfrentavam o problema do ponto de vista legal, mas não resolvia as questões referentes à regularização dos serviços para a população. O governo então parabenizou e reafirmou a importância do trabalho “militante” de técnicos, profissionais, transportistas e trabalhadores partidários da UP, e solicitou que continuassem desempenhando as tarefas mais importantes não cumpridas pelos grevistas, recorrendo, portanto, à iniciativa e à disciplina militante para superar o problema.

Entretanto, a parabenização dos setores populares por Allende, num primeiro momento, não incluiu o reconhecimento dos Cordones Industriales. Segundo Faundez, esse olhar de desconfiança por parte do governo era uma reação até natural em função das declarações críticas ao governo do Cordón Cerrillos, em julho de 72, e da Assembleia de Concepción.²²⁴

No dia 17 de outubro de 1972, o governo constituiu “frentes” que pudessem congregiar e organizar a ação de parte da população pró-UP, sob direção dos partidos políticos que compunham a coalizão política: Frentes da Pátria, Frente Patriótico de Transporte, Frente Patriótico de Profissionais e Técnicos, Frente Patriótico de Mulheres e o Comando de Defesa da Saúde. A essa altura, as fábricas já estavam ocupadas pelos trabalhadores que davam continuidade à produção, se revezando em três turnos diários sob a coordenação dos sindicatos locais. Os bairros por sua vez, já contavam com a atuação de organizações locais e das JAP na organização de um sistema de distribuição direto à população, assim como, por meio de pequenos comércios para a população.

A adesão popular ocorrida em outubro contou com a participação massiva de trabalhadores que não estavam filiados à organização política, mas também de socialistas,

²²³ Trinchera, Santiago, nov. 1972, p. 1-3.

²²⁴ FAÚNDEZ, op. cit., p. 273.

miristas, comunistas e, inclusive, de muitos dos trabalhadores democrata-cristianos²²⁵ que criticaram a atuação do partido na paralisação de outubro. Este exemplo nos possibilita a refletir que, para o operariado, a identidade de classe, o significado do trabalho, as melhorias de vida, e a consciência do seu papel no setor produtivo, foram fatores predominantes na decisão de permanecer junto a seus companheiros nas indústrias.

Segundo Tomás Moulian²²⁶, o paro de outubro proporcionou o desenvolvimento da democracia de massas, ou seja, as lutas no interior da Esquerda e com a Direita possibilitaram que os trabalhadores fossem tomando consciência do processo e estimulando que todos, de certa forma, tivessem um “lado” dirigente, mesmo que apenas no seu espaço de trabalho, assumindo e definindo, assim, sua identidade de classe. Durante a UP, afirma, Chile viveu uma “paixão cívica.” O fenômeno do povo militante tinha a ver com a experiência da democracia de massas, de discussão e decisão em espaços de convivência coletiva, por exemplo, nos bairros, na indústria e, por isso, de alguma maneira se sentiram participantes das tomadas de decisões. A política havia deixado o campo dos dirigentes para pertencer a todos os trabalhadores.

A greve de outubro possibilitou a distinção de duas formas de participação popular, segundo Hugo Cancino²²⁷: a) uma no nível institucional, através da CUT, que coordenou em conjunto com os ministérios e organismos governamentais a mobilização para as tarefas de transporte, distribuição e abastecimento; b) outra no nível extra-institucional, que estava à margem dos organismos sindicais e governamentais, gerando novas organizações de base que articularam, organizaram e programaram as atividades dos operários. Esta forma de participação tinha uma agenda própria, que era estabelecida de acordo com as suas necessidades, sejam elas imediatas ou não.

A reação dos trabalhadores nas indústrias estimulou a integração entre elas, por meio da construção de canais próprios de discussão, atuação e solidariedade. Esse período de crise provocou a reorganização do Cordón Cerrillos, para além da pauta da estatização das indústrias, e estimulou a formação de tantos outros. Os Cordones se caracterizaram pela articulação e coordenação de sindicatos de uma mesma zona territorial que assumem a ocupação de indústrias, a defesa da produção, e o controle operário da indústria como resposta

²²⁵ Na revista Chile Hoy, número 21, foi publicada algumas entrevistas com trabalhadores da DC que se recusaram a parar de trabalhar, alegando que respeitavam a decisão majoritária dos trabalhadores. Nas entrevistas que realizamos com dirigentes de alguns dos Cordones Industriales foi reafirmado que a maioria dos trabalhadores da DC permaneceu trabalhando. No documentário de Patricio Guzman La Batalla de Chile também há depoimentos nesse sentido.

²²⁶ MOULIAN, op. cit., p. 267-268.

²²⁷ TRONCOSO, op. cit., p. 300.

ao paro patronal. O seu desenvolvimento foi resultado do protagonismo popular, da trajetória do movimento sindical e popular chileno conjugado com uma conjuntura de polarização política e mudanças socioeconômicas que beneficiaram as classes trabalhadoras.

Os Cordones passaram a integrar uma rede de resistência à paralisação, organizadas pelo governo e partidos políticos. Assim, junto aos Comitês Coordenadores, as JAP, Juntas de Vecinos, entidades estudantis, dentre outras organizações, procuraram desenvolver atividades, como abastecimento (entrega de alimentos e produtos de primeira necessidade), defesa (sistema de vigilância nos bairros e nas indústrias), transporte (organizavam locomoção coletiva a partir de carros e caminhões das próprias empresas para transportar, prioritariamente, os trabalhadores e para realizar o escoamento da produção). Organizavam-se, assim, expressões de poder popular local.

Troncoso²²⁸ afirma que, nesse período, emergiu uma nova vanguarda operário-militante, constituída por jovens trabalhadores, especialmente das empresas da área social e mista. Seguramente, a discussão sobre controle operário da produção instigou a participação de muitos jovens que queriam ver o processo da transição chilena concluída em prazo acelerado. Acreditavam que uma forma de superar o mercado negro era administrar todos os meios de produção. A juventude dos novos participantes contagiou as indústrias e também desafiou os antigos sindicalistas já acostumados com a forma tradicional de militância política.

Uma demonstração da atuação importante dessa juventude trabalhadora está na idade que nossos entrevistados tinham na época e na forma como relatam as suas vivências e as esperanças que depositavam naquele processo. Muitos relataram que, neste período de outubro, sequer retornavam para casa para dormir ou para ver esposas ou filhos. Muitos trabalhadores ficaram concentrados nas indústrias até o final da crise se dedicando ao trabalho nos Cordones. Nas empresas privadas, a ambição destes trabalhadores era fazer parte da APS, mesmo que a relevância para o sistema produtivo estatal não justificasse a intervenção. De certa maneira, o paro de outubro e a ocupação das indústrias abandonadas por empresários materializaram, nem que seja por algumas semanas, essa possibilidade. Ainda segundo Cancino, esses jovens se aproximaram dos setores mais radicais do PS e, em menor medida, do MIR.

Segundo os relatos das nossas entrevistas, houve duas formas de estímulo à organização dos Cordones: a mais citada foi pela atuação dos sindicatos, e a outra, pelos

²²⁸ Ibid., p. 296.

partidos políticos. É interessante ressaltar que, quando perguntado se os representantes dos partidos tinham vínculo com a indústria, os entrevistados afirmaram que a maioria eram militantes e trabalhadores, alguns participavam do sindicato e outros não. Como já discutimos, havia uma relação política entre partidos e movimento sindical, sendo essa, inclusive, uma das características principais da tradição sindical chilena.

Os estudos realizados durante o governo da UP pelo grupo da Universidade Católica do Chile apontam que é impossível estabelecer com exatidão o número de Cordones Industriales, devido a sua diversidade organizativa. Em Santiago, se reorganizaram os Cordones Industriales de Cerrillos e Vicuña Mackenna, além destes, os outros tantos que se desenvolveram foram: O'Higgins, Macul, San Joaquín, Recoleta, Mapocho-Cordillera, Santa Rosa-Gran Avenida, Panamericana Norte, Santiago Centro e Vivaceta. Em Valparaíso foram desenvolvidos os Cordón Puerto, Cordón Centro, Cordón Almendral, Cordón Quince Norte, Cordón El Salto, Cordón Concón e Cordón Quintero-Ventanas. (ver mapa em Anexo C). Ainda se desenvolveram em cidades como Arica, Concepción, Antofagasta e Osorno.

Os relatos que seguem apresentam algumas experiências de como se organizaram alguns Cordones Industriales, ressaltando a importância da atuação dos sindicatos e dos partidos políticos no seu processo de constituição:

Nosotros entendíamos que los Cordones Industriales eran como la expresión política de los sindicatos, las federaciones, las confederaciones; venía siendo la instancia reivindicativa de los trabajadores, pero de la situación que se estaba viviendo, había que pasar a la parte política. Entonces, el Cordón vendría siendo la parte política, la representación política del sindicato.²²⁹

No, fue antes (“del paro de octubre”). Se empezaron a organizar los sindicatos, se empezaron a formar los Cordones industriales ya, aquí un cordón industrial era el de Vicuña Mackenna. En Vicuña Mackenna habían hartas empresas, por ejemplo, MADECO, SUMAR, YARUR. Y se empezaron a ver la necesidad de empezar a juntarse, de estar unidos, de empezar a ser solidarios entre los sindicatos, en todas partes con los sindicatos, y se fueron creando los Cordones industriales. Los mismos sindicatos se juntaban y se nombraba una directiva de los Cordones Industriales, que eran dirigentes sindicales, y así se fueron creando los Cordones industriales [...].²³⁰

²²⁹ Marcel Carrasco Valdívía, trabajador da empresa Novic no Cordón Vivaceta. Entrevista realizada em: 24 nov. 2009.

²³⁰ Antonio Bravo, trabajador da empresa Madeco no Cordón Vicuña Mackenna. Entrevista realizada pela autora em: 10 out. 2009.

El Cordón Vicuña Mackenna surge como una necesidad y expresión de los trabajadores, yo diría que fundamentalmente a partir de la crisis de octubre. Surge como la necesidad de expresarse los sectores revolucionarios del movimiento del sector Vicuña Mackenna. Y en la medida que la CUT no daba la respuesta a los problemas que afectaban a la clase trabajadora, surge de los sectores revolucionarios del movimiento obrero, fundamentalmente del MIR y sectores del PS.²³¹

Pero nosotros veíamos que la necesidad iba más allá de la empresa de cada uno, la necesidad de crear las conexiones de cada empresa en el lugar donde estábamos desarrollando. Por ejemplo, en San Joaquín, había una cantidad de empresas, entonces nosotros pensábamos que era necesario entonces, crear estos Cordones industriales que pudieran contactarse en algún momento de emergencia rápidamente. Y fue así entonces, que cada empresa y a través de los partidos políticos fundamentalmente fueron los que organizaron esto, empezaron a crear los Cordones industriales, las dirigencias de los Cordones industriales. Esto fue el año 72 más o menos. Antes del paro por ahí andábamos en la organización, pero fuertemente después del paro esto empezó a funcionar bien.²³²

El caso del Cordón Cerrillos, existía en 1971 una coordinadora de organizaciones políticas revolucionarias que trabajaban en el sector. En este comando se van articulando dirigentes que no ven en la CUT una capacidad de dar respuestas a sus demandas. La instancia del Cordón no discutía a las relaciones laborales, ni los temas de producción de cada sector, ni de organización: era una instancia de coordinación para la lucha política.²³³

Os depoimentos acima demonstram a importância do papel do sindicato para a formação dos Cordones Industriales. Perceberam que, a partir da interlocução entre os sindicatos, poderiam se ajudar a resolver alguns dos problemas do processo produtivo, como a falta de matéria prima, além de facilitar a coordenação de ações políticas. Interessante perceber as dissonâncias do discurso de Mario Olivares e de Antonio Bravo sobre a organização do Cordón Vicuña Mackenna, no qual, um valoriza a participação dos partidos políticos e o outro, dos sindicatos.

Assim, a posição desses trabalhadores demonstra que os Cordones representam um

²³¹ *Entrevista de Mário Olivares, dirigente do Cordón Vicuña Mackenna para Miguel Silva. Apud SILVA, op. cit., p.219.*

²³² Hugo Valenzuela, trabajador da empresa Summar no Cordón San Joaquín. Entrevista realizada pela autora em: 24 nov. 2009.

²³³ Guillermo Rodriguez, ativista político do MIR, Cordón Cerrillos. Entrevista realizada pela autora em: 28 set. 2009.

hibridismo entre organizações sindicais (dirigentes sindicais) e partidos políticos, sendo que, estes últimos, em sua maioria, eram trabalhadores das indústrias não estatizadas ou em processo de estatização. No entanto, os Cordones não conseguiram envolver de forma consistente em sua direção outros extratos sociais que não o operariado, o que condicionou o seu tipo de atuação e de reivindicações. Em outras palavras, o proletariado era maioria na direção dos Cordones, de modo que seus principais interesses tornaram-se prioritários diante das diversas possibilidades de reivindicação. Assim, de certa maneira, existe uma continuidade das formas tradicionais de atuação do sindicalismo, que não excederá a forma reivindicativa de solução dos problemas imediatos da classe, no caso, a estatização das empresas privadas e mistas.²³⁴

Ao mesmo tempo, parece haver um certo consenso entre nossos entrevistados que os Cordones teriam a função política para além da forma tradicional dos sindicatos. As ações mobilizadoras relacionadas aos benefícios econômicos da classe ficariam sob responsabilidade do sindicato, enquanto os Cordones teriam a função de mobilização “política”. Há, portanto, uma separação clara de funções demonstrando que, a priori, os Cordones tinham características e finalidades distintas da CUT. De fato, após a paralisação patronal de outubro, os Cordones se mobilizaram principalmente em função da estatização das indústrias envolvendo principalmente indústrias médias, demonstrando que não só o proletariado das empresas monopólicas (prioritárias para o governo e onde mais se desenvolveu o sistema de participação) poderiam se mobilizar efetivamente. Mas, ao mesmo tempo, era um fator limitante para os Cordones, já que na área monopólica é que estava se desenvolvendo os Comitês de Produção que, de certa maneira, democratizavam a estrutura de poder interna das empresas, dando à classe uma nova perspectiva.²³⁵

A forma como estavam organizados os Cordones e a maneira como se relacionavam com as empresas vizinhas demonstrava também uma possibilidade alternativa e um complemento necessário à política da UP. De fato, a coordenação entre setores produtivos de uma mesma região era um desafio fundamental que nem a CUT nem o governo haviam alcançado.

Os Cordones significaram uma novidade em termos de organização social de base, uma vez que inovaram na metodologia organizativa, ou seja, a organização por território havia superado a organização por rama produtiva, característica de todas as Centrais sindicais chilenas (FOCH, CTCH e CUT). A CUT, por sua vez, já havia aprovado, em sua 6ª

²³⁴ CHEETHAM et al., op. cit., p. 26.

²³⁵ Ibid., p. 28.

Conferência realizada ainda no início do governo popular, a necessidade de desenvolver as chamadas CUT-Comunal, ou seja, integrar territorialmente o movimento sindical para adequar a sua estrutura aos novos desafios colocados pelo projeto da UP, uma vez que os sindicatos deveriam superar a sua tradição de atuar apenas no marco reivindicativo. Para este objetivo específico, a organização por rama produtiva era mais eficiente, mas já não bastava para a nova conjuntura política. De fato, os centros de grande concentração industrial careciam de algum instrumento que pudesse estimular o contato e a organização entre eles. Havia, portanto, um fértil terreno de mobilização social a ser explorado que só se consagrou em outubro de 1972.

Os Cordones vivenciaram momentos de grande desenvolvimento, principalmente durante conjunturas de crise vivida pelo governo, a citar: em outubro de 1972, contra o Paro Patronal; em janeiro de 1973, para criticar a nova política econômica do governo aprovada no Conclave de lo Curro que restabelecia o número de empresas a serem nacionalizadas e definiu novas regras da política redistributiva; em junho de 1973 com a sublevação militar conhecida como Tanquetazo.

Existia uma contradição latente entre as posições dos Cordones Industriales: por um lado, apoiavam a Allende publicamente nos momentos mais difíceis sem qualquer tentativa de transcender os limites da via não armada, e, por outro, organizavam canais de mobilização alternativos àqueles organizados pelo governo, chamando para uma radicalização popular, mas sem romper com os preceitos institucionais. Não identificamos em nenhuma das fontes relativas aos partidos e movimentos de esquerda qualquer discurso ou vinculação com propostas de utilizar a crise e a mobilização popular de outubro para impulsionar um processo que pudesse alterar à forma de estruturação do Estado chileno. Em primeiro lugar, estava a necessidade de garantir a continuação do processo do governo popular, mesmo com todas as críticas que se poderia ter em relação ao governo. Foi, portanto, um protagonismo em defesa do processo, do *compañero presidente* e da implantação imediata do programa político popular. Mesmo o MIR, que tecia duras críticas ao “governo vacilante”, reconhecia a importância da permanência da UP no poder naquele momento para, inclusive, futuramente gerar embriões de um novo poder.²³⁶ Assim, apesar do discurso radicalizado, na prática, continuaram a respeitar a institucionalidade e o governo como elementos necessários para superar o estado burguês.

No entanto, se consideramos que o discurso faz parte da ação política é possível então,

²³⁶ Informe de la Comisión Política al Comité Central restringido sobre la crisis de septiembre. Apud NARANJO, Pedro (Org.). *Miguel Enriquez y el proyecto revolucionario en Chile*. Santiago: LOM, p. 165-171.

identificar elementos que vislumbrassem o rompimento, mesmo que como uma tentativa tênue, de rompimento com as linhas do governo. Assim, projeto e processo ou retórica e prática embora distintos, não eram totalmente alheios. Neste sentido, a direita política utilizou o discurso radicalizado de setores da esquerda para universalizá-lo e apresentá-lo como uma posição única do governo e dos movimentos populares, facilitando a estratégia de demonização de toda a esquerda.

Após outubro, os militantes sindicalistas do PS intensificam a participação organizada nestes organismos e escolhem os Cordones como meio para aplicar a sua política de enfrentamento de classes.

O PS, em especial, desenvolveu como estratégia inicial para o movimento popular, a organização dos Comandos Comunales a partir da integração das atividades entre bairros e indústrias. O documento do Comitê Central do Partido²³⁷, que serviu de instrução para os comitês de base, intermediários e líderes do movimento popular, aponta os Comandos como *“tarea fundamental, tiene prioridad absoluta. De acuerdo a la orientación partidaria, deben formarse en cada comuna con la participación de todas las organizaciones de masa, de cualquier tipo que en la comuna existen.”* O Comando Comunal também deveria organizar o controle dos trabalhadores sobre as atividades fundamentais, inclusive na defesa e controle da produção. Ainda afirmavam *“El llamado a formarlos debe hacerlo en lo posible la CUT de la comuna o los sindicatos obreros, **no los partidos**. Se trata de agrupar en torno a las organizaciones de clase obrera, a las organizaciones de pobladores jóvenes, mujeres, estudiantes, empleados, desportistas etc.”*²³⁸ Neste documento não existe sequer a palavra Cordones Industriales. Entretanto, objetivamente, foi à articulação dos Cordones que demonstraram, naquele momento, possibilidades para, segundo os socialistas, desenvolver um possível embrião de um novo poder. Assim, a estratégia que inicialmente se apresentava como Comandos Comunales, na prática, acabou se transformando nos Cordones Industriales, dada a ação de muitos sindicalistas socialistas. O historiador Sebastián Leiva afirma que, para o PS, que não tinha o controle sobre a CUT, criar órgãos de base significava poder desenvolver e alimentar sua política, tanto para disputar a condução do movimento operário como para pressionar o governo a adotar posições dos *socialistas de izquierda*.²³⁹

²³⁷ Partido Socialista: Informe a los militantes sobre el paro patronal, 19 de octubre de 1972. In: FARIAS, op. cit., p. 3335.

²³⁸ Partido Socialista: Comité Central Informa. Informe a los militantes sobre el paro patronal, 19 de octubre de 1972. In: Ibid., p. 3335.

²³⁹ LEIVA, Sebastian. *El MIR y su inserción em el mundo obrero: el frente de trabajadores revolucionários (FTR) y su relación com los Cordones Industriales*. In: Cyber Humanitatis, n° 28, Primavera. Santiago, 2003. Disponível em: <www.cyberhumanitatis.uchile.cl>. Acesso em: 14 08. 2009.

Neste sentido, o *Jornal Trinchera*²⁴⁰, escrito por setores da esquerda do PS, parece confirmar as afirmações do historiador Sebastián Leiva. Após o paro patronal, o jornal publica um texto chamando a atenção para a necessidade dos socialistas impulsionarem a formação de novos Cordones Industriales e dirigirem os que já existiam. Segundo o artigo, era necessário que os socialistas soubessem reconhecer os ensinamentos da paralisação de outubro de 1972, principalmente aqueles que indicavam o propósito consciente dos trabalhadores que organizaram centros proletários com fisionomia própria em um mesmo setor geográfico. Assim, não tinham dúvidas que eles se transformariam em centros de poder operário em função da sua própria dinâmica interna e, caberia à vanguarda da classe transformar um movimento particular em geral, dando um conteúdo proletário a esses organismos. Neste sentido, enumeram cinco questões que deveriam servir de referência para a atuação dos socialistas na organização e na condução dos Cordones: 1) para organizar um Cordón dever-se-ia definir um setor geográfico em função do grau de concentração operária; 2) eleger dentro de cada Cordón um mínimo de indústrias que servissem de base de apoio para desenvolver o novo organismo; 3) a generalização da luta por meio de setores geográficos, que possibilita a solidariedade de classe, deveria ser impulsionada, inicialmente, por 4 ou 5 indústrias que se encontrassem em melhor nível orgânico, político e estivessem sob influência do partido; 4) o Cordón deveria iniciar um movimento tendente a satisfazer as necessidades que devem ser expostas em um programa comum, elaborado nas assembleias dos sindicatos; 5) o comando do Cordón aparece, no momento inicial, como expressão orgânica da coordenação dos sindicatos que não deveria se separar das suas bases.

O jornal *Trinchera* se coloca como um meio de divulgação das orientações dos socialistas para área sindical. Em todos os exemplares pesquisados, as matérias fazem referência ao papel dos trabalhadores no governo Allende, assim como da atuação dos socialistas frente à CUT. Neste sentido, mesmo que não seja uma orientação oficial partidária, é um importante veículo de comunicação entre os sindicalistas socialistas. Assim, visivelmente, os socialistas estavam orientando os socialistas a atuarem de forma ativa para a difusão desses organismos.

No entanto, Carlos Altamirano, presidente do PS no governo Allende, contrariando todas as evidências, afirmou em entrevista recente ao sociólogo Franck Gaudichaud que não havia nenhuma relação hierárquica ou institucional entre o PS e os Cordones Industriales.²⁴¹ Suas constantes visitas às assembleias dos Cordones para participar de discussões sobre a

²⁴⁰ *Los Cordones Industriales*. In: Trinchera, Santiago, [?], p. 04.

²⁴¹ GAUDICHAUD, *Poder...*, op. cit. op. cit., p. 394.

situação política eram apenas para atender aos pedidos das direções dos Cordones.

De acordo com Faúndez, os Cordones não eram resultado espontâneo da radicalização da luta de classes nem um mero instrumento do PS, apesar do grande apoio que tiveram dos socialistas para se organizarem em outubro e pós-outubro. Ainda na opinião do autor, sem dúvida, os Cordones tiveram grande importância no processo chileno, entretanto não constituíram nem uma alternativa de poder, nem um poder paralelo, uma vez que o pressuposto básico das reivindicações dessas organizações demandava a continuidade do governo. Os Cordones representaram um catalisador de grupos que aspiravam à radicalização da política do governo.²⁴²

A historiadora Maria Angélica Illanes valoriza a organização dos Cordones Industriales pelo protagonismo dos trabalhadores que tomaram em suas mãos a produção e articularam com as poblaciones uma ação ampliada para sanar o problema de distribuição. Para a autora, essa experiência dos Cordones permite demonstrar a capacidade protagonista da classe trabalhadora e do povo chileno ao longo da história do país. Os Cordones foram a expressão da capacidade política da organização operária e de luta por uma nação livre, justa, democrática e sua capacidade “*de salir al paso ante los desafíos más apremiantes de su proyecto político, así como el progresivo y voluntarioso desarrollo de su espíritu de clase.*”²⁴³

Em outubro de 1972, passa a circular um documento chamado Pliego del Pueblo, como um documento assinado pelos Cordones²⁴⁴, em contraposição ao Pliego de Chile apresentado pelo Poder Gremial. Existem controvérsias sobre a autoria deste documento. Nossos entrevistados não se lembram de terem participado da elaboração deste documento e nem de o terem aprovado em assembleia. Por sua vez, Aldo Aguillar afirma que foi escrito por socialistas. Enquanto, no livro organizado por Pedro Naranjo e outros autores, existe uma referência a que o Pliego correspondeu à plataforma de luta que mobilizou o MIR no período e que foi apresentado pela FTR e outras frentes de massa intermediárias em assembleias populares para discussão, enriquecimento ou modificação do documento.²⁴⁵ O extenso documento estava dividido em três partes e em diversos subitens: a) Las enseñanzas de las crises de octubre; b) Los delitos de los patrones; c) El pliego del pueblo. O documento condenava o paro patronal valorizando a atuação da classe trabalhadora e do “povo” que não permitiram a paralisação do país. Analisavam que, com as novas condições políticas criadas

²⁴² FAÚNDEZ, op. cit., p. 277-278.

²⁴³ ILLANES, Maria Angélica. *La batalla de la memoria*. Santiago: Ed. Planeta, 2002, p. 179-180.

²⁴⁴ Este, por sua vez, foi apresentado em uma reunião do Cordón Vicuña Mackenna para discussão, o que levou praticamente dois meses.

²⁴⁵ NARANJO, op. cit., p. 171.

pelo isolamento dos “patrões” e com a organização dos Comitês Coordenadores Comunales, estavam criadas as condições para abrir caminho ao poder popular que culminaria com a criação da Assembleia do Povo. Resumindo as demandas, o documento, propunha a radicalização das ações do governo por meio da estatização de praticamente todos os setores econômicos além de estabelecer o controle e a direção do “povo”. Também estabelecia diversas balizas para edificação de um novo sistema de educação, moradia e saúde, todos sob princípios da participação e da estatização.

Sobre os sistemas de organização popular, o documento aponta para o reforço das entidades já existentes, mas ressalta a importância de criar os Conselhos Comunais e os Comitês Coordenadores. Estes, por exemplo, deveriam se desenvolver com a participação direta e integrada de diversas associações e sindicatos sob controle direto das bases, até estabelecer um Conselho Comunal de Trabalhadores, embrião do poder popular.

Também em outubro se desenvolveram os Coordenadores Comunales ou Comitês de Base, que, após a paralisação patronal, seriam denominados de Comandos Comunales. Esses organismos tinham como base a articulação dos “pobres da cidade e do campo”, ampliando a articulação do extrato social para além do operariado. Entretanto, sua atuação não teve grande repercussão e capacidade de mobilização como tiveram os Cordones Industriales. Dos partidos que compunham a UP, somente o PC não participou desses Comandos por entender que as entidades já existentes (CUT, JAP, Juntas de Vecinos, Centros de Madres, etc.) deveriam ser reforçadas.

Os Comandos Comunales se organizaram em níveis diferenciados em Santiago (Vicuña Mackenna, Macul, Renca, San Miguel, Cerrillos, Estacion Central, Barrancas, Conchalí-Area Norte, Plaza Itália, Santiago-Centro), Arica, Valparaíso, Concepción Chihuayante, Tomé, Penco, Talcahuano, Cautín, etc.²⁴⁶

Sem dúvida, a principal discussão pós-outubro estava relacionada a como construir o poder popular e conquistar, de fato, o poder político do país. Esse foi um legado estimulado pelo processo de organização dos Cordones Industriales e dos Comandos Comunales, e provocou mudanças de postura do governo. Se até novembro de 1972, a discussão da implantação do programa político da UP que se referia à substituição do parlamento pela Assembleia do Povo e à instituição do poder popular estava renegado às últimas prioridades governamentais, a partir desse momento, passou a fazer parte da pauta pública da UP.

O problema é que cada partido e organização tinham denominações muito distintas

²⁴⁶ TRONCOSO, *op.cit.*, p. 304.

para o desenvolvimento do novo poder, gerando mais uma vez, desacertos gravíssimos em um período de muita fragilidade do governo popular.

2.3 “Posiciones de la Izquierda”: Divergências sobre o conceito de poder popular

2.3.1 – O significado de Poder Popular para o governo e para os partidos políticos

La gran falla ha sido la falta de homogeneidad en la conducción y apreciación de lo que debe ser la táctica nuestra en la realidad chilena. Y por eso es que hay dentro de los propios partidos de la UP, esto, que algunos llaman premura. Hay quienes quieren detener el movimiento, otros acelerarlo, otros piensan que hemos avanzado demasiado [...].

(Salvador Allende, Julio de 1972.)²⁴⁷

O tema da instituição do poder popular perpassava todas as discussões e ações do governo da UP, uma vez que a construção do novo regime, necessariamente, requeria a organização de um novo sistema político e jurídico.

Alvo de disputas políticas e de divergências profundas entre os partidos e movimentos de esquerda, o tema da constituição do poder popular ganhará relevância a partir de outubro de 1972, com a difusão e fortalecimento de uma série de novas organizações denominadas de “base”. Estas, por sua vez, criticavam tanto os caminhos de excessivo respeito à institucionalidade “burguesa” por parte da UP quanto a não implantação de uma nova estrutura de poder. Mas, o que de fato significava “poder popular”? E quais as diferenças entre o conceito empregado pelos partidos políticos e por alguns dos participantes dos Cordones?

O conceito de Poder Popular no programa da UP é bastante vago, talvez, justamente pela divergência latente das posições dos partidos políticos no interior da coalizão. Esta falta de consenso demonstra a ausência de um caminho claro para a constituição do Estado Popular no programa político da UP e durante o governo.

Inicialmente, o programa da UP reconhecia que as transformações revolucionárias só seriam implantadas se o povo chileno participasse e exercesse efetivamente o poder. Apesar de denominar o “povo” como detentor do novo poder, a aliança de classes proposta pela UP estava dada no programa: operários, camponeses e setores médios progressistas da burguesia. Esse é um ponto central que não deve ser omitido pelas análises sobre as posições políticas do presidente Allende e da UP. Todas as propostas e medidas governamentais seriam delineadas

²⁴⁷ Allende *Enjuicia a los Partidos*. In: Chile Hoy, nº 3, Semana del 30 de junio a 6 de julio de 1972, p. 30.

a partir desta aliança social, que daria sustentação política para a instituição do novo Estado. No desenho institucional do programa de governo, em cada local de trabalho e nos bairros populares, seriam constituídos conselhos diretivos com representação direta da base social correspondente para que estes pudessem ir exercendo o poder. Já as organizações populares, como sindicatos, entidades estudantis, poblacionais, etc., assumiriam o papel de fiscalizadores dos conselhos e, caso necessário, poderiam intervir nos órgãos de poder. O programa político resumia que essa proposta significava uma nova concepção “*en que el pueblo adquiere una intervención real y eficaz en los organismos del Estado.*”²⁴⁸

O governo apostava na organização do povo, mas, sobretudo, dos trabalhadores ligados às principais atividades produtivas do país. Assim, a nova estrutura de poder, segundo o programa, seria construída por um processo de democratização em todos os níveis e pela mobilização organizada das “massas”, num movimento de incorporação do povo ao poder estatal.

O programa ainda previa o desenvolvimento do Estado Popular, que teria a Assembleia do Povo (Câmara Única) como órgão superior de poder e, deveria ser estruturada em âmbito nacional, regional e local. Esses organismos locais e regionais teriam atribuições específicas além de plena independência e autonomia em relação às organizações populares. Entretanto, haveria um marco legal com normas específicas que determinariam as atribuições e responsabilidades do Presidente da República, ministros, assembleia do povo, organismos regionais e locais de poder e partidos políticos, com o objetivo de assegurar a operatividade legislativa, eficiência do governo e o respeito à vontade da maioria. As eleições para representantes desse sistema seriam realizadas a partir de um processo simultâneo.²⁴⁹

O Programa ainda previa que os Comitês da UP, que deveriam ser formados durante a campanha eleitoral nos locais de trabalho, moradia e estudo, seriam intérpretes das reivindicações imediatas das massas e, sobretudo, preparariam o “povo” para exercer o Poder Popular. Entretanto, após as eleições, os Comitês desapareceriam e caberia às tradicionais entidades de representação assumir tal papel.

Segundo o programa:

Para que esto sea efectivo, las organizaciones sindicales y sociales de los obreros, empleados, campesinos, pobladores, dueñas de casa, estudiantes, profesionales, intelectuales, artesanos, pequeños y medianos empresarios y demás sectores de trabajadores serán llamadas a intervenir en el rango que les corresponda en las

²⁴⁸ Programa..., op. cit., p. 14.

²⁴⁹ Ibid., p. 17.

*decisiones de los órganos de poder [...] El Gobierno Popular asentará esencialmente su fuerza y su autoridad en el apoyo que le brinde el pueblo organizado. Esta es nuestra concepción de gobierno fuerte, opuesta por tanto a la que acuñan la oligarquía y el imperialismo que identifican la autoridad con la coerción ejercida contra el pueblo.*²⁵⁰

É interessante destacar que o conceito de Poder Popular, no programa político, em nenhum momento faz referência à democracia “autônoma” das massas, pelo contrário, os diversos organismos de representação instituídos pelo governo, em conjunto com as entidades populares tradicionais, se transformariam na base do novo “Estado Popular” e deveriam ser regidos por um sistema de leis e planos gerais de desenvolvimento econômico e social.

Para Salvador Allende, o Poder Popular significava pôr fim aos pilares nos quais

*[...] se basan las minorías que, desde siempre, han condenado a nuestro país al subdesarrollo... es importante que cada uno de nosotros se compenetre de la responsabilidad común. Es tarea esencial del gobierno popular, o sea de cada uno de nosotros, repito, crear un estado justo, capaz de dar el máximo de oportunidades a todos los que convivimos en nuestro territorio.*²⁵¹

Em 1971, Allende voltou a dizer, corroborando a ideia expressa no programa da UP:

*Consolidar el poder popular equivale a volver más potentes los sindicatos, volviéndolos conscientes de que constituyen uno de los pilares fundamentales del gobierno. Queremos que cada trabajador comprenda que la teoría revolucionaria establece que no se destruye absoluta y totalmente un régimen o un sistema para construir otro; se toma lo positivo para superarlo, para utilizar esas conquistas y ampliarlas. Es conveniente que eso se entienda y se adentre en la conciencia de cada uno de ustedes.*²⁵²

Ainda enfatizava que fortalecer o poder popular significava mobilizá-lo não somente para os eventos eleitorais, mas, para os enfrentamentos que se produziam todos os dias. E, fazendo referência ao principal eixo do programa, a instituição da APS e ao aumento da produtividade, significava organizá-los para ganhar a batalha da produção.

O conceito de poder popular para Allende não poderia ser outro senão aquele que

²⁵⁰ Ibid., p. 14-15.

²⁵¹ QUIROGA, op. cit.

²⁵² Discurso pronunciado no 1º de maio de 1971. In: Ibid., p.67.

estava no programa da UP, ou seja, organizar e incorporar na estrutura do Estado os operários, camponeses e setores médios que representavam a aliança de classes presente no projeto da via chilena.

A história política de Allende está ligada diretamente à defesa da legalidade, do Estado Democrático, da política das alianças amplas e, em oposição a qualquer tipo de esquemas previamente definidos, e, portanto, era de se esperar que o “compañero” presidente resistisse a qualquer outro tipo de caminho que não aqueles conjugados com sua trajetória política. Allende dizia que não era a escolha da forma como desenvolveria a “revolução” que determinaria seu êxito, e, sim, a interpretação precisa dos problemas nacionais, para então definir o conteúdo que se daria ao processo. Por essas características, em sua concepção, era possível construir um caminho socialista novo, de “Chile para Chile”, que pudesse extrapolar as possibilidades teóricas para a luta revolucionária: foco, exército armado, guerra do povo, insurgência. No Chile, por exemplo, afirmava que não havia a menor possibilidade de êxito na adoção de uma estratégia foquista ou de qualquer tipo de luta armada, pelo histórico do desenvolvimento da democracia no qual estabeleceu um sistema de representação que acomodava todas as forças políticas, da direita à esquerda, além do perfil de lealdade do exército ao regime democrático. Allende afirmava que a UP não abria mão da luta de classes, deixando sempre claro que era um processo com vistas à mudança de regime, e ainda caracterizava o seu governo como democrático, nacional, revolucionário e popular.

Em sua interpretação, o enfraquecimento do poder político das elites viria a partir da sua debilidade no campo econômico, por isso, o centro do processo revolucionário estava, principalmente, na formação da área social de produção.

A visão de Salvador Allende acompanhava a visão do programa, e nos parece até evidente o fato do presidente não concordar em hipótese alguma com a constituição de um poder popular que pudesse ultrapassar as representações reconhecidas e criadas por seu governo. Esse processo, caso ocorresse, poderia inclusive produzir uma crise do próprio governo que já não teria legitimidade em sua base política. A questão não era somente se o poder popular estava a favor do governo, mas justamente se estava vinculado e alinhado organicamente e ideologicamente com o governo.

Nas comemorações do aniversário de 40 anos do Partido Socialista, em 1973, Allende fez um discurso explicitando sua posição:

[...] hay que fortalecer el poder popular, los Centros de Madres, las juntas de Vecinos, las JAP, los Comandos Comunales; hay que fortalecerlos. Hay que

fortalecer los Cordones industriales, pero no como fuerza paralela al Gobierno sino como fuerza popular junto a las fuerzas del Gobierno de ustedes, del Gobierno Popular.

Yo les digo a los trabajadores y a los militantes de los partidos, a cada hombre del pueblo que tiene un domicilio político, que junto con ser un defensor de la revolución y del Gobierno, debe ser un militante de las fuerzas del poder popular, que el pueblo ha ido creando como consecuencia de su propia experiencia. Pero separar al militante del Gobierno y del partido popular, del compañero que forma parte de los poderes populares creados por ellos mismos, es enfrentar a trabajadores contra trabajadores; y eso es quitar la fuerza del pueblo. Necesitamos más unidad dentro de la Unidad Popular; necesitamos más unidad para usar un lenguaje revolucionario que sea entendido y necesitamos llamar a la fuerza revolucionaria que no está en la Unidad Popular, para que junto con nosotros avancen con la responsabilidad histórica para hacer la revolución socialista, camaradas.²⁵³

Para Allende, o poder popular estava relacionado ao fortalecimento das entidades tradicionais e das novas organizações geradas pelo processo, e estas deveriam vincular-se diretamente ao governo para tornarem-se um fator contra a burocracia e, para que pudessem dotar o aparato estatal de dinamismo e força revolucionária, principalmente no setor produtivo. Esse processo fortaleceria as áreas econômicas sob controle do Estado e enfraqueceria as oligarquias, dando ao país produtividade suficiente para avançar nas mudanças políticas, por meio da alteração da constituição do país e criando uma Câmara Única, na qual o povo continuaria a escolher democraticamente seus representantes. Segundo as convicções de Allende, as classes mais baixas e a burguesia progressista sempre escolheriam a maioria dos representantes dos partidos revolucionários. Lembremos que Allende sempre reafirmava que “revolução” significava passar o poder de uma classe minoritária para uma classe majoritária, romper com a dependência econômica, política, cultural, e que não poderia concebê-la como um poder paralelo, a margem ou contra o governo popular.

Neste sentido, entendendo o conceito de revolução e do que vislumbrava para o processo chileno é perfeitamente compreensível a postura de Allende de se colocar contrário à organização dos Cordones Industriales. Para ele, eram organismos que não se subordinavam ao governo, utilizavam práticas que o governo condenava, como, por exemplo, a ocupação sem critérios de indústrias e, em muitas situações, apresentavam-se com discursos com tom de

²⁵³ Archivos Salvador Allende. *Discurso...*, op. cit., p. 6. Disponível em: <www.salvador-allende.cl>. Acesso em: 10 12. 2010.

oposição ao programa, às ações e às alianças prioritárias desenhadas pela UP.

Para o PC do Chile, o processo chileno representava uma revolução democrática, antiimperialista, antimonopolista e antioligárquica com vistas ao socialismo, ratificando, portanto, a continuidade da linha de Libertação Nacional aprovada pelos comunistas desde os anos 50. O processo chileno não se configurava como uma etapa socialista, mas, de profundas mudanças que possibilitaria, num futuro, iniciar uma transição socialista. Esse preceito explica o comportamento do PC chileno, que, diferentemente de Allende, não negou a possibilidade de recorrer à via armada no futuro. Para os comunistas, neste primeiro momento, não havia correlação de forças para uma radicalização popular. Por isso, suas posições foram definidas como gradualistas e expressas pela consigna “consolidar para avançar.”

Desde o Congresso do PC realizado em abril de 1956²⁵⁴, mesmo ano em que é aprovada a tese da via pacífica pelo XX Congresso do Partido da URSS, foi considerada possível a capacidade da “*clase obrera unir en torno suyo a la mayoría nacional y conquistar, por medio del sufragio u outra vía similar, el poder para el pueblo.*”²⁵⁵ Esse trecho da resolução política do congresso do PC chileno o coloca na contramão das pretensões cubanas que buscavam difundir a revolução armada na América Latina e, ao mesmo tempo, explicita a importância da classe operária para a estratégia política dos comunistas.

O PC também continuou a adotar a linha de “luta de massas”²⁵⁶ como centro de atuação no movimento popular, ou seja, organizar o povo em todas as frentes possíveis, para além do movimento sindical. Entretanto, por mais que o partido tivesse outras frentes importantes de atuação, como o movimento comunitário em bairros populares, o proletariado continuava sendo o motor da revolução, por ser a classe mais organizada, por sua consciência, nível de combatividade, pelo lugar que ocupava na produção social e, é claro, pela identidade “obreira” que marcou a fundação do PC em 1922.²⁵⁷ A revolução para o PC não tinha como objetivo principal a conquista do poder em si, mas, a mudança da sociedade, a criação de uma nova ordem econômica, política, social e cultural.²⁵⁸

²⁵⁴ O PCCCH ainda estava na clandestinidade na ocasião deste congresso.

²⁵⁵ LEPEZ, Luis C. *El Gobierno de Salvador Allende*. Santiago: LOM, 2003, p.122

²⁵⁶ Segundo o historiador Rolando Alvarez, a estratégia de luta de massas consistia “en organizar y agitar al movimiento popular más allá del mundo sindical, históricamente privilegiado por el PC. Así, los comunistas comenzaron a insertarse en el mundo poblacional: ligas de arrendatarios, centros vecinales, comités de adelanto, centros juveniles, etc.” Cf. ALVAREZ, Rolando. *La tarea de las tareas: luchar, unir, vencer. Tradición y Renovación en el Partido Comunista de Chile (1965-1990)*. Tese de Doutorado - Universidad de Santiago de Chile. Santiago, 2007, p. 123.

²⁵⁷ Unidad Popular para Conquistar el Poder – Informe al XIV Congreso Nacional del Partido Comunista, 23 nov. 1969. In: LEPÉZ, Luis Corvalán. *Camino de la Victoria*, Santiago: Sociedad Impresora Horizonte, p. 327.

²⁵⁸ Chile Hoy, nº 43, Santiago, p. 28.

Para os comunistas, a classe operária deveria desempenhar um papel revolucionário que requeria uma política clara e mobilizadora, que pudesse concretizar uma aliança com as massas populares da cidade e do campo e com a pequena e média burguesia para isolar o imperialismo, os latifundiários e a oligarquia financeira.²⁵⁹ Assim, estava dado o limite para atuação popular: ser ampla para agregar o máximo possível dos extratos sociais.

Diante dessa formulação dos comunistas, o poder popular deveria expressar a participação das massas organizadas em defesa e em colaboração com o governo Allende. Segundo o Secretário Geral do PC, Luis Corvalán, o poder popular deveria ser “*formado por representantes de todas las organizaciones de masas que quieren adherir a ellos... en colaboración con las autoridades de Gobierno con vistas a la solución de problemas que interesan a toda la población.*”²⁶⁰ Portanto, o poder popular, além do seu caráter de massa, estaria diretamente ligado à representatividade das organizações populares e à adesão ao governo. O que explica, por exemplo, o ingresso de Luís Figueroa, presidente da CUT, ao governo. O PC se afastava de qualquer discurso ou prática de utilizar tais organizações para se sobrepor ao governo ou criar outras instâncias como nova forma de poder.

Em 1973, Luis Corvalán, afirmou em entrevista a revista Chile Hoy²⁶¹ que os comunistas eram partidários dos Comandos Comunales, dos Conselhos Camponeses, dos Cordones Industriales, das JAP e de tantas outras organizações de poder popular que pudessem surgir durante o governo. No entanto, alertava que tais organizações não poderiam ser concebidas e orientadas em oposição ao governo da UP ou em oposição à política do governo, nem tampouco poderiam vislumbrar a substituição de outras organizações tradicionais do movimento popular, como, por exemplo, as Juntas de Vecinos, os Centros de Madres e os Sindicatos. Quanto aos Cordones especificamente, Corvalán afirmou que os concebiam como parte integrante da CUT, como organizações de base da Central e não como paralelismo ou divisionismo. No entanto, o PC só reconheceu de fato os Cordones em junho de 1973, quando orienta seus militantes a participarem desses novos organismos.

Ao mesmo tempo, os comunistas escolheram a JAP como espécie de exemplo argumentativo do poder popular sob a ótica de respaldar as ações do governo²⁶², ampliando e articulando as bases dos movimentos tradicionais às novas experiências geradas durante o governo Allende. O PC também elogiou diversas vezes a organização de Comandos Comunales, em especial, em uma reunião do Comitê Central em 1972, em que foi avaliado o

²⁵⁹ MILLAS, Orlando. *La clase obrera en las condiciones del Gobierno Popular*. Apud FRIAS, op. cit., p. 2456.

²⁶⁰ El Siglo, Santiago, 8 fev. 1973.

²⁶¹ Chile Hoy, nº43, Santiago, 3 abr. 1973.

²⁶² ALVAREZ, op. cit., p. 159.

paro de outubro. Em discurso, o senador Volodia Teiteboim afirmou que os Comandos Comunales significaram criações legítimas do povo, nascidas no calor da batalha, e, portanto, deveriam se desenvolver, crescer e multiplicar unificando a ação de organismos de massas, principalmente, nos bairros.²⁶³ Interessante que neste documento de avaliação sobre a crise de outubro não há nenhuma menção sobre a atuação dos Cordones Industriales, demonstrando a desconfiança do PC por esses organismos.

Para o PC, manter a direção da CUT e sua unicidade era uma questão fundamental para o desenvolvimento do partido, e, por isso, neste mesmo documento escrito por Volodia, chama a atenção para a necessidade de preservar a unidade do movimento operário, assim como a sua amplitude política, uma vez que o Chile era o único país do ocidente em que uma central sindical agrupava todas as tendências do movimento.²⁶⁴ A formação dos Cordones Industriales significou, para os comunistas, uma afronta de setores do PS e do MIR à unidade do movimento sindical. Por isso, criticaram sua constituição, afirmando que se tratavam de organizações que não somavam ao governo. Ao mesmo tempo, não criticou o Comando Comunal de forma tão impetuosa, por estes não representarem uma ameaça direta a sua principal base política: o operariado.

Os comunistas, apesar de se manifestarem sempre pela linha pró-soviética, resistiam à possibilidade de, no Chile, desenvolverem processos completamente iguais ou próximos aos acontecimentos do período da revolução de 1917. Desta maneira, negavam qualquer possibilidade de constituição de um poder dual (soviets), uma vez que o “poder popular” não deveria se colocar contra um governo que, ao contrário do processo russo, era popular, revolucionário e respaldado pelas classes mais baixas. Portanto, o PC criticava duramente as teorias miristas e dos setores mais radicais do PS, e reafirmava a necessidade de não utilizar a teoria marxista-leninista como um dogma e, sim, como um referencial político, que deveria ser adequado à realidade de cada experiência em desenvolvimento.

Por fim, é notável a semelhança entre o conceito de poder popular dos comunistas com aquele desenvolvido por Salvador Allende, ou seja, o poder popular deveria ser base de apoio do governo “revolucionário”, por meio da união das novas organizações com aquelas já de tradição política entre o povo chileno.

Segundo o historiador Julio Pinto, o poder popular foi a consígnia em torno da qual a

²⁶³ Volodia Teitelboim. *El pueblo está dispuesto a defender la revolución, cueste lo que cueste*. In: El Siglo, Santiago, 24 nov. 1972.

²⁶⁴ Ibid.

esquerda rupturista concentrou suas energias desde meados de 1972. A premissa desses setores para o poder popular era que existia uma contradição irreversível entre o aparato do Estado (sua estrutura política, função social e função política) e o movimento popular. Por isso, a necessidade de criar órgãos de coordenação popular que conformariam um poder alternativo ao Estado e à institucionalidade dominante favorecida pela política do governo Allende. Para estes setores, a greve de outubro e a massificação dos Cordones Industriales e Comandos Comunales significaram a possibilidade de construir esse novo poder. Essa posição foi adotada principalmente pela esquerda do PS e miristas, com intensidades distintas.²⁶⁵

A posição do PS, em relação ao Poder Popular, está repleta de contradições devido esse ser um partido de tendências internas bem diferenciadas. Os seus dois principais líderes, Salvador Allende e Carlos Altamirano, tinham posições opostas quanto aos princípios da via chilena. Altamirano representava a posição oficial do partido, enquanto Allende representava a opinião do governo. Essa relação não era simples e significava um desafio tanto à política do PS quanto a do presidente, já que suas posições necessitavam ser mediadas com frequência.

No Congresso realizado em Chillán em 1967, o PS se definiu como marxista-leninista e mencionava a luta armada como única forma para constituir um estado socialista. Dizia sua resolução política que *“a violência revolucionária era inevitável e legítima... constitui a única via que conduz a tomada do poder político e econômico.”*²⁶⁶ Afirmava, ainda, que as formas pacíficas ou legais de luta não conduziriam por si mesmas ao poder, considerando-as *“instrumentos limitados de ação, incorporados ao processo político que nos leva a luta armada.”*²⁶⁷ Esse congresso ainda estabeleceu Cuba como um exemplo a ser seguido pelos países latino-americanos.

O PS advertia, em documento aprovado em junho de 1969, para o perigo da estratégia “reformista” da via pacífica excessivamente presa aos processos eleitorais e à ação do parlamento. Definiram, então, como linha política, a “Frente de Trabalhadores”, o que determinou os parâmetros para estabelecer alianças políticas.²⁶⁸ Como consequência, adotou

²⁶⁵ PINTO, Julio. *Hacer la Revolución em Chile*. In: PINTO, op. cit., p. 32.

²⁶⁶ LUNA, Eva. *Allende y Castro: Una entrevista para la Historia da América Latina*. In: *Estudios y materiales para la Historia de América Latina 1995-1990*. Valencia: Universitat de Valencia, 1998.

²⁶⁷ Para autora Eva Luna, o giro à esquerda dado pelo PS nesse congresso deixava um vácuo entre a teoria radical e a prática reformista do partido. A linha política de setores mais moderados dentro do partido, como a de Allende, predominava nas alianças eleitorais. Cf. *Ibid.*, p. 10.

²⁶⁸ Essas questões foram debatidas e aprovadas em uma reunião plenário PS que ocorreu nos dias 11 a 13 de

um programa de lutas contra o monopólio, o latifúndio e o imperialismo, e recusava a aliança com a burguesia nacional, em função da condição dependente desta em relação ao imperialismo e, portanto, da sua falta de autonomia para assumir a luta contra ele.²⁶⁹ O programa do PS reconhecia que o inimigo imediato da libertação nacional da América Latina era a burguesia de cada país aliada ao imperialismo. Assim, a política de alianças estabelecida pela UP já encontrava no PS um antagonista em potencial. O PS ainda criticou incisivamente os partidos e movimentos populares, sobretudo, o movimento sindical, que atuavam para obter apenas reajustes salariais e conquistas sociais sem utilizar um discurso ideológico anticapitalista. Afirmavam, por exemplo, que a CUT era unicamente um reflexo da atividade economicista e reformistas dos partidos políticos.²⁷⁰

Para o PS, o movimento revolucionário deveria se adaptar orgânica, ideológica e militarmente à necessidade do enfrentamento armado, uma vez que a ruptura final só poderia acontecer através da força militar. O PS corroborava as ideias de criação de um controle operário e popular, que se organizaria por meio de conselhos de trabalhadores com a função fundamental elevar a consciência das massas para superarem as lutas puramente reivindicativas. A partir daí, seria possível combinar as diversas lutas do operariado com as lutas pelo poder. O controle obrero, em um momento de crise, significaria o nascimento de germens de novo poder, inaugurando uma fase de dualidade de poderes.²⁷¹ A contraposição de poderes se daria entre o conselho (Assembleia do Povo) e o parlamento burguês.²⁷²

Resumindo a política socialista, Altamirano afirmou que a política do partido estava dirigida a ampliar a área social, criar novos canais de distribuição, impulsionar o poder popular, aumentar a participação dos trabalhadores, atuar com mais energia frente aos inimigos e não abandonar o caráter revolucionário do processo. Ressaltava ainda que não lhe restavam dúvidas que, na medida em que se radicalizasse o processo pela construção de uma nova sociedade, haveria um sério enfrentamento com as classes dominantes que, seguramente,

junho de 1969. Cf. JOBET, Julio Cesar. *Luis Emilio Recabarren. Los orígenes del movimiento obrero y del socialismo chileno*. Santiago: Prensa Latinoamericana S/A, 1955, p. 111.

²⁶⁹ Segundo a argumentação de Carlos Altamirano, a linha da Frente de Trabalhadores constituiu a contrapartida natural frente à linha de “libertação nacional” do PC [conhecida como etapista], que estabelecia a necessidade, na etapa democrático-burguesa, de realizar alianças com os partidos da pequena burguesia reformista. ALTAMIRANO, op. cit., p. 28-29.

²⁷⁰ JOBET, Julio. *El Partido Socialista de Chile*. Santiago, 1971, p. 109. Disponível em: <www.salvador-allende.cl/bibliografia/ps_jobet.pdf>. Acesso em: 12 01. 2011.

²⁷¹ A fase da dualidade de poderes reflete uma discussão da teoria marxista-leninista vivida na Rússia no período de confrontação com governo de Kerensky. Lênin foi seu maior defensor durante o processo da revolução russa. Cf. LENIN, Vladimir Illich. *Teses de abril e cartas sobre tática*. [S.l.]: Ed. Revolução Permanente, 1974.

²⁷² Partido Socialista de Chile. Seccional Providencia, nº5, Santiago, 1972, p. 11.

recorreriam a qualquer medida para evitar a superação do capitalismo dependente.²⁷³

Altamirano ainda criticava, antes mesmo da homologação da candidatura de Salvador Allende nas eleições de 1970, que a política dos partidos revolucionários não poderia estar determinada exclusivamente por questões eleitorais. Tanto as eleições quanto a atividade parlamentar deveriam estar inseridas em uma estratégia revolucionária global, cujo objetivo fundamental deveria ser a conquista do poder político para materializar a profunda vontade de mudanças da população. A ação parlamentária e a via eleitoral só poderiam ser úteis se estivessem integradas a uma estratégia geral revolucionária de tomada de poder.

Essa política do PS, liderado por Carlos Altamirano, definia o poder popular como uma espécie de “germem” de poder emanado do povo e que teria sua origem a partir da criação ou da articulação de organismos de apoio ao governo popular. Esses “germens” deveriam ganhar autonomia, ampliar objetivos e tomar consciência das suas possibilidades até tornarem-se poder real.

Em outubro, na avaliação dos socialistas, o poder popular se constituiu como uma resposta espontânea das massas, “*surgidas desde las bases*”, para responder às novas tarefas apresentadas pelo paro patronal. Estavam representados, nessa avaliação, os Cordones Industriales e os Comandos Comunales, e se articularam a eles os Conselhos Camponeses, as JAP, os Comitês de Proteção, os Comitês de Vigilância, etc.²⁷⁴ No entanto, reconhecia que os Cordones Industriales significavam uma das criações mais importantes da intensa luta de classes desse período e que, de forma progressiva, esses organismos ganharam autonomia, ampliaram seus objetivos e tomaram consciência quanto as suas responsabilidades, até se tornarem elementos de pressão e de poder real. Todos os organismos que se desenvolveram no governo popular, em sua opinião, promoveram um processo inédito de “extraordinária” democratização da vida nacional e se converteram efetivamente em alternativas ao aparelho burguês do Estado.

Como orientação, o PS incentivava o desenvolvimento de todas as organizações constituídas no processo de outubro para convertê-las em instâncias de poder popular, cujo fortalecimento “*ponga en su lugar de una vez para siempre las instituciones del régimen burgués.*”²⁷⁵

Segundo o próprio documento aprovado no Plenário do PS, realizado na região de

²⁷³ ALTAMIRANO, op. cit., p. 101-102.

²⁷⁴ *Partido Socialista: Informe...*, op. cit. In: FARIAS, op. cit., p. 3334.

²⁷⁵ *Ibid.*, p. 3334.

Algarrobo no mês de fevereiro de 1972²⁷⁶, o poder popular não seria instituído por um ato supremo de governo, mas, a partir das bases, principalmente dos operários e camponeses no decorrer da luta de classes. O poder popular deveria ser independente, mas não antagônico ao governo, e deveria gerar uma institucionalidade distinta da burguesa que permitiria em determinadas circunstâncias opor-se ao poder burguês. Ao mesmo tempo, o governo deveria estimular e fortalecer as novas organizações da classe. As reformas que resultassem da ação das massas teriam à potencialidade revolucionária, enquanto as superestruturais tenderiam a deformar o processo tornando o governo reformista, burocrático e paternalista. O presidente do PS reconhecia que a radicalização política não poderia ser resultante da ação espontânea dos trabalhadores da cidade e do campo, por isso, diziam-se categoricamente contrários às apropriações indiscriminadas de propriedades urbanas, de prédios agrícolas, fábricas, minas, edifícios públicos ou privados. Na prática, essas orientações não passaram de retórica.

Altamirano afirmou, na década de 80²⁷⁷, que o poder popular foi estruturado a margem das organizações da classe operária – CUT, sindicatos, confederações camponesas, etc. – e haviam preenchido um vazio deixado por essas organizações. Aqui está justamente uma das grandes contradições entre socialistas e comunistas, já que estes criticaram insistentemente a possibilidade de dividir o movimento operário em função, principalmente, da organização dos Cordones Industriales.

Essas diferenças de conceituação do poder popular refletem as diferenças políticas entre os dois principais partidos da UP. Fato que Allende pronunciava como gravíssimo, uma vez que explicitava as divergências na condução dos movimentos sociais e na base do governo.

As posições do MIR correspondem à sua declaração de princípios aprovada no momento da sua criação em 1965. Assim, como o PC e o PS, o MIR se declarou como uma vanguarda marxista-leninista da classe operária e dos setores oprimidos do Chile que buscavam a emancipação nacional e social.²⁷⁸

A finalidade política do MIR era a derrubada do sistema capitalista e sua substituição por um governo de operários e camponeses, dirigidos por órgãos de poder proletário cuja tarefa seria construir o socialismo e extinguir gradualmente o Estado até chegar a uma sociedade sem classes. Necessariamente haveria enfrentamento armado das classes antagônicas.

²⁷⁶ ALTAMIRANO, op. cit., p. 102-103.

²⁷⁷ Ibid., op. cit., p. 104.

²⁷⁸ *Declaración de Principios - Congreso de Fundación del MIR, 15 de agosto de 1965.* Apud NARANJO, op. cit., p. 99.

Os miristas, segundo sua declaração de princípios, combatiam a concepção de uma possível aliança com a “burguesia progressista”, assim como, a teoria etapista para a revolução. O proletariado deveria liderar o processo revolucionário agregando camponeses e a classe média empobrecida. Em uma crítica direta aos comunistas e socialistas, o MIR afirmava que os partidos tradicionais da esquerda chilena se limitavam a estabelecer reformas ao regime capitalista, promovendo a colaboração de classes e enganando os trabalhadores em alianças eleitorais. Asseguravam, ainda, que os partidos que sustentavam a possibilidade de alcançar o socialismo pela via pacífica e parlamentarista estavam equivocados, já que não havia nenhum exemplo concreto na história política no qual as *“clases dominantes hubieran entregado voluntariamente el poder. El MIR rechaza la teoría de la vía pacífica porque desarma políticamente al proletariado y por resultar inaplicable.”*²⁷⁹ A única forma de derrubar o regime capitalista era a insurreição popular armada que, no Chile, adotaria a forma de uma guerra prolongada e irregular, teoria que sustentará abertamente durante o governo da UP.

Na avaliação do MIR, a eleição da UP em 1970 foi também expressão da maturidade das *massas* alcançada a partir da sua mobilização nos últimos anos, demonstrando que, naquele momento, a aspiração por um sistema socialista não era mais um anseio apenas dos partidos de esquerda, ou de uma vanguarda, mas da maioria que votou por Allende. O MIR reconhecia também que o programa da UP atingia alguns núcleos vitais do capitalismo, como, por exemplo, as empresas estrangeiras, o capital financeiro, o setor monopólico da grande indústria e do latifúndio. Mas, era necessária a implantação de todo o programa político, sem recuos ou desvios. Certamente, os desdobramentos das políticas do governo desencadeariam uma contrarreação imperialista e burguesa, que, somada às aspirações das massas, obrigaria a uma rápida radicalização do processo.²⁸⁰ Também não tinham dúvida que as classes dominantes não vacilariam em dar um golpe militar para manter seus interesses e evitar a revolução socialista. Era preciso, portanto, preparar militarmente a população para essa possibilidade.

O MIR considerava, ainda, que a eleição de um governo popular representava um processo pré-revolucionário, conforme a teoria leninista. Era, portanto, um período em que coincidiam dois fenômenos: a crise profunda da classe dominante e de seus representantes políticos; e o aumento da atividade do povo, representando uma maior consciência e organização dos setores de vanguarda da classe. Assim, dever-se-ia fazer desse período uma

²⁷⁹ Ibid., p. 101.

²⁸⁰ *El MIR y el resultado electoral* - 28 de diciembre 1970. Apud NARANJO, op. cit., p. 117.

situação revolucionária que permitisse o “assalto” ao poder e, portanto, colocar o processo histórico como instrumento de ascensão das lutas do povo, sem paralisá-la ou condená-la, e sem utilizar os aparatos repressivos do Estado.

Para o MIR, de modo geral, criar o poder popular significava ter de fato a direção popular sobre o aparato burocrático do Estado, rompendo todas as formas do poder burguês a partir da aliança social entre camponeses, operários e os pobres da cidade e do campo. Num primeiro momento, as *massas* teriam o controle e não a direção do Estado, ou seja, as atribuições dos funcionários do Estado seriam restritas e suas diretrizes de ação seriam aprovadas pela assembleia do povo. Os conselhos comunales de trabalhadores também teriam papel fundamental no processo, uma vez que tornaria possível a participação de amplos setores da sociedade sob condução do proletariado industrial, a fim de estabelecer alianças sólidas necessária para o avanço do processo.²⁸¹

Segundo o MIR, a crise de outubro possibilitou a organização autônoma das massas. Os trabalhadores começaram a exercer seu papel de vanguarda e a se tornarem independentes da ordem burguesa e do reformismo, iniciando, assim, o processo de criação embrionária de órgãos de poder popular que deveriam se articular fundamentalmente ao redor dos Comandos Comunales. Estes, por sua vez, poderiam unir trabalhadores, camponeses e os pobres da cidade e do campo. Nesse sentido, a prioridade estratégica dos miristas não está relacionada aos Cordones Industriales, pois estes restringiam o poder popular apenas aos “obreros”, mas reconheciam sua importância.

Os miristas também reconhecem a importância das JAP como organismo a ser incorporado ao nascente poder popular, tornando-se, portanto, uma unanimidade entre a esquerda chilena. Entretanto, acreditavam que o poder popular só se edificaria por meio de uma ação direta das massas para, então, desenvolver um poder revolucionário, popular e alternativo ao estado burguês.

Afirmava Miguel Enriquez, secretário geral do MIR, que os Comandos Comunales deveriam ser organizações com democracia direta. Os miristas também criticaram as posições tanto do PC quanto do PS em relação ao desenvolvimento do Poder Popular, classificando como dois os desvios: um primeiro, direcionado aos comunistas, ao criticarem sua postura de manter a “hegemonia monolítica e burocrática” no movimento de massas, além de sustentarem que o poder popular gerava paralelismo sindical, insistindo que a CUT era suficiente para organizar e representar os interesses do povo; e um segundo desvio,

²⁸¹ El Rebelde, ano VI, nº 28, Santiago, 2 mai. 1972, p.3.

direcionado ao PS, que fazia referência à política socialista que restringia o desenvolvimento do poder popular aos Cordones Industriales. Estes, por sua vez, além de não incorporarem outros setores do povo, não geravam novas formas de organização, uma vez que aproveitavam os níveis de estruturação já existentes entre a classe operária. Essa prática, segundo miristas, abandonava a possibilidade do povo acumular força política e orgânica mantendo-os divididos e desunidos.

Para o MIR, a questão do poder estava fundamentalmente relacionada não somente à edificação de um poder popular, mas principalmente com a construção da Assembleia do Povo que não deveria se constituir enquanto uma câmara única e sim como uma “verdadeira” assembleia popular. Na Assembleia deveriam estar representadas as lideranças (capas) que compõem as classes sociais em proporção *“real que ellas tienen en la población activa. Los partidos no podrán presentar a elección sus politicastros de siempre, sino que tendrán que promover los cuadros de base, que representen realmente a los grupos sociales a que pertenecen.”*²⁸²

Em conclusão, após essa discussão dos significados do poder popular, podemos afirmar que seu conceito esteve intrinsecamente relacionado não só com a conjuntura política, mas, principalmente, com as estratégias de cada partido, que não renunciaram as suas tradições políticas edificadas no período anterior à UP. Por mais que o processo da UP gerasse novas estruturas e formas de atuação, os partidos e movimentos políticos continuavam presos às teorias que os fundaram e às discussões do movimento comunista internacional. A renovação teórica parecia estar somente nos discursos e não na prática cotidiana da atividade política desses partidos e movimentos, que permaneciam envoltos aos seus esquemas tradicionais.

2.3.2 O significado de poder popular para alguns participantes dos Cordones Industriales:

Uma questão fundamental para a discussão do conceito de poder popular é como ele se desenvolve efetivamente entre os trabalhadores dos Cordones. Apesar das divergências conceituais apresentadas pela direção dos partidos políticos, na prática, os trabalhadores

²⁸² Ibid., p. 2.

formularam o seu próprio significado de acordo com suas trajetórias sociais, afinal, nem todos eram filiados a partidos políticos e muito menos tinham domínio ou interesse nas discussões entre as interpretações da teoria marxista. É importante ressaltar que as diferenças conceituais também se manifestaram entre os sindicalistas de base filiados aos partidos.

Como afirma Serge Bernstein²⁸³, entre os conceitos e os programas formulados pelas direções partidárias e sua aplicação prática existe um espaço de mediação no qual os sujeitos sociais os recebem, interpretam e ressignificam a partir de sua vivência e dos seus valores cotidianos. No caso específico do militante político, quanto menos orgânico, mais diferenças se manifestam em relação aos conceitos utilizados pelas direções dos partidos.

Os Cordones Industriales refletiram essa multiplicidade nas formas de processar os conceitos, os programas e também os discursos políticos, uma vez que, no governo Allende, todos os espaços de sociabilidade transformaram-se em locais de discussões sobre os rumos do processo. Cada chileno tornou-se um analista político em potencial, que propunha soluções para as crises do governo e meios para fortalecer ou organizar o poder popular. No espaço fabril não foi diferente. A discussão política estava presente todos os dias nos turnos de trabalho, até pela própria polarização e dinamicidade que assumiu o contexto político e que exigiu dos trabalhadores tomadas de decisões rápidas, não somente relacionadas aos enfrentamentos “callejeros”, mas também a respeito da própria produção.

Mencionaremos alguns testemunhos de participantes dos Cordones Industriales, para evidenciar a diversidade quanto ao entendimento do significado do poder popular. Chama a atenção a diferença do discurso de líderes sindicais e trabalhadores com os depoimentos de dirigentes políticos (Hernán Ortega e Guillermo Rodriguez, Nefalí Zuñiga) que deixamos propositalmente para o final das citações:

Yo creo que cada uno tiene una interpretación de lo que significó para uno y de lo que quería a través del poder popular, porque a través del poder popular fundamentalmente lo que quería el grueso de los trabajadores era destituir, cerrar el congreso, yo creo que era eso, el congreso que no nos representaba [...].²⁸⁴

Eh... en aquella época para mí era consigna no más, pero yo siento que los comandos comunales iban a ser la instancia donde podía reflejar claramente la consigna. Porque esa tenía que ser la instancia de poder dentro de una zona, porque

²⁸³ BERSTEIN, Serge. *Os partidos*. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 61

²⁸⁴ Guillermo Orrego – trabalhador e militante das Juventudes Comunista, Cordón Maipú. Entrevista realizada pela autora em: 21 nov. 2009.

se hablaba de los comandos comunales como comando organizado en distintos puntos de la ciudad [...].²⁸⁵

Nosotros pensábamos que el poder popular eran los trabajadores, los estudiantes, los pobladores, todos unidos, todos con conciencia de clase, todos preparados, eh... y que, se suponía no cierto que ese poder iba a ser un poder muy grande. A nosotros el poder popular nos fascinaba, salíamos a la calle, marchábamos el poder popular, los trabajadores unidos nunca serán vencidos y las ideas eran bonitas, eran sueños, y creo que por ahí iba el poder popular, era unimos todos para defender al gobierno.²⁸⁶

El Poder Popular era un slogan, nunca lo vi. Primero porque el pueblo nunca tuvo capacidad para resolver, para planear, para tomar decisiones, las decisiones las tomaba la jerarquía, con 1 ó 2 que tenían el medio activista estaban.²⁸⁷

[...] entonces en esos momento el poder popular significaba poder alternativo, era el poder del pueblo paralelo al poder de la burguesía, del capitalismo en Chile, era paralelo, entonces si la burguesía hacia esto, nosotros esto otro para defender nuestras conquistas, eso definíamos como poder popular.²⁸⁸

El poder popular no era más que tomarse el gobierno a través de Salvador Allende y crear las condiciones para que el pueblo asumiera la responsabilidad de la conducción del país, nosotros nunca tuvimos el poder político, nosotros tuvimos solamente el poder ejecutivo a través de Allende, pero el poder judicial, el poder económico no.²⁸⁹

[...] bueno nosotros planteamos que crear el poder popular, era darle a estos organismos que se iban generando una mayor participación de decisión en la política y también nos planteamos organizarlos militarmente, pero eso no llegó a suceder. Era una consigna de presión más bien, “crear, crear poder popular.”²⁹⁰

[...] la consigna “Crear Poder Popular” no era nuestra (socialistas), era del MIR. El MIR fue fuerte en los Cordones Industriales, pero en menor que nosotros socialistas.

²⁸⁵ José Moya Paiva – trabajador e militante do MIR, Cordón Vicuña-Mackenna. Entrevista realizada pela autora em: 14 out. 2009.

²⁸⁶ Antonio Bravo: trabajador, socialista, Cordón Vicuña Mackenna. Entrevista realizada pela autora em: 10 set. 2009.

²⁸⁷ Miguel Aravena: trabajador, sem filiação partidária, Cordón Cerrillos. Entrevista realizada pela autora em: 5 out. 2009.

²⁸⁸ Joaquín Abarzúa Leon: trabajador, socialista, Cordón San Joaquin. Entrevista realizada pela autora em: 18 nov. 2009.

²⁸⁹ Hugo Valenzuela: trabajador, socialista, Cordón San Joaquin. Entrevista realizada pela autora em: 24 set. 2009.

²⁹⁰ Aldo Aguillar: trabajador, mirista, Cordón Vicuña Mackenna. Entrevista realizada pela autora em: 4 nov. 2009.

Eran minoría pero era una gente muy organizada, mas organizada que nosotros.²⁹¹

Assim, de acordo com as entrevistas dos sindicalistas acima citados, é possível perceber que o conceito de poder popular apresentava mais significações que as “puras” teorizações dos partidos políticos, apesar de estar claro que havia um diálogo entre eles. Nesse sentido, o espaço do “fazer política” na vida cotidiana e a experiência social desses trabalhadores influenciaram diretamente no entendimento do que seria o poder popular. Ao mesmo tempo, a procedência partidária e a participação em um mesmo Cordón não significaram unidade de opinião e de conceituação entre os participantes.

Os depoimentos acima citados expuseram temas latentes na discussão sobre os rumos do governo e o papel dos movimentos populares no processo, ou seja, se estes deveriam se colocar como alternativos ou, de fato, como apoiadores das ações políticas da UP. Se para alguns, o poder popular representava a dissolução do parlamento e a construção de uma nova forma de representação popular, para outros, não passavam de consígnias de pressão ao governo para estimular a participação entre os próprios operários. Notadamente, nenhum dos discursos conceituou o poder popular deslocado do Estado Democrático, além de demonstrarem apoio ao governo popular, mesmo sob algumas discordâncias quanto à aplicação do programa da UP.

Os próximos depoimentos a que faremos referência nesta tese são de militantes políticos importantes na estrutura dos partidos. Veremos que é possível identificar claramente a vinculação dos seus discursos com as discussões realizadas pelos dirigentes partidários sobre o poder popular.

[...] desde el punto de visto teórico, a mi juicio se trataba de construir una suerte de poder distinto al tradicional establecido por la burguesía. Indudablemente que durante la UP se comenzó a gestar una teoría del doble poder, no en el sentido de construir un poder paralelo, sino que eran los cimientos del nuevo poder que definitivamente reemplazara al poder establecido anterior. Eso era un poder paralelo: mientras el gobierno abría los espacios para ir generando mayores instancias de participación, nosotros fuéramos capaces de ir generando esas nuevas instancias de participación, ya sea en la producción, en el desarrollo del poder local, en el desarrollo de poder de los pobladores.²⁹²

²⁹¹ Ismael Ulloa: trabalhador, socialista, Cordón Vicuña Mackenna. Entrevista realizada pela autora em: 2 nov. 2009.

²⁹² Hernan Ortega: trabalhador, interventor, socialista, presidente do Cordón Cerrillos. In: GAUDICHAUD, *Poder...*, op. cit., p.192.

[...] poder popular era la expresión, de la fuerza de los pobres de la ciudad y del campo expresando sus opiniones, organizándose y actuando en ese periodo. A pesar de lo necesario, fue un ejercicio puntual, que se expresó en organizaciones muy embrionarias que no alcanzaron a madurar totalmente. Era la decisión de independencia política y autonomía de la clase que comenzaba a constituirse en clase para sí, sobrepasando al reformismo, al oportunismo y que materializó diversas iniciativas: control obrero de la producción, participación en las decisiones de producción, control de la distribución, el desarrollo creciente de conciencia de manejo de la violencia o autodefensa y sobretodo en el entendimiento que había que intervenir directamente con la fuerza social, política y militar para cambiar las coyunturas o enfrentar la reacción.²⁹³

[...] la verdad es que como todas cosas en la vida, hay poder popular interpretando bien que el poder no era para solamente imponer cosas, era para gobernar. Otros no, creían que el poder era avasallar y nuestra posición no era ésa, el poder es para gobernar con criterio amplio para poder llevar a cabo todas las ideas políticas que se puedan presentar [...].²⁹⁴

Os depoimentos acima citados demonstram claramente as posições mais próximas das formulações de socialistas e miristas, ao concordarem que o poder popular representava o embrião de um novo poder, paralelo e autônomo em relação ao governo. Também é possível visualizar a representação das duas consígnias que se enfrentaram durante todo o processo “avanzar sin transar” e “consolidar para avanzar”, no entanto, diferenciando claramente a posição de miristas e socialistas quando definem os protagonistas efetivos da construção do poder popular. De um lado, estavam os pobres do campo e da cidade e, de outro, o operariado.

As falas também demonstram maior articulação entre teoria e prática ao relacionarem conceitos de duplo poder e de consciência de classe, se diferenciando categoricamente dos depoimentos dos militantes de base, que tinham uma concepção política formada no cotidiano do trabalho.

Os dois primeiros depoimentos discernem de todos os outros no momento em que reconhecem a necessidade de gerar um poder popular autônomo às iniciativas propostas pelo governo, ou seja, os próprios trabalhadores eram capazes de gerar novas instâncias de participação além de atuarem ativamente sobre as questões relativas à produção e à distribuição. Em outras palavras, nestes dois depoimentos (Ortega e Rodríguez), a classe

²⁹³ Guillermo Rodríguez: mirista, dirigente do Comité Militar do Cordón Cerrillos. Entrevista realizada pela autora em: 28 set. 2009.

²⁹⁴ Neftalí Zúñiga: comunista, trabalhador, interventor Textil Pollak. In: GAUDICHAUD, *Poder...*, op.cit., p. 291.

assumia o protagonismo necessário para gerar uma outra estrutura de poder, no entanto, sem negar a importância do governo popular.

A análise dos depoimentos de sindicalistas e militantes políticos nos permite apresentar determinados questionamentos que parecem cristalizados nos discursos e nas análises do governo da UP. Existem posições de socialistas e miristas, apresentadas nos jornais da época, de que os trabalhadores exigiam do governo a construção do novo poder no sentido de romper com o “reformismo” e instaurar um órgão de representação do poder popular.²⁹⁵ A partir dos depoimentos, em especial dos trabalhadores Ismael Ulloa, Antonio Bravo, Miguel Aravena, e das variações do conceito aqui apresentado, tem-se a possibilidade de demonstrarmos que os trabalhadores chilenos não representavam uma base social coesa com uma única posição em relação ao governo.

Assim, pensamos que a partir dos depoimentos é possível ponderar sobre a impossibilidade de sempre universalizar as posições das camadas sociais, como se todos tivessem a mesma opinião sobre a via chilena. Aliás, interessante a observação de um dos entrevistados do autor José del Pozo no livro *Rebeldes Reformistas e Revolucionários*, que critica a forma, como durante o governo popular, tanto a esquerda quanto a direita utilizavam o conceito de “povo” para padronizar uma determinada atitude política:

[...] se decía que el pueblo tenía el poder, que nadie podía detener al pueblo. Pero a veces había cinco mil personas que pedían algo (a nombre de la izquierda) y al lado había otras cinco mil que pedían lo contrario, entonces dónde estaba el pueblo? Habría que hablar de sectores del pueblo...²⁹⁶

Os Cordones não se colocavam quanto opositores ao governo, como afirmava o PC e Allende. As diferenças estão justamente relacionadas às posições táticas e políticas de líderes dos Cordones que questionavam aspectos da política do governo e da CUT, mas, na prática, não propunham ações para derrotar ou se sobrepor ao governo popular. As lideranças dos Cordones tinham a consciência de que necessitavam da permanência do governo popular para que pudessem avançar em direção à “revolução socialista”. Mas também isso não significava que não poderiam colocar-se enquanto críticos da forma como atuava o governo. Portanto, parece que Allende e o PC assumem uma posição um tanto extrema ao criticarem de forma

²⁹⁵ Esta visão também está presente nos trabalhos de Miguel Silva, Franck Gaudichaud, Sandra Castillo, Renzo Henríquez.

²⁹⁶ Cf. POZO, José del. *Rebeldes, Reformistas y Revolucionários. Una historia oral de la izquierda chilena em la época de la Unidad Popular*. Santiago: Documentas, 1992, p. 287.

tão incisiva os Cordones, hostilizando claramente qualquer possibilidade de crítica pela esquerda em relação às posições do governo e da CUT. Há, portanto, uma incompreensão do processo por parte das próprias lideranças partidárias que se envolveram nas disputas entre si, sem perceberem ou levarem em consideração as expectativas dos trabalhadores.

Neste pequeno número de entrevistados as variações do conceito do poder popular foram tamanhas que, certamente, em uma escala maior de opiniões, novas interpretações surgiriam. E, seguramente, essas diferenças influenciaram na atuação e organização dos Cordones Industriales, uma vez que cada grupo dirigente também vai estabelecer formas distintas na estruturação orgânica destes novos organismos para contemplar, na prática, a teorização da constituição do poder popular.

3. Participação e diversidade de organização nos Cordones Industriales

3.1 Organização e participação nos Cordones Industriales

Debo insistir en lo que tantas veces he dicho: solo un pueblo disciplinado, organizado y consciente, afianzará la revolución y la hará progresar. Debo insistir en que hay que estudiar más, en que hay que trabajar más y producir más, para lo cual es fundamental la disciplina.

Los militantes y simpatizantes de la Unidad Popular no pueden prestarse a participar en tomas de edificios, oficinas, caminos casas o predios agrícolas. No puede aceptarse la interrupción del trabajo, ni realizar tareas políticas en las horas de labor.

(Salvador Allende, 11 de julho de 1972)²⁹⁷

Na escassa bibliografia existente sobre os Cordones Industriales²⁹⁸ pouco tem se analisado ou sistematizado sobre as questões relacionadas ao seu funcionamento. O objetivo desta unidade será apresentar as diversas versões de como se organizavam os Cordones e o seu reflexo na base dos trabalhadores. É notório que existam poucas fontes sobre essa questão, principalmente, em função da destruição de boletins, jornais, documentos internos e outros dados disponíveis nos próprios Cordones ou em órgãos do governo, tornando o depoimento oral uma fonte importantíssima para tentar compor sua atuação. E, para tal, nos apoiaremos nas entrevistas realizadas especialmente para esta tese, nas entrevistas publicadas por Franck Gaudichaud reunidas no livro *Poder Popular y Cordones Industriales*²⁹⁹, e também em alguns depoimentos colhidos por Miguel Silva, ainda na década de 90, gentilmente cedidos para compor a documentação oral desta pesquisa.

Inicialmente, chamamos a atenção para duas questões que ficaram evidentes a partir dos depoimentos que apresentaremos neste capítulo: a importância dos sindicatos e dos partidos políticos na atuação dos Cordones; e a falta de uma organização mais sistêmica de funcionamento interno nos Cordones.

Todos os depoimentos, alguns mais incisivamente e outros menos, fizeram referência à intensa atuação de alguns partidos políticos e dos sindicatos que representavam o elemento

²⁹⁷ *El presidente Salvador Allende se dirigió al país por cadena de radio y TV para dar cuenta de los últimos acontecimientos políticos.* In: Clarín, 11 de julio de 1972, p.11.

²⁹⁸ Estamos nos referindo aos livros de Franck Gaudichaud, Miguel Silva e Hugo Cancino, já citados na introdução desta tese.

²⁹⁹ GAUDICHAUD., *Poder...* op.cit.

central da organização e desenvolvimento dos Cordones. É dizer que, a partir do contato entre os diversos sindicatos das indústrias de um mesmo setor territorial, porém de ramas produtivas distintas, é que se desenvolve uma nova forma de atuação política. A finalidade desta integração seria a de coordenar ações conjuntas para resolver problemas concretos como, principalmente, aqueles relacionados à estatização das indústrias, ao controle operário da produção e ao abastecimento direto. Ou, como afirma um entrevistado: *“era una coordinadora de acciones, planificaban respuestas frente a las actividades de la derecha.”*³⁰⁰

Também constatamos que não existiu uma mesma metodologia organizativa em todos os Cordones e nem um intercâmbio sistêmico entre eles até meados de julho de 1973. Não havia, portanto, um número exato de pessoas para compor a direção política, assim como inexistia uma forma padronizada para a eleição da direção do Cordón e dos representantes das indústrias que compunha cada um deles. As reuniões aconteciam de acordo com a demanda conjuntural sem um calendário ou pauta anteriormente definidos. Mas, é possível estabelecer duas instâncias comuns entre os Cordones: direção ou coordenação geral do Cordón e a assembleia de representantes das empresas.

Outro elemento que nos chama a atenção é que, mesmo com a dispersão organizativa, todos estes organismos optaram por se denominarem de Cordón Industrial, agregando ao final do termo a região territorial de Santiago à qual pertenciam. Por exemplo: Cordón Industrial San Joaquín, Cordón Industrial Vicuña Mackenna, Cordón Industrial Cerrillos-Maipú e assim sucessivamente. Neste sentido, é notável a existência de uma mínima conexão e comunicação entre eles o que, ao longo do capítulo, demonstraremos que serão realizadas por sindicalistas e partidos políticos por meio dos seus militantes trabalhadores.

Hugo Troncoso³⁰¹ afirma que no primeiro semestre de 1973 os Cordones começaram a adotar um modelo orgânico comum, mas com variáveis locais, que englobava: a) Assembleia de Trabalhadores de cada indústria ou empresa por Cordón que elegia de 2 a 3 representantes para o Conselho do Cordón, o qual não necessitava ser representante sindical, favorecendo a participação do trabalhador “comum”; b) Conselho de delegados do Cordón; c) Direção do Cordón Industrial que era escolhida por eleição no Conselho de Delegados e era composta por um presidente e pelas Secretarias de organização, agitação e propaganda, defesa, cultura e imprensa.

Representando através de um organograma, a Estrutura do Cordón teria a seguinte

³⁰⁰ Entrevista realizada por Miguel Silva. Não há referência de nome, mas existe informação na entrevista que indica que era militante do MIR até 1972, passando para o PS. Atuava no Cordón Cerrillos.

³⁰¹ TRONCOSO, op. cit., p.336

disposição³⁰²:

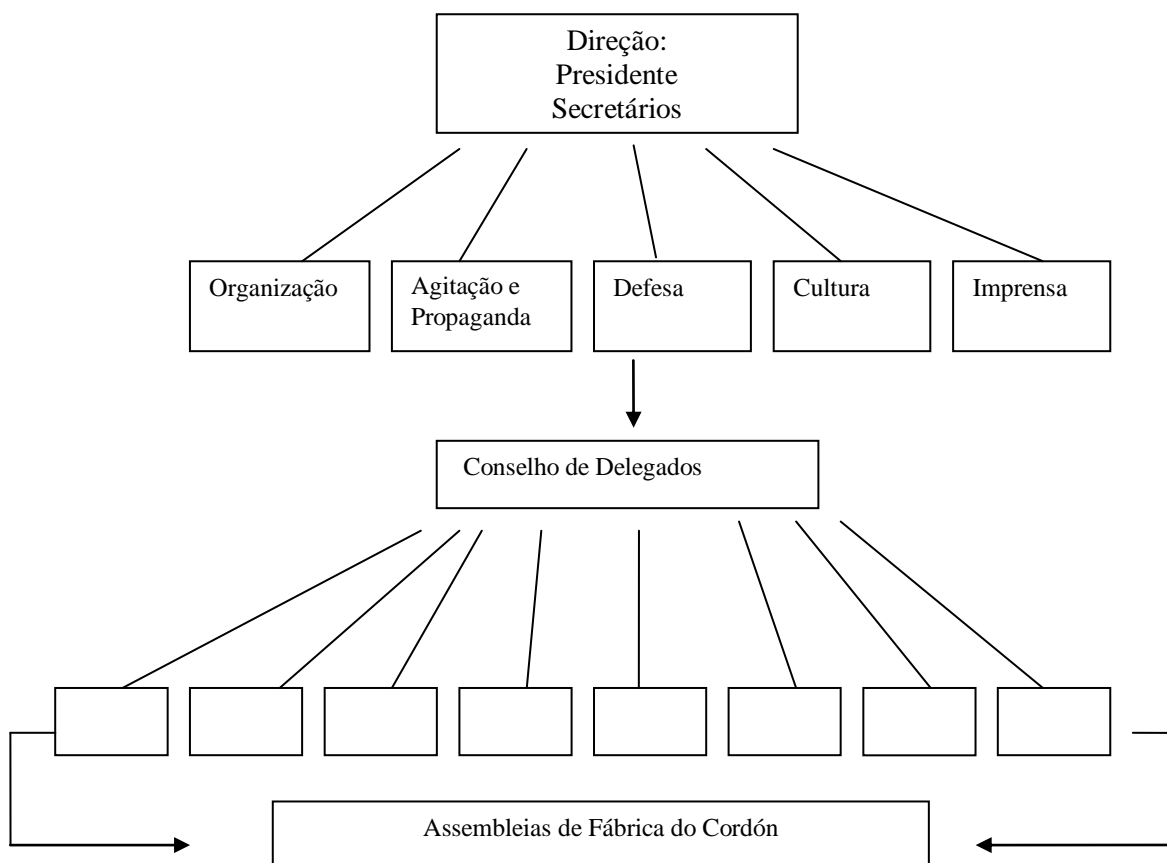


Figura 5 – Estrutura de um Cordón Industrial

Entretanto, na prática, esse organograma não funcionava de forma tão cartesiana, conforme vamos perceber durante a análise dos relatos sobre a atuação cotidiana nos Cordones. As decisões políticas se davam principalmente por meio dos acordos partidários e sindicais.

Analisaremos, a seguir, depoimentos de participantes dos Cordones que descreveram o desenvolvimento do modelo orgânico em algumas indústrias. As características internas da fábrica e o funcionamento do sindicato local determinavam a dinâmica do processo. Geralmente, respeitava-se a correlação de forças partidárias dentro do sindicato, ou seja, o partido que tivesse maioria de representantes no sindicato elegeria a maioria de delegados

³⁰² TRONCOSO, op.cit., p. 336.

para a assembleia do Cordón.

Nas fábricas em que o sindicato tinha hegemonia comunista, o representante do Cordón era escolhido entre as lideranças operárias sem reunião da direção do sindicato ou assembleia da indústria, uma vez que os comunistas não participaram oficialmente dos Cordones até meados de julho de 1973. É claro que havia exceções, e muitos sindicalistas comunistas acabavam contrariando a direção do PC atuando nos Cordones, e, inclusive, em algumas direções.

Nesse sentido, temos aqui, uma questão importante que remete à continuidade da tradição sindical na diretiva dos Cordones. Apesar das críticas de alguns sindicalistas participantes do Cordón, quanto à condução excessivamente partidarizada da CUT e dos sindicatos de base, essa prática também ocorrerá de forma similar nos Cordones. No entanto, ressaltamos que, a essência da CUT e dos Cordones eram distintas, já que a primeira era uma entidade classista que primava pela reivindicação em torno das questões trabalhistas e organizava-se por rama produtiva, enquanto o Cordón era um organismo de coordenação política conjuntural de uma determinada região industrial que primava pela organização territorial. Os Cordones atuavam e discutiam questões relativas à atuação política imediata, ao processo de estatização e de ocupação de indústrias, à organização de armazéns populares, excluindo da sua pauta política, assuntos diretamente ligados à produção ou às melhorias nas condições de trabalho dos operários.

A heterogeneidade interna entre as indústrias que compunham os Cordones é tamanha que, como metodologia para a discussão das suas formas organizativas, escolhemos três Cordones Industriales: San Joaquín, Vicuña Mackenna e Cerrillos, em função do maior número de fontes disponíveis tanto em relação à bibliografia e matérias jornalísticas, quanto no número de pessoas entrevistadas que se organizavam nos Cordones acima citados. Assim, será possível confrontar e discutir as fontes para, ao final, estabelecer algumas conclusões mais abrangentes sobre estes organismos.

3.1.1 Cordón San Joaquin

Encontramos referências nos depoimentos dos entrevistados de que algumas das indústrias que compunham o Cordón San Joaquín eram: Sumar (textil), Comandar, Condumer, Coca Cola (bebidas), Tecnical Harsen (explosivos), Famasol (maquinária),

Andina, Bodega Dinac.³⁰³

Segundo o jornal La Aurora de Chile³⁰⁴, o mês de fevereiro de 1973 marca a fundação do Cordón por meio de uma assembleia que contou com a participação de 9 empresas e 60 delegados representando mais de 5 mil trabalhadores.³⁰⁵ A primeira direção do Cordón contava com a participação de três militantes do PS, dois da Frente de Trabalhadores Revolucionários (FTR-MIR) e um do PC. O comitê executivo era composto por: secretaria executiva, secretaria de organização, secretaria de defesa, secretaria de abastecimento, secretaria de finanças e secretaria de agitação e propaganda.

Segundo o documento *“Proposición sobre organización, carácter y objetivo de los Cordones Industriales”*, aprovado pelo Secretariado Executivo do Cordón Industrial San Joaquín e divulgado no jornal La Aurora de Chile em 29/03/1973, os objetivos gerais do Cordón compreendiam: defender e ampliar as conquistas do governo e da classe; representar de forma direta e democrática os trabalhadores do Cordón; defender o governo da UP na medida em que este representava os interesses dos trabalhadores; aprofundar o processo e tornar mais aguda as contradições de classe; lutar de forma enérgica por uma maior participação da classe nas decisões de seus interesses e incrementar o poder dos sindicatos e das organizações da classe; cooperar de forma decisiva para preparar um sistema integrado de defesa das indústrias. Por fim, o Cordón teria o objetivo de preparar a classe e projetá-la para a tomada de poder, além de combater de forma simultânea os desvios reformistas e burocráticos que *“perfilan peligrosamente en el seno del movimiento obrero por una parte y por otra, combaten la resistencia que opone la burguesia y sus instituciones para la conquista del poder”*³⁰⁶. Uma oposição clara à linha política de Allende, do PC e da CUT.

Ainda segundo o jornal, os discursos realizados na Assembleia de fundação do Cordón demonstravam que o objetivo não era transformá-los em organismos paralelos à CUT. Segundo o socialista e dirigente do Cordón, Víctor Muñoz³⁰⁷, a intenção era dar validade aos acordos e às resoluções do 6º Congresso da CUT que conclamou os trabalhadores chilenos a fortalecer os organismos de base. Nesse sentido, o trabalho do Cordón estava vinculado à atuação da CUT e das organizações sindicais existentes. Na entrevista, Víctor Muñoz ainda

³⁰³ Não temos as especificações exatas dos ramos de atividade de todas as empresas citadas, uma vez que a maioria já não existe mais no Chile.

³⁰⁴ La Aurora de Chile, 29-03-1972, p. 2.

³⁰⁵ As reportagens jornalísticas e os discursos dos líderes dos Cordones que geralmente faziam referência ao número de trabalhadores que o Cordón representava, considerava o número total de trabalhadores das indústrias que pertenciam ao Cordón já que não existia um sistema de filiação.

³⁰⁶ *“Proposición sobre organización, carácter y objetivo de los Cordones Industriales”*. La Aurora de Chile, 29 de março de 1973.

³⁰⁷ La Aurora de Chile, Santiago, mar. 1973.

afirma que o Cordón apoiava e defendia o governo, mas também buscava formas de gerar um poder alternativo à burguesia, o que não significava alternativo ao governo popular.

Entrevistamos três representantes sindicais que atuaram no Cordón San Joaquín - Carlos Cortés (trabalhava na indústria Tecnical Harsen - explosivos), Hugo Valenzuela (Sumar Poliéster), Joaquín Abarzúa León (Sumar Poliéster) – que subsidiarão a narrativa do funcionamento desse Cordón.

Segundo as entrevistas dos trabalhadores de Summar, o Cordón se organizava por meio de dirigentes sindicais que passaram a se reunir durante o Paro de Outubro de 1972 para trocar experiências e resolver, solidariamente, problemas comuns entre as indústrias como, por exemplo, falta de peças de reposição do maquinário, matéria-prima, desabastecimento, etc. Para acompanhar a assembleia do Cordón eram escolhidos em reunião do sindicato de dois a quatro representantes, não passando, portanto, por assembleia geral da indústria. Geralmente, os representantes escolhidos, denominados delegados, eram líderes sindicais filiados a partidos políticos. No entanto, em algumas indústrias os representantes sindicais escolhiam “aleatoriamente” um ou outro desses delegados na produção, podendo ser inclusive um trabalhador independente politicamente. Frequentemente respeitava-se a correlação de forças dos partidos internamente na indústria para escolha dos representantes. A Coordenação do Cordón era eleita entre os representantes/delegados escolhidos por cada indústria e, geralmente, dirigia o Cordón aquele sindicato/partido que tivesse maior número de representação entre os delegados. Segundo entrevistados, todos os que participavam da Coordenação eram “*militantes probados, cuadros políticos probados*”.³⁰⁸ No Cordón San Joaquín participavam PS, MIR e um comunista eleito pela indústria Tecnical Harsen, segundo entrevista de Carlos Cortés (Charlie).

Não havia assembleia entre todos os trabalhadores das indústrias pertencentes a um Cordón, uma vez que a assembleia era realizada por indústria e organizada pelo sindicato local. Presumia-se que a representação da base já estava dada pelo fato de envolver o sindicato na raiz da constituição do Cordón. As assembleias do Cordón San Joaquim eram abertas e participavam dirigentes sindicais, representantes de partidos políticos e representantes das diversas indústrias da região. Todos apresentavam uma opinião extremamente demarcada em função das suas opções políticas partidárias.

Segundo a entrevista de Valenzuela, que também era um líder sindical, os coordenadores do Cordón não chegaram a ser vistos pela base como líderes nas indústrias da

³⁰⁸ Frase retirada do depoimento de Hugo Valenzuela. Entrevista realizada em: 24 set. 2009.

região, pois a liderança estava sempre vinculada ao sindicato, “autêntico” representante da classe. Assim, a representatividade do Cordón perante o conjunto dos trabalhadores, estava diretamente relacionada à atuação do delegado sindical na indústria. Por exemplo, era o delegado (representante do sindicato) quem realizava os informes das discussões do Cordón na assembleia da indústria que reunia todos ou parte significativa dos trabalhadores. Este era, portanto, um espaço fundamental para aproximar Cordón e base, e estimulá-los a participarem das mobilizações aprovadas pela coordenação.

A dinâmica do Cordón San Joaquín funcionava da seguinte maneira: os sindicatos elegiam seus representantes (delegados) que, em assembleia do Cordón com todos os delegados indicados pelas indústrias que o compunham, escolhiam seus dirigentes respeitando a correlação de forças partidárias presente. Nessa ocasião, também discutiam a situação da conjuntura política e aprovavam uma série de deliberações. Esses representantes, após participarem da assembleia do Cordón, voltavam às fábricas nas quais trabalhavam para informar as decisões do Cordón na assembleia geral convocada pelo sindicato de cada unidade fabril. Nesse sentido, quanto maior a assembleia de base, mais representatividade adquiria a coordenação do Cordón. Geralmente os sindicatos buscavam incluir pautas na assembleia da indústria que estivessem relacionadas com a resolução de problemas que interessavam aos trabalhadores, como, por exemplo, melhorias nas condições de trabalho. Era uma forma de garantir a participação de muitos trabalhadores. Carlos Cortés narrou como a pauta de discussão sobre a construção de um refeitório na indústria serviu como forma de atrair os operários para participarem do movimento sindical:

[...] el problema que más le importa a la gente o el que, por el que más se manifiestan, es la comida, casi , igual parecía ilógico que en un país digamos, en un gobierno elegido por primera vez un socialista y toda la cuestión de que ese fuera el punto central del asunto, pero era así no más. En la reunión del día martes, de sindicato, el punto número 1 lectura del acta anterior, punto número 2 casino, se llenó de gente. Como conclusión, que del casino se hagan cargo los sindicatos y presionamos al patrón para el subvencione. Acordamos hacer un paro de 15 minutos pero sin abandonar los puestos de trabajo. El industrial cede, y entonces cuando hacemos reunión a las 2 semanas de nuevo la gente dice, por qué no peleamos por los zapatos de seguridad? por qué no recuperamos la ambulancia? [...] y eso fue creciendo [...] y el casino provocó la participación [...]³⁰⁹

³⁰⁹ Carlos Cortés, mirista, trabalhava na indústria Tecnical Harsen no Cordón San Joaquín. Entrevista realizada em: 22 set. 2009.

Com essa configuração, não era fácil para os trabalhadores separarem a imagem do delegado do Cordón do representante sindical, e pensamos que este não era o propósito de seus representantes, uma vez que a tradição sindical era questão consolidada entre os trabalhadores, enquanto os Cordones buscavam construir sua legitimidade. Assim, o relato acima demonstra que as transformações que estavam ocorrendo dentro do espaço de trabalho também eram utilizadas para o envolvimento da base com as ações do Cordón Industrial. Isso ajuda a explicar a adesão de muitos trabalhadores às ações de ocupação de indústrias estimuladas pela direção do Cordón, uma vez que as empresas que compunham a APS eram as que tinham melhores condições de trabalho e estavam desenvolvendo sistemas de participação, conforme o convênio CUT-Governo.

Apesar da coerência das entrevistas dos trabalhadores de Sumar, o operário Charlie apresentou uma versão diferente do funcionamento do Cordón. Segundo ele, os representantes traziam as proposições dos Cordones para a assembleia geral de cada indústria e, então, os trabalhadores decidiam por uma determinada questão que voltava a ser objeto de análise do Cordón para, então, decidirem uma posição final. Entretanto, nenhum entrevistado, inclusive de outros Cordones, apresentou uma versão similar. Ao mesmo tempo, parece raro que uma organização conjuntural tenha muitas instâncias de discussões justamente pela dinâmica com que os acontecimentos se alteravam e pela necessidade de articular rápidas respostas.

As principais discussões desse Cordón se relacionavam com a organização de vendas direta à população, direção das fábricas (direção operária na indústria estatal e controle operário na indústria privada), solidariedade com a luta de outros trabalhadores, ocupação de novas indústrias e organização de passeatas. Entretanto, tudo era muito conjuntural e, dependendo dos enfrentamentos que ocorriam no dia, a atuação do Cordón deveria ser imediata. Assim, não havia um calendário com horários ou dias de reuniões. Geralmente o contato era frequente, cotidiano. Segundo relatos, buscava-se exaustivamente o consenso nas reuniões do Cordón para evitar votações e desgastes entre os integrantes desse organismo.

Em algumas indústrias, como no complexo Sumar, foram organizadas pelos sindicatos bibliotecas populares, um Festival de Canção, convênios com universidades³¹⁰ e venda direta de produtos (feira) à população com preço inferior ao cobrado nos armazéns e lojas. Esse tipo de atividade de venda de produtos, geralmente, envolvia indústrias estatizadas ou sob intervenção do governo, já que precisavam do parecer favorável da direção da empresa para realizar as vendas. Nesse sentido, Hugo Valenzuela e Joaquín Abarzúa, relatam a organização

³¹⁰ Segundo os entrevistados, os trabalhadores estudantes poderiam dedicar uma hora para estudar as disciplinas que cursavam na escola técnica, assim, em vez de trabalharem oito, trabalhavam sete horas diárias.

de um comércio entre diversas indústrias, especialmente entre aquelas produtoras de linha branca, no entanto eram organizadas pelos sindicatos das indústrias que estabeleciam os dias de venda de acordo com a sua produtividade. Portanto, não eram propriamente organizados pela direção do Cordón.

Hugo Valenzuela, ainda destaca a pouca participação feminina nos sindicatos e nenhuma na direção do Cordón San Joaquín. No complexo Sumar as mulheres representavam por volta de 30% dos trabalhadores. No conjunto dos Cordones praticamente não havia participação das mulheres. As que participavam eram enviadas pelos partidos políticos e não através de organizações sindicais ou dos bairros, ou seja, as mulheres, em regra, não eram eleitas delegadas para a assembleia do Cordón. Ao mesmo tempo, Valenzuela afirma que, na indústria, a atuação das mulheres era maior principalmente no sistema de participação interno fruto do convênio CUT-Governo. Muitas delas eram delegadas de seção, estavam nos comitês de vigilância, produção, etc.

Segundo os entrevistados, como o meio sindical sempre foi muito machista isto ajudava a não envolver as “companheiras” nas direções. De acordo com os dados da professora Tereza Quiroz³¹¹, a dinâmica sindical afastava as mulheres da atividade política. Um primeiro argumento da pesquisadora estava relacionado ao papel dado à mulher dentro da assembleia sindical. Quase sempre os homens as nomeavam para redigir a ata da assembleia, ou seja, cabia à mulher o papel de “secretariar” os sindicalistas masculinos. Além disso, o nível de analfabetismo entre o gênero feminino era altíssimo e elas se sentiam constrangidas com a situação. Um segundo argumento apresentado está relacionado ao horário das assembleias que geralmente ocorriam no período da noite, após o turno de trabalho. Nesse horário as mulheres trabalhadoras e também donas de casa precisavam voltar aos seus domicílios para cuidar dos filhos, que geralmente estavam voltando da creche ou da escola, e ainda tinham tarefas domésticas a desempenharem. A partir desta percepção, o grupo de pesquisa da professora propôs alterações na dinâmica das reuniões, além de sugerir a adequação das condições de trabalho nas fábricas para melhorar a situação das trabalhadoras.

Outra característica importante do Cordón estava no número elevado de jovens trabalhadores com até 28 anos. Segundo a mesma pesquisa coordenada por Quiroz, eles representavam 80% da força de trabalho, o que ajuda a explicar a radicalização nas formas de atuar, uma vez que a juventude da década de 60 e 70 apresentava uma rebeldia em todos os

³¹¹ GAUDICHAUD, *Poder...*, op. cit., p.331. Teresa Quiroz era formada em trabalho social, professora da Universidade Católica do Chile, militante de base do PS e atuava em indústrias chilenas coordenando grupos de pesquisa que faziam levantamentos de programas de bem estar conjuntamente com operários e interventores de indústrias.

sentidos (cultura, política, vestuário, etc.). Esses jovens, que geralmente criticavam as posturas dos sindicalistas mais velhos, se aproximaram principalmente das referências políticas mais radicalizadas, como a esquerda do PS e o MIR, e se aproximaram também dos Cordones Industriales. Nossos entrevistados são exemplos da atuação desta juventude.

Quanto ao treinamento militar, geralmente, era o encarregado do partido que indicava quem estava apto a esse tipo de ação. Portanto, não era algo destinado a todos os trabalhadores e nem tinha o intuito de formar um exército popular. A partir de julho de 1973, em função do Tanquetazo, a principal discussão no Cordón San Joaquín esteve relacionada à necessidade de implantar um sistema massivo de auto defesa para proteger o governo em caso de golpe, atuando, como um sistema defensivo. Parece-nos claro que o Cordón não se propôs tornar-se um braço armado do governo. A posição era muito mais de defesa do território próximo as indústrias que propriamente de ataque como sugere os discursos radicalizados dos líderes dos Cordones.

Por último, há um depoimento do comunista Juan Alarcón que trabalhava na indústria Sumar – Algodão, e que afirmou nunca ter participado de conversas sobre os Cordones. Ele acredita que, se houve representação da empresa na assembleia do Cordón, a representação estava diretamente ligada à atuação de outros partidos políticos, chegando a afirmar que em Sumar-Algodão a importância dos Cordones industriales “...*fue prácticamente nula. En el caso de Sumar pudieron haber personas involucradas en los Cordones Industriales pero la masa, el sindicato o los trabajadores no estuvieron preocupados de eso*”, e sim, com os inúmeros problemas cotidianos que enfrentava o funcionamento da empresa. Essa posição de Juan Alarcón pode se referir tanto à posição oficial do PC quanto pode significar que Sumar Algodão não participou do Cordón San Joaquín.

3.1.2 Cordón Vicuña Mackenna:

O Cordón Vicuña Mackenna era o segundo mais importante da região de Santiago e reunia cerca de 320 indústrias pequenas e médias como Elecmetal, Textil Progreso, Easton, Standart Electric, Vidrios Lirquén, Cristelerías de Chile, Alusa, etc. A sede política desse Cordón se localizava na sede sindical da indústria Elecmetal, empresa da qual Armando Cruces, presidente do Cordón, era trabalhador. Entrevistamos seis trabalhadores do Cordón Vicuña Mackenna, os quais citaremos ao longo desta parte do texto, e que permitirá apresentar sua dinâmica de funcionamento.

Os depoimentos apresentaram pontos concordantes em diversas questões. A primeira

foi em relação à participação de sindicalistas e militantes filiados ao PS, MAPU e MIR, confirmando, mais uma vez, a relação sindicato-partido. Mas, segundo Mário Olivares, *“lo que estaba impulsando allí eran las definiciones de los partidos, pero eran dirigentes sindicales todos.”* A direção do Cordón refletia a composição política dos delegados participantes da Assembleia do Cordón e, conseqüentemente, dos sindicatos das indústrias. A segunda era a existência de feiras livres aos finais de semana para vender produtos mais baratos à população. Segundo Aldo Aguilar, essas feiras duraram pouco tempo e não contaram com a participação da maioria das empresas porque elas não produziam artigos para o consumo. A terceira questão é que o Cordón não tinha nenhuma relação com as Juntas de Abastecimento e Preço (JAP). A quarta relaciona-se com a pauta das reuniões que abordavam questões sobre conjuntura política, planejamento de ocupação de indústrias, atos de solidariedade a outros trabalhadores, organização dos Comités de Vigilância. Somente Leonel Zuñiga citou outros temas como questões trabalhistas, unificação de sindicatos de *obreros y empleados* nas indústrias e convênios com a escola técnica para qualificação de mão de obra.

Quanto à relação com a CUT, Leonel Zuñiga, José Moya Paiva, Mário Olivares e Aldo Aguilar afirmaram que os Cordones serviram de instrumentos do PS, para disputa de espaço político com o Partido Comunista. Como afirma Paiva: *“el Cordón era como la apuesta del partido socialista para pararse de igual a igual con el partido comunista que estaba en la CUT.”* Ou, como afirmou Zuñiga, era necessário *“enfrentar a la CUT que no satisfacía nuestras necesidades.”*

Outras partes dos depoimentos não apresentaram coincidências, deste modo, faremos um levantamento das principais questões relacionadas ao funcionamento do Cordón Vicuña Mackenna.

Em entrevista, Leonel Zuñiga García afirmou que participavam das assembleias do Cordón 2 ou 3 representantes por empresa, com direito a 1 voto e que eram escolhidos em assembleia do sindicato com os trabalhadores. Ao total chegava a reunir por volta de 80 representantes sindicais que elegiam a direção do Cordón, além de aprovar as diretrizes políticas. O primeiro presidente do Cordón Vicuña Mackenna foi Armando Cruces, seguido do “compañero” Ulloa de Cristalería de Chile e, posteriormente, por Arístides Albanes. Este teve que se ausentar para uma viagem a Cuba sendo substituído pelo próprio Leonel Zuñiga García, que na época era vice-presidente. Todos eram socialistas e, segundo Zuñiga García, todo seu grupo político era bastante “sectário”, pois sempre elegiam maioria de socialistas ou, como nos exemplificou, se a direção tivesse cinco representantes, três certamente seriam socialistas. As assembleias desse Cordón, assim como no Cordón San Joaquín, aconteciam de

acordo com a necessidade imposta pela conjuntura política. Em momentos de crise, chegaram a ocorrer duas reuniões por semana. Depois de tomada as decisões na assembleia do Cordón, os dirigentes sindicais voltavam à fábrica, reuniam os trabalhadores sindicalizados em assembleia e informavam o que havia sido discutido e decidido.

Segundo Leonel, o processo era *muy autoritário* por não discutir as questões antes de se tomar as decisões, ou seja, os representantes do Cordón anunciavam as deliberações - *nosotros vamos hacer eso, eso y eso* - e destaca que os trabalhadores sempre permaneciam em silêncio aceitando as orientações. Leonel supõe que havia uma relação de confiança entre trabalhadores e seus líderes sindicais ou de temor por não estarem acostumados a ter uma organização tão radical. Isso de certa forma aponta para duas reflexões: ou de um lado os trabalhadores estavam realmente concordando com todos os encaminhamentos da direção do Cordón e, posteriormente, do sindicato mantendo uma relação de máxima confiança na representação sindical, ou, por outro lado, nos dá indícios que podem desmistificar o discurso de que todos os trabalhadores industriais eram extremamente politizados em relação ao processo.

Segundo Leonel, só havia polarização na assembleia quando estavam presentes sindicalistas ligados ao PC, levando a discussão para uma disputa das linhas políticas entre os partidos dentro da assembleia sindical. Ele inclusive relata que os comunistas tentaram, por meio da participação de seus representantes sindicais, “tomar” a direção do Cordón enviando representantes sindicais que até então não haviam participado do processo. Neste episódio, chegou a ocorrer enfrentamento físico entre os representantes, principalmente entre socialistas mais radicais e comunistas:

[...] de repente cuando el PC quiso e hizo un intento fuerte de... y trajeron dirigentes sindicales de todos lados y llamaron a una asamblea general de trabajadores del sector para apoderarse de la directiva del cordón, ahí nos amenazamos por detrás con armas [...].³¹²

Veremos ao longo dos depoimentos constantes relatos relacionados com a tentativa de organização de Cordones paralelos por parte do PC, o que demonstrava sua preocupação com o crescimento deste tipo de organização.

O Cordón Vicuña Mackenna também buscava organizar encontros de educação política, de orientação *progresista e marxista*, ministrados pela coordenadora da Revista Chile

³¹² Leonel Zuñiga, socialista, sindicalista, trabalhava no Cordón Vicuña Mackenna. Entrevista realizada em: 19 nov. 2009.

Hoy, a socialista Marta Harnecker. Os cursos reuniam no máximo 30 trabalhadores e aconteciam aos sábados no período da tarde. Carlos Altamirano, presidente do PS, também participava de algumas atividades de formação e discussão nesse Cordón e, inclusive, chegou a dar entrevistas para a imprensa em reuniões no local.

Também organizaram um sistema de venda e troca de produtos entre as indústrias que participavam do Cordón, sem qualquer relação com a JAP. Entretanto, enviavam uma notificação à coordenação da JAP afirmando que os trabalhadores daquela região estavam abastecidos de determinados produtos, para que não tivessem o privilégio de ter acesso aos produtos novamente no sistema de distribuição do governo. No entanto, afirma que nunca obteve qualquer resposta da direção das Juntas para saber se havia um controle efetivo.

Sobre a questão do abastecimento entre as indústrias, um grupo de pesquisadores do CIDU/Universidad Católica³¹³ apresentou críticas a esse sistema, uma vez que funcionavam sem considerar a planificação global para o consumo organizada pelo governo popular, gerando duplo abastecimento (empresa e bairro) num momento de carência de mercadorias. O governo popular escolheu os bairros como locais para realizar a distribuição e o controle de produtos por intermédio das JAP e dos organismos estatais, logo, qualquer forma de comércio deveria passar por este controle. Esse sistema pouco funcionou em conjunto com os Cordones, principalmente porque nas indústrias não estavam integrados outros tipos de organização que não fossem os sindicatos e estes utilizavam a sua experiência política para organizar canais alternativos com o intuito de diminuir o desabastecimento entre os operários. No entanto, segundo os pesquisadores, os Cordones estabeleceram vínculos com outras organizações observando duas tendências: uma realizada com assentamentos e conselhos camponeses para resolver o problema de consumo dos trabalhadores do Cordón; e outra para solucionar o problema de trabalhadores e setores populares nos bairros, entregando produtos elaborados pelas indústrias dos Cordones às JAP e a outros organismos populacionais, mas sempre levando em consideração os interesses do conjunto dos trabalhadores industriais. Assim, concluem os pesquisadores do CIDU, os Cordones atuaram de forma mais ativa fora do sistema global de abastecimento do que dentro dos parâmetros governamentais, e, por essa questão foi alvo de críticas do governo a esse tipo de atividade.

Outro trabalhador entrevistado foi José Moya Paiva. Ele relacionou a organização dos Cordones com a estratégia do PS não simplesmente para disputar a CUT ou a base do PC, mas por estarem preocupados em criar mecanismos de atuação diretamente com os

³¹³ CHEETHAM et al., op. cit., p. 26-28.

trabalhadores, sem ter como intermediário as *cúpulas* políticas, como ocorria na CUT.

Segundo José Moya Paiva, os Cordones apresentavam vantagens em relação a CUT por se concentrarem em uma determinada região, o que incentivava a comunicação entre empresas, facilitando ações de ocupações e de solidariedade, além de não precisarem da autorização do Estado para atuar, como acontecia com o sindicato tradicional em função das regras previstas no código de trabalho. Apesar de serem organizações distintas “*pero en la práctica la participación en los Cordones quizás era un poco más amplia, pero también, quienes más participaban eran militantes de partido políticos*”, ligados as idéias rupturistas. E, por esse motivo, o Cordón gerava uma resposta política mais radicalizada.

Em contradição com os discursos que apontavam por parte dos Cordones rejeição às cúpulas políticas, afirmou que na assembleia do Cordón Vicuña Mackenna participavam representantes partidários, e que, na indústria onde trabalhava, não havia um processo de discussão para a escolha destes representantes. Assegurou ainda que a atuação dos Cordones se valia muito pela orientação da direção dos partidos políticos e, por isso, as discussões na direção do Cordón assumiam grande inclinação ideológica, conjuntural. Geralmente as decisões estavam relacionadas ao apoio à ocupação de outras indústrias pelos trabalhadores. No caso da empresa IRT, devido a dinamicidade que atingia a conjuntura política, o sindicato, em vez de reunir os trabalhadores em assembleia para informar as decisões do cordón, produzia um boletim informativo.

José Moya Paiva destacou que existia uma disputa interna no Cordón entre as forças políticas que ali atuavam, principalmente entre socialistas e miristas, fruto das suas diferenças táticas para o processo da via chilena. Por isso, acredita que o conjunto dos trabalhadores da empresa IRT não se sentia parte integrante do Cordón e viam seus dirigentes como “políticos”:

*[...] no fuimos capaces de hacer sentir al conjunto de los trabajadores de la empresa de hacerlos sentir como parte de la organización, del Cordón Industrial. Eso no se dió, no sé si en otras empresas dentro del cordón, pero en la mía no. Éramos mirados como un sector muy especial, los políticos, los que participaban en estas organizaciones.*³¹⁴

Inclusive, ressalta que nas manifestações de rua em apoio à ocupação de outras indústrias, os trabalhadores participavam não por ser uma decisão do Cordón, mas por uma

³¹⁴ José Moya Paiva, mirista, trabalhador no Cordón Vicuña Mackenna. Entrevista realizada pela autora em: 14 out. 2009.

questão fundamentalmente de solidariedade de classe. Os trabalhadores “comuns” rejeitavam as assembleias sindicais que primavam pelas discussões puramente ideológicas, e acabavam se afastando das organizações populares.

José Moya Paiva afirma que os trabalhadores de “base” se interessavam mesmo era pelas assembleias convocadas pelo conselho de administração onde se debatiam questões relacionadas diretamente à produção e remunerações, tornando-a um espaço privilegiado de participação.

Ismael Ulloa, que trabalhava na indústria Cristalería de Chile na planta de Vicuña Mackenna, afirmou que o Cordón não era uma organização formal que buscava o reconhecimento da lei. Seu objetivo era apenas coordenar os sindicatos para enfrentar o paro de outubro, e, não havia a intenção de organizar uma entidade paralela à CUT. Os Cordones atuavam conjuntamente, ou seja, para resolver determinados problemas. Após o paro, os Cordones passaram a ter como objetivo a luta pela incorporação de mais indústrias na APS; a troca de experiência entre as indústrias, principalmente entre aquelas estatizadas; o desenvolvimento dos Comitês de Proteção; e a discussão sobre o programa político encabeçado por Allende.

Além de participar nas feiras livres vendendo instrumentos de vidros para a população, a indústria na qual trabalhava Ismael Ulloa passou a organizar um sistema de abastecimento próprio, articulado por sindicatos do Cordón e pela administração da indústria, no qual forneciam vidros para outras indústrias em troca de produtos para seus trabalhadores.

As principais pautas de discussões nas assembleias estavam relacionadas à questão da defesa das indústrias e do governo, à necessidade de formação dos Comitês de Vigilância e às ações conjunturais do Cordón como a realização de marchas, atos e solidariedade a outros operários, etc. Segundo Ulloa, e contraditoriamente com depoimento de Aldo Aguilar, o lema da época que ficou conhecido como o lema dos Cordones “*Crear, Crear Poder Popular*” não era algo do movimento, mas dos miristas que atuavam por meio da FTR-MIR. Esta afirmação é importante e de complicada comprovação justamente pela dificuldade de se identificar o limite existente entre a atuação dos Cordones, dos sindicatos e dos partidos políticos. Em diversos momentos parece que eles estão tão imbricados e que adquirem o mesmo sentido.

Ismael Ulloa afirma que para a escolha da direção do Cordón não havia uma eleição formal, era realizada pelos militantes mais “destacados” que convidavam novas lideranças a participarem da direção do Cordón. Para participar da Assembleia do Cordón o sindicato da empresa escolhia representantes que geralmente eram os líderes sindicais ou militantes políticos. Os delegados se reuniam formando a Assembleia do Cordón que, com frequência,

era composta pelos representantes eleitos nas indústrias, por sindicalistas, por militantes partidários, por pobladores, e reuniam em média 500 pessoas. Ismael chegou a dirigir uma dessas assembleias do Cordón e afirma que eram desorganizadas e pautadas pela disputa política entre os mais moderados e aqueles que queriam acelerar o processo.

Essa desorganização, em regra, estava relacionada à questão conjuntural que mudava constantemente. Tudo era muito dinâmico e, em uma fração de minutos, uma determinada ação poderia ser convocada ou desconvocada. Nesse sentido, ele exemplifica com uma experiência muito interessante que nos faz refletir como as lideranças populares tinham que estar preparadas para tomar decisões a cada instante, sem tempo para consultas à direção partidária ou mesmo a todos os delegados do Cordón. Havia uma intensidade no processo, tudo era para “agora” porque os enfrentamentos eram mais que cotidianos, eram quase que por instantes. Narraremos um exemplo singular de um dos episódios ocorridos na indústria:

Aquí hay una anécdota más bien fuerte: Radio Taxi 33. Unos compañeros dijeron que intervengamos la empresa de radiotaxis, porque aprovechamos todo el equipo para comunicarnos con todo el mundo, porque usted sabe que los radiotaxis es radio y en ese tiempo no había comunicación, no había internet, no había nada. Intervinieron Radio taxi 33, el Estado se hizo cargo de ella. De repente llegó un dirigente, corriendo a decirme “*los compañeros de Radio Taxi 33 están peleando con los de Patria y Libertad en la Plaza Italia y hay que mandar refuerzos, necesitamos 15 compañeros, como aquí hay una camioneta los puede llevar para allá.*” ¿Pero de dónde saco los 15 compañeros? “*Tienes que sacarlos no sé de dónde pero los tienes que sacar los 15 trabajadores, para que vayan para allá.*” Era el compañero encargado del PS, del Departamento Sindical. ¿Cómo voy a parar la producción para mandar 15 compañeros para allá? “*Compañero, usted no ha entendido, estamos en una Revolución, que interesa la producción compañero, esta es una Revolución*”, así que tenía algo de razón. Estaban peleando contra los otros, pero yo no, cómo vamos a parar la producción esta es una Campaña de Producción, cómo le respondimos al Gobierno con la Campaña y les estamos dando argumentos a los contrarios que tenemos adentro, que nosotros andamos puro politizando, mandamos a la gente para allá y la producción la dejamos botada. Al final por ahí se arregló hasta que logramos sacarles a Servicios Generales, a los que andaban barriendo por ahí, y le echamos 15 personas a pelear con los otros, así era la cosa. Se vivía de coyuntura [...].³¹⁵

³¹⁵ Ismael Ulloa, socialista, trabajador no Cordón Vicuña Mackenna. Entrevista realizada pela autora em: 02 nov. de 2009.

Portanto, aqui temos duas questões fundamentais para o período. A primeira se relaciona com um dos principais dilemas que se tornou comum na época: o que era mais importante, seguir as orientações do governo e não parar a produção em hipótese alguma ou defender o governo e os companheiros de partido nos enfrentamentos físicos que ocorriam com a direita política a todo momento nas ruas do país? Era um dilema difícil, pois envolvia a discussão sobre os limites do processo e sobre como atuar diante das provocações de grupos de direita. Tal dilema estava presente nos debates dos partidos, dos organismos de participação, dos Cordones, enfim, em toda sociedade chilena. A segunda questão demonstra que naquele período de grande disputa política nada era tão ordenado, nem mesmo a atuação dos sindicatos e dos Cordones Industriales que, muitas vezes, primavam pela conjuntura. Por isso, organismos como os Cordones, que tinham contato permanente entre as empresas de um setor territorial, tornaram-se um espaço privilegiado de atuação.

Em seu depoimento, o trabalhador Mario Olivares afirma que a grande preocupação que acabou gerando os Cordones Industriales em outubro foi o problema da defesa das indústrias contra sabotagens da direita política e de grupos como Patria y Libertad. Geralmente essas ações tinham como objetivo provocar o desabastecimento para população. Neste período houve a organização de diversos Comites de autodefesa articulados entre as indústrias de uma mesma região para facilitar a troca de informações e experiências no sistema produtivo.

Segundo a argumentação de Mario Olivares, as discussões entre as lideranças sindicais/partidárias mais radicalizadas alertavam para a importância de aprofundar e estabelecer a tomada de poder absoluto com a geração de embriões de poder, “*a imagen y semejanza de lo que fueron los Soviet de la ex Unión Soviética*”. Assim, o Cordón Industrial Vicuña Mackenna tinha o objetivo, claramente político, de criar embriões de poder local em todas as suas vertentes, inclusive na militar.

A direção do Cordón se reunia frequentemente na sede dos sindicatos para definir suas ações políticas. Entretanto, Mario Olivares reconhece, com a perspectiva de hoje, que o Cordón envolvia muito ativismo e voluntarismo para dar respostas aos acontecimentos do dia-a-dia.

A diretiva do Cordón era composta por mais ou menos 9 a 10 pessoas, divididas entre dirigentes sindicais e militantes de partidos políticos. A presidência do Cordón geralmente seguia um rodízio entre as forças políticas e não era eleita em assembleias, demonstrando que os Cordones estavam sob forte intervenção dos partidos políticos. No entanto, Olivares faz questão de reafirmar que a direção do Cordón estava estruturada de forma horizontal, ou seja,

não havia secretário, tesoureiro, etc., somente presidente, e tudo se discutia nesse coletivo. Segundo ele, o representante da indústria no Cordón era eleito na assembleia de base da indústria, e, frequentemente eram líderes sindicais, aos quais cabia informar as resoluções tomadas nas reuniões da direção do Cordón. Ele afirma que não era um processo muito democrático, mas não havia grandes questionamentos por parte dos trabalhadores quanto à forma de atuação do Cordón. Em regra, os trabalhadores respaldavam as decisões informadas.

Uma questão interessante apontada por Olivares era que, como o PC não participava dos Cordones, as empresas dominadas sindicalmente pelos comunistas não tinham representação em termos sindicais, mas de militantes políticos ligados aos outros partidos. Geralmente nestas indústrias não havia assembleia com todos os trabalhadores para escolha do delegado do Cordón. Segundo Olivares, havia, portanto, dois níveis distintos de representação das indústrias nos Cordones: uma forma se dava nas empresas estratégicas para UP e controladas sindicalmente pelo PC e pelo PS/Allendista; e outra abrangia as empresas não estratégicas em que o sindicato era respaldado pelos PS/MIR e MAPU, que geralmente indicavam seus representantes via sindicato.

No Cordón Vicuña Mackenna também foram constituídas, segundo Olivares, brigadas para a luta “callejera” que eram compostas por quadros militantes do MIR e do PS e que utilizavam como “armas” bastões largos. Quando ocorriam problemas como, por exemplo, as sabotagens em alguma empresa do Cordón, essa brigada era acionada para prestar solidariedade.

Para Aldo Aguilar, o Cordón Industrial significou a organização de uma base ativa de trabalhadores para coordenar a ação dos sindicatos, enfrentar problemas relativos ao abastecimento, organizar vendas direto às poblaciones, além de atuar em função de problemas e questões referentes à constituição da APS.

A eleição dos delegados do Cordón, na empresa na qual Aldo Aguilar trabalhava, ocorria por assembleia de base na indústria e a direção do Cordón era escolhida entre os delegados, mas já com acordos prévios entre os partidos políticos e as direções sindicais. Participavam da assembleia do Cordón por volta de 40 a 100 dirigentes sindicais. Como as questões discutidas eram extremamente conjunturais, muitas vezes não havia tempo hábil para retornar a discussão para a assembleia por empresa, mas sempre que possível as decisões eram primeiro tomadas nas assembleias de base e, posteriormente, se aprovava uma resolução da direção. As pautas geralmente estavam relacionadas com o tema de exigir ou não a estatização de determinadas indústrias e, quando havia discordâncias, era realizada votação. Entretanto, Aguilar afirma que eram raras as vezes em que se chegava a votar alguma pauta,

frequentemente havia consenso.

Para Aldo Aguilar apesar da importância dos Cordones não houve um protagonismo que pudesse transformá-los em uma força social, política e militar do processo. Foi um protagonismo em torno da via chilena, dentro do marco do programa da Unidade Popular e do que se tornou principal no período: a criação da área social da economia. O protagonismo existiu mais no sentido de colaborar com o programa do que propriamente, sobrepassá-lo, como acusava o PC e o próprio Allende. Até porque o tempo desta experiência foi extremamente curto, durou em torno de um ano e alguns meses, o que impossibilitou o seu desenvolvimento.

Ressalta ainda, diferentemente da entrevista de Ismael Ulloa, que a consigna de pressão “*Crear, Crear poder popular*” era utilizada por socialistas, miristas e pelo MAPU que atuavam nos Cordones, os quais, inclusive, chegaram a apresentar declarações públicas em conjunto.

Guido Carvajal era militante do PC e possui alguns pontos distintos dos outros entrevistados, até porque adota a posição oficial do seu partido em relação aos Cordones Industriales. Guido reconhece que o conceito político dos Cordones Industriales de articular os sindicatos de uma mesma região industrial era positivo, principalmente, se suas ações estivessem em sintonia com as orientações do governo popular e se fossem coordenadas conjuntamente com a CUT. Em sua opinião, as mobilizações constantes dos Cordones atrapalhavam o funcionamento da fábrica e era antagônico com o esforço do governo de aumentar a produção sob o lema da “*batalla de la producción*”.

Também criticou as constantes interrupções das principais ruas que ligavam o centro industrial com Santiago, por causarem problemas para a circulação dos trabalhadores e para a distribuição das mercadorias. Além disso, Guido discordava do trabalho de agitação política dos Cordones em períodos de extrema dificuldade do governo, porque fragilizavam o encaminhamento unificado das ações dos partidos de esquerda da coalizão.

Para Guido, a má condução política dos Cordones, a falta de unidade quanto a avaliação das prioridades governamentais, principalmente no que se refere ao aumento da produção e ao processo das estatizações, acabaram por afetar a atuação dos Cordones e também dos trabalhadores em cada indústria.

Finalmente, para Carvajal, os Cordones se transformaram em organizações dirigidas por setores da esquerda dos socialistas, MIR e MAPU, que eram críticos ao programa do governo e às ações dos movimentos populares que davam sustentação ao governo, em especial, a CUT. Para eles, as divergências em relação à política do governo se transferiram

para o movimento popular.

3.1.3 Cordón Cerrillos:

O Cordón Cerrillos era tido como o mais organizado dentre todos os outros Cordones e foi presidido por um dirigente socialista, Hernán Ortega³¹⁶, até o golpe militar de 1973. Para discutir a dinâmica deste Cordón, utilizaremos as entrevistas de Miguel Aravena, Antonio Bravo, Guillermo Rodriguez e Hernán Ortega, que apresentaram diversas contradições, talvez por esses entrevistados apresentarem trajetórias políticas muito distintas.

Miguel Aravena participava do sindicato profissional da empresa Perlak (produtora de conservas em geral) e ocupava o cargo de chefe de vendas da empresa. Era eleitor de Allende, apesar de opinar que o projeto da “via chilena ao socialismo” não passava de um slogan. De qualquer maneira, afirma, a eleição do “compañero” Allende gerou a expectativa de que era possível construir um Chile mais igualitário. Nunca teve qualquer filiação ou militância partidária, como gosta de se definir “*soy independiente, químicamente puro en ese sentido.*”

Miguel Aravena afirmou que muitos erros foram cometidos no governo Allende. A grande expectativa que tomou conta das classes mais baixas transformou-se em uma “grande festa” em todos os sentidos, sobretudo, nas fábricas, onde se priorizou todos os tipos de atividades em detrimento da produção: “*nos olvidamos de otros aspectos de gestión, entonces se transformaron en partidarios fervorosos del régimen de Allende y se olvidaron muchos de trabajar, y ahí pasaron a ser activistas, marchando todos los días...*” As atividades no interior da indústria eram pouco ou quase nada planejadas, inclusive faltava recursos para pagar os trabalhadores, porque tudo que se produzia era vendido diretamente para a população, por um preço bem inferior ao valor normal, gerando déficit financeiro para empresa. Era, portanto, um crítico das feiras populares organizadas pelos sindicatos que participavam dos Cordones, e a favor de distribuir a produção de acordo com as orientações do governo, ou seja, para os armazéns e comércios pequenos localizados nos bairros. Segundo Miguel Aravena, a direção da empresa, geralmente, avisava a CORFO dos problemas no orçamento da indústria, e então, o governo acabava arcando com a diferença para, pelo menos, efetuar o pagamento do salário dos trabalhadores.

Quanto à organização do Cordón, afirmou que não havia assembleias formais para a

³¹⁶ Hernán Ortega era dirigente socialista na comuna de Maipu, dirigente da CUT em 1970 e interventor da empresa Aluminios y Enlozados Fantuzzi, de outubro de 1972 até o golpe militar em 1973. Ele foi, portanto, presidente do Cordón Cerrillos e, ao mesmo tempo, interventor nomeado pelo governo. Utilizaremos a entrevista realizada por Franck Gaudichau e também a entrevista realizada nos anos 70, publicada pela Revista Chile Hoy.

escolha de representantes/delegados. Categoricamente, assegura que os trabalhadores não estavam completamente envolvidos em todas as ações dentro da empresa, e que todas as questões importantes eram planejadas por dirigentes políticos e sindicais que tratavam de convencer o conjunto de trabalhadores a apoiarem suas propostas. Para as reuniões do Cordón, os dirigentes políticos convidavam um representante por sindicato. Não havia uma estrutura formal e, geralmente, os acordos políticos já estavam estabelecidos antes das reuniões, tornando-as apenas uma formalidade para tomada de decisões. Aravena afirma que a principal discussão estava relacionada com a ocupação de indústrias para forçar o governo a estatizá-las, inclusive, segundo ele, de forma equivocada já que a maioria era pouco relevante para o Estado.

Segundo Miguel Aravena, o apoio dos trabalhadores ao Cordón ocorria principalmente em função da pressão para estatização dos meios de produção, já que as empresas do Estado proporcionavam os melhores benefícios ao operariado, transformando as ações de ocupação na principal atividade do Cordón. Entretanto, existiam aqueles que eram contrários às mobilizações frequentes, uma vez que a produção ficava prejudicada pela ausência de trabalhadores. Ele também criticava tanto trabalhadores como sindicalistas que passavam o dia em reunião, sem produzir, e ainda recebiam o mesmo salário de quem permanecia em seu posto de trabalho. Para Miguel Aravena, a ação dos Cordones foi um péssimo exemplo no sentido do comprometimento com a produção.

Assim, novamente, aparece a contradição entre produzir mais para dar conta das metas estipuladas pelo governo e a militância cotidiana. Para o governo, estar comprometido com o processo significava que os trabalhadores deveriam estar produzindo e cumprindo sua carga horária, enquanto as atividades políticas (passeatas, reuniões, assembleias) deveriam ser realizadas fora do período de trabalho. Mas, para muitos militantes, defender o governo era participar das atividades políticas fora da indústria para demonstrar publicamente o apoio a Allende. Essa contradição entre trabalhar e militar era tão presente entre os operários que o presidente Allende sempre reafirmava que o futuro da revolução chilena estava nas mãos dos trabalhadores e já anunciava em seu primeiro discurso, no dia da vitória da UP: “vamos a trabajar más, vamos a producir más”, dando a direção do que deveria ser a atuação do operariado no seu governo.³¹⁷

Para finalizar, Miguel Aravena afirma que o Cordón se fortaleceu mais em função da militância política dos partidos do que propriamente dos sindicatos, uma vez que as

³¹⁷ *Discurso de la victoria, 4 de setembro de 1970.* In: QUIROGA, op. cit., p.59.

discussões e deliberações aconteciam em espaços mais restritos.

As próximas entrevistas apresentam pontos de vista completamente distintos de Miguel Aravena, a começar pela finalidade do Cordón.

Antônio Bravo trabalhava como metalúrgico na companhia Madeco, empresa que fabricava produtos manufaturados a partir do cobre, e, portanto, estratégica para o Estado. Antes de trabalhar na Madeco (Cordón Vicuña Mackenna), Antonio Bravo se organizava no Cordón Cerrillos como militante político do PS e, por isso, seu depoimento se referiu mais a este último Cordón.

Afirma que a organização dos Cordones Industriales ocorre em função da necessidade de resolver os problemas, principalmente, de abastecimento, por meio da união dos sindicatos das empresas estatizadas ou sob intervenção estatal. Em um segundo momento, após o paro de outubro, inicia-se a discussão da necessidade de preparar a defesa militar das indústrias e do governo, em função do crescimento da ofensiva de setores da direita e da DC. No entanto, na prática, ficou evidenciado que os Cordones estavam preparados para enfrentar uma greve patronal, mas não a violência de um golpe militar.

A eleição dos representantes/delegados da empresa ocorria, geralmente, em reunião do sindicato e, frequentemente, eram tensas, já que participavam socialistas, comunistas e democrata-cristianos. Havia também muitos estudantes envolvidos nas atividades do Cordón, “*gente preparada, gente universitária*” que não eram delegados, mas participavam das assembleias e ajudavam nos trabalhos voluntários.

As assembleias do Cordón Cerrillos contavam com a participação de representantes sindicais filiados a partidos políticos e ativistas, principalmente, ligados ao Partido Socialista. O Cordón Cerrillos era “*bien fuerte, muy potente, con muchos trabajadores.*”³¹⁸ A principal disputa interna do Cordón estava relacionada à estratégia institucional da via chilena e a não utilização da via armada como uma possibilidade futura. Em sua opinião, os Cordones deveriam ser revolucionários no sentido de preparar militarmente os trabalhadores para defender o governo e, ao mesmo tempo, acelerar o processo de transição da via chilena.

O terceiro entrevistado foi Guillermo Rodríguez, que pertenceu às unidades técnico-militares do MIR, atuando por muito tempo nos aparatos clandestinos do movimento. Nos anos de 1970-1972, pertenceu a guarda especial do presidente Allende denominada Grupo de Amigos do Presidente (GAP), responsável pela sua segurança particular, e que envolvia militantes de várias organizações políticas. Em 1972, segundo ele, solicitou o seu afastamento

³¹⁸ Antonio Bravo, socialista, trabalhador do Cordón Cerrillos. Entrevista realizada pela autora em: 10 setem. 2009.

do GAP para se integrar ao Cordón Cerrillos, assumindo as tarefas militares de massa no Comité Militar, representando o MIR. Sua entrevista é marcada por posições nitidamente de um dirigente/militante e, portanto, possui um traço mais partidário que os outros depoimentos.

Segundo Guillermo Rodríguez, o Cordón Cerrillos existia desde 1971 como uma coordenadora de organizações políticas revolucionárias que integravam a região, e que se reunia pelo menos uma vez ao mês para coordenar ações pontuais frente às necessidades conjunturais. O Cordón era um híbrido entre dirigentes sindicais e representantes políticos, com maior protagonismo sindical. Não era, portanto, uma instância formal que tivesse regulamentos, obrigações, etc. Eram dirigentes políticos que não viam na CUT uma capacidade de dar respostas às demandas do período, ao mesmo tempo, em que criticavam as insuficiências de espaços reais de participação dos trabalhadores para atuarem contra as ofensivas da burguesia.

Nos fóruns dos Cordones não se discutia as relações trabalhistas, nem temas sobre a produção de cada setor. Era, portanto, exclusivamente uma instância de coordenação para luta política. Os dois líderes principais do Cordón Cerrillos foram Santos Romeo por parte do MIR e Hernán Ortega interventor de Fantuzzi e dirigente do PS.

Para Guillermo Rodríguez, a importância política das pautas a serem discutidas dependia do prestígio dos dirigentes partidários e sindicais e do respaldo prévio com que eles chegavam às reuniões do Cordón. As reuniões eram abertas, participavam aqueles que quisessem colaborar com as ações, e eram deliberativas. Portanto, afirma categoricamente:

[...] no hubo nunca consulta de las decisiones del Cordón a las bases de cada fábrica. La instancia en si misma era resolutive. Por lo que no había elección a escala de fábrica de representantes ante el Cordón, sino representación directa de los dirigentes de cada sindicato. En la mayoría de los casos, se informaba a las asambleas de trabajadores de cada fábrica de las discusiones y acuerdos tomados en el Cordón.³¹⁹

Guillermo Rodríguez afirma que, apesar de mediados por correntes políticas “oportunistas” (fazendo referência aos socialistas), os Cordones, se colocado em movimento, apresentavam uma dinâmica de radicalização pela base, o que dificultava para essas correntes “oportunistas” frear ou controlar a radicalidade dos trabalhadores. E critica claramente os socialistas que privilegiavam uma gestão *cupular* em detrimento de ações diretas com as

³¹⁹ Guillermo Rodríguez, mirista, Cordón Cerrillos. Entrevista realizada pela autora em: 28 set. 2009.

massas, justamente, porque, na sua visão, seriam rapidamente sobrepassados. Aqui, portanto, está dada, claramente, a disputa entre socialistas e miristas pelo controle das atividades dos Cordones. É dizer, não havia somente diferenças entre PC e PS (“consolidar para avanzar” *versus* “avanzar sin tranzar”), mas entre o MIR e o PS. Em alguns momentos, os entrevistados referem-se aos socialistas e miristas como um bloco político, como se houvesse uma atuação harmônica entre eles na direção dos Cordones.

Rodríguez destaca que é necessário compreender que há um elemento importantíssimo na história chilena que é a relação de “subordinação” existente entre partidos políticos e as organizações sociais. A maioria das direções das organizações populares era eleita por representação do partido, ou seja, os dirigentes representavam sua base e também o conjunto de ideias do seu partido. As assembleias de base formalizavam os acordos prévios construídos pelos dirigentes sindicais dos partidos políticos, questão que só começou a ser rompida na medida em que se intensificou a luta de classes e as bases passaram a se colocar contrárias a alguns acordos estabelecidos no nível político.

Ressalta, ainda, que havia um limite para o desenvolvimento de organizações que surgiram para enfrentar ofensivas e ações das classes dominantes, como foi o caso dos Cordones Industriales. Esse limite estava dado em razão da confiança que o povo tinha em Allende, da influência do PC no campo popular e da atuação dividida do PS, em função das suas tendências internas.

Guillermo Rodríguez assinala que o Cordón Industrial Cerrillos vivenciou três fases distintas: a primeira, quando o Cordón ainda se chamava “Comando ou Coordenadora de lutas”, no qual participavam poucas forças políticas existentes no plano local (Cerrillos/Maipú), as quais eram MIR, PCR e Bandera Roja. As decisões nessa época eram realizadas em Assembleias abertas, mas votavam somente dirigentes sindicais; a segunda fase foi logo quando se preparou a primeira ocupação de indústrias, já assumindo o nome de Cordón Cerrillos. Nesta ocasião, o Cordón funcionava por meio de uma coordenação direta dos sindicatos em conflito e buscava apoio de diversos setores sociais, para além dos trabalhadores. Nesse momento, as discussões se referem não ao conteúdo, mas às formas de mobilização e de pressão; a terceira está marcada pela “burocratização” do Cordón com a entrada do PS e suas frações políticas. As assembleias não eram mais abertas, participam apenas dirigentes e representantes políticos, e as decisões do Cordón se restringiam às disputas do interior do Estado e do próprio PS. Em função dessas diferenças, o PS organiza a primeira Coordenadora dos Cordones Industriales para disputar e dividir o movimento conduzido pela CUT.

Assim, a conjuntura dos Cordones era, para Guillermo Rodríguez, um processo cheio de contradições permanentes. Era um movimento de forças políticas que lutavam contra as limitações impostas pelo governo, pela CUT, pelos empresários, por “burocratas”, por alguns interventores, pelo “reformismo operário”, por oportunistas, maus trabalhadores, etc. Para ele, representava a dialética do velho lutando para frear o novo que buscava formas diversas para expressar-se. A UP garantia a participação ordenada, legal, centrada no desenvolvimento e no aumento da produção das grandes indústrias. Os trabalhadores, para defender os avanços em suas condições de vida, começaram a criar seus próprios espaços, estruturas políticas, novos centros de poder, um poder limitado e conjuntural. Para Rodriguez, foi esse o novo poder que era nascente e que foi interrompido pelo golpe de estado em 1973.

Uma visão completamente distinta em relação ao Cordón Cerrillos está documentada no livro de Franck Gaudichaud³²⁰, no qual Hernán Ortega, socialista e presidente do Cordón, descreve como estava organizado o movimento. O fato de ter sido presidente do Cordón e presidente da Coordenadora dos Cordones já delimita, de certa maneira, sua posição menos crítica quanto a atividade política nessas organizações.

Para Hernán, o Cordón nasce da intenção de estabelecer com o governo uma alternativa de interlocução com os trabalhadores e com os pobladores, criando um espaço de integração territorial entre os setores produtivos. O Cordón estava diretamente vinculado à possibilidade de estabelecer um novo poder político que deveria ser descentralizado, mais democrático e apoiado nos poderes locais. Os Cordones, portanto, apresentam-se como uma alternativa à tradição organizativa dos trabalhadores, alternativa que teria mais relação com o poder e com a construção do novo Estado. Era, portanto, *“salir un poco de la situación reivindicativa para crear instancias que, junto al gobierno, nos permitieran generar las nuevas condiciones.”*

Essa afirmação de Hernán questiona todas as afirmações dos outros participantes dos Cordones por afirmar que o Cordón não era uma coordenação conjuntural, mas estava relacionado diretamente com a estratégia de criação de uma nova estrutura de Estado. A conjuntura apenas definia as formas de luta a serem empregadas. Entretanto, ao longo da entrevista a Franck Gaudichaud³²¹, Hernan Ortega reconhece que *“el origen mismo de los cordones industriales era constituir una nueva forma de organización sindical y de lucha de los trabajadores”*, confirmando as argumentações da entrevista anterior de Guillermo Rodriguez.

³²⁰ GAUDICHAUD, *Poder...*, op. cit., p. 201-203

³²¹ *Ibid.*, p. 195.

Hernán Ortega afirma que a organização do Cordón foi favorecida quando o governo determinou a criação das três áreas da economia: nacionalizada, mista e privada. A área social acabou exigindo dos trabalhadores, sindicalistas e dos partidos políticos um nível distinto de organização em função dos novos desafios que a classe trabalhadora deveria assumir na gestão das empresas. Esse processo elevou os níveis de discussão, de participação e de elaboração política do operariado. Era necessário criar novos conceitos de administração, organizar os comitês de participação e ampliar as bases de sustentação dessa nova política.

Este processo, segundo Ortega, também influenciou na atuação do Cordón Cerrillos, uma vez que “*la gente*” pressionava para que as ações da via chilena fossem mais rápidas e, por isso, passaram a adotar a estratégia de ocupar todo o tipo de indústrias para pressionar o governo a estatizá-las.

O Cordón Cerrillos, segundo seu presidente, realizava assembleias uma vez por mês, mas, nos períodos críticos, essas reuniões tornavam-se mais frequentes, como, por exemplo, no paro de outubro em que chegaram a se reunir mais de uma vez por dia para avaliar a situação e adotar medidas. Os delegados eram representantes dos sindicatos, inclusive, às vezes, participavam alguns poucos democratas-cristãos representando o sindicato de empregados que pouco participavam dos Cordones.³²² Não havia uma regra quanto aos critérios para eleição dos representantes de cada indústria para o Cordón, justamente por respeitarem as dinâmicas internas de cada empresa. Hernán reconhece que havia uma influência direta entre a filiação política da direção do Cordón e sua forma de organização. Não havia uma sede permanente do Cordón, e, por isso, as reuniões aconteciam em diferentes empresas.

Hernán faz um mapa dos partidos políticos dos Cordones. Em Macul, Estación Central e Recoleta, havia maior predomínio do MIR, enquanto no Cordón Cerrillos, Vicña Mackenna e San Joaquín predominavam PS, MAPU-PS e IC.

Nas assembleias geralmente não participavam trabalhadores de base porque havia uma priorização em relação aos delegados. Além disso, era uma forma de não permitir a entrada de “provocadores e infiltrados”, além de evitar “*el desorden o la anarquía absoluta*”.³²³ Esse sistema de participação também era, de certa forma, uma maneira de controlar politicamente a condução do Cordón e evitar, por exemplo, que comunistas se mobilizassem para tomar a direção da organização. Em algumas assembleias também participavam dirigentes dos

³²² Apesar da CUT e do próprio governo estimularem a unificação dos sindicatos de empregados e operários de uma mesma indústria, muitas delas preferiram manter a existência de dois sindicatos conforme orientava o Código de Trabalho.

³²³ Ibid., p. 205.

partidos políticos, como o secretário geral do PS, Carlos Altamirano, direção da IC e do MAPU.

Hernán afirmou que o trabalho interno no Cordón se fazia por meio das diversas comissões de trabalho com funções claramente delimitadas, a citar: transporte para enfrentar o boicote do sindicato dos transportistas controlados por opositores ao governo, além de garantir o transporte dos trabalhadores, de matérias-primas e da produção; segurança e defesa que se preocupava em defender a indústria contra sabotagens e ajudava a fiscalizar e a exigir a abertura do comércio na região, e que também pensava estrategicamente em como mobilizar os trabalhadores para defender o governo; e abastecimento para enfrentar as principais dificuldades existentes relacionadas à produção e à distribuição de produtos por meio do abastecimento direto nas poblaciones e também no campo.

Com o desenvolvimento dos Cordones e a polarização da conjuntura política, os delegados das poblaciones começaram a participar das assembleias de delegados, iniciando o processo de organização dos chamados Comandos Comunales, que não chegaram a ter grande relevância pelo seu curto período de existência, em função do golpe militar.

A partir destes testemunhos, nos parece difícil esboçar um formato padrão de organização e atuação dos Cordones Industriales, sobretudo, se pensarmos que o sistema foi constituído a partir de cada empresa que os compunham. Sem dúvida, essa característica múltipla dos Cordones dificulta extrair conclusões específicas sobre esses organismos. No entanto, se pensarmos nas direções dos Cordones, ou seja, em uma escala mais abrangente, há algumas questões importantes a serem destacadas.

A primeira questão está na relação da organização dos Cordones e a tradição sindical chilena. Como já afirmamos no início desta tese, nos parecia impensável que um organismo criado a partir da organização de trabalhadores das indústrias que compunham uma mesma territorialidade, passasse ao largo da tradição sindical chilena, que construiu um modo de fazer política envolvendo trabalhadores, sindicatos e partidos políticos. Os sindicatos desempenharam um importante papel no desenvolvimento dos Cordones, mas, sobretudo, na interlocução entre direção do Cordón e a base trabalhadora nas indústrias, já que, segundo as entrevistas, houve pouca discussão na base sobre suas ações. As próprias assembleias dos Cordones eram esporádicas, dependendo da conjuntura política. Apenas a sua direção se reunia com mais frequência. Pode-se presumir, portanto, que a representatividade dos Cordones estava diretamente ligada à referência positiva do sindicato local e das lideranças políticas na indústria, do que propriamente da direção dos Cordones Industriales. Parece-nos

que eram os sindicatos que detinham de fato a legitimidade de representação. Assim, os laços de solidariedade entre os trabalhadores e a representatividade do sindicato perante suas bases eram determinantes para a participação do operariado nas atividades dos Cordones. Assim, estes representavam para os trabalhadores mais instrumentos de mobilização do que propriamente de ofensiva política. Também é notável a manutenção do corporativismo sindical na atuação nos novos organismos, o que dificultou a incorporação de movimentos existentes nos bairros na direção dos Cordones.

Os depoimentos também confirmam o grau de importância e de dependência na relação entre partido-sindicato e Cordones, principalmente quando nos deparamos com as formas de escolha dos representantes/delegados e com a divisão das instâncias executivas do Cordón. A mesma questão vale para a aprovação das ações políticas a serem implantadas, já que eram definidas em função da correlação de forças das correntes políticas que formavam a coordenação do Cordón, e, portanto, também em função da disputa da estratégia para o processo da via chilena e da conjuntura política da época. Nesse sentido, não nos parece possível e nem correto afirmar que os Cordones romperam ou tentaram romper com essas características da tradição sindical chilena, ou seja, com a relação de quase dependência entre sindicato e partido.

Por outro lado, os Cordones inovaram na forma de se organizarem aproveitando a potencialidade da disposição espacial das indústrias que ocupam uma mesma região. Essa característica passa a existir com o processo de industrialização chilena, mas nunca fora aproveitada pelo movimento sindical tradicional.

Uma segunda observação que merece referência é entender se os Cordones Industriales, após o paro de outubro, tinham realmente apoio integral da base do operariado chileno, inclusive em relação às propostas de radicalização do processo e de formação do embrião de um poder alternativo ao governo, ou se, de fato, os trabalhadores estavam participando por entender que se tratava de ações em defesa do governo e de todas as conquistas sócio-econômicas adquiridas neste período.

Assim, pensando em duas importantes ações dos Cordones: a ocupação de empresas e as mobilizações de rua, é notável que elas não tinham como mote a criação de um novo Estado ou de um novo aparato de poder. A própria frase “Crear Poder Popular” não deixava claro se seria um poder vinculado, alternativo ou em oposição ao governo. Os discursos dos dirigentes dos Cordones, apesar de críticos ao processo chileno, faziam referência à continuidade do governo ao solicitar uma posição mais firme e de implantação imediata de todo o programa da UP. No entanto, em determinados momentos alguns discursos faziam

referência a criação de um poder alternativo. Diante dessas questões, parece difícil identificar que o conjunto dos trabalhadores participava pensando na instituição do duplo poder.

A terceira questão que podemos afirmar é que os socialistas, principalmente os dirigentes sindicais, desempenharam um papel fundamental, não somente para estimular a criação dos Cordones, mas para mantê-los sob sua condução política. Os socialistas dominavam a direção da maioria dos Cordones, até porque os miristas tinham representação menor entre o operariado chileno, para verificar, basta recorrer aos números, já apresentados nesta tese, da eleição da direção da CUT em 1972.³²⁴ O empenho em desenvolver os Cordones significava, para os socialistas, estabelecer uma base social considerável e inovadora, buscando também fortalecer suas posições na disputa interna da UP, assim como no movimento sindical. Segundo um entrevistado de Miguel Silva³²⁵, que atuava no Cordón Cerrillos e era socialista, houve diversas reuniões com Carlos Altamirano, em que este dizia “impulsen las tomas, impulsen los cordones, impulsen el poder dual, pero que yo no aparezca”. Essa afirmação confirma explicitamente a orientação do PS que se confrontava com a posição da UP. O PC, e sua orientação de “consolidar para avançar”, tinha na CUT o seu principal alicerce político para respaldar suas posições entre os trabalhadores. Nesse sentido, socialistas passaram a ocupar um espaço fundado na territorialidade fabril e ignorado ou pouco utilizado pela CUT.

Essas questões estão relacionadas à possibilidade dos dirigentes socialistas terem se dedicado aos Cordones com o objetivo de dividir a CUT e criar outra organização, no caso, a Coordenadora Provincial dos Cordones Industriales, em 18 de julho 1973. Esse ponto foi abordado por alguns entrevistados aqui citados, no entanto, não existe um consenso sobre o tema.

A primeira vista, os Cordones Industriales parecem um movimento consciente do PS para criar uma nova organização que atuasse de acordo com a linha política “avanzar sin tranzar”. Fato, aliás, confirmado por Ortega, presidente do Cordón Cerrillos e articulador da Coordenadora Provincial dos Cordones. Também é nítido que os Cordones representaram o rompimento na unidade da orientação da classe operária dada até o momento pela CUT, e passaram a acentuar as críticas às posições da Central em relação ao governo.

Uma interpretação possível de se fazer é a de que a estratégia dos sindicalistas do PS estava pautada pela opção de utilizar os Cordones como instrumento para disputar a base

³²⁴ Os dados da eleição estão na página 51 desta tese, nota nº 127.

³²⁵ Entrevista realizada nos anos 80 e cedida por Miguel Silva. O entrevistado era um jovem que tinha entre 20 e 21 anos, socialista e militava no Cordón Cerrillos diretamente com Hernan Ortega, presidente do Cordón.

dispersa da CUT, uma vez que a estrutura sindical territorial da Central existia somente como uma necessidade a se desenvolver. Era uma estratégia que, sem dúvida, forçava a reorganização sindical no país. Tanto a CUT quanto os partidos de esquerda e o próprio Allende reconheciam que a estrutura tradicional do movimento sindical era antiga e estava ultrapassada para os desafios do governo da UP. E, para o momento, os Cordones se mostravam como uma possibilidade interessante de unir as indústrias grandes, médias, pequenas, além de todas as ramas produtivas e organizações sindicais, por meio da base territorial. Mas a Organização da Coordenadora Provincial dos Cordones Industriales em 18 de julho de 1973 pelos socialistas despertou a desconfiança quanto ao paralelismo sindical, por justamente tentar reunir em uma única organização todos os Cordones Industriales.

O fato é que a forma dispersa do como se organizaram os Cordones nos deixam muitas dúvidas sobre o seu real papel e objetivo. Mas essas questões aqui levantadas não lhes tiram a importância, inovação e representação de mais uma forma de poder popular que se manifestou no Chile de Allende.

3.2. Cordones Industriales, Coordenadora Provincial e CUT

Antes do início do processo que levaria à decisão política de incorporar os Cordones na CUT, o PS, por meio de Hernán Ortega, iniciou o processo de construção de uma Coordenadora Provincial dos Cordones Industriales, em função do grande crescimento e formação “em todo o país, da grande força, da combatividade e do real poder”³²⁶ destes organismos. Até então, os Cordones não tinham um canal de interlocução concreto. Atuavam de forma dispersa, sem uma condução política única. Esse novo organismo reunia o conjunto de Cordones Industriales de Santiago, e significou para os socialistas a possibilidade de coordenar e padronizar as formas de atuação em todos os Cordones, fortalecendo aqueles com situação organizativa precária, além de, é claro, consolidar a liderança socialista.

A declaração de fundação da Coordenadora³²⁷ afirmava que, em hipótese alguma, ela deveria ser interpretada como um organismo paralelo à CUT, pelo contrário, reconheciam que a Central era o órgão máximo da representação dos trabalhadores chilenos. Mas, diante do crescimento e formação dos Cordones Industriales em todo o país, argumentavam que era

³²⁶ Hernán Ortega, socialista, presidente do Cordón Cerrillos. In: GAUDICHAUD, *Poder...* op.cit., p.196

³²⁷ *Declaración de los Cordones Industriales*. Tarea Urgente, año I, nº9, Santiago, 20 ago. 1973, p. 4.

necessário formar uma Coordenadora Provincial dos Cordones Industriales de Santiago para unificar as forças e organizar uma plataforma única de luta. A direção da Coordenadora ainda reconhecia os Cordones como os únicos organismos que tinham o controle territorial e que discutiam, prioritariamente, o problema do poder e da instituição de germens do poder popular. Isto porque tinham a “la autonomia necesaria para cumplir el papel conductor de los diferentes sectores sociales aliados al proletariado en la lucha por el proletariado...”³²⁸

A Coordenadora política afirmava que os Cordones eram organismos amplos da classe que agrupava e organizava os trabalhadores independentes de suas posições ideológicas, entretanto, a sua condução política ficaria a cargo dos partidos proletários, por assumirem o papel da vanguarda na luta e no interior da classe operária. Parece-nos claro que a Coordenadora, ao assumir tal posição, já estava restringindo sua atuação política aos trabalhadores adeptos aos setores de esquerda.

A assembleia que fundou a Coordenadora Provincial dos Cordones não permitiu a participação com direito a voto de representantes dos Comandos Comunales, mesmo estes estando ali presentes. O argumento emitido na ocasião afirmava que se tratava de uma reunião exclusiva dos Cordones com intuito de organizar a vanguarda da classe trabalhadora e que, posteriormente seria discutido como se daria a relação com os Comandos Comunales. O próprio Hernán Ortega que estava à frente deste processo afirmou que se tratava “*sólo de una cuestión de orden. Nunca nos hemos opuestos a la formación de los Comandos Comunales.*”³²⁹

Esse episódio aumentou as desavenças com o MIR, que acusavam os Cordones de dividir a CUT e de restringir a sua estratégia política apenas ao operariado, em vez de impulsionar uma aliança mais ampla entre os “pobres da cidade e do campo.” O presidente Allende e o PC também criticaram a organização da Coordenadora por colocar em risco a condução conjunta da classe operária e por representar paralelismo sindical. A CUT também criticou setores políticos que incentivavam a organização da Coordenadora dos Cordones que, aos olhos da Central, também significava paralelismo sindical, repreendendo, assim, qualquer ação que colocasse em risco a representação única da classe.

Dias após a formação da Coordenadora Provincial dos Cordones ocorreu a primeira tentativa de golpe militar, o Tanquetazo (29 de junho de 1973). Este, sem dúvida, produziu mudanças no interior dos movimentos populares. É nesse período que a CUT reconhece oficialmente a importância dos Cordones, por meio de um comunicado público. A Central

³²⁸ Chile Hoy, *No Hay paralelismo con la CUT*. In: Chile Hoy, n° 59, Santiago, 27 a 2 ago. 1973, p. 7.

³²⁹ Ibid., p. 7.

entendia “*a estas organizaciones (los cordones) como directivas de bases integradas a la CUT y por tanto como parte del movimiento sindical de todos los trabajadores*”.³³⁰ No mesmo comunicado, reconhecia a importância de renovar sua estrutura orgânica e indicava a necessidade de integração de uma diretiva da CUT em cada Cordón. Mas o ponto fundamental do documento estava relacionado com a maneira que se estabeleceria a relação CUT-Cordones:

La CUT es partidaria de estructurar democráticamente las directivas de cada cordón, en base a la representación de los trabajadores organizados y de estructurar estas directivas con los compañeros que resultan elegidos cualquiera sea su militancia política sin exclusión alguna.³³¹

Em sequência ao reconhecimento da CUT em relação aos Cordones, o jornal *La Nación* divulgou no dia 21 de julho de 1972 a manchete: “*Cordones Industriales serán la base de la CUT*”. No entanto, esse acordo teria sido anunciado, pelo menos publicamente, sem a presença dos seus principais líderes: Hernán Ortega (Cordón Cerrillos), Armando Cruces (Cordón Vicuña Mackenna) e Luis Figueroa (presidente da CUT). Estavam presentes o vice-presidente da CUT, o socialista Eduardo Rojas, e “dirigentes” do Cordón Cerrillos. Em entrevista, já no ano de 2004, Hernán Ortega³³² confirmou que na data do golpe de Estado já estava em andamento um processo real de integração dos Cordones com a CUT e, se esse processo tivesse-se consolidado, o Chile vivenciaria uma nova forma de expressão sindical, conservando a força da CUT, mas com um dinamismo diferente, privilegiando uma estrutura territorial em detrimento da organização por federações ou ramos produtivas.

O acordo estabelecido entre PC e PS ocorreu em julho de 1973. Segundo Corvalán, presidente do PC, os poucos pontos de unidade na reunião foram: os Cordones deveriam ser os bastiões do proletariado sob direção da CUT; todos os sindicatos do setor correspondente deveriam participar dos Cordones e estes deveriam ter uma direção democrática; e os Cordones não eram e nem poderiam ser paralelos, e muito menos opostos, ao governo popular.³³³ Portanto, a resolução final, pelo menos nas instâncias superiores dos partidos, era pela incorporação dos Cordones na Central.

³³⁰ *CUT fija su posición frente a los Cordones Industriales*. In: *El Siglo*, Santiago, 19 jul. 1973, p. 9.

³³¹ *Ibid.* p. 9.

³³² GAUDICHAUD, *El Poder...*, op. cit., p. 196.

³³³ CANCINO, op. cit., p. 376.

O sociólogo Hugo Troncoso³³⁴, por sua vez, afirma que o PS encontrava-se dividido, e que grande parte dos socialistas defendiam a autonomia dos Cordones em relação à CUT por sustentarem uma imagem de: independência em relação ao governo, democracia interna, estrutura orgânica mais condizente com as necessidades do momento, etc. Os miristas, por sua vez, apoiaram o processo de integração dos Cordones à CUT, por discordarem da existência de paralelismo no movimento popular, além de estarem na contramão da política de alianças miristas: pobre da cidade e do campo.

O autor Miguel Silva³³⁵ reconheceu que mesmo com o risco dos Cordones perderem sua independência dentro do contexto de incorporação dos militantes de base do PC, sem dúvida, essa nova situação tornou-se uma importante oportunidade para a criação de Cordones massivos. Em outras palavras, as maiores indústrias e de grande representação na economia chilena que, até então, tinham uma trajetória de militância sindical na CUT, agora passariam também a integrar de forma decisiva a base dos Cordones.

O presidente do Cordón San Joaquín, Víctor Muñoz, afirmou para revista Chile Hoy que, em função deste processo, necessariamente, requeria uma modificação dos critérios e dos números de delegados eleitos por indústrias para participarem dos Cordones. Acreditava ainda que, na medida em que se incorporassem todas as forças políticas de esquerda, seria possível debater o papel da classe trabalhadora no processo e, neste sentido, o partido que estivesse “*realmente interpretando los intereses de los trabajadores será el que va a estar dando la conducción dentro de los cordones al menos*”³³⁶, como se fosse algo automático ou natural.

A primeira questão quanto à reorganização dos Cordones era decidir se haveria representação dos partidos em sua estrutura ou se eles estariam representados por seus sindicalistas de base. A segunda questão estava relacionada à participação de representantes que não pertenciam à direção dos sindicatos. Essas discussões eram fundamentais não só para os Cordones, como para as direções partidárias, uma vez que poderia definir qual fração política conduziria o Cordón.

O MIR, por exemplo, que tinha pouca influência no meio sindical, reivindicava eleições diretamente pela base, o que lhe daria maior chance em obter os votos de operários radicalizados e sem filiação partidária. No entanto, os miristas afirmavam que o sistema sindical chileno dirigido pela CUT apresentava uma série de “vícios” burocráticos, que poderiam ser transferidos para os Cordones se não houvesse cuidados na nova forma de

³³⁴ Ibid., p. 376.

³³⁵ SILVA, op. cit., p. 424.

³³⁶ *Los Cordones Industriales y la CUT*. Chile Hoy, n° 61, Santiago, 10 a 16 ago. 1973, p. 15.

eleição dos representantes. Ao mesmo tempo, aceitavam a possibilidade de eleger o dirigente sindical, desde que fosse ratificado pela base. Essa posição também era corroborada pela direção do MAPU.³³⁷

Já o MAPU-OC acreditava que os representantes da assembleia dos Cordones deveriam ser os dirigentes sindicais, uma vez que já representavam a “*sua*” base, e, portanto, já tinham legitimidade política. Nesse sentido, a correlação de forças do Cordón corresponderia, de alguma maneira, à representação sindical/partidária dos sindicatos por Cordón. Para o PS, essa também era a melhor maneira de eleger a direção do Cordón, até a entrada efetiva dos comunistas. O militante socialista Victor Muñoz, presidente do Cordón San Joaquín, reconhecia que, sem a participação do PC, a disputa pela condução política dos Cordones estava entre PS, MIR e MAPU, e, evidentemente, que o partido socialista “*al margen de la participación del Partido Comunista, tiene más base proletaria que el MIR*”, ou seja, “*podríamos decir que casi todos los presidentes de los Cordones sean socialista está mostándonos la correlación de fuerzas que se da actualmente dentro de los cordones industriales*”.³³⁸

O PC, por meio de Galviano Escorzo, presidente do sindicato único da indústria Textil Progreso e delegado no Cordón Vicuña Mackenna, afirmava que a melhor forma de eleger a direção do Cordón era por cotas políticas, de maneira proporcional à representação do partido no sindicato de base. Assim, caso esse critério fosse respeitado, a maioria dos Cordones seriam dirigidos por comunistas e socialistas, fortalecendo, assim, a base da coalizão da UP.³³⁹ Entretanto, era um critério que afastava qualquer participação de trabalhadores não filiados e isolava os outros partidos e movimentos de esquerda. Diante das divergências declaradas entre PC e MIR, entendemos que a proposta dos comunistas tinha o objetivo de diminuir drasticamente a participação dos miristas na estrutura do Cordón, além, é claro, de possibilitar sua participação efetiva e uma influência real na condução dos Cordones.

Leonel Zúñiga García³⁴⁰, socialista e atuante no Cordón Vicuña Mackenna, afirmou que essa decisão, dos Cordones serem integrados à CUT, foi tomada por instâncias superiores do partido socialista, e a preocupação principal era a forma que esse processo seria conduzido. Ao mesmo tempo, a postura do PC de exigir novas eleições para os Cordones foi criticada e não aceita por suas direções.

³³⁷ Ibid., p. 16.

³³⁸ Ibid., p. 17.

³³⁹ Ibid., p. 09.

³⁴⁰ Leonel Zúñiga García, socialista, Cordón Vicuña Mackenna. Entrevista realizada pela autora em: 19 nov. 2009.

Assim, parecia que o jogo político acordado pelos dirigentes partidários tinham pouco respaldo da base dos sindicatos, aumentando os conflitos entre as duas organizações.

Diante de tantos debates e propostas, a forma inicial adotada foi incorporar os conselheiros provinciais da CUT aos diferentes Cordones para, desta maneira, coordenar ações conjuntas. O problema, segundo editorial da Revista Chile Hoy, era que os conselheiros da Central não reconheciam politicamente a direção de diversos Cordones e passaram a deflagrar³⁴¹ novas eleições de representantes, acarretando a organização de Cordones paralelos, além, é claro, de tencionar a relação de sindicatos, CUT e Cordón.³⁴²

Para esclarecer a posição da CUT sobre a nova forma orgânica do movimento sindical, a Central escreveu um panfleto com suas opiniões divididas em quatro pontos. A finalidade era incorporar os Cordones como parte integrante do movimento sindical:

1) Los Cordones Industriales deben ser organismos de base de la CUT. A ellos pueden incorporarse todos los sindicatos del sector respectivo; 2) Por lo tanto, no pueden pertenecer a los Cordones las Juntas de Vecinos, las JAP, los Comités de Pobladores, los Centros de Estudiantes, los Centros de Madres y otras organizaciones que, sin embargo, pueden y deben coordinar su acción en Comandos Comunales u otro tipo de agrupación; 3) Los dirigentes de un Cordón Industrial, deben ser designados por la asamblea de los dirigentes sindicales de todas las organizaciones de bases del Cordón, cualesquiera sea su tendencia ideológica. Los dirigentes votan de acuerdo al número de trabajadores que representan. La Asamblea del cordón es constituida por la reunión de los dirigentes sindicales de las organizaciones bases. 4- La organización de un Cordón Industrial, como toda organización de la clase trabajadora, es incompatible con el paralelismo sindical. En consecuencia, reiteramos que estas organizaciones deben pertenecer a la CUT- Chile como organismos de base.³⁴³

A simples incorporação dos Cordones na estrutura da CUT, ou da Central nos Cordones, não resolveria os problemas entre os dois organismos, se ambos não pudessem se influenciar reciprocamente na construção de suas resoluções e participassem de fato das suas direções políticas. Assim, na prática, o problema não se reduzia apenas na forma de eleição dos representantes, mas, sobretudo, nos objetivos políticos e na forma de atuação cotidiana.

³⁴¹ O caso mais citado na época era da tentativa dos comunistas de criarem um novo Cordón Vicuña Mackenna por meio da indústria Textil Progreso, o que foi negado pelo presidente do sindicato da indústria Textil, Galvarino Escorzo, e confirmado por Armando Cruces, presidente do Cordon. Cf. Chile Hoy, nº 61, Santiago, 10 a 16 ago. 1973.

³⁴² Chile Hoy, nº 59, Santiago, 27 jul. a 2 ago. 1973, p. 4.

³⁴³ *Lo que son los Cordones Industriales*, CUT, panfleto, Santiago, [?].

Seria difícil estabelecer um consenso, pois as concepções políticas das duas organizações eram extremamente distintas, principalmente em relação a uma das polêmicas daquele momento: deveria ser o Cordón autónomo/independente em relação às orientações e políticas do Governo?

Deste modo, pensamos que parte das divergências entre os dois organismos era reflexo das disputas políticas entre os partidos que compunham a UP em relação a “via chilena ao socialismo e, foram difundidas pelos militantes na base dos movimentos populares. Assim, as relações entre CUT e Cordones Industriales também devem ser vistas como parte das polêmicas das diferentes tendências políticas, mas, sobretudo, daquelas agrupadas em dois pólos: “consolidar para avanzar” e “avanzar sin tranzar.”

4 - Aspirações, radicalização e golpe militar

4.1 Plataformas e manifestos políticos dos Cordones Industriales: estatização, armazém popular, comitês de defesa e estado popular

Hemos dicho que será norma nuestra informar al pueblo de cada uno de sus actos. No ocultaremos nuestros errores porque indiscutiblemente todo Gobierno los comete. Con un sentido autocrítico lo haremos presente, para que el pueblo comprenda también, que en los hechos exitosos como en los errores a cada hombre y a cada mujer del pueblo le cabe una gran porción de responsabilidad.

(Salvador Allende, 31 de dezembro de 1971)³⁴⁴

A partir do mês de outubro de 1972, momento em que ocorre a difusão dos Cordones Industriales, é possível encontrar na imprensa da época uma série de manifestos e plataformas políticas, contendo as principais preocupações e reivindicações dos Cordones. A análise desses documentos permite estabelecer uma importante conexão entre suas pautas políticas e o pensamento de setores do PS e miristas para o movimento popular. Constatamos que não há grandes diferenças nas reivindicações e avaliações políticas entre os Cordones, fato que parece reafirmar a importância e a conexão que desempenharam os líderes sindicais e partidários nesses organismos, principalmente quando pensamos na sua heterogeneidade organizativa e na diversa composição da sua base política.

O período em que mais se divulgaram manifestos, informativos e jornais dos Cordones Industriales foi durante os momentos de maior polarização política, tanto entre a direita e a esquerda, como também entre partidários da Unidade Popular. Assim, é possível estabelecer alguns marcos conjunturais importantes, como, por exemplo, na complicada circunstância política do primeiro semestre de 1973, marcada pelas mobilizações de janeiro de 1973 contra o projeto Millas-Prats,³⁴⁵ pelas eleições parlamentares de março, pela repressão aos Cordones

³⁴⁴ Salvador Allende. *Discurso en el mineral de Carbón de Lota*, el 31 de diciembre de 1970. In: ALLENDE, Salvador. *Los trabajadores y la vía chilena (discursos)*. Archivo Salvador Allende. México: Centro de Estudios Latinoamericano Salvador Allende, 1990, p.70.

³⁴⁵ Como já comentamos nesta tese, em resumo, a principal divergência quanto ao projeto Millas-Prats era o número de empresas que deveriam constituir a Área de Propriedade Social. O projeto estabelecia o número de 49 empresas priorizadas, obrigando a devolução de 123 que estavam ocupadas por trabalhadores desde a paralisação patronal. O projeto ainda reforçava as ações do Estado contra a ocupação de indústrias que não eram prioritárias. Esse projeto foi mal recebido pelos trabalhadores, provocando uma série de mobilizações e declarações públicas dos Cordones. Salvador Allende reiterou, em tempo, que um comitê envolvendo governo e trabalhadores

Industriales em função da lei de Controle de Armas e Explosivos e na ocasião da primeira sublevação militar, em junho de 1973.

No dia 16 de fevereiro de 1973, começou a circular em Santiago um periódico chamado *Tarea Urgente*,³⁴⁶ que se autodefinia como um veículo informativo dos Cordones Industriales de Santiago, mas “*en especial de Vicuña Mackenna, Macul, Cerrillos, pero nuestros problemas no son ajenos a todos los compañeros obreros y campesinos*”.³⁴⁷ A partir do número nove, o periódico passa a se autodenominar *órgano de expresión de los Cordones Industriales y comandos comunales*, incorporando em suas matérias as orientações e discussões para outros estratos sociais que não somente os operários. Não constam referências de número de tiragem ou locais de distribuição.

Hugo Cancino afirma que o *Tarea Urgente* era editado por setores do PS.³⁴⁸ De fato, nossos entrevistados do Cordón Vicuña Mackenna e Cerrillos, tidos como os mais organizados de Santiago, afirmaram que nunca participaram de reuniões do Cordón que debatessem a pauta do periódico *Tarea Urgente*. Mesmo sem conhecer exatamente a autoria, pensamos que isso não invalida a sua importância, principalmente porque eram publicados manifestos assinados pelos Cordones, o que indica que, minimamente, havia a aprovação ou a omissão dos dirigentes desses organismos para divulgação dos seus documentos. Neste sentido, nossa análise será apenas dos manifestos e documentos que explicitamente apresentam a autoria de algum Cordón Industrial.

As plataformas políticas assinadas pelos Cordones também foram publicadas em alguns jornais chilenos, como *El Clarín*, *El Rebelde*, *Las Noticias de Última Hora*, *La Aurora de Chile*, *El Mercurio*, *Chile Hoy* etc.

Muitos Cordones também elaboraram o seu próprio meio de comunicação interno, como, por exemplo, o *El Cordonazo* e o *Puño Obrero*, publicados pelo Cordón Vicuña Mackenna³⁴⁹ para divulgar as decisões tomadas pela direção política do Cordón, assim como de sua assembleia. Geralmente tinham periodicidade irregular e eram reproduzidos em

estudaria cada caso das 123 indústrias que estavam ocupadas, mas não integravam a lista do governo. Cf. *Las Noticias de Última Hora*, 30 de janeiro de 1973, p.5.

³⁴⁶ A publicação do jornal *Tarea Urgente* foi suspensa na edição nº 4, de 24 de março de 1973, voltando a circular dia 15 de junho de 1973. Segundo Miguel Silva, há indícios de que a suspensão do jornal tenha ocorrido em função dos debates internos dos partidos, que discutiam se, como estratégia para o movimento popular, os Comandos Comunales eram mais importantes que outras organizações, como os Cordones Industriales, e, portanto, o resultado dessa discussão deveria refletir internamente nas matérias do jornal. Cf. SILVA, op. cit., p. 343.

³⁴⁷ *Tarea Urgente*, nº 1, Santiago, 16 de fevereiro de 1973, p. 2.

³⁴⁸ TRONCOSO, op. cit., p. 374.

³⁴⁹ Segundo nosso entrevistado, Aldo Aguillar, *El Cordonazo* era escrito por militantes do PS. *El Combatiente e Puño Obrero*, por militantes do MIR. Todos do Cordón Vicuña Mackenna.

mimeógrafos.³⁵⁰ Entretanto, poucos exemplares dessa documentação resistiram ao golpe militar. Deste modo, o jornal *Tarea Urgente* foi o mais conservado e será nossa principal fonte para discutir as plataformas políticas da época.

Como metodologia para a análise dos documentos, apresentaremos os principais pontos ali contidos em ordem cronológica, para facilitar a compreensão das discussões e reivindicações dentro do contexto político. Em muitos momentos, as questões se repetem entre os diversos Cordones, como, por exemplo, a não-devolução de empresas ocupadas, o controle operário da produção e a organização de uma rede de abastecimento direto.³⁵¹ Pensamos que tal metodologia seja a melhor maneira para demonstrar que havia uma matriz política comum entre os Cordones, já que, a partir da cronologia, é possível estabelecer um diálogo entre os manifestos.

Logo após a paralisação de outubro, ainda no mês de novembro de 1972, foi publicado no jornal *La Aurora de Chile*³⁵² um texto do Cordón Vicuña Mackenna fazendo uma análise sobre a paralisação patronal e reivindicando um conjunto de demandas ao governo. A principal mensagem desse manifesto era uma exigência à UP para se apoiar “*en nosotros, en los cordenadores de trabajadores y también nos consulte sobre los pasos a seguir. Que no se apoye solamente en los organismos institucionales que siempre han servido para defender los intereses de los patrones y del imperialismo*”, em detrimento dos organismos “institucionais”. Em seguida, condena o gabinete cívico-militar instituído por Allende, o que nos leva a intuir que nos organismos institucionais, anteriormente citados, estavam contidas as FFAA. O manifesto, interessante, foi dividido em itens como Abastecimento, Educação, Saúde, Moradia, Grande Indústria e Comércio, Campo, Transporte e Distribuição de Serviços ao Povo, Meios de Comunicação, Imperialismo e Mulher, extrapolando as questões referentes exclusivamente ao mundo do trabalho e propondo uma interlocução entre as diversas demandas da região de Vicuña Mackenna. O documento exigia a nacionalização ou estatização de todos os setores relacionados aos pontos acima citados, realização de convênios de financiamento do Estado para os trabalhadores, direto com os Comandos Comunales e Cordones “Sindicales”³⁵³, e democratização do acesso aos serviços prestados pelo Estado.

O Cordón O’Higgins³⁵⁴ também aprovou sua plataforma política de fundação divulgada em 20 de novembro de 1972 pelo jornal *Las Noticias de Ultima Hora*. Segundo o

³⁵⁰ Segundo informações dos nossos entrevistados.

³⁵¹ Essas pautas também aparecem constantemente nos discursos do Partido Socialista e do MIR.

³⁵² Manifesto del Cordón Vicuña Mackenna. In: *La Aurora de Chile*, Santiago, 9 de novembro de 1972, p. 4 e 5.

³⁵³ O documento por diversas vezes denomina os Cordones Industriales como Comandos Sindicales.

³⁵⁴ El Cordón O’Higgins: Nuevo organismo de los trabajadores. In: *Las Noticias de Ultima Hora*, 20 de novembro de 1972.

documento, a finalidade do Cordón era defender o governo popular e aprofundar o processo revolucionário.³⁵⁵ Para isso, propunha mobilizar os trabalhadores para proteger as empresas requisitadas e não devolver nenhuma indústria do setor para os antigos proprietários, realizar controle popular do abastecimento, formar comitês de proteção de indústrias para defendê-las contra sabotagens, fortalecer e criar comitês de vigilância nas áreas de propriedade privada.³⁵⁶ Assim, ao mesmo tempo em que o Cordón se coloca como instrumento de defesa do governo, acaba impulsionando políticas criticadas pela UP. Ressaltamos ainda que a defesa da incorporação de todas as indústrias na APS também está relacionada à concepção de estado socialista e de poder popular, ou seja, fortalecimento do Estado Nacional e direção operária dos meios de produção para gerar novas estruturas populares.

O mês de janeiro foi marcado por intensa mobilização dos Cordones contrários à apresentação do plano Millas-Prats que propunha a reorganização das áreas econômicas (social, mista e privada). Dentre os Cordones que publicaram manifestos com posições contrárias ao projeto Millas-Prats estavam o Vicuña Mackenna,³⁵⁷ Cordones Cerrillos³⁵⁸ e Cordón Panamericana Norte³⁵⁹; eles ainda reivindicavam a não-devolução de empresa ocupada ou requisitada desde a paralisação de outubro de 1972 e a necessidade de instituir o controle operário para materializar a organização do poder popular. Também reverenciaram explicitamente os partidos socialista, MAPU, IC e MIR por sempre apoiarem as lutas dos Cordones Industriales.

O documento do Cordón Cerrillos ainda apresenta como principais questões: criar Comandos e Coordenadores Industriales por Cordón e constituir o Comando Provincial de Cordones Industriales, inclusive em outras cidades; constituir o controle operário em todas as indústrias; constituir Comitês de Vigilância operária para evitar boicote e obter máxima produtividade; exigir a participação dos Cordones nas grandes decisões de governo. Termina

³⁵⁵ Apesar de termos poucas informações sobre o Cordón O'Higgins, segundo o jornal *Las Noticias de Ultima Hora*, de 4 de julho de 1973, p. 4, ele foi criado antes da paralisação de outubro e sua formação orgânica consistia em um Comitê Executivo com cinco membros e seis comissões, dentre elas: Defesa, Abastecimento e transporte, Extensão e Cultura, Conflitos Trabalhistas, Finanças e Propaganda, Comissão de Saúde. O Cordón tinha estreita relação com o Comando Comunal da Estação Central e com o Comando Coordenador de Estudantes.

³⁵⁶ *Las Noticias de Ultima Hora*, 20 de novembro de 1972, p. 5.

³⁵⁷ Declaración de los Cordones Frente al Area social y el Abastecimiento: Declaración de lo Cordón Vicuña Mackenna: A los trabajadores. In: *Tarea Urgente*, 16 de fevereiro de 1973. Corroborando com a afirmação de Cancino de que este periódico tinha uma orientação socialista, logo na primeira página da primeira edição há frases de Carlos Altamirano (presidente do PS) afirmando que não aceitaria que os trabalhadores e os dirigentes dos Cordones fossem qualificados de extremistas, assim como achava legítimo o direito de seus representantes criticarem os erros da UP.

³⁵⁸ Declaración de los Cordones Frente al Area Social y el Abastecimiento: Cordón Cerrillos □ Maipú. Maipú, 30 de janeiro de 1973. In: *Tarea Urgente*, 16 de fevereiro de 1973.

³⁵⁹ Declaración: Cordón Panamericana Norte. In: *Tarea Urgente*, 16 de fevereiro de 1973.

o documento identificando os Cordones Industriales e Comandos Comunales como germes de poder popular *alternativo*: “*Respaldemos la unidad de los revolucionarios que quieren avanzar sin transar por la construcción del socialismo.*” Destacamos aqui a posição explícita, assumida pelo Cordón, de impulsionar a organização de um poder popular alternativo ao governo, ou seja, buscavam outro caminho para o processo chileno, e para isso conclamavam a unidade de parte da esquerda. Desta maneira, o Cordón negava a orientação e os preceitos do governo para o poder popular. Também é nítida a identificação das expressões utilizadas pelo Cordón (*avanzar sin transar*) com a política do PS de Altamirano.

O primeiro número do *Tarea Urgente*³⁶⁰ divulga a plataforma política conjunta dos Cordones Industriales y Pobladores com as principais exigências desses organismos, contrariando em sua maioria as orientações do governo. O documento, intitulado “Los Trabajadores y Pobladores Unidos en los Cordones Exigimos”, apresentava treze pontos prioritários:

“1) Que no se devuelva ninguna empresa donde haya consenso general de los trabajadores de no devolverla; 2) que se discutan los problemas de las empresas en general con los coordinadores respectivos y de ninguna manera en forma particular; 3) asegurar un mecanismo para que cada proyecto que se refiera a las empresas llegue directamente a los coordinadores para evitar confusiones desmentidos, malas interpretaciones; 4) el reintegro inmediato de los 30 compañeros de Corfan, los compañeros de calzados Alys y Camell que han sufrido persecución por estar junto al gobierno y los trabajadores durante el paro de los patrones en octubre; 5) retiro inmediato del proyecto y entrega de un nuevo proyecto en consulta y elaboración con los trabajadores y los coordinadores de los cordones; 6) Que las empresas sean dirigidas y administradas por los trabajadores y no en conjunto con los patrones; 7) expropiación de las grandes distribuidoras privadas; 8) expropiación de todos los fundos mayores de 40 hectares; 9) Control obrero de la producción y control popular de la distribución y de los precios; 10) que se forme una sola distribuidora Estatal que distribuya directamente al pueblo la canasta popular; 11) para los pequeños comerciantes control popular a través de las fuerzas de masas y en el futuro transformarlos en trabajadores del estado; 12) expropiación de toda la gran industria y todas las que tengan que ver con fabricación de productos de primera necesidad; 13) impulsar la canasta popular y control de la distribución directa del

³⁶⁰ *Tarea Urgente*, 16 de fevereiro de 1973. Corroborando a afirmação de Cancino de que este periódico tinha uma orientação socialista, logo na primeira página da primeira edição há frases de Carlos Altamirano (presidente do PS) afirmando que não aceitaria que os trabalhadores e os dirigentes dos Cordones fossem qualificados de extremistas ou termocéfalos, assim como achava legítimo o direito de seus representantes criticarem os erros da UP.

pueblo a través de los ‘Almacenes Populares’.”

Ao final da plataforma, os Cordones explicitam que somente com a participação dos trabalhadores nas tarefas do governo é que se poderia de fato conquistar a vitória contra o poder “burguês” e ainda acabar com o burocratismo, a ineficiência da administração “reformista” de alguns partidários da UP, expressão claramente designada aos comunistas.

O documento apresenta-se como uma síntese das reivindicações conjuntas de operários e de moradores de bairros populares (“pobladores”) de todos os Cordones, apesar de não nominá-los. As reivindicações dos “pobladores” estão relacionadas ao controle direto da população nas questões relativas à distribuição, uma das principais preocupações das classes baixas, que, na prática, eram as que mais sofriam com o desabastecimento. Assim, parece que ao incluir os “pobladores”, o Cordón estava extrapolando a sua condição de trabalhador, para colocar-se como consumidor ou morador de determinada comunidade. Neste sentido, também se verifica uma aliança entre setores que não necessariamente se manifestam como trabalhadores ou que estão fora do mercado de trabalho. Entretanto, as reivindicações fabris ainda eram maioria nesse documento e, mais uma vez, as questões centrais eram a estatização dos meios de produção e o controle do processo produtivo por parte dos trabalhadores.

Um ponto que nos chamou a atenção na declaração do Cordón Cerrillos datada de 30 de janeiro de 1973 está no fato de já pontuar a necessidade de constituir o Comando Provincial para coordenar a ação conjunta de todos os Cordones Industriales, ação que só será concretizada em julho de 1973. A argumentação utilizada refere-se à incapacidade da CUT em dar resposta aos problemas dos trabalhadores, por estar “*ajena a las reales aspiraciones de la clase obrera en estos momentos*”.³⁶¹ Ao final, declaram novamente a necessidade de manter-se como instrumento alternativo ao governo: “*Construyamos los Comandos de Cordones Industriales, Gérmenes de Poder Popular Alternativo.*”³⁶²

No periódico *Tarea Urgente* nº 2, é publicada uma nova plataforma de luta assinada pelos Cordones Industriales de Santiago, Comandos Comunales e pelo Coordenador Nacional da Construção.³⁶³ Essa mesma plataforma também aparece na revista *Chile Hoy* nº 38,³⁶⁴ e,

³⁶¹ Declaración de los Cordones Frente al Area Social y el Abastecimiento: Cordón Cerrillos. In: *Tarea Urgente*, nº 1, Santiago, 16 de fevereiro de 1973.

³⁶² Declaración de los Cordones Frente al Area Social y el Abastecimiento: Cordón Cerrillos. In: *Tarea Urgente*, nº 1, Santiago, 16 de fevereiro de 1973. (Grifo nosso.)

³⁶³ Plataforma de Lucha de los Cordones Industriales, fevereiro de 1973. In: *Tarea Urgente*, nº 2, 25 de fevereiro de 1973.

³⁶⁴ Plataforma de Lucha de los Cordones Industriales. In: *Chile Hoy*, nº 38, semana de 2 a 8 de março de 1973.

apesar de estar assinada pelos três organismos, o título refere-se apenas aos Cordones Industriales, a citar: “*Plataforma de Lucha de los Cordones.*” No início do documento existe a seguinte introdução: “*Los trabajadores de los Cordones Industriales levantamos como programa de acción inmediata de la clase...*”,³⁶⁵ desconsiderando os outros organismos que assinam o documento.

As principais preocupações do documento continuavam a colocar no centro da discussão a estatização das empresas, principalmente aquelas que produziam gêneros de primeira necessidade, a questão da distribuição direta e a organização do estado popular. Segundo a plataforma, os dirigentes dos Cordones acreditavam que, ao controlarem os meios de produção e distribuição, estariam consolidando o caminho para o socialismo. Resumimos a extensa pauta da plataforma em alguns pontos centrais para esta tese: 1) estatização de empresas; 2) expropriação das grandes distribuidoras privadas; 3) controle operário em empresas privadas por meio dos comitês de vigilância; 4) retirada do projeto Millas; 5) não-devolução de nenhuma indústria ocupada por trabalhadores no período da greve de outubro; 6) distribuição de produtos diretamente à população; 7) criação de uma empresa estatal da área de construção; 8) defesa dos meios de comunicação; 9) estabelecer na JAP o poder de aplicar penalidades aos empresários e comerciantes que se recusarem a abrir os seus estabelecimentos para a população; 10) formação de uma comissão bipartite formada por Governo-Povo (Oficina Nacional de Distribuição, Coordenador Provincial dos Comandos Comunales, Coordenador Provincial dos Cordones Industriales), com a responsabilidade de planificar, executar e controlar o abastecimento. Por fim, o documento conclamava os trabalhadores a constituírem e organizarem-se nos Cordones Industriales e Comandos Comunales como “*única manera de que la clase disponga de un organismo de acción eficaz, capaz de mobilizarla y plantearle nuevas tareas*”.³⁶⁶ Ao mesmo tempo, admitia que o caminho para invalidar o “poder burguês” era mobilizando os trabalhadores e aumentando a efetiva participação da classe trabalhadora nas tarefas do estado, demonstrando mais uma vez contradição sobre a relação entre Cordones e governo. Também chama a atenção da formação da Comissão Bipartite a exclusão completa da CUT, como se ela não representasse a classe trabalhadora, e, novamente, a referência à Coordenadora Provincial dos Cordones de Santiago, que neste momento inexistia.

Assim, os Cordones se colocam como apoiadores críticos à UP, e ainda se colocavam como alternativa de poder, caso o governo não rompesse com suas ações conciliatórias.

³⁶⁵ *Chile Hoy*, nº 38, semana de 2 a 8 de março de 1973, p. 2.

³⁶⁶ Plataforma de Lucha de Cordones Industriales. In: *Tarea Urgente*, nº 2, Santiago, 25 de fevereiro de 1973.

Entretanto, não propunham nenhuma alternativa que, de fato, sobrepujasse o programa da UP. Aliás, essa será uma das grandes contradições dos grupos que se posicionavam à esquerda do Governo Allende. Apresentavam um discurso mais radicalizado e cobravam do governo a aplicação do seu programa político, mesmo quando este estava constantemente ameaçado em função da correlação política concreta.

No terceiro número do *Tarea Urgente*³⁶⁷ foi publicada uma declaração especial do Cordón Panamericana Norte sobre o reajuste salarial que tramitava no Parlamento. A declaração do Cordón denunciava as manobras da direita e da DC,³⁶⁸ além de acusar o Parlamento de servir aos interesses da direita política. Ao final, alertava para a necessidade de o governo e os movimentos populares se radicalizarem, romperem o diálogo com a DC e substituírem o Parlamento pela Assembleia Popular. Interessante é que foi o único Cordón que pautou a questão salarial, num momento em que estava sendo debatida pela sociedade chilena, em função do projeto de lei enviado ao Parlamento, pelo executivo, para reajustar de forma global os salários.

A plataforma de luta do Comando Comunal Estación Central foi apresentada na edição nº 4 do periódico *Tarea Urgente*,³⁶⁹ e também englobava o Cordón Estación Central. Como principais reivindicações, constavam: formação das Canastras Populares; não-devolução das indústrias requisitadas pelo governo durante a paralisação de outubro; controle operário em todas as indústrias privadas; direção operária nas empresas da área social; criação de conselhos locais e saúde; incremento no número de profissionais de saúde, postos médicos e ambulâncias 24 horas; construção de casas definitivas nos acampamentos. Nesta plataforma há, de fato, a interseção entre as demandas dos bairros populares e dos trabalhadores do Cordón Industrial Estación Central.

O *Tarea Urgente* nº 5³⁷⁰ publicou uma lista de treze sindicatos industriais e cinco acampamentos que foram incorporados no Cordón Mapocho-Matucana, criado em 31 de maio de 1973, além dos quatro pontos aprovados como primeira resolução do novo Cordón: 1) Apoio aos trabalhadores do Canal 9 que estavam sofrendo perseguição por grupos da direita política da Universidade do Chile;³⁷¹ 2) repúdio à postura dos profissionais de saúde que aderiram à greve da categoria, afetando o atendimento à população da região; 3) luta pelo

³⁶⁷ Cordón Panamericana Norte y el Reajuste. In: *Tarea Urgente*, nº 3, Santiago, 12 de março de 1973.

³⁶⁸ A direita política e a DC aprovaram o projeto do governo, no entanto retirou-se do orçamento o recurso necessário para pagar o aumento aos trabalhadores.

³⁶⁹ Plataforma de Lucha del Comando Comunal Estación Central. In: *Tarea Urgente*, nº 4, Santiago, 24 de março de 1973.

³⁷⁰ Cordón Mapocho-Matucana llama a la Incorporación. In: *Tarea Urgente*, nº 5, 15 de junho de 1973.

³⁷¹ O Canal 9 era uma rede de televisão que pertencia à Universidade do Chile; de agosto de 1972 até setembro de 1973, esteve sob controle direto dos seus trabalhadores.

abastecimento direto nos acampamentos e constituição das JAP em todo o setor; 4) luta contra as ações de grupos opositoristas mantendo o alerta às ofensivas fascistas. Por fim, o presidente do Cordón, Pablo Vasquez, afirmou que os trabalhadores poderiam formar uma grande frente contra o fascismo, além de assegurar a defesa dos interesses da classe se unindo aos Cordones e à CUT.³⁷² Nos chamou a atenção a menção à Central sem uma conotação negativa e de falta de combatividade, marca dos discursos dos Cordones em relação à Central.

No mesmo texto há referência a outro Cordón na região, Cordón Quinta Normal.³⁷³ Segundo o presidente do Cordón Mapocho-Matucana, não existia intenção de estabelecer paralelismo na atuação entre os Cordones no sentido de disputarem a adesão das indústrias, em função da proximidade geográfica. O ideal, segundo ele, era unificar em um só Cordón todas as indústrias da região. Também ressaltou a necessidade de realizar trabalhos de conscientização com os trabalhadores, porque muitos ainda não tinham clareza da importância do seu papel no processo.

O periódico *Tarea Urgente* nº 5 publicou o Anteprojeto (plataforma) do Cordón Industrial Pesquero y de Servicios de Talcahuano,³⁷⁴ localizado no sul do país, contendo reivindicações gerais e específicas das categorias que englobavam esse novo organismo. Chamou a atenção a publicação do documento de um Cordón que não estava localizado em Santiago, uma vez que, neste momento, já existiam Cordones em Valparaíso; no entanto, não há plataformas publicadas. Dentre as questões gerais e específicas, estavam o controle operário em todas as empresas estatizadas ou privadas (incluindo todas as pesqueiras), a estatização definitiva das empresas sob intervenção do governo, não-devolução das empresas requisitadas ou sob intervenção, combate ao mercado negro e à especulação, organização de brigadas em todas as fábricas, implantação da canastra familiar, eliminação da burocratização de todas as empresas da área social, direção operária na economia, solidariedade e coordenação das lutas da classe operária, formação de sindicato único das indústrias pesqueiras, formação de um complexo estatal pesqueiro que agrupasse num mesmo conselho de administração as empresas da província (Camanchaca, Pesqueras Unidas, Pesquera Iquique e Marco Chilena), e o controle operário das indústrias no que diz respeito à produção, distribuição e comercialização dos produtos do mar e das fábricas estatizadas e privadas.

Em 23 de junho de 1973, o periódico publica uma página exclusiva para esclarecer a proposta de constituir o abastecimento direto uma das principais bandeiras comuns a todos os

³⁷² *Las Noticias de Última Hora*, 18 de julho de 1973, p. 8.

³⁷³ Parece-nos que o Cordón Quinta Normal foi criado pelos comunistas, uma vez que a matéria jornalística afirma que existia certa inclinação pela política do PC.

³⁷⁴ Anteproyecto Cordón Talcahuano. In: *Tarea Urgente*, nº 5, 15 de junho de 1973.

Cordones Industriales e aos bairros populares. O texto dá a entender que a proposta apresentada era um consenso entre movimento de “pobladores” e Cordones Industriales. O documento é dividido em nove itens, dentre eles, a plataforma de luta: 1) Objetivos; 2) Plataforma de Luta; 3) Extensão; 4) Formas de Organização; 5) Supermercados Populares; 6) Centros de Abastecimento Rural; 7) Centros de Abastecimentos Mineiros; 8) Comissão Única de Abastecimento Comunal; 9) Comando Provincial de Abastecimento Direto.³⁷⁵

Já a plataforma de lutas abrangia cinco itens: 1) criar a central de compras e distribuição de toda a produção alimentícia; 2) passar para a área social todas as grandes indústrias de alimentos; 3) expropriar todas as distribuidoras privadas; 4) controlar a distribuição das organizações dos “pobladores”; 5) fortalecer e fazer reconhecer o Comando Provincial de Abastecimento Direto.

A proposta do Comando Provincial de Abastecimento direto apontava para o controle popular na comercialização, através da programação, organização e atenção das necessidades alimentícias da população. Propunha-se, ainda, unir todas as organizações populares, como JAP, Comandos de Abastecimento, Armazéns do Povo etc.

Na prática, o sistema de distribuição direta funcionava principalmente por meio das canastras populares, que recebiam determinadas cotas de bens de consumo entregues pelo Departamento Nacional de Abastecimento (Dinac) ou pelas Agências Graham.³⁷⁶ Os bairros possuíam representantes por quadra que retiravam os alimentos que correspondiam a sua área de representação, para, então, entregarem aos seus representados. Outra forma de abastecimento direto era o Armazém do Povo, no qual se vendiam diretamente à população produtos entregues por indústrias e alimentos, por camponeses. Algumas indústrias que pertenciam aos Cordones Industriales e que produziam mercadorias para consumo da população, geralmente, realizavam aos domingos uma espécie de feira popular para vender à população produtos com preços referentes ao custo da produção. Esse tipo de ação esbarrava na oposição do governo, que criticava a venda direta, por ser favorável à criação de armazéns populares somente em lugares onde não houvesse comércio local estabelecido para privilegiar os pequenos comerciantes que continuavam apoiando o governo.

Segundo o depoimento de Marcel Carrasco, o governo se preocupou muito com as

³⁷⁵ El Abastecimiento: Tarea de Masas. In: *Tarea Urgente*, nº 6, 23 de junho de 1973, p. 2.

³⁷⁶ Para se ter um exemplo dos gêneros entregues às famílias pelas Canastras Populares, citamos a Canastra da Población Lo Hermina: 1 pacote de fósforo, 2 quilos de açúcar, 1 pacote de sabonete Lux, 2 sopas Maggi, 1 pasta de dente, 1 quilo de feijão, 1 pacote de *Carozzina*, 1 lata de leite em pó, 1 quilo de farinha, meio quilo de sal fino, 1 pacote de detergente, 1 maço de *cochayuyo* (algas), 1 jarra de Milo, 1 litro de azeite, 1 jarra de Nescafé, 1 lata de leite condensado, 1 quilo de macarrão, ¼ de manteiga, 1 quilo de arroz, 2 pacotes de geleia. Não há informação da periodicidade que cada família poderia retirar os produtos. Cf. TRONCOSO, op. cit., p. 407.

políticas de estímulo à produção, por meio da campanha “batalha pela produção”, dando pouca atenção ao sistema de distribuição, que também era um dos maiores problemas e que atingia a população nos bairros da classe baixa. Com exceção das JAP, o governo pouco inovou em relação a essa área. Segundo Marcel, nos Cordones Industriales, os trabalhadores, por iniciativa própria, passaram a boicotar as vendas em grande quantidade para poucos comerciantes, porque sabiam que esses produtos eram destinados ao mercado negro. Ele pontua que a preocupação dos Cordones Industriales era organizar efetivamente uma rede direta de distribuição popular para diminuir a demanda da população mais necessitada:

La mayoría de la gente que trabajaba en los Cordones Industriales trabajaba como voluntarios en los días sábados y domingos; descargando los trenes con los productos que llegaban de otras regiones. Llegaba azúcar, llegaba harina, cebollas, llegaba una serie de productos y tú veías la magnitud de esos productos, la gran cantidad de ellos y después no los veías en el comercio. Eso fue provocando también una frustración en mucha gente, en vez del esfuerzo que tú estabas haciendo, del tiempo que estabas dedicando, el riesgo que tú estabas corriendo y estabas viendo que los frutos no se estaban viendo.³⁷⁷

Neste mesmo número do jornal, ainda é comunicada a formação do Cordón O’Higgins,³⁷⁸ que, em junho, contava com a participação de catorze empresas e era presidido pelo presidente do Sindicato Industrial Indugás, Sergio Chávez. A plataforma de luta do Cordón pode ser resumida nos seguintes pontos: defesa e ampliação da área social, estatização das distribuidoras, controle popular da distribuição, estímulo à organização das JAP e dos Armazéns do Povo, criação e fortalecimento dos Comitês de Proteção. Segundo esse informe, o Cordón estava dividido em comissões de abastecimento, propaganda e finanças, defesa, extensão cultural e conflitos. Parece-nos curioso o fato de a plataforma desse Cordón não apresentar nenhum ponto que dialogasse com o período de grande polarização política vivida no país.

O Cordón Vicuña Mackenna, por sua vez, publicou no *El Cordonazo*, informativo oficial do Cordón, no dia 28 de junho de 1973, uma série de notícias de empresas que compunham o Cordón, envolvendo ocupação de novas fábricas e críticas às sabotagens realizadas por empresários, reafirmando a necessidade de incluí-las na APS.³⁷⁹ O informativo

³⁷⁷ Marcel Carrasco Valdívía, trabalhador do Cordón Vivaceta. Entrevista realizada pela autora no dia 24 de novembro de 2009.

³⁷⁸ El Combatiente Cordón O’Higgins. In: *Tarea Urgente*, nº 6, 23 de junho de 1973, p. 2.

³⁷⁹ *El Cordonazo*, nº 2, 28 de junho de 1973.

era mais conciso que o *Tarea Urgente* e apresentava discussões mais relacionadas ao cotidiano das fábricas, ao problema de determinados trabalhadores, do que propriamente uma leitura sobre o processo. No dia 19 de julho de 1973, um novo *El Cordonazo*³⁸⁰ é publicado exclusivamente para analisar a sublevação militar (Tanquetazo) ocorrida no final de junho e reafirmar a necessidade da plena direção dos meios de produção e de distribuição por parte dos trabalhadores.³⁸¹

Os próximos manifestos dos Cordones nos chamam a atenção em função de terem sido redigidos no período pós-Tanquetazo. Merece comentário a falta de alternativa para enfrentar situações similares. Essa questão nos leva a duas reflexões iniciais: a) não havia mesmo alternativa que conjugasse as tradicionais ações dos Cordones à preparação militar apesar do discurso radicalizado da direção dos Cordones que, em sua maioria, comungava com a linha política “avanzar sin transar”; b) a orientação de organizar militarmente os Cordones não foi divulgada como uma estratégia política para salvaguardar os militantes envolvidos nesse tipo de atividade. Observaremos que as ações de ocupação dos meios de produção são intensificadas, o que poderia significar um elemento do sistema de defesa dos setores industriais e das “poblaciones” próximas.

No início de agosto, o Cordón O’Higgins aprovou uma nova plataforma durante assembleia que reuniu representantes do Cordón e contou com a presença de um dirigente nacional da CUT, Manuel Dinamarca, e do presidente da *Coordinadora Provincial dos Cordones*, Hernán Ortega, já demonstrando maior integração entre CUT-Coordinadora-Cordones.³⁸² Além dos pontos referentes à nacionalização e ao controle dos meios de produção, estava a necessidade de democratização das Forças Armadas, maior diálogo com as bases e direito de defesa da classe trabalhadora.

Era evidente a preocupação do Cordón com a possibilidade de golpe ou sublevação militar, mas, ao mesmo tempo, demonstrava a inexistência de propostas em curto prazo para resistir às ações golpistas. Um exemplo é a proposta de democratização das FFAA, que necessitaria de uma reformulação na carreira militar. Quanto ao direito de defesa de classe, parece-nos uma demonstração clara de oposição à Lei de Controle de Armas e Explosivos.³⁸³

³⁸⁰ *El Cordonazo*, nº 4, 19 de julho de 1973.

³⁸¹ Durante nossa pesquisa só conseguimos localizar estes dois informativos do Cordón Vicunna Mackeña. O primeiro está disponível na página www.bibliotecaobrera.cl e o segundo está em uma seção de recortes da Biblioteca do Congresso Nacional, sobre diversos temas da política nacional, produzidos na época por funcionários do Congresso aos deputados, não aberta ao público. Para pesquisar esse fundo é preciso autorização da direção da biblioteca.

³⁸² Hoy se Reune Cordón O’Higgins. In: *Las Noticias de Ultima Hora*, 31 de agosto de 1973.

³⁸³ Veremos ao longo da tese que a invasão das indústrias pelos militares para apreender armas já fazia parte dos planos dos golpistas para liquidar qualquer possível reação de resistência dos trabalhadores.

Também pode estar subentendido que existe uma política militar como parte de um plano de defesa orquestrado pelos Cordones.

Enquanto nos documentos dos Cordones aparecia nada ou pouca questão relacionada à preparação militar do poder popular, a direita política utilizava todos os instrumentos possíveis para alardear a sociedade com argumentos que induziam os chilenos a pensarem que havia um verdadeiro exército marxista armado. Segundo o jornal *El Mercurio*,³⁸⁴ no Conselho Nacional da CUT realizado em julho de 1973 os Cordones Industriales divulgaram uma série de instruções que deveriam ser seguidas pelos trabalhadores no intuito de acelerar o processo de criação do poder popular. Todas essas ações estavam ligadas, segundo o jornal, à formação de um exército paralelo: 1) uso de armas; 2) bombas molotov – aprender a fabricá-las e a utilizá-las; 3) uso de explosivos; 4) construção e uso de granadas de tipo caseiro.

Durante uma sessão parlamentar no dia 11 de julho de 1973, o senador Bulnes Sanfuentes, do Partido Nacional, acusou o Cordón Vicuña Mackenna e o Cordón Cerrillo de incitar a violência por meio da publicação de instruções minuciosas aos trabalhadores desse setor, com o intuito de preparar para a luta armada.³⁸⁵ Apesar de citar a publicação dessas orientações nos meios de comunicação do dia 5 de julho de 1973, durante nossa pesquisa não encontramos nenhuma matéria ou artigo com esse teor nos diversos jornais nos quais investigamos. Talvez o senador estivesse fazendo referência à matéria do jornal *El Mercurio*, com data de um dia anterior à apresentada pelo senador. Assim, entendemos que, neste caso, o senador age como legitimador do próprio jornal para dar credibilidade ao assunto. É dizer, o jornal massifica a informação e o senador dá relevo político à questão ao discuti-la no Parlamento. Deste modo, o Cordón assume o papel de agressor da democracia chilena.

Dias após o pronunciamento do senador, o *Tarea Urgente*³⁸⁶ publicou declarações do Cordón Cerrillos que instruem aos trabalhadores para se concentrar nos seus locais de trabalho, organizar comitês e brigadas de defesa nas indústrias e nos bairros próximos, centralizar e manter recursos necessários para as situações que fossem se apresentando, e a desenvolver uma contraofensiva própria, ou seja, referia-se a necessidade de organizar um sistema de defesa. Ainda conclamaram os trabalhadores para estarem alertas e vigilantes quanto aos chamados da CUT, demonstrando mais uma vez, maior integração à Central. Esclarecia, também, que o Comitê de Defesa era um organismo que servia para defender

³⁸⁴ *El Mercurio*, 4 de julho de 1973.

³⁸⁵ *Diario de Sesiones del Senado*, sessão 35ª, 11 de julho de 1973, p. 1.295. Segundo o senador, os Cordones chamavam a constituir o poder popular, uma organização paramilitar dotada de cadeia de fortalezas com muitos armamentos e explosivos, organizada militarmente e destinada a um enfrentamento com as “legítimas” FFAA.

³⁸⁶ *Tarea Urgente*, nº 8, 13 de agosto de 1973.

todas as indústrias. Ele deveria ser formado por resolução da organização sindical da indústria, de acordo com as instruções da CUT, e deveria ser integrado por trabalhadores indicados pela coordenação do sindicato e ratificados pela assembleia. Cada brigada deveria ser composta por dez trabalhadores.

O Cordón Recoleta também publicou sua plataforma política de fundação no periódico *Tarea Urgente*, fazendo referência ao êxito popular e do governo em reprimir o Tanquetazo. Esse Cordón afirmava que agruparia trabalhadores, Juntas Vecinales, JAP, Centros de Apoderados, educadores, estudantes e todos os organismos da comunidade, com o objetivo de implantar as seguintes tarefas: defesa dos direitos dos trabalhadores e “pobladores” da comunidade e apoio a todas as lutas justas; controle da produção e distribuição; estímulo à criação da organização dos comitês de defesa nos locais de trabalho; estabelecimento da cooperação entre os trabalhadores das empresas e dos organismos representativos da população.³⁸⁷

Neste mesmo periódico há uma interessante declaração da Coordenadora Provincial de Cordones Industriales de Santiago, assinada por sete Cordones, todos sob hegemonia dos setores mais radicalizados do PS: Cordón Cerrillos, Cordón O’Higgins, Cordón Vicuña Mackenna, Cordón San Joaquín, Cordón Recoleta, Cordón Mapocho-Cordillera, Cordón Santiago-Centro. Destacamos para essa discussão das plataformas políticas as cinco finalidades dos Cordones, aliás todas relacionadas ao poder popular e ao controle operário dos meios de produção: a) Defender e ampliar as conquistas do governo e da classe; b) representar de forma direta e democrática os trabalhadores do Cordón; c) constituir-se em um organismo de defesa do atual governo na mesma medida em que este represente os interesses dos trabalhadores; d) aprofundar as contradições de classe; e) lutar de forma enérgica pela maior participação da classe nas decisões inerentes a seus interesses de fortalecer o poder dos sindicatos e das organizações de classe; f) cooperar de forma decisiva na organização e preparação dos organismos de defesa do setor, de maneira tal que se garanta o controle territorial e político por parte da classe. O documento ainda explicita que o objetivo da Coordenadora era construir o poder popular, e afirma que o caráter dos Cordones Industriales é “*ser organismos complementarios del gobierno popular y vitalizadores de las organizaciones de la clase obrera pero en ningún caso deben ser organismos dependientes*”.³⁸⁸ O Manifesto da Coordenadora, presidida por Hernán Ortega, presidente do

³⁸⁷ Manifesto del Cordón Recoleta. In: *Tarea Urgente*, nº 10, Santiago, sem data, p. 8.

³⁸⁸ Declaración de la Coordinadora Provincial de Cordones Industriales de Santiago. In: *Tarea Urgente*, nº 10, Santiago, sem data, p. 8.

Cordón Cerrillos, se colocava claramente como instância de defesa do governo, se contrapondo aos manifestos do Cordón Cerrillos, que se definiam como organismos alternativos ao governo. Ao mesmo tempo, o Manifesto da Coordenadora também não se coloca em momento algum como poder dual e continua a observar o processo “a partir de uma compreensão das oposições irreduzíveis entre burguesia e proletariado”, sem avaliar se, naquele momento, era necessário estabelecer algumas alianças para além do mundo produtivo.³⁸⁹

Os manifestos se tornaram cada vez mais densos e direcionados a organizar um sistema de defesa, em função da conjuntura política que se tornava cada vez mais difícil por motivo do rompimento do diálogo entre UP e DC.

Como exemplo, apresentamos o denso texto assinado pelos Cordones Industriales publicado em 24 de agosto de 1973 no *Tarea Urgente*,³⁹⁰ intitulado “Por la Unidad de la Clase Obrera. Luchar y Crear Poder Popular”, que refletia sobre os anos de governo, as oportunidades perdidas pela UP em romper com o sistema burguês e, ainda, apresentava as reivindicações para os próximos anos. O texto contém certo teor de dramaticidade, em função da polarização extrema vivida no país e da certeza de que, a cada dia, se tornava mais forte a possibilidade de um golpe envolvendo as FFAA. Desta maneira, as propostas políticas dos Cordones contidas no texto apresentam-se como última alternativa para que o governo pudesse evitar a sua derrota.

Antes de discutir as saídas para o processo, o texto faz uma avaliação política do ponto de vista da atuação dos Cordones e da necessidade de instituir o estado popular. Inicialmente, acusa a UP, CUT e partidos políticos do polo gradualista de terem pouca clareza em relação à atuação dos Cordones, quando os acusavam de divisionistas e paralelos à CUT, em vez de estimularem a construção de novas formas de atuação política. Segundo a análise, o governo, com sua postura conciliatória, deixou de aproveitar momentos da conjuntura política favorável para instituir o Estado Popular: eleições municipais de 1971 em que a UP saiu fortalecida e deveria ter convocado um plebiscito sobre a instituição da Assembleia do Povo; o outubro de 1972, quando se poderia ter utilizado a mobilização popular para romper com a institucionalidade burguesa; e março de 1973, depois das eleições parlamentares nas quais, mesmo com a crise econômica, a UP aumentou a sua votação; e, finalmente, o 29 de julho de 1973 (Tanquetazo), quando a própria direita, que acusava o governo de agir na ilegalidade,

³⁸⁹ TRONCOSO, op. cit., p. 372.

³⁹⁰ Por la Unidad de la Clase Obrera. Luchar y crear poder popular. In: *Tarea Urgente*, nº 15, Santiago, 24 de agosto de 1973, p. 7.

havia rompido com todos os preceitos constitucionais. Esse momento era, para as lideranças dos Cordones, de passar à ofensiva política e não realizar qualquer tipo de conciliação. Assim, as lideranças dos Cordones acusaram o governo de não cumprir o programa com qual fora eleito, demonstraram desconfiança em relação às intenções constitucionalistas de setores das Forças Armadas e enfatizaram que não existia possibilidade de paz social nas circunstâncias políticas que o país enfrentava. Denunciaram, ainda, as ações da DC, que, para tentar um acordo com o governo, exigia de antemão a dissolução dos Cordones Industriales, Conselhos Camponeses e dos Comandos Comunales. Veremos que essas mesmas críticas serão reproduzidas na carta dos Cordones endereçada ao presidente Allende, dias antes do golpe militar.

Diante dessas questões, os Cordones elaboraram dez exigências que deveriam ser cumpridas imediatamente pelo governo: 1) Em relação à paralisação do setor de transporte:³⁹¹ requisição dos caminhões sem a devolução e criação de uma Empresa Estatal de Transportes controlada pelos organismos de classe; 2) em relação à paralisação do comércio: requisição dos estabelecimentos comerciais, sanções para aqueles que aderiam ao mercado negro, legitimação da distribuição direta, armazéns populares e canastras populares; 3) em relação à paralisação de médicos e outros profissionais: anulação do título acadêmico daqueles profissionais, principalmente da área de saúde, que aderiam à paralisação; 4) em relação à área social: ampliação para que se convertesse efetivamente no setor dominante da economia, distribuição apenas de itens de primeira necessidade, controle direto dos trabalhadores da produção e distribuição, adoção de uma política econômica de massas e regulação dos preços; 5) anulação da lei de controle de armas aprovada pelo Parlamento; 6) reestruturação do aparato estatal; 7) estabelecimento de uma solução frente à ocupação do Canal 9, de comum acordo com seus trabalhadores; 8) maior apoio do governo aos setores populares e ao poder popular; 9) os partidos e a CUT mantivessem as bases informadas e que se “*pongan a la cabeza de las organizaciones de clase como vanguardia decidida de este proceso*”; e, finalmente, 10) a exigência de que as massas organizadas se dedicassem integralmente à constituição dos Comandos Comunales.

O último item nos chama a atenção pelo fato de enfatizar a necessidade de organizar os Comandos Comunales em vez dos Cordones Industriales, envolvendo, portanto, não só trabalhadores, mas outros estratos sociais. É dizer que neste momento referendam-se os Comandos como o organismo que deveria dar unidade às classes para enfrentarem uma nova

³⁹¹ Uma nova paralisação de transporte foi decretada no dia 24 de julho de 1973, e em 21 de agosto o movimento gremialista e os profissionais liberais entraram em greve.

reação da direita, além, é claro, de constituir o embrião do novo Estado Popular.

Claramente, os Cordones que assinaram as dez exigências políticas faziam um chamado aos partidos que apoiavam as posições denominadas “gradualistas”, ao governo popular e às entidades sociais para adotarem posições “rupturistas”. O fato é que, diante da complexidade das sucessões de acontecimentos durante os meses de junho a setembro de 1973, os Cordones Industriales esperavam do governo uma posição de ruptura do diálogo com os setores que identificavam como golpistas dentro das FFAA, direita política e DC, e, ao mesmo tempo, esperavam a lealdade de alguns setores do exército para liderarem junto aos trabalhadores a defesa do governo.³⁹²

Assim, após a leitura desses documentos dos Cordones Industriales, é possível estabelecer os seus principais objetivos. É claro que a ausência dos boletins por fábrica deixa uma lacuna impossível de suprir e que possibilitaria identificar as discussões por cada unidade industrial que compunha o Cordón. Neste sentido, enumeramos algumas das reivindicações que os unificavam: 1) Estatização das empresas ocupadas desde a greve patronal de outubro de 1972; 2) representação direta e democrática dos trabalhadores nas empresas; 3) organização do abastecimento direto; 4) construção de mecanismos de defesa à produção e ao governo popular; 5) cooperação e articulação entre as lutas das diversas indústrias de um mesmo setor e, posteriormente, entre os próprios Cordones Industriales.

É nítida a existência de dois polos políticos completamente distintos que disputavam entre si a condução da classe trabalhadora ao mesmo tempo em que eram os principais partidos que compunham a coalizão da UP: por um lado, a CUT, hegemônica por comunistas e socialistas Allendistas, e, de outro, os Cordones Industriales, que tinham a maioria da esquerda do PS como núcleo dirigente. Portanto, a partir da leitura dos documentos, observamos que os Cordones eram instrumentos na disputa pela condução da classe operária e na disputa dos rumos políticos do governo. Mesmo após a criação da Coordenadora dos Cordones e o início do processo de incorporação de tais organismos à base da CUT, as diferenças entre eles não diminuíram, pelo contrário, se agravavam junto com a conjuntura política.

Neste sentido, parece, portanto, que a afirmação de Julio Faúndez³⁹³ de que os Cordones não significaram uma alternativa ou poder paralelo ao governo - pelo contrário, se

³⁹² Um interessante livro que narra passo a passo a conspiração de setores das FFAA, representantes de partidos políticos e do governo norte-americano desde o processo eleitoral de Allende é o da jornalista Monica Gonzalez, *La Conjura. Los mil y un días del golpe*. Santiago: Ediciones B. 2000. Mesmo com divergências sobre o quanto o general Augusto Pinochet estava envolvido desde o início no golpe militar, há uma importante narrativa explicitando os caminhos percorridos até o golpe militar.

³⁹³ FAÚNDEZ, op. cit., p. 277.

constituíam em elementos fundamentais de mobilização popular - é absolutamente compatível com as propostas e declarações produzidas pelos Cordones Industriales. Estes, por conseguinte, utilizavam os marcos do programa da UP e do governo para exigir mais agilidade e radicalismo em sua aplicação, do que propriamente propor rompimentos com os parâmetros estabelecidos pelo programa. Em outras palavras, os Cordones divergiam, sobretudo, da forma e do ritmo da implantação do programa da UP, e não da essência do conteúdo do projeto popular.

Essa argumentação se torna mais contundente ao analisarmos o último comunicado dos Cordones Industriales antes do golpe militar de 11 de setembro de 1973. Esse comunicado foi justamente uma carta assinada conjuntamente pela Coordenadora Provincial dos Cordones Industriales, Comando Provincial de Abastecimento Direto e Frente Única de Trabalhadores, entregue ao presidente Salvador Allende com a data de 5 de setembro de 1973. Apesar de estar assinada por diversos organismos do poder popular, Franck Gaudichaud³⁹⁴ afirma que a carta era uma transcrição do discurso feito por Hernán Ortega, presidente da Coordenadora dos Cordones no ato do dia 5 de setembro na Avenida Bulnes. Nossos entrevistados afirmaram que, de fato, nunca participaram da elaboração dessa carta e nem de manifestos dos Cordones. Comparando a carta dos Cordones com o célebre discurso de Altamirano realizado no dia 9 de setembro de 1973, há trechos idênticos, reforçando a hipótese de que um comitê de dirigentes socialistas possa tê-la escrito.

O PS dirigia a Coordenadora Provincial dos Cordones Industriales por meio do presidente do Cordón Cerrillos, Hernán Ortega, o que claramente lhe dava uma situação privilegiada de redator da carta. Assim, concordamos com Hugo Troncoso quando este afirma que a carta representava as posições da direção do Partido Socialista e setores mais radicais entre os trabalhadores, mas de forma alguma poderia representar a opinião do conjunto da classe trabalhadora, incluindo aqueles que participavam dos Cordones Industriales.³⁹⁵

Abertamente, a carta afirma que o processo chileno estava caminhando, em curto prazo, para o seu fim, e seria substituído por um regime fascista, implacável e criminoso. A carta exigia que o governo cumprisse o programa da UP, razão pela qual a coalizão foi eleita, enumerando como pontos principais: redação e promulgação de uma nova Constituição Política, criação da Câmara Única, Assembleia do Povo, Tribunal Supremo com membros designados pela Assembleia do Povo e a não-utilização das Forças Armadas para oprimir o povo.

³⁹⁴ GAUDICHAUD, op. cit., p. 207.

³⁹⁵ TRONCOSO, op. cit., p. 383.

O texto da carta acusava a UP de nunca ter se apoiado nas “massas”, e, naquele momento, em que parecia já não haver muita saída, os trabalhadores estavam desconfiados e alarmados com toda a situação vivida no país. E, também cobrava uma posição mais firme do governo frente às ações terroristas organizadas por grupos fascistas e financiadas pela CIA, assim como com a imprensa golpista, pois já não havia outro caminho senão a disputa final entre duas alternativas: a ditadura do proletariado ou a ditadura militar. Exigia-se, como saída, que o presidente “*ponga a la cabeza este verdadero ejército sin armas, pero poderoso en cuanto a conciencia y decisión*”. Ao final, apresentam-se doze pontos que deveriam ser implementados imediatamente pelo governo, se ele quisesse manter o apoio do seu povo. Vale ressaltar que tais pontos incluem sanções contra os grevistas, ilegalidade de grêmios e de movimentos contrários ao governo, fim da lei de controle de armas, dentre outros.

Apesar do teor de radicalização da última carta assinada pelos Cordones, nenhuma das questões ali contidas indicava a saída concreta para enfrentar um possível golpe com um povo desarmado. Todas as propostas e as cobranças no documento reafirmavam o programa da Unidade Popular.

O problema que se colocava entre as exigências dos Cordones e o governo eram exatamente as possibilidades reais de implementá-las. Suas plataformas apresentavam projetos genéricos demais, como, por exemplo, “alcançar uma verdadeira democracia proletária” ou “a estatização de todas as empresas do setor” para momentos que exigiam ações concretas, coordenadas entre a esquerda. A retórica radicalizada dos Cordones, sem a devida preparação prática, acabou afastando-os das possibilidades reais da conjuntura política. Se rompessem com a institucionalidade burguesa, certamente esbarrariam com a reação da direita política e das Forças Armadas, que, no Tanquetazo, demonstraram que já não eram tão leais ao conceito de “profissionalismo”. Tornaram-se, portanto, um movimento reivindicativo radicalizado, independente em relação ao governo e vinculado a alguns partidos políticos, que cumpriam o duplo papel de defender a UP e ao mesmo tempo em que desafiavam diversas políticas e posições da coalizão.

4.2. Cordones Industriales no ano de 1973: radicalização política e reação ao Tanquetazo

Tenemos que movilizar las masas populares chilenas. Tenemos que movilizar a la mayoría del país. Pero no movilizarla tan sólo en actos públicos de apoyo al Gobierno o de rechazo a determinadas reacciones o actitudes de sectores que se sienten heridos por la medidas que tenemos que tomar para defender a los más, sino movilizar a la masa en actitud de entrega de esfuerzo, de sacrificio, de comprensión.

(Salvador Allende, 13 de janeiro de 1971)³⁹⁶

O ano 1973 foi marcado por uma grande polarização política ao interior da esquerda, e desta com a direita política, assim como pela organização e fortalecimento da atuação popular nas indústrias.

As primeiras mobilizações dos Cordones Industriales nesse ano ocorreram, em janeiro, contra o Projeto de Lei Millas-Prats. Em Cerrillos e Vicuña Mackenna, por exemplo, as avenidas foram ocupadas por trabalhadores que exigiam a incorporação de diversas indústrias na lista de prioridades da APS, elaborada pelo governo. Segundo Mario Olivares, em entrevista a Miguel Silva, tais mobilizações contra o projeto Millas-Prats demonstraram a intensidade da dinâmica de luta de classes, e acabaram desencadeando uma série de ações dos Cordones em função do projeto global da UP.³⁹⁷

No dia 30 de janeiro de 1973, os Cordones Cerrillos, Vicuña Mackenna e Nuñoa-Macul realizaram manifestações em frente ao La Moneda contra a política conciliadora do governo. Nesse dia, Salvador Allende recebeu dirigentes dos Cordones Industriales de Santiago pela primeira vez. Segundo o relato de Ramirez,³⁹⁸ Allende discorreu sobre a crise do cobre, problemas econômicos internacionais, situação do boicote político e econômico, e, logo após, Hernán Ortega, pelo Cordón Cerrillos, iniciou um debate difícil sobre a possibilidade de consolidar um poder dual.

As informações sobre essa reunião são escassas. No entanto, existe um comunicado da Presidência da República que afirma a existência de uma “*conversación*” sem caráter público

³⁹⁶ Salvador Allende. *Discurso: Escuela Sindical de Temporada, Universidad de Chile*, Valparaíso 13 enero de 1971. In: ALLENDE, op.cit.,p.63.

³⁹⁷ SILVA, op. cit., p. 312.

³⁹⁸ Id., op. cit., p. 316.

com dirigentes dos Cordones de Santiago. O comunicado condenou as declarações públicas dos dirigentes dos Cordones, que afirmaram que Allende havia manifestado, nessa reunião, ser favorável à dissolução do Congresso, das Forças Armadas e do Poder Judicial. O comunicado esclareceu, ainda, que o projeto chamado de Millas-Prats não pertencia ao ministro comunista, mas era uma proposta do governo para a área econômica, além de negar que o projeto restringia a área social. O comunicado também criticou a postura de trabalhadores e dirigentes que formulavam e divulgavam afirmações não verídicas sobre a reunião. Ele finaliza afirmando que o presidente respeitava os Cordones, mas *“le manifestó también que hay un Gobierno que es el que toma las decisiones y su política está al servicio del país y de todo el pueblo y no de un sector determinado”*.³⁹⁹

Allende aumentava o tom das críticas as ações dos Cordones Industriales e cobrava maior comprometimento com todo o processo. Como lembra um entrevistado de Miguel Silva que, o fato de serem jovens parecia dar-lhes a possibilidade de fazer o que queriam sem se preocuparem com a repercussão dos seus atos para todos os trabalhadores. Suas recordações demonstram como pensavam na época:

[...] nosotros éramos muy jóvenes... hacíamos lo que queríamos, no respondíamos a ninguna línea clara ni nada, actuábamos, más bien, de acuerdo a las sensaciones, emociones, que actitud a las grandes discusiones, lo que importaba era cómo se avanzaba hacia el socialismo sin tener claro para qué, ni como. Es decir, cómo poder preguntar a alguien lo que estaba pasando, yo tenía 20 años sin haber trabajado jamás en mi vida siendo militante desde los 16 años del MIR, del PS después... Era interesante andar tomándose terrenos, asaltando fábricas, haciendo ese tipo de cosas que es más entretenido que estar jugando bolitas...La idea de transformación social y de luchar por el socialismo eso creo que sobrepasó a los partidos políticos a los dirigentes y que fue, se fue generando un movimiento un poco autónomo de los deseos y de las planificaciones establecidas.⁴⁰⁰

Esse ano de 1973 também representou um momento decisivo para o projeto político da UP, principalmente em função das eleições parlamentares realizadas no início de março, que definiram as estratégias dos blocos políticos para os meses subsequentes. A direita ambicionava obter 51% dos votos para destituir o presidente da República, já que, até o

³⁹⁹ Presidencia de la República: Declaración sobre el proyecto relativo al Area de Propriedad Social ante dirigentes de los Cordones Industriales de Santiago. Santiago, 31 de janeiro de 1973. In: FARÍAS, op. cit., tomo VI, p. 3.944-3.945.

⁴⁰⁰ Entrevista cedida a Miguel Silva na década de 90. A gravação não indica o nome do entrevistado.

momento, não contava com o apoio pleno da DC e de setores importantes das Forças Armadas para coordenarem um golpe de estado. Para a esquerda, as eleições seriam um termômetro da sua base política e esperavam, enfim, negociar uma saída para os últimos anos do governo com a Democracia Cristã.

O resultado eleitoral repercutiu favoravelmente entre a esquerda e também as organizações populares. Para os Cordones Industriales, o crescimento eleitoral da UP⁴⁰¹ representava um momento propício para que a coalizão cumprisse o seu programa político, fechando o Parlamento, instalando a Assembleia do Povo, redigindo uma nova Constituição Política e nomeando um novo Tribunal de Justiça. Ao mesmo tempo, os Cordones intensificaram as suas ações políticas, principalmente por meio da ocupação de indústrias e das principais avenidas que ligavam os setores industriais ao centro de Santiago, como forma de exercer pressão sobre o governo.

Segundo Joan Garcés, após as eleições legislativas de março, a tática da UP se resumiu principalmente em estabelecer um acordo com o PDC, construir a realização de um plebiscito popular e privar a direita de respaldo militar mediante o estabelecimento de um acordo entre governo e FFAA, ao mesmo tempo em que se afastariam os oficiais diretamente comprometidos com conspirações.⁴⁰² Em meados de maio de 1973, quando, segundo Garcés, a linha político-institucional da UP deixa de ser viável em função da maioria obtida pelo setor Aylwin-Frei na direção da DC, já estavam alinhados às táticas insurrecionais do PN e do Patria y Libertad.⁴⁰³ Como bem resume Garcés, a partir de março de 1973, os recursos táticos da UP tornaram-se inoperantes em relação aos objetivos estratégicos dela.⁴⁰⁴

O levante militar do dia 29 de junho de 1973, conhecido como Tanquetazo, abriu uma nova conjuntura política e de conflito social que terminou apenas no dia 11 de setembro de 1973.⁴⁰⁵ Agora, era evidente que as Forças Armadas faziam parte de uma conspiração que envolvia setores políticos e parte do alto comando do exército.

Os Cordones passam, a partir da evidente crise institucional e do projeto da UP pós

⁴⁰¹ A UP atingiu 43,4% dos votos, aumentando sua representação em seis deputados e dois senadores. A oposição atingiu 54,7%, número insuficiente para acusar constitucionalmente o presidente. Entretanto, em relação à eleição municipal de 1971, a UP diminuiu sua votação. UP: 50,86%; oposição DC e PN: 48,05%. Cf. CORREA et al., op. cit., p. 272.

⁴⁰² GARCÉS, Joan. *Allende y la Experiencia Chilena: Las armas de la política*. Santiago: BAT, 1976, p. 315.

⁴⁰³ Cf. GARCÉS, op. cit., p. 314.

⁴⁰⁴ Id., op. cit., p. 315 e 316.

⁴⁰⁵ O Tanquetazo ficou conhecido como um levante militar em que tropas rebeldes lideradas pelo coronel Roberto Souper, comandante do Regimento Blindado nº 2, com apoio de alguns civis e do grupo Patria y Libertad, ocuparam o centro de Santiago com blindados e homens do exército. A rebelião foi controlada em função da rápida contra-ação do General Prats, Comandante em Chefe das FFAA e pela desarticulação com outros setores do exército. Cf. GONZÁLEZ, op. cit., p. 174-178.

Tanquetazo, a exigir do governo uma posição de rompimento com o sistema burguês, e passam a defender abertamente a tese da inevitabilidade do enfrentamento armado.

A CUT e os Cordones Industriales reagiram imediatamente ao Tanquetazo, orientando os trabalhadores a ocuparem todas as indústrias do país e organizarem Comitês de Vigilância. Os Cordones Industriales tiveram papel fundamental, demonstrando grande articulação política entre as indústrias. Em diversas localidades, como San Bernardo, San Joaquin, Vicuña Mackenna, Quinta Normal, Cerrillos e Maipú formaram-se coordenações entre “poblaciones” e Cordones para atuarem conjuntamente em ações de ocupação de todas as indústrias do país, montando brigadas de choque, organizando comitês de proteção e centralizando no interior das indústrias veículos e materiais que servissem para ações de defesa.

Dois dirigentes dos Cordones Industriales exemplificam como foram aqueles momentos do Tanquetazo, quando, concretamente, pela primeira vez, parte do exército se voltava explicitamente contra o governo popular:

Se tomó el acuerdo de quedarse todos cuidando la industria y salir sólo las brigadas de choque a juntarse con las brigadas de otras empresas. Tuvimos problemas con algunos compañeros, porque ellos decían que no podíamos salir sin nada, que eso era llevar la gente al matadero. Nosotros insistimos em que había que seguir las instrucciones del Cordón. La primera tarea para estas brigadas de choque fue salir a tomar locomoción se como sea y traerla a las industrias [...]⁴⁰⁶

En el Tanquetazo los trabajadores permanecieron en las industrias y en la noche asistimos en masa a la plaza de la Constitución, donde habló Allende. La discusión giraba en torno al golpe de estado, de lo que venía, de la guerra civil y todos los trabajadores decían, por favor, hay que cerrar el congreso, hacer una nueva constitución, llamar el plebiscito. Le gritaban al presidente plebiscito, plebiscito! Y Allende, respetó la constitución hasta el final, ese fue el gran error de Allende.⁴⁰⁷

O Cordón Cerrillos adotou uma dinâmica particular em relação aos outros Cordones, em função, inclusive, da sua efetiva organização. Além de seguir a direção da CUT, Cerrillos inovou quanto a outras formas de resistência para além da ocupação das fábricas. A revista

⁴⁰⁶ Comandos y Cordones de Pie Frente al Golpe. In: *Chile Hoy*, nº 56, Santiago, semana de 6 a 12 de julho de 1973, p. 32.

⁴⁰⁷ Hugo Valenzuela, socialista, do Cordón San Joaquin. Entrevista concedida à autora no dia 24 de setembro de 2009. É importante pontuar que, segundo a Constituição chilena da época, somente o Parlamento tinha poder para convocar um plebiscito.

*Chile Hoy*⁴⁰⁸ publicou dois comunicados do Cordón Cerrillos que orientaram a ação dos trabalhadores. Reproduziremos as partes que julgamos mais relevantes, mas destacamos que algumas instruções foram substituídas pelo símbolo de reticências (...) ou pela expressão “sem descrição”, que pensamos terem sido utilizados de forma intencional pelo Cordón para não explicitar toda a tática empregada.

Segundo comunicado emitido às 9:25h do dia 29 de junho, as principais ações dos trabalhadores deveriam ser: 1) Ocupar todas as indústrias; 2) controlar e requisitar alimentos, remédios, combustíveis e veículos; 3) sem descrição; 4) sem descrição; 5) a central de coordenação do Cordón estaria localizada em “...”, para onde deveria ser enviado rapidamente um representante por indústria com informações da região a que pertence; 6) as instruções do Cordón só seriam repassadas a um representante por indústria ou dos partidos de esquerda, que deveriam apresentar um papel com o timbre do Cordón.

Outro comunicado foi emitido às 11:45h com as seguintes orientações: acumular o máximo possível de combustível e levantar barricadas de acesso às indústrias.⁴⁰⁹ Por volta das 14 horas, uma nova instrução, dessa vez, ditada pela CUT e ratificada pela assembleia do Comando do Cordón, convocava para uma mobilização no centro de Santiago entre 17 horas e 18 horas. Nesta mesma instrução, o Comando dos Cordones fazia um apelo às direções dos Cordones e aos trabalhadores quanto à necessidade de, naquele momento de crise, haver unidade política e de ação entre os trabalhadores. E, por isso, decidiam acatar a decisão da CUT em convocar uma passeata até o centro de Santiago, mas adotando alguns cuidados: não deixar um número inferior a 30% dos trabalhadores constantemente nas empresas; estabelecer comandos móveis de trabalhadores que patrulhassem o setor; garantir o deslocamento dos trabalhadores em proteção; estabelecer um plano de defesa que permitisse isolar o interior da indústria de qualquer contato com o exterior; coordenar o deslocamento dos trabalhadores até o ato político, na Praça da Constituição, para garantir a segurança dos participantes.

O quarto e último comunicado relatado pela revista foi divulgado no dia 1º de julho, com intuito de preparar os coordenadores dos Cordones para qualquer imprevisto: desenvolver no mais alto nível a preparação para responder às ações fascistas, formando comitês de autodefesa e brigadas, além de centralizar e manter recursos necessários para o desenrolar dos acontecimentos; criar, ampliar e fortalecer os Comandos Comunales como organismos de unidade na condução e direção de operários e do povo. O comunicado ainda

⁴⁰⁸ Chile Hoy, nº 56, semana de 6 a 12 de julho de 1973.

⁴⁰⁹ Segundo Javier Bertin, essa estrutura do Cordón Cerrillos, denominada político-militar, durou mais ou menos por um mês e meio, e depois, em função dos novos compromissos do PC e do PS, a estrutura acabou sendo diluída. Cf. SILVA, op. cit., p. 403.

afirmava que os trabalhadores responderiam às ofensivas patronais desenvolvendo suas próprias formas de luta expressas na ocupação de indústria, expropriação das grandes distribuidoras, unindo o povo (estudantes, “pobladores”, soldados, carabineiros, camponeses e operários) em defesa dos interesses da classe trabalhadora. Por fim, fazem um alerta aos trabalhadores para permanecerem atentos aos chamados da CUT e dos Cordones, e que os fizessem chegar a todas as fábricas e ao conjunto dos trabalhadores.

Nota-se que as instruções aqui citadas estão concentradas mais em uma posição de defesa dos territórios do que, propriamente, de ataques aos conspiradores, confrontando as afirmações feitas pela direita política de que existiam no país grupos armados de “extremistas” de esquerda, muito organizados, capazes de combater até as Forças Armadas.⁴¹⁰ O fato foi que os Cordones desempenharam papel importantíssimo para resistência ao Tanquetazo, de forma coordenada e eficiente, mas em hipótese alguma foi uma resistência para além dos limites físicos das fábricas.

Segundo os depoimentos dos trabalhadores que entrevistamos e os relatos existentes no livro de Miguel Silva, neste dia 29 de junho os trabalhadores não viram qualquer tipo de movimentação armada entre os trabalhadores dos Cordones, a não ser com coquetel molotov, uma arma incendiária muito utilizada em protestos e, inclusive, nas tomas de indústrias.⁴¹¹

Ressaltamos que a CUT e os Cordones (com exceção de Cerrillos) traçaram como estratégia as mesmas ações que adotaram durante os períodos de crise do governo: ocupação de indústrias, organização de comitês de vigilância, construção de barricadas nas principais avenidas de acesso às indústrias, marchas em defesa do governo.

Ainda em 29 de junho os partidários da UP se encontraram em frente ao palácio La Moneda para um grande ato político a fim de respaldar o governo. Ali, segundo as memórias de Alain Touraine, era possível escutar o grito “¡A cerrar, a cerrar, el Congreso Nacional!” enquanto o presidente discursava sobre as dificuldades do governo e a postura de resistência do povo chileno. Outra observação realizada pelo autor é que a vida política chilena estava de fato em uma corrente favorável à organização do poder popular:

Siempre que, desde hace un año, la derecha lanza un ataque, ya sea económico, político o militar, la reacción popular excede en mucho la resistencia al ataque y

⁴¹⁰ O senador do Partido Nacional Francisco Bulnes denunciava que os Cordones Industriales obedeciam ao propósito “*de crear el llamado poder popular, una organización paramilitar dotada de una cadena de fortalezas, bien pertrechada de armas y explosivos, organizada militarmente y destinada a un enfrentamiento con las Fuerzas Armadas*”. Cf. SALAZAR, Manuel. *El Rebelde de Patria y Libertad*. Santiago: Ed. Mare Mostrum, 2007, p. 133.

⁴¹¹ Estamos nos referindo aos depoimentos que realizamos em Santiago no ano de 2009.

marca un progreso decisivo en la formación de un movimiento revolucionario.⁴¹²

Enquanto os movimentos populares se radicalizavam, Allende novamente reafirmava que a revolução chilena se faria com pluralismo, democracia e liberdade, e por isso não poderia fechar o congresso, mas sim convocar um plebiscito para que o povo definisse sobre essa questão.

O fato é que Allende, em toda sua trajetória política, sempre foi partidário da democracia, entendendo por ela liberdade política, liberdade material, liberdade cultural e participação popular.⁴¹³ Como afirmou em seu discurso na ONU, no Chile “*luchamos por construir una democracia auténtica... el nuestro es un combate permanente por la instauración de las libertades sociales, de la democracia económica mediante el pleno ejercicio de las libertades políticas*”, e, para tal, o uso da força armada estava fora de questão.⁴¹⁴

Segundo Marquez, após o levante militar, o movimento popular e operário articulado nos Cordones Industriales e Comandos Comunales experimentou um ciclo de mobilizações, agitação e de debates internos, direcionados para a defesa do governo frente a uma nova tentativa de levante militar. Muitas indústrias permaneceram ocupadas e administradas pelos próprios trabalhadores. O Cordón Vicuña Mackenna divulgou uma declaração em 9 de julho de 1973, em que os trabalhadores e o povo “*no deben perder ni un minuto. Vamos a prepararnos para repeler el próximo golpe, tomando en cuenta los hechos del 29 de junio, acción que fue un pequeño ensayo, en el cual sólo unos pocos complotadores llegaron a ser visibles*”.⁴¹⁵

A preocupação de muitas lideranças dos Cordones Industriales, após o Tanquetazo, estava relacionada à preparação armada dos trabalhadores, uma vez que, apesar das atuações coordenadas, era evidente que não havia qualquer preparação militar massificada. O presidente do Cordón Cerrillos, Hernán Ortega, em entrevista à pesquisadora Sandra Castillo, afirmou que no dia do Tanquetazo chegou a defender em assembleia que o Cordón não comparecesse ao ato convocado pelo presidente Allende e pela CUT, para iniciarem um plano

⁴¹² ARATE, Jorge; ROJAS, Eduardo. *Memória De la Izquierda Chilena, tomo II*. Santiago: Javier Vergara, 2003, p. 125.

⁴¹³ MOULIAN, Tomás. *Fracturas. De Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende (1938-1973)*. Santiago: LOM, 2006, p. 269.

⁴¹⁴ Discurso de Salvador Allende na ONU. Disponível em <<http://www.salvadorallende.cl/discursos/1972/NU.pdf>>.

⁴¹⁵ Citado por CANCINO, op. cit., p. 418.

militar de defesa do governo.⁴¹⁶ Segundo ele, não estava na hora de festejar, mas de se organizarem. As direções dos Cordones começam a vislumbrar a necessidade de se prepararem para um enfrentamento armado. No entanto, foram os partidos políticos, principalmente MIR e PS, que desenvolveram treinamentos militares com suas respectivas bases partidárias. Ambas as organizações contaram com a ajuda de representantes cubanos, sendo que alguns dirigentes chegaram a ir a Cuba para aperfeiçoar suas táticas de guerra. No entanto, para o treinamento mais “massivo”, a estrutura e o armamento geralmente eram precários. Assim, a política militar dos partidos estava absolutamente desconectada a uma política de treinamento massivo da base dos Cordones Industriales.

O mirista e responsável pelo Comitê Militar do Cordón Cerrillos, Guillermo Rodríguez, afirma que a preparação militar dos Cordones foi muito incipiente e dependente da conjuntura política do país. Em 1973, em função do Tanquetazo, é organizado um comitê militar⁴¹⁷ solicitado pela direção do Cordón Cerrillos, com a participação de todos os partidos políticos que tinham representação nos sindicatos das indústrias do Cordón, dentre eles PS, PC, MIR, Izquierda Cristiana e MAPU.

O comitê tinha a função de articular um plano de comunicação, orientar a organização de grupos de autodefesa, preparar uma defesa “*activa*” com homens, veículos, armamento e equipe de atenção médica. Cada indústria deveria enviar um delegado ao comitê para receber instruções. Questionado sobre as armas nas indústrias, Guillermo afirma que eram poucas e cita, por exemplo, que na indústria Perlak utilizavam-se as armas que o interventor havia comprado para os vigias da empresa. Havia, aparentemente, um baixo nível de armamento.

Deste modo, a temível preparação militar dos Cordones, ao que parece, era quase nenhuma e dependia, definitivamente, da disposição dos dirigentes partidários e da conjuntura política imediata, não vislumbrando, portanto, uma ação de longo prazo para a constituição de milícias populares.⁴¹⁸ O núcleo principal do comitê militar era constituído por quadros

⁴¹⁶ CASTILLO, Sandra. *Cordones Industriales. Nuevas formas de sociabilidad obrera y organización política popular (Chile, 1970-1973)*. Santiago: Ed. Escapate, p. 287.

⁴¹⁷ Antes deste período foram formados dois outros comitês militares que acabaram se desarticulando: um durante as primeiras ocupações na comuna, em meados de 1972, e outro durante mobilizações de camponeses de Maipu. Nem todos os partidos políticos participaram ativamente desses comitês.

⁴¹⁸ O livro do ditador Augusto Pinochet, *El Día Decisivo*, enumera sete escolas de guerrilhas, além de um arsenal significativo de armas apreendidas no dia do golpe. Segundo o livro, um dos documentos encontrados na casa do presidente Allende descrevia os cursos dos treinamentos de guerrilha: “*Ramos: A) Armas; B) Contrainteligencia; C) Explosivos; D) Tácticas militares; E) Educación política; Ramos Prácticos: A) Infantería; B) Posición y ataque; C) Armas: Pistolas y revólveres; Temas: Paso a la clandestinidad; Guerra de Guerrillas; Ejército Popular y Armas.*” O problema dessas informações é justamente a confiabilidade das fontes citadas, uma vez que os militares utilizaram como argumento para a violência do golpe a escalada armada da sociedade chilena. As informações que constam no livro são tão chocantes que, em determinado momento, na parte em que enumera os sindicatos que faziam parte do Cordón Santiago-Centro, há uma referência, “*no se dan*

políticos que assessoravam e propunham um formato de “exercícios” diretamente aos dirigentes locais, que subordinavam a participação de suas bases nesses treinamentos às circunstâncias particulares das fábricas. Neste sentido, as demandas internas mais urgentes (como as questões relativas à produção) acabavam por serem priorizadas, inclusive em função de as direções políticas dos sindicatos e dos partidos políticos subestimarem a possibilidade de uma guerra civil. Segundo Guillermo Rodríguez, no período de julho a setembro, somente ele foi requisitado no Comitê Militar para “*comenzar a estudiar el tema militar de la defensa de la comuna, con jornadas realizadas en las industrias Perlack, Fensa, Pizarreño y campesinos*”.⁴¹⁹

Guillermo pontua que após o MIR ter conhecimento do plebiscito que Allende convocaria, por volta do dia 6 de setembro, pensaram que viria um golpe branco ou um processo de conciliação em que os militares assumiriam, com respaldo da UP, a maioria dos cargos no governo. Em função dessa questão, os miristas acabaram retirando todas as medidas defensivas, ou seja, desmontaram parte do aparato de resistência, escondendo armas e granadas em lugares mais distantes das indústrias.

Ainda nesse período pós-Tanquetazo, todos os setores de esquerda radicalizaram os discursos, claro que em graus distintos. O Partido Socialista explicitou sua tática “rupturista” e extrainstitucional, indicando que necessariamente ocorreria um enfrentamento decisivo e, portanto, era preciso buscar unidade entre operários, camponeses e soldados. Ainda reforçou sua posição de colocar-se contrário a qualquer tipo de saída negociada com o centro político. O PC, dentro da sua linha gradualista, buscava caminhos para evitar a guerra civil por meio da negociação com a Democracia Cristã e pela aplicação de medidas contra a oposição.⁴²⁰ Entretanto, em meados de agosto, o PC já reconhece que seria necessário estar preparado para todas as circunstâncias e combater em todos os terrenos, deixando subentendido que o partido já admitia o enfrentamento armado. Para o MIR era necessário passar à ofensiva com o poder “*revolucionário de las masas*”, expressos pelas organizações sindicais, Comandos Comunales e Cordones Industriais.⁴²¹

Salvador Allende, em pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão, reafirmou mais uma vez a necessidade de buscar uma saída política para evitar o possível enfrentamento. Era um recado à Democracia Cristã, que acabou aceitando um último diálogo,

los nombres de los integrantes de los consejos en atención a que se encuentran en poder del CNI”. Cf. PINOCHET, A. *El Día Decisivo*. Santiago: Instituto Geográfico Militar de Chile, 1982, p. 228.

⁴¹⁹ Guillermo Rodríguez, mirista, Cerdón Cerrillos. Entrevista realizada pela autora dia 28 de setembro de 2009.

⁴²⁰ MARQUÉZ, op. cit., p. 197.

⁴²¹ TRONCOSO, op. cit., p. 357.

em função das pressões feitas pela Igreja Católica, que emitiu uma declaração pública em 16 de julho de 1973, chamando os chilenos a construir um pacto nacional que propiciasse um diálogo entre os dois blocos políticos: esquerda e centro.⁴²²

O presidente anunciou na assembleia nacional da CUT, em julho de 1973, os oito pontos que deveriam ser conduzidos no diálogo com a DC: 1) Gerar um consenso mínimo com objetivo de respaldar o regime institucional e a autoridade do governo; 2) rechaçar toda a possibilidade de formação de estruturas militares paralelas, além de não envolver as FFAA dos conflitos políticos; 3) desenvolver um poder popular vinculado ao governo e não antagônico ao regime institucional; 4) reafirmar a via institucional estabelecida pelo programa de governo; 5) definir com precisão as competências correspondentes a cada um dos poderes do Estado; 6) assegurar a plena vigência do Estado de Direito, o que supunha colocar fim ao bloqueio legislativo por parte da oposição e desenvolver a ordem jurídica; 7) definir o regime de propriedade das empresas, precisando legalmente os limites da APS; 8) implementar medidas econômicas concretas para deter a inflação, assegurar a distribuição e o desenvolvimento econômico. Ou seja, o governo esperava que a DC se dispusesse a dialogar sobre suas principais pautas que foram obstruídas pelo Parlamento durante os anos anteriores, e eram fundamentais para a “via chilena ao socialismo”.⁴²³

A Democracia Cristã, por sua vez, afirmava que qualquer negociação deveria estar diretamente condicionada ao desmantelamento de grupos armados que atuavam à margem da Constituição, à devolução das indústrias ocupadas e organização de um ministério que oferecesse plenas garantias ao país de que o acordo seria cumprido efetivamente. Portanto, pediam indiretamente a entrada de militares no governo, caracterizando-o como cívico-militar. Não por acaso, a partir de julho, uma série de declarações contra os Cordones Industriales foi feita pela imprensa e pelo Parlamento. Fazia parte do jogo tensionar o governo e a sociedade quanto à existência desses organismos como ameaça ao Estado de Direito.

A proposta da DC era explicitamente um golpe contra a coalizão política de Allende, sem o uso de armas, mas legitimado pela própria UP, caso esta aceitasse as condições impostas.

Em 8 de julho de 1973, Eduardo Frei (DC) declarou no jornal *El Mercurio* que a política da esquerda era reforçar os Cordones Industriales para que pudessem fazer um cerco armado a Santiago. Frei ainda afirmou que o Poder Popular não era o povo do Chile, mas grupos que se autoqualificavam como povo e pretendiam submeter, pela força, outros

⁴²² Id., op. cit., p. 358.

⁴²³ MARQUÉZ, op. cit., p. 264.

trabalhadores.⁴²⁴ É interessante ressaltar que após o Tanquetazo, o tema da militarização dos movimentos populares entram na pauta dos discursos da DC e do PN.

A partir do mês de julho, os debates sobre o poder popular também deram a tônica dos discursos no Parlamento com declarações que tentavam tensionar e criar estereótipos quanto aos Cordones Industriales. A direita política e a DC utilizaram o espaço parlamentar para criticar e vincular essas organizações que eram “*incompatible con la subsistencia del poder institucional, de derecho que consagra la Carta Fundamental como base esencial de nuestro régimen democrático*”. Também acusavam as autoridades e funcionários do Estado de participarem e serem cúmplices na distribuição de armas para mulheres, trabalhadores e crianças, na ocupação dos meios de produção, de escola e centros vitais para a vida coletiva. Assim, o discurso do senador Patricio Aylwin (DC) acusava duramente o governo de romper com o estatuto de garantias aprovado pelo Parlamento após a eleição em 1970. O senador ainda afirmava que recaía sobre o governo a responsabilidade de possibilitar as condições básicas do diálogo democrático, se realmente quisessem defender a democracia, ou seja, ou o governo aceitava as condições colocadas pela Democracia Cristã para iniciar um acordo ou recairia sobre a própria UP a responsabilidade de rompimento institucional.⁴²⁵

É perceptível nos discursos dos parlamentares a preocupação quanto ao real poder armado dos Cordones Industriales. A Lei de Controle de Armas (Lei nº 17.789), aprovada no Parlamento e sancionada pelo presidente Allende no dia 20 de outubro de 1972, na prática, possibilitou ao exército chileno vistoriar fábricas, “poblaciones”, sindicatos e sedes dos partidos políticos para apreenderem armas. A lei acabou sendo aplicada para os grupos de esquerda, sobretudo para os Cordones Industriales, enquanto os grupos extremistas de direita, como Patria y Libertad, passaram ao largo da lei.

As ações militares que buscavam prováveis esconderijos de armas nos Cordones Industriales se tornavam mais violentas, chegando inclusive a humilhar, torturar, balar e assassinar trabalhadores durante as inspeções.⁴²⁶ Nos Cordones Industriales, a lei passou a ser

⁴²⁴ *El Mercurio*, 8 de julho de 1973, p. 1.

⁴²⁵ *Diario de Sesiones del Senado*, sesión 35ª, en 11 de julio de 1973. V. Orden del Día. Discurso del Senador Patricio Aylwin, p. 1.282-1.292.

⁴²⁶ Um dos conflitos mais graves foi na indústria Lanera Austral de Punta Arenas, extremo sul do Chile, onde um operário morreu baleado e outro foi gravemente ferido. Segundo relatos, nas sessões de revista, os trabalhadores passaram horas com o rosto sobre a neve, o que causava queimaduras graves. A Confederação dos Trabalhadores do Cobre redigiu um manifesto exigindo modificações na lei de controle de armas em função de ter-se tornado um instrumento de repressão contra a classe trabalhadora. Outro conflito emblemático foi o caso da indústria Sumar, que, segundo relato dos militares, pensava-se ser a indústria mais bem-armada e preparada entre os Cordones. Não por acaso, a Força Aérea Chilena cercou a indústria no dia 8 de setembro de 1973, apenas três dias antes do golpe militar, realizando operações com três aviões da Força Aérea para coagir os trabalhadores. Novamente houve violência contra eles. Cf. *Tarea Urgente*, nº 12, p. 4.

chamada de Lei Maldita. O relato de um trabalhador ao jornal *Tarea Urgente* contestava as posições das Forças Armadas sobre a escalada armamentista nos Cordones Industriales:

La verdad es que los trabajadores no estamos preparando para combatir una asonada fascista. Hasta ahora no tenemos las armas que nos supone la reacción, pero sí tenemos miles y miles de trabajadores dispuestos a recibirlas y emplearlas en contra la burguesía. Y en esa tarea estamos empeñados ahora. Organizando, preparando en todos los terrenos al pueblo para que combata eficazmente a sus explotadores seculares. De modo que pueden hacer los registros que quieran. No encontrarán esos arsenales que buscan. Sólo encontrarán trabajadores, campesinos y pobladores dispuestos a luchar hasta la muerte en defensa de este proceso.⁴²⁷

Os excessos cometidos por militares eram tão graves que o próprio comandante em chefe das FFAA, Carlos Prats, organizou uma reunião com o alto comando militar para solicitar que as vistorias fossem conduzidas com tranquilidade. Nesta ocasião, também cobrou do alto comando ações contra o grupo paramilitar Patria y Libertad, que publicamente havia declarado emprender a luta armada desde a clandestinidade.⁴²⁸ A imprensa direitista utilizava cada ação das Forças Armadas para alarmar a sociedade quanto à presença de um poderoso arsenal de armas em conjunto com um número exorbitante de “terroristas” estrangeiros, principalmente cubanos, presentes no país para o golpe comunista.⁴²⁹ Essa postura dos jornais ajudou a aumentar a tensão política na sociedade, além de tornar-se uma desculpa para o fim do diálogo entre UP e DC.

Segundo Guillermo Rodríguez, o governo, ao permitir e estimular as ações para apreensão de armas nas indústrias e não agir energicamente contra os casos de tortura cometidos por agentes das Forças Armadas, acabou criando muito desânimo entre os militantes que organizavam algum tipo de preparação militar para defender o governo. As poucas armas existentes tiveram que ser cuidadosamente escondidas para evitar apreensões,

⁴²⁷ *Tarea Urgente*, nº 8, 13 de agosto de 1973, p. 4.

⁴²⁸ GONZÁLEZ, op. cit., p. 457

⁴²⁹ No jornal *El Mercurio*, quase todos os dias havia denúncias contra os Cordones. Dentre as diversas matérias denunciando a existência de grupos extremistas nos Cordones Industriales, escolhemos duas manchetes para exemplificar. No dia 3 de agosto de 1973: “*Denuncia militar: elementos extremistas en un paro parcial de FAMAE.*” A matéria acusava extremistas de participarem de ações do Cordón Cerrillos e Vicuña Mackenna durante a paralisação da indústria FAMAE. No dia 9 de setembro de 1973, novo alarme: “*Afirma la Fach: hay fuerzas paramilitares en el interior de Sumar.*” A matéria afirmava que os militares foram atacados por trabalhadores no interior da indústria e de casas vizinhas.

além de se exigir dos militantes mais atenção com relação aos poucos “exercícios” militares. Ou seja, a lei de armas prejudicou a atuação, já tardia, de preparação militar dos Cordones. Guillermo Rodríguez afirma, ainda, que essa discussão em grande medida tem sido ocultada pela esquerda chilena, que “*no puede explicar la escasa confrontación real el día del golpe*”.⁴³⁰

No dia 19 de julho, o Cordón Vicuña Mackenna realizou uma grande jornada que foi denominada pelo movimento no dia em que a região tornou-se “*territorio libre de los trabajadores*”. A ação foi coordenada pelo MIR e por setores mais radicalizados do PS e consistiu na obstrução das principais vias que davam acesso à região de Vicuña Mackenna por meio de barricadas. A principal reivindicação era a estatização das empresas ocupadas desde o Tanquetazo. Participaram conjuntamente “pobladores” e operários. A ocupação foi violentamente reprimida por carabineiros e um militante do MIR morreu asfixiado por gás lacrimogêneo.

Tudo indica que a ação também foi uma espécie de ensaio para a possível reação contra tentativas de golpes, já que ao final do documento de avaliação da ocupação chama a atenção o alerta quanto à necessidade de aprimorar a organização das mobilizações e centralizar melhor o comando das “operações”, tendo em vista que participaram “pobladores” e trabalhadores, e, por esse motivo, define-se que em toda mobilização de um Cordón quem chefiava as ações era a direção do próprio Cordón.⁴³¹ Não houve relato na imprensa sobre qualquer utilização de armas de fogo por parte dos Cordones nessa manifestação especificamente.

Tal ação do Cordón Vicuña Mackenna também repercutiu nos jornais de direita, dentre eles o *La Tercera de la Hora*, que se localizava no perímetro do Cordón. Segundo o jornal, os trabalhadores da região tomaram e bloquearam por dez horas as ruas do Cordón em uma “*desafiante demostración de fuerza*”. De acordo com o jornal, mais de 400 indústrias estavam tomadas ou isoladas pelo bloqueio da manifestação, dentre elas a Manufatura de Papéis e Cartões de propriedade do ex-presidente da República Jorge Alessandri.⁴³² Os manifestantes só permitiam a passagem de veículos das empresas estatizadas ou de abastecimento de matéria-prima. Para finalizar, publicaram a seguinte declaração dos dirigentes da ação: “*No quedará ninguna industria, ni fábrica, ni taller en este Cordón, que*

⁴³⁰ Guillermo Rodríguez, mirista, do Cordón Cerrillos. Entrevista realizada pela autora em: 28 set. 2009.

⁴³¹ Jornada de Combate en el Cordón Vicuña Mackenna. In: *Tarea Urgente*, nº 10, p. 3.

⁴³² Jorge Alessandri era do Partido Nacional e foi presidente do Chile durante os anos de 1958-1964. A empresa fornecia papel para a maioria dos jornais impressos do país.

*no pase a manos de los trabajadores. Que esto se entienda bien...*⁴³³

Em meados de agosto, a Democracia Cristã anunciou o fracasso e o término do diálogo. Era, portanto, o fracasso da estratégia de Salvador Allende e do PC de promoverem um pacto com a DC por meio do diálogo.

Diante dos fatos, as direções dos Cordones Industriales assumiram uma posição de permanente vigília frente à possibilidade de nova sublevação militar. A situação polarizada acabou reativando organicamente alguns Cordones que se encontravam pouco articulados, assim como estimulou a criação de novos Cordones Industriales, como o Cordón Santiago-Centro, organizado no final de julho de 1973 e que tinha a função de coordenar a ação de sindicatos, associações de funcionários, centros de alunos, dirigentes de organizações de “pobladores” e trabalhadores. Esse Cordón tinha importância do ponto de vista técnico-militar para apoio logístico das ações de defesa realizadas nos outros Cordones Industriales, especialmente para proporcionar informação, meios materiais, humanos e financeiros. Também tinha localização privilegiada, por integrar uma área muito próxima à sede política do governo, o La Moneda.⁴³⁴

Os socialistas aproveitaram a maioria política nos Cordones Industriales para sinalizarem que eram favoráveis à construção de uma aliança dos trabalhadores com setores das Forças Armadas, utilizando sua imprensa para conclamar os militares leais a ficarem do lado do povo e do governo. Nas memórias de Carlos Prats, Comandante em Chefe das Forças Armadas, há o relato de uma reunião realizada com Carlos Altamirano (PS) em que este relata sua simpatia pelos setores progressistas das Forças Armadas, já que os líderes antigos do PS vieram das fileiras do exército. Altamirano sustentava a necessidade de as Forças Armadas se posicionarem claramente em relação ao processo. Na conta política dos socialistas, se as FFAA respaldassem as posições do governo, não haveria possibilidade real de enfrentamento armado, uma vez que nenhum grupo de esquerda ou de direita poderia combatê-los militarmente. Altamirano também pensava na possibilidade de as FFAA se dividirem em dois blocos: os apoiadores da democracia e os golpistas. Prats contestou as teorias de Altamirano, já que as FFAA sentiam uma aversão “*ancestral por el marxismo*”, e que as resoluções do problema do país estariam no pacto programático, e não ideológico, entre os blocos políticos. Posição rejeitada pelo PS e pelos Cordones Industriales.⁴³⁵

Novamente foi decretada, no dia 24 de julho, greve dos setores de transporte,

⁴³³ *La Tercera de la Hora*, 20 de julho de 1973.

⁴³⁴ *Las Noticias de Ultima Hora*, 1º de agosto de 1973.

⁴³⁵ GONZÁLEZ, Carlos Prats. *Memórias. Testimonio de un soldado*. Santiago: Pehuén, 1985, p. 399.

repetindo o caos de outubro de 1972. Rapidamente os Cordones e a CUT coordenaram a ocupação das indústrias privadas e centros de distribuição, e passaram a organizar a distribuição dos produtos essenciais.

O clima em Santiago continuava tenso e polarizado, com ações extremas de direita e de esquerda. Entre o período de 27 de julho e 3 de agosto de 1973 foram registrados 180 atentados, dentre eles o que provocou o assassinato do Edecán Naval do presidente da República Arturo Araya Peters.⁴³⁶ O episódio provocou irritação, especialmente na marinha. A resposta das FFAA foi aumentar as ações de controle de armas nos Cordones Industriales, uma vez que representantes da direita e de jornais opositores atribuíam o atentado à extrema esquerda.⁴³⁷

Diante da difícil conjuntura, o Cordón Vicuña Mackenna publicou novas instruções elementares de preparação para situações como o Tanquetazo. Dentre as orientações estavam a permanência de trabalhadores em todos os turnos nos seus locais de trabalho e a organização de brigadas de defesa. A área do Cordón deveria ser dividida em quatro subáreas, sendo escolhida uma empresa, chamada de “cabeça”, para ser a responsável para repassar as instruções discutidas no Comando do Cordón. Na sede da empresa “cabeça” deveriam ser formadas comissões de comunicação, defesa, transporte, abastecimento e, por último, agitação e propaganda. As outras indústrias deveriam criar, sob orientação da indústria “cabeça”, comissões semelhantes. Por último, instruíam aos trabalhadores a assegurar laços de união com *“los hermanos de clase, el pueblo uniformado. Para ello, en toda ocasión que se presente, deberán hacerles claridad acerca de la similitud de sus intereses.”*⁴³⁸ Era evidente que a esperança de vitória em um confronto militar estava na postura de lealdade dos militares, sobretudo aqueles de baixa patente que geralmente vinham de classes sociais mais baixas. Por outro lado, entendemos que a insuficiência da preparação militar nos Cordones também está vinculada às formas de luta desenvolvidas tradicionalmente pelos sindicatos chilenos. Como ressalta Valenzuela, os trabalhadores eram apenas trabalhadores, nada mais.⁴³⁹

O Parlamento declarou no dia 23 de agosto, com os votos da maioria opositora, incluindo os votos da DC, a inconstitucionalidade e ilegalidade do governo, por permitir a

⁴³⁶ Tempo depois ficou comprovada a autoria do grupo Patria y Libertad, que utilizou uma arma que havia desaparecido do Regimento Blindado nº 2, rebelado no Tanquetazo.

⁴³⁷ SOFIA et al., op. cit., p. 274.

⁴³⁸ Cordones Industriales: ¡A la acción! El Cordón Vicuña Mackenna se prepara. In: *Tarea Urgente*, nº 8, 13 de agosto de 1973, p. 6.

⁴³⁹ Hugo Valenzuela, socialista, trabalhador da indústria Sumar no Cordón San Joaquín. Entrevista realizada pela autora em: 24 set. 2009.

criação de poderes paralelos, ilegítimos, que constituíam um perigo grave para a nação.⁴⁴⁰ Dentre vários pontos argumentados no projeto estavam a ocupação das indústrias e a formação de organismos, que, segundo os deputados opositores, exerciam uma autoridade que nem a Constituição do Chile lhes concedia: o ato de criar o chamado poder popular e de substituir os poderes legitimamente constituídos para servir de base à ditadura “marxista”, citando os Comandos Comunales, Conselhos Camponeses, Comitês de Vigilância e as JAP. Interessantemente, a argumentação da inconstitucionalidade não citava explicitamente os Cordones Industriales em nenhum momento.

Sem a possibilidade de diálogo com os democratas, Allende e o PC apostaram as últimas fichas na nomeação de militares para assumirem os principais ministérios do governo.⁴⁴¹

O governo da UP apresentou, de certa forma, um novo papel social aos militares, sob dois eixos principais: manutenção da subordinação militar ao mando civil, os incorporando nas tarefas de desenvolvimento nacional; e ao processo de mudanças socioeconômicas e políticas.⁴⁴² Enfim, o projeto da UP era transformar as Forças Armadas numa instituição moderna, democrática e integrada ao desenvolvimento nacional.⁴⁴³ Neste sentido, na primeira crise da UP, em outubro de 1972, os militares aceitaram a proposta de participarem por alguns meses do governo para acalmarem os ânimos políticos, tornando-se, portanto, atores ativos na conjuntura política.⁴⁴⁴

As direções dos Cordones Industriales reagiram com críticas à entrada dos militares no governo, por significar concordância com as posições apresentadas pela DC no período em que ainda se discutia a possibilidade de um acordo político. Miristas e setores do Partido Socialista afirmaram que a nomeação dos ministros militares era uma traição aos

⁴⁴⁰ Neste momento, dia 21 de agosto de 1973, o movimento gremialista e profissionais liberais entram em greve, aderindo à paralisação dos caminhoneiros.

⁴⁴¹ O chefe de Estado entregou os cargos de Defesa Nacional ao general Carlos Prats, Obras Públicas ao general Cesar Ruiz Danyau, Tierras y Colonización ao general José María Sepúlvida Galindo e Hacienda ao general Raul Montero Cornejo. Cf. *La Tercera de la Hora*, 14 de agosto de 1973. Em agosto aumenta a pressão por parte dos setores golpistas do exército para desestabilizar o general Prats e provar sua saída do governo, fato que ocorre em 23 de agosto de 1973. Nesta data, o general Prats renuncia ao cargo no governo e a posição de Comandante em Chefe das FFAA, seguido por mais dois generais Guillermo Pikerling e Mario Sepulvida. Neste momento o próprio Prats ao negociar sua saída com o presidente Allende sugere o nome de Augusto Pinochet, que neste momento já era Comandante em Jefe Subrogante do exército.

⁴⁴² VALDÍVIA, Verónica. *Todos Juntos Seremos la História: Venceremos*. Unidad Popular y Fuerzas Armadas. In: PINTO, Julio. (orgs). *Cuando Hicimos Historia*. Santiago: LOM, 2005, p. 179.

⁴⁴³ Id., op. cit., p. 206.

⁴⁴⁴ As Forças Armadas também foram incorporadas em diversos projetos sociais do governo, dentre eles o programa de distribuição de meio litro de leite às crianças e a Operação Inverno, que consistia em um trabalho de prevenção à tragédias naturais que sempre ocorriam no inverno, sobretudo, nas “poblaciones” e nos acampamentos. Trabalhos como esses acabaram por aproximar o corpo do exército à população mais carente e aproximaram a oficialidade da realidade social chilena. Cf. VALDÍVIA, op. cit., p. 198.

trabalhadores, criando grande constrangimento ao governo. No entanto, entre os trabalhadores essa posição não estava tão cristalizada. A revista *Chile Hoy* indagou, na seção “*Las cartas sobre la mesa*”, a opinião de alguns trabalhadores que participavam de uma mobilização convocada pela CUT e pelos Cordones Industriales, e muitos confiavam nas atitudes do presidente Allende e acreditavam que a entrada dos militares no governo significaria “*manos duras*” contra a paralisação dos caminhoneiros e contra aqueles que tentavam arruinar o país. Outros trabalhadores alertavam que não haveria problema na entrada de militares, desde que fossem poucos, para não configurar um governo militar.⁴⁴⁵

As comemorações dos três anos do governo da UP, realizadas no dia 4 de setembro de 1973, foram uma verdadeira demonstração de força e organização dos trabalhadores chilenos, liderados pela CUT e pelos Cordones Industriales. A convocatória da Central sugeria a realização de assembleias de base nas indústrias para aprovarem a paralisação geral das atividades às 16 horas do dia 4, para marcharem em colunas até a Praça da Constituição, em frente ao Palacio La Moneda.⁴⁴⁶ A marcha reuniu um milhão de trabalhadores sob a consigna “Unidad y Combate”.⁴⁴⁷

O fato é que a esquerda parecia não ter uma estratégia política diante da difícil conjuntura política. O PS chamava claramente para uma ruptura institucional, com apoio das FFAA legalistas,⁴⁴⁸ mas não apresentava uma política clara de como estabelecer essa aliança. Em discurso realizado no encontro do PS no dia 9 de setembro de 1973, Altamirano falou abertamente sobre o papel dos suboficiais e oficiais leais de defenderem o governo contra a conspiração da direita e de alguns setores das Forças Armadas. Ainda ressaltou que a esquerda não aceitaria arbitrariedades dos que possuem ou não possuem armas, e que a resistência viria do partido e da vanguarda da classe operária. O socialista não hesitou em afirmar que o Chile se transformaria em um novo Vietnã e, por meio da força dos trabalhadores, afastaria o golpe.⁴⁴⁹ Nesse discurso inspirado de Altamirano, ele chegou a citar

⁴⁴⁵ Revista *Chile Hoy*, nº 60, semana de 3 a 9 de agosto de 1973.

⁴⁴⁶ Para a marcha foram organizadas quatro colunas: 1) Coluna La Patria Vencera (Alameda com Brasil); 2) Coluna Tercer Aniversário (Estación Mapocho); 3) Coluna A Parar el Golpe (Tajamar con Providencia); 4) Coluna Unidad y Combate (Av. Matta com A. Prat.).

⁴⁴⁷ Mas de un Millón de Trabajadores Desfiló en Apoyo al Gobierno. *Las Noticias de Última Hora*, 5 de setembro de 1973.

⁴⁴⁸ A autora Verónica Valdívía afirma que o general Carlos Prats declarou, em 1969, que 80% do exército tinham tendência de centro-esquerda, mas não favorável ao marxismo. Tampouco eram partidários da Unidade Popular, em função da presença dos partidos marxistas, mas compartilhavam de suas ideias na questão da necessidade de modernização estrutural, do nacionalismo anti-imperialista e da necessidade de maior justiça social. Cf. VALDÍVIA, op. cit., p. 183.

⁴⁴⁹ SALAZAR, op. cit., p. 371.

o poema de Nicolás Guillén,⁴⁵⁰ o que foi interpretado pelos comandantes das Forças Armadas e, inclusive, pelo General Prats, que já havia renunciado ao cargo de Comandante em Chefe das FFAA, como uma forma de incitar a desobediência ao alto comando e a divisão interna do exército chileno, fato gravíssimo para os militares.

O MIR, em agosto, chamou abertamente a organização de tarefas de armamento popular e propunha uma greve geral por tempo indefinido, com a ocupação de fábricas e bairros. Indicava ainda que, no caso de desencadeamento de um golpe militar que destituísse o governo de Salvador Allende, a contraofensiva deveria ser a formação de um governo autônomo a cargo dos Comandos, dos Conselhos Comunales e dos Cordones Industriales com sede nas “poblaciones” periféricas.⁴⁵¹ Segundo Cancino, o MIR propunha utilizar a queda do governo para gerar um território livre, autônomo, baseado no poder popular. Os miristas conclamavam tropas e setores da oficialidade das Forças Armadas para atuarem junto ao povo.

O Partido Comunista, por sua vez, aprovou na comissão política uma resolução, publicada no jornal *El Siglo*, que afirmava que cada chileno deveria assumir seu posto de combate. O comunicado pedia para os movimentos populares reforçarem as atividades dos sindicatos industriais e profissionais, Cordones Industriales, Comandos Comunales, JAP e da frente patriótica de todas as organizações do povo para um esforço conjunto contra a paralisação das atividades cotidianas do país. A resolução da Comissão Política afirmava em tom de ameaça aos conspiradores:

El estado mayor de la conjura tome nota. Si el golpe se abre paso, cualquiera sean las formas que revista, la clase obrera y el pueblo se cruzaran en su camino. Las masas están abiertas y dispuestas a realizar mayores sacrificios en defensa de sus conquistas del gobierno legítimamente constituido y de la revolución chilena⁴⁵²

Em reunião do Cordón Cerrillos realizada em 14 de agosto de 1973, o Comando do Cordón reconhecia que a classe trabalhadora estava desorientada, principalmente após o anúncio da incorporação dos militares no gabinete. Por isso, convocaram um ato político para reafirmarem a necessidade de independência do poder popular diante do estado burguês, além de discutir as tarefas principais e “urgentes” dos Cordones Industriales e Comandos

⁴⁵⁰ O referido poema é: “No sé por qué piensas tú/ soldado que te odio yo/ si somos la misma sangre/ tú y yo-yo y tú/ tú eres hombre/ lo soy yo/ no sé por qué piensas tú/ soldado que te odio yo.” SALAZAR, op. cit., p. 370.

⁴⁵¹ TRONCOSO, op. cit., p. 382.

⁴⁵² *El Siglo*, 10 de setembro de 1973.

Comunales. Era nítido que a falta de coordenação da esquerda atingia os Cordones Industriales.

Um dirigente do MAPU afirmou, em entrevista publicada em 24 de agosto de 1973, que por volta de quinze dias os Cordones de Santiago, de forma integrada, não coordenavam atividades em Santiago e nem haviam liderado lutas importantes. O militante identificava a existência de uma crise de direção em função das polêmicas internas dos partidos da UP, de como reagir frente a um possível levante golpista.⁴⁵³ Ou seja, os Cordones refletiam as mesmas divergências desde o início do governo. Faltava condução única para organizar a resistência popular.

No final de agosto, em razão das acusações do Parlamento contra Calos Altamirano (PS), Mario Palestro (PS), Guillermo Garretón (MAPU) e Miguel Enríquez (MIR), acusados de infiltrar militantes nas Forças Armadas, os Cordones Industriales convidaram aos “*líderes da revolución a fijar sus cuarteles operativos en los centros industriales*”. O convite publicado no jornal *Tarea Urgente* ainda afirmava que nos Cordones iriam surgir os batalhões e as esquadras da revolução, e, por isso, os convidavam a permanecer nos Cordones. Ironicamente, o texto afirma que os líderes da oposição deveriam já ir buscando refúgio nas embaixadas, porque, iniciada a guerra, não teriam a oportunidade de fazê-lo. Por fim, anunciavam que continuariam a ocupar indústrias, colocando-as sob o controle operário, e seguiriam lutando pelo controle total do poder.⁴⁵⁴

Apesar da radicalização do discurso dos líderes dos Cordones, principalmente pós-tanquetazo, a sua preparação militar estava diretamente relacionada com as opções e práticas políticas dos partidos políticos de esquerda. Allende e o Partido Comunista comungavam da opinião de que formar um exército popular ou armar a população seria um sinal à sociedade e, principalmente, aos militares, que o caminho escolhido para a via chilena ao fim seria uma via armada. O Partido Socialista e o MIR afirmavam que o enfrentamento armado era inevitável em qualquer processo revolucionário de transição ao socialismo, e por isso era necessário treinar militarmente os trabalhadores. No entanto, na prática o discurso radicalizado era uma forma de encorajar os próprios militantes e apoiadores do governo, ao mesmo tempo em que funcionava como forma de intimidar setores contrários ao governo. O fato é que não existiu vontade e nem condições políticas para um treinamento militar massificado.

Carlos Altamirano, presidente do Partido Socialista, em entrevista recente ao historiador chileno Gabriel Salazar, recordou das últimas discussões que teve com Allende

⁴⁵³ De Frente (MAPU), 24 de agosto de 1973. In: SILVA, op. cit. p. 533.

⁴⁵⁴ Los Cuarteles del Pueblo. In: *Tarea Urgente*, nº 15, Santiago, 31 de agosto de 1973, p. 2.

sobre a preparação militar do “povo”, após o Tanquetazo. A dúvida colocada por Altamirano na reunião era o que fazer com os militares e o que fazer com as massas populares, em especial com os Cordones Industriales. Deveriam armá-los? Altamirano argumentava que não havia razão para que partidos da UP se colocassem contrários à organização paramilitar dos Cordones se a direita política dava mostras de que estava preparada militarmente por meio do grupo Patria y Libertad, por exemplo. A reunião terminou com Carlos Altamirano insistindo que, de todo modo, o Golpe viria, com ou sem preparativo da esquerda.

Como resposta, Salvador Allende afirmou, segundo Altamirano: “*No. Chile es un país donde eso no ocurre.*”⁴⁵⁵

⁴⁵⁵ SALAZAR, Gabriel. *Conversaciones con Carlos Altamirano. Memorias críticas*. Santiago: Debate, 2010, p. 288.

4.3. O dia 11 de setembro de 1973: resistência, sobrevivência e experiências individuais

Que lo sepan, defenderé esta revolución chilena y defenderé el Gobierno Popular porque es el mandato que el pueblo me ha entregado. No tengo otra alternativa: sólo acribillándome a balazos podrán impedir la voluntad que es hacer cumplir el programa del pueblo. Esta no es la tarea de un hombre, es el pueblo organizado en sus partidos, en sus sindicatos, en sus poblaciones, en su Central Única, el que está en el gobierno. Yo podré ser el intérprete de la voluntad de ustedes, pero mañana estarán junto a ustedes otros compañeros y si cae uno de ellos, vendrá otro y otro, y el pueblo seguirá en la revolución chilena.

(Salvador Allende, 3 de dezembro de 1971)⁴⁵⁶

A situação política no Chile após junho de 1973 tornou-se caótica. Os conspiradores intensificavam suas ações para comprometer os setores políticos da DC e militares na ação que interromperia brutalmente o mandato popular do presidente Allende.

O estudo da jornalista Mónica González sobre a conspiração que levou ao golpe assinala que, no início de julho, após uma tensa reunião do alto comando das FFAA, os informes internos apontavam para a existência de um “alarmante” número de armas nas indústrias, “poblaciones” e sedes políticas dos partidos da UP.

Deste modo, sem dúvida, o vigor das ações militares nos Cordones Industriales, durante os meses de agosto e início de setembro, sob pretexto de cumprir a Lei de Controle de Armas e Explosivos, esteve relacionado diretamente com a preparação do golpe militar, que aconteceria no dia 11 de setembro de 1973.⁴⁵⁷

Os Cordones Industriales tornaram-se os principais alvos dos conspiradores, que, para além de apreender armas, precisavam obter mais informações sobre o aparato militar desses “*cuerpos armados*”. A CIA, segundo os seus documentos internos desclassificados, considerava a iniciativa um “plano anti-insurgência” que tinha como função combater as possíveis bases de resistência ao golpe de estado.⁴⁵⁸ A violência com que o exército

⁴⁵⁶ Salvador Allende. *Acto de despedida al presidente Fidel Castro*, Estadio Nacional 3dez. 1971. Disponível em <www.salvador-allende.cl>. Acesso em: 10.12.2011.

⁴⁵⁷ Joan Garcés, que foi assessor direto do presidente Allende, afirmou que chegou ao conhecimento do presidente Allende um relatório sobre as ações em busca de armas realizadas pela FACH na indústria Sumar. O relatório continha detalhes sobre a ação e mostrava que os militares roubaram dinheiro da empresa e objetos pessoais dos próprios trabalhadores. Cf. GARCÉS, op. cit., p. 364.

⁴⁵⁸ GONZALÉZ, op. cit., p. 197.

averiguava a existência de armas nos espaços das indústrias chamava atenção da esquerda e causava inúmeros protestos dos sindicatos, CUT e Cordones Industriales.

O argumento mais utilizado pelo exército para combater os Cordones estará relacionado não a politização dos setores populares, mas a uma possível escalada armamentista. Assim, analisando hoje, faz sentido os diversos discursos realizados no parlamento por deputados e senadores de direita que ressaltaram, sobretudo no ano de 1973, a existência de armas nas mãos de populares.

O fato é que a possibilidade de reação militar ao golpe de estado, por parte dos Cordones Industriales, era extremamente difícil, uma vez que nos anos anteriores as iniciativas de preparação foram muito improvisadas e de pequeno vulto. Como afirma Cancino, nem o exército paralelo nem as milícias populares apresentavam materialidade social no contexto da UP.⁴⁵⁹

A decisão de efetivar o golpe militar foi tomada em reunião, em meados de julho de 1973, e se baseou em um estudo do exército sobre o governo, que ficou conhecido como Memorando Secreto. Entre os diversos pontos que constavam nesse documento, estavam algumas importantes constatações dos militares, como a *“excesiva politización del sector laboral en todos sus niveles, se ha traducido en indisciplina laboral y deterioro del principio de autoridad, lo que agudiza la crisis de la producción”*. Ainda afirmavam que era *“evidente la existencia de organizaciones y grupos armados paramilitares y extremistas que agravan la situación interna con actos de violencia claramente ilegales. La cuantía de los armamentos en poder de los grupos sería significativa”*.⁴⁶⁰ Em outras palavras, o documento já delineava parte da estratégia dos setores golpistas em promover um verdadeiro cerco aos principais Cordones e às maiores indústrias estatizadas.

Dando materialidade ao Memorando Secreto, para o dia do golpe, os militares conceberam um plano especial para os principais Cordones: o cerco ao Cordón Industrial Vicuña Mackenna estaria a cargo da Escola de Infantaria; a zona territorial de Maipú e o Cordón Industrial Cerrillos seriam o Regimento de Maipo, que após cumprir a missão deveria se dirigir ao centro de Santiago. A região do La Moneda, por sua vez, seria executada pela escola de suboficiais e do regimento de Tacna.⁴⁶¹

Patrício Quiroga também explicitou a organização das forças militares para diminuir ou isolar possíveis reações contra o golpe:

⁴⁵⁹ CANCINO, op. cit., p. 382.

⁴⁶⁰ Memorandum – 1º de julho de 1973, Santiago (Estrictamente Secreto). In: GONZÁLEZ, op. cit., p. 501.

⁴⁶¹ GONZÁLEZ, op. cit., p. 323

[...] La primera maniobra de las Fuerzas Armadas en Santiago fue el aislamiento de la periferia del centro... La Moneda representaba el símbolo del poder político, de manera que era imprescindible su toma... El primer anillo abarcó las calles Alameda, Agustinas, Moneda y Bulnes, operando el Blindado nº 2 Maturana, los regimientos Buin, Tacna y Escuelas de Suboficiales y Militar. El segundo anillo presionó sobre la periferia de la ciudad a cargo de los regimientos de fuera de la capital: Yungay, Guardia Vieja y las Escuelas de Caballería y de Montaña. Su misión era inmovilizar los Cordones Industriales, impedir la conexión entre la resistencia de La Moneda y la masa popular y luego atrapar entre dos fuegos toda posible resistencia. Los barrios fueron cortados entre sí a partir del control logrado sobre las principales vías: Av. Matta-Vicuña Mackenna, San Joaquín-Gran Avenida, Alameda-Pajaritos.⁴⁶²

Portanto, os militares estavam prevenindo meticulosamente qualquer tipo de reação dos populares organizados nos principais Cordones, como Vicuña Mackenna, San Joaquín e Cerrillos. Mas, de fato, eram esses Cordones que, mesmo de forma insuficiente, desenvolveram treinamentos militares ou de autodefesa.

Apesar de todo o aparato para cercar os Cordones Industriales, muitos trabalhadores e sindicalistas afirmaram, em seus relatos sobre o dia 11, que no início da manhã, ao saírem de casa para trabalhar, notaram apenas um número maior de militares circulando próximo a algumas fábricas, mas pensaram estar diante de mais uma ação do exército para fazer cumprir a Lei Maldita (Lei de Controle de Armas e Explosivos).

Ao contrário, o interventor de Cristalería de Chile, o comunista Alberto Muñoz,⁴⁶³ afirmou que ao percorrer o caminho de casa até a fábrica estranhou a presença de tanques de guerra nas ruas de Santiago. Ao chegar à indústria, imediatamente Muñoz entrou em contato com a CUT, com o PC e com a Corfo, que declararam não ter conhecimento de nenhum fato alarmante e ainda afirmaram que todos os dias chegavam denúncias como essas; portanto, deveria ser “*una más*”. Era difícil acreditar na materialização do golpe e no rompimento total das FFAA com o sistema democrático chileno. Alguns militantes, inclusive depois de presos, pensaram que o golpe duraria poucos dias, até os militares convocarem uma nova eleição. Não imaginavam que enfrentariam dezessete anos de ditadura militar.⁴⁶⁴

⁴⁶² Citado por CASTILLO, op. cit., p. 302.

⁴⁶³ Alberto Muñoz, comunista, interventor da Cristalería de Chile – Planta Padre Hurtado, Cordón Cerrillos. Entrevista realizada pela autora: 30 out. 2009.

⁴⁶⁴ GARCÉS e LEIVA, op. cit., p. 120.

Enquanto alguns sindicalistas buscavam informações do que ocorria, o aparato militar do PS havia recebido uma ordem para começar a atuar ainda às 6:30h da manhã. A reunião da direção desses militantes ocorreu paralelamente à reunião da Coordenação da Comissão Política dos Socialistas na indústria Fensa (produzia linha branca), em Maipú. A decisão das reuniões era recolher as armas dos depósitos secretos e levá-las até o estádio/parque Cormu, onde estariam os militantes do Partido Socialista. Após essa parte inicial do plano, os militantes se deslocariam para a empresa Indumet a fim de coordenar ações entre os Cordones Industriales de San Joaquín, Santa Rosa e Vicuña Mackenna.⁴⁶⁵

No caso do PC, a orientação geral aos comunistas, em caso de situações de golpe de estado, era para se dirigir aos postos de trabalho e aos centros de estudo. A Comissão Política se reuniu no início da manhã do dia 11 e, dentre as decisões tomadas, estava a não-resistência armada ou “mais ativa” em função do despreparo da maioria dos militantes comunistas e da dimensão do golpe. Resistir significaria a morte de muitos militantes e trabalhadores visivelmente em desvantagem em relação às FFAA.⁴⁶⁶ No entanto, em muitas fábricas os comunistas de base permaneceram nos seus postos de trabalho com a disposição para enfrentar o golpe, mesmo desarmados.

No dia do golpe, o MIR deu instruções para as direções “y fuerza” ordenarem a implementação de uma ofensiva geral. A decisão era enfrentar os militares, mas, concretamente, havia muitas dificuldades, principalmente em relação ao traslado do armamento dos dispersos depósitos até os focos de resistência, no ânimo das “massas” que estavam desconfiadas e desconcertadas, na falta de experiência de combate, dentre outros.⁴⁶⁷

Mesmo com a decisão do PC, a CUT, ainda no início da manhã, orientava os sindicatos a seguirem as instruções aprovadas no seu Conselho Deliberativo dias antes do golpe, transmitidas por meio de sinais de rádio:

El Consejo Directivo Nacional de la Central Única de Trabajadores instruye a los trabajadores de todo el país: Primero, ocupación inmediata de todos los centros de trabajo, fábricas, industrias, empresas, servicios, predios agrícolas, etc. Segundo, organizar en las fábricas la resistencia de los trabajadores tomando las medidas de movilización para cuando sean requeridos por la Central Única [...]⁴⁶⁸

⁴⁶⁵ GARCÉS e LEIVA, op. cit., p. 38 e 39.

⁴⁶⁶ ALVAREZ, Rolando. *Desde las Sombras. Una historia de la clandestinidad comunista (1973-1980)*. Santiago: LOM, p. 70.

⁴⁶⁷ NARANJO et al. La Tática del MIR en el Actual Período. In: *Miguel Enríquez y el Proyecto Revolucionario en Chile. Discursos y documentos del MIR*. Santiago: LOM, p. 293.

⁴⁶⁸ GARCÉS e LEIVA, op. cit., p. 119.

Apesar do comunicado, a CUT, os partidos de esquerda e o próprio presidente Allende ainda não tinham a dimensão exata da força das ações golpistas, e nem quem estava na sua coordenação. De alguma maneira, ainda apostavam em uma contrarreação dos militares legalistas. Segundo os depoimentos obtidos, mesmo tendo acesso às rádios que transmitiam comunicados do presidente Allende, foi apenas no momento do primeiro bombardeio ao La Moneda, em que foi possível ver uma nuvem de fumaça de várias partes de Santiago, que de fato perceberam a dimensão do golpe militar.

Com o decorrer dos acontecimentos naquela manhã, enquanto os aparatos militares dos partidos se movimentavam, foi o próprio Allende que tomou para si a responsabilidade de conduzir a atuação da classe trabalhadora. Às 7:55h da manhã o presidente falou pela primeira vez ao país, por meio da Rádio Corporación, sobre a sublevação militar e o papel dos trabalhadores, utilizando a mesma coerência política que o acompanhou nos anos de governo. Allende sabia que as organizações operárias não estavam em condições de atuar, isoladamente, contra as Forças Armadas. O presidente Allende, neste momento, reforçou os preceitos da via chilena ao socialismo os conclamando a ocupar seus postos de trabalho e para evitar um enfrentamento com os setores golpistas. Neste momento do discurso, Allende tinha a informação apenas do motim na marinha:

Habla el presidente de la República desde el palacio de La Moneda. Informaciones confirmadas señalan que un sector de marinería habría aislado Valparaíso y la ciudad estaría ocupada, lo cual significa un levantamiento en contra del gobierno legítimamente constituido... En esta circunstancias llamo sobre todo a los trabajadores. Que ocupen sus puestos de trabajo, que concurran a sus fábricas, que mantengan calma y serenidad. Hasta este momento, en Santiago no se ha producido ningún movimiento extraordinario de tropas... Lo deseo, esencialmente, es que los trabajadores estén atentos, vigilantes, y que eviten provocaciones. Como primera etapa tenemos que ver la respuesta, que espero sea positiva, de los soldados de la patria, que han jurado defender el régimen establecido que es expresión de la voluntad ciudadana... De todas manera, el pueblo y los trabajadores, fundamentalmente, deben estar movilizados activamente, pero en sus sitios de trabajo, escuchando el llamado que pueda hacerles y las instrucciones que les dé el compañero presidente de la república.⁴⁶⁹

Apesar do discurso, havia divergências no próprio Comitê político que estava presente

⁴⁶⁹ GARCÉS, op. cit., p. 378.

no palácio La Moneda, junto ao presidente Allende, em relação à atuação do movimento popular e também sobre uma possível rendição do presidente. O questionamento que se fazia naquele momento era se o movimento popular deveria continuar com as mesmas formas de luta que ocorreram em 29 de junho, no Tanquetazo: greve geral e ocupação de indústria.

O próprio Joan Garcés, assessor especial de Allende, em conversa com Jorge Godoy, ex-presidente da CUT e ministro do Trabalho, ponderou a necessidade de os trabalhadores marcharem até o centro da cidade, em vez de ficarem isolados dentro das indústrias. Godoy foi categórico afirmando que os trabalhadores deveriam estar em seus locais de trabalho; ali, sabiam o que teriam que fazer. Neste momento, o governo pensava ainda contar com o respaldo dos Carabineiros, que tinham 25 mil homens especialmente treinados e equipados para combate em cidades, e, junto aos sindicatos, aos trabalhadores poderiam significar uma demonstração de força para manter o controle sobre a cidade de Santiago, frustrando o golpe. Afirmou Garcés: “... *carabineros junto a trabajadores pueden ofrecer una resistencia muy seria. Suficiente en cualquier caso para ganar el tiempo indispensable para que en el seno de las Fuerzas Armadas los sectores antigolpistas puedan reaccionar, organizarse y enfrentar a los insurrectos.*”⁴⁷⁰

O diretor de investigações do governo, Alfredo Joignant, afirmou que chegou a falar por telefone com o presidente Allende que era o momento de distribuir as 120 metralhadoras “Walter”, que estavam sob seu controle, aos centros industriais, onde estavam concentrados militantes do PS e do PC. Segundo ele, apesar da negativa de Allende as enviou para os socialistas que estavam na empresa Indumet e para militantes do PC.⁴⁷¹ Os dilemas da esquerda eram o retrato da falta de um plano militar para defender o governo uma vez que o próprio projeto da via chilena se colocava contrários ao enfrentamento armado. A via chilena ao socialismo estabeleceu, desde o seu início, um caminho de contradição entre o projeto e a organização militar do povo, e assim foi até o final dos seus mil dias.

O segundo e o terceiro contatos do presidente com trabalhadores do país ocorreu às 8:10h e às 8:45h, respectivamente. Somente no terceiro contato foi confirmado que se tratava de um golpe de Estado. As orientações aos trabalhadores continuavam as mesmas, permanecerem nos seus locais de trabalho aguardando novas orientações. Às 9:02h, já com os aviões Hawker Hunter sobrevoando o La Moneda, o discurso do presidente se direcionou ao povo chileno, e não mais aos trabalhadores, pedindo que não se deixassem massacrar, mas que, ao mesmo tempo, deveriam defender suas conquistas. O último contato, já num tom de

⁴⁷⁰ GARCÉS, op. cit., p. 382.

⁴⁷¹ GONZÁLEZ, op., cit., p. 365.

despedida, ocorre às 9:15h, e Allende se direciona primeiramente aos trabalhadores para agradecer a lealdade e a confiança. Ao final, pede ao povo chileno que se defenda, mas diz que não deveriam se sacrificar, e tampouco se humilhar. Para muitos, esse foi um discurso desmobilizador; para outros, foi o que impediu um grande massacre.⁴⁷²

O presidente do Cordón Cerrillos, Hernán Ortega, afirmou que os Cordones não organizaram um plano de defesa armada em função das poucas iniciativas de preparação paramilitar, que não contou com o apoio de todos os partidos. Segundo ele, os trabalhadores pensavam que as Forças Armadas não participariam de um golpe; por isso, a estratégia utilizada até o dia 11 de setembro era a de bloquear o acesso dos golpistas nas indústrias e nas “poblaciones”. Com as ações violentas dos militares nos meses de julho a agosto nos Cordones Industriales, principalmente nos meses de agosto e setembro os trabalhadores passaram a sentir necessidade de pensar uma resistência armada concreta, mas já era tarde demais.⁴⁷³ No entanto, mesmo que tivesse ocorrido uma preparação, jamais poderiam imaginar que o golpe seria tão violento, que se bombardeariam a sede política do governo, as indústrias etc. Em outras palavras, os Cordones nunca pensaram em se preparar para uma guerra.

Corroborando as questões colocadas por Ortega, o depoimento de Carmem Silva a Miguel Silva aponta que a direção da Coordenadora dos Cordones já havia decidido, antecipadamente, que em caso de golpe não haveria resistência nas indústrias, talvez como uma atitude consequente frente ao despreparo:

“Yo fui enviada por la asamblea y por (Armando) Cruces, el viernes antes del golpe, a una reunión en Luchetti donde estaba toda la dirigencia de la UP reunida. Cruces me dijo según el análisis que habíamos hecho la carta de la Coordinadora a Allende... que viene el golpe y que habría que advertir a la gente que no venga al cordón y que se guarden para la resistencia porque aquí habría una matanza, porque ya se decidió que no defender las indústrias.”⁴⁷⁴

No Cordón Macul, segundo Tomás Inostroza, não houve preparação militar. O PS chegou a fazer uma pesquisa para saber quantos operários sabiam atirar, quantos tinham armas, mas efetivamente nunca chegou a organizar nenhum aparato militar no Cordón. No dia do golpe, quarenta pessoas permaneceram na indústria Continental com poucas armas, em

⁴⁷² QUIROGA, op. cit., p. 397 e 398.

⁴⁷³ GAUDICHAUD, op. cit., p. 199.

⁴⁷⁴ SILVA, op. cit., p. 558.

posição de defesa, aguardando os acontecimentos e a articulação de uma possível resistência. Mas as armas prometidas pelas direções dos partidos nunca chegaram.⁴⁷⁵

Aldo Aguillar⁴⁷⁶ afirmou em entrevista que não houve preparação militar efetiva nos Cordones, porém ponderou que muitos trabalhadores tinham um treinamento mínimo porque haviam se alistado no Serviço Militar obrigatório para jovens de dezoito anos. Aguillar diz que após o Tanquetazo houve a iniciativa, por parte de alguns partidos, de organizar um grupo de trabalhadores em outros pequenos grupos, para preparar um sistema de defesa, que não se efetivou, em função das ações do exército para desarmar os setores industriais. Guillermo Orrego, trabalhador do mesmo Cordón, também concorda que o treinamento militar foi ínfimo, principalmente porque os militantes estavam preocupados em organizar a área de produção e garantir a democracia interna na indústria.⁴⁷⁷ Diferentemente das duas experiências anteriores, Joaquín Abarzúa Leon conta que, depois do Tanquetazo, em Sumar, apesar da pouca estrutura, houve preparação militar específica para combate na cidade, com a coordenação de militantes socialistas.

Neste sentido, entendemos que a pouca resistência armada em algumas indústrias, no dia 11 de setembro, foi assumida pelos partidos políticos, e não pela direção dos Cordones, que, apesar do discurso radicalizado, não criou condições efetivas para o enfrentamento armado. Assim, existem evidências que indicam um planejamento mínimo dos partidos políticos e sindicalistas, que chegaram a distribuir algumas armas nas principais indústrias, onde permaneceram muitos militantes políticos. Ao pensar o desenvolvimento do governo Allende, a constituição dos Cordones Industriales, suas pautas políticas e a tradição sindical chilena, parece um tanto razoável afirmar que os Cordones Industriales não tinham característica de uma organização militar ou que visassem a uma preparação armada de sua base de trabalhadores. O discurso radicalizado e que ressaltava, principalmente em meados do ano de 1973, a organização de um sistema de defesa não se materializou em uma preparação armada. Entendemos que não era simplesmente pelo fato de serem dirigidos pelos partidos políticos que seriam uma organização militar, tanto que, dos diversos momentos em que se adotou um comando com tal finalidade, não houve êxito. Essa questão, conjugada à convicção de que setores leais das FFAA apoiariam a resistência contra o golpe, pode clarear alguns motivos da não-preparação dos Cordones.

As indústrias que compunham os Cordones Industriales eram em sua maioria apenas o

⁴⁷⁵ GAUDICHAUD, op. cit., p. 243-245.

⁴⁷⁶ Aldo Aguillar, mirista, Cordón Vicuña Mackenna. Entrevista realizada pela autora em: 4 nov. 2009.

⁴⁷⁷ Guillermo Orrego, militante da Juventude Comunista, Cordón Maipú. Entrevista realizada pela autora em: 21 nov. 2009.

local de trabalho de milhares de operários que conheceram dias de conquistas políticas e socioeconômicas durante o governo da UP; entretanto, não significou que esse apoio se transformasse em uma militância treinada militarmente e capaz de enfrentar o armamento pesado dos militares. Os trabalhadores demonstraram durante todo o governo popular que a sua maior arma em defesa do “*compañero Allende*” eram a consciência política e a disposição em trabalhar e contribuir com o momento histórico.

A partir da análise dos depoimentos realizados no Chile, é possível refletir em relação a duas questões sobre a política de fortalecimento dos Cordones Industriales por parte dos partidos políticos “rupturistas”: a primeira é que as indústrias estatizadas ou ocupadas por trabalhadores integradas aos Cordones constavam no planejamento militar mínimo dos partidos como “lugares” importantes para o desenvolvimento da estratégia armada, em função da localização territorial, da relação já estabelecida entre Cordones e bairros populares, e da base política que respaldava o processo chileno. Inclusive, parte das direções políticas dos partidos se dirigiu para essas empresas, no dia 11 de setembro, para discutir uma possível reação ou para se juntar ao grupo de trabalhadores e sindicalistas que ali permaneceram com intuito de resistir ao golpe.

A segunda questão, é que, mesmo de forma rudimentar, houve uma preparação militar, uma vez que, iniciado o golpe, vários operativos do partido socialista e miristas conseguiram chegar aos “esconderijos” de armas para tentar levá-las às principais indústrias pertencentes aos Cordones Industriales.⁴⁷⁸ Assim, chamam a atenção a existência de um determinado número de armas nas mãos da esquerda chilena, a preocupação em escondê-las em locais apropriados e a inclusão dos Cordones nas rodas de distribuição das armas no dia do golpe. No entanto, dificilmente, o aparato militar da esquerda poderia impor uma derrota às Forças Armadas, até porque a política militar de setores da esquerda foi preparada para se juntar aos militares legalistas. Em outras palavras, os Cordones, de alguma maneira, fizeram parte dos planos de resistência orquestrada por setores da esquerda política. Entretanto, o treinamento militar ficou reduzido a alguns poucos militantes.

Segundo depoimentos, também existiam alguns “quadros” políticos na clandestinidade, já desde o início do governo, com o objetivo específico de arregimentar novos militantes para os treinamentos militares. E, num determinado momento, tanto para

⁴⁷⁸ De acordo com relato de Patricio Quiroga, os socialistas se encontraram inicialmente na Cormu (Corporación de Mejoramientos Urbanos), onde tomaram a decisão de se deslocarem até o Cordón San Joaquín. O ponto de encontro seria a indústria Indumet, da área metal-mecânica, cuja localização era estratégica para coordenar ações entre os Cordones Industriales de San Joaquín, Santa Rosa e Vicuña Mackenna. Mais uma evidência de que havia um plano mínimo de defesa ao governo. Cf. GARCÉS, Mario e LEIVA, Sebastián. *El Golpe en la Legua. Los caminos de la historia y la memoria*. Santiago: LOM, 2005, p. 39.

miristas quanto para socialistas, a preparação armada tornou-se mais importante que a produção nas indústrias, e, inclusive, alguns trabalhadores e sindicalistas passaram a se dedicar exclusivamente ao aparato militar. Porém, afirma-se que tudo era muito elementar, tanto a forma de treinamento como o número de pessoas envolvidas.

Nas fábricas, naquela manhã, a maioria dos sindicatos reuniu os trabalhadores presentes e realizou assembleias nas indústrias, ainda pela manhã, para que os próprios trabalhadores pudessem resolver, individualmente, se permaneceriam para compor uma frente de resistência ou se retornariam a suas casas. Diante da magnitude do golpe e sem uma preparação de autodefesa que pudesse resistir satisfatoriamente aos acontecimentos, a maioria resolveu não permanecer nas indústrias, por medo das consequências do enfrentamento com os militares.

Um exemplo da dificuldade em lidar com aquela situação se expressa no depoimento do presidente do sindicato da indústria Sumar-Poliéster, Hugo Valenzuela, que recorda os momentos tensos que antecederam a assembleia dos trabalhadores. A direção política do sindicato escutava pelo rádio os informes, e então soube do bombardeio do La Moneda. Neste momento, tentaram fazer contato com a CUT para saber como proceder; sem nenhum êxito. As direções dos movimentos populares já não respondiam. Estava claro que organizar um movimento de resistência seria sacrificar muitos trabalhadores que não estavam preparados para um golpe de tamanha magnitude, e, mesmo que estivessem preparados, as armas eram poucas. Então, na assembleia geral do sindicato, transmitiram todas as informações que tinham até o momento, sem omitir a gravidade da situação. Entretanto, Valenzuela afirma que, num ímpeto de juventude, acabou fazendo um discurso, do qual se arrepende até hoje, em que afirmava que os trabalhadores deveriam permanecer na fábrica e lutar até a “última gota de sangue para combater o inimigo”. Muitos trabalhadores ali presentes resolveram continuar na indústria, mesmo sem ter como efetivamente lutar contra os militares. Joaquín Abarzúa foi um dos que ali permaneceu, junto a outros 200 trabalhadores, para defender o governo popular. Em Sumar-Poliéster estavam também os membros da comissão política e do aparato militar do PS e membros da GAP.⁴⁷⁹

No caso de Sumar, as armas tão esperadas pelos trabalhadores chegaram escondidas dentro de caminhões, no meio de cargas, conduzido por um socialista. Segundo Valenzuela, eram entre doze e catorze metralhadoras. Os enfrentamentos com militares foram constantes e chegaram, inclusive, a acertar um helicóptero das Forças Armadas que sobrevoava a região

⁴⁷⁹ GARCÉS e LEIVA, op. cit., p. 55.

pela manhã. O helicóptero levou dezoito tiros e teve que se dirigir à emergência do Grupo nº 10 da Força Aérea. O episódio representou um estímulo psicológico aos resistentes naqueles difíceis momentos que se seguiam.⁴⁸⁰

Ao perceberem que não tinham condições efetivas de continuar a resistência em Sumar, muitos trabalhadores esperaram a noite para arriscar sair da indústria, enquanto outros permaneceram ali até o dia seguinte, quando começaram a se retirar, em função da possibilidade de bombardeio às “poblaciones” e às indústrias. Joaquín A. Leon afirmou, no entanto, que o ato de deixar a empresa não significou abandonar as ações de resistência, pelo contrário. Havia concretamente outras saídas estabelecidas, dentre elas: juntarem-se aos que resistiam na “población” La Legua, vizinha à indústria, ou aos trabalhadores da empresa Madeco, que também resistiam ao golpe.

Na empresa Indumet a experiência foi distinta por reunir importantes sindicalistas da CUT e dirigentes partidários como Miguel Enríquez e Pascal Allende, da direção do MIR, Victor Díaz e José Oyarce, do PC,⁴⁸¹ Arnoldo Camú, Exequiel Ponce e Rolando Calderón, todos da Comissão política do PS, além de 200 operários e uma equipe de enfermeiras. Os partidos Comunista, Socialista e MIR improvisaram uma reunião visando definir uma estratégia única de resistência; mais uma vez, houve grande discordância.⁴⁸² O PS propunha um assalto às unidades militares para obter armas e avançar até o La Moneda para resgatar Salvador Allende. O PC, contrário à proposta, argumentou que esperaria para ver o curso dos acontecimentos e passaria à clandestinidade. Miristas apoiaram a posição do PS, mas necessitavam de algumas horas para convocar a força militar do partido com 400 homens. Patrício Quiroga lembra que, nesta ocasião de discussão sobre as forças militares de cada organização, percebeu que a esquerda unida não tinha força capaz para enfrentar o golpe. Quiroga faz um relato realista de como setores da esquerda tinham sido inconsequentes em se contrapor a linha gradualista do presidente Allende, sem no mínimo se prepararem para a via armada:

[...] un frío recorrió a los presentes. Estupefactos comprobaron la realidad y la

⁴⁸⁰ Id., op. cit., p. 55.

⁴⁸¹ O documento do MIR, “La táctica del MIR...”, afirma que o representante do PC era o senador Volodia Teitelboim. Cf. NARANJO et al., op. cit., p. 293.

⁴⁸² Joan Garcés afirma no livro *Allende e a Experiência Chilena* que esta reunião ocorreu na indústria Sumar, que decidiu pela não-resistência ao golpe. Segundo Garcés, às 11:30h começou a circular a ordem que refletia a impotência dos partidos políticos de esquerda e do movimento popular diante do golpe, resultado das políticas seguidas durante os três anos de governo da UP: a não-adoção de uma política militar consistente e a crença no profissionalismo das FFAA, que para ele já demonstrara contradições no Tanquetazo. Cf. GARCÉS, op. cit., p. 397-398.

irresponsabilidad de aquellos socialistas que habían llamado a la toma del poder. ¿Con qué? Los comunistas, 20 días antes habían señalado que contaban con un 10% de la militancia en armas. Y eran poderosos, porque, según distintos cálculos, no bajaban de 180 mil militantes (JJCC incluida). ¿Del MIR 50 hombres para el despliegue de una estrategia que puso en jaque a la UP?⁴⁸³

Pouco tempo depois Indumet estava cercada por forças policiais, que iniciaram ataques, apoiados por três tanques de Carabineiros, revidados pelos trabalhadores armados. Mas o fato era que as possibilidades de resistência eram pequenas. Logo depois começou a retirada dos trabalhadores, alguns caíram, outros conseguiram fugir do cerco montado pelo exército e passaram à clandestinidade; um terceiro grupo seguiu para a “población” La Legua e um último grupo chegou à indústria Sumar para se somar à resistência.⁴⁸⁴

Na indústria Cristalería de Chile, o sindicalista Ismael Ulloa revela que fez contato com dirigentes do Cordón Vicuña Mackenna para saber como iriam se preparar para os acontecimentos, e que até então não se sabia ao certo se era um golpe militar. As armas que dispunham no momento eram garrafas de vidro e bombas bencineras⁴⁸⁵ utilizadas para preparar bombas molotov. Naquele dia mesmo havia uma equipe de sindicalistas ensinando aos que permaneciam na empresa a utilizá-las. Ao contrário de outros locais, as armas chegaram; no entanto, como não houve preparação militar, dos 400 trabalhadores que ali permaneceram somente quinze sabiam manusear uma arma. O presidente do sindicato. Ismael Ulloa, para evitar o possível massacre, solicitou ao enviado do PS que levasse as armas para outra indústria: *“Si nosotros dejamos entrar las armas y los viejos empiezan a disparar para afuera cuando los milicos lleguen por la noche... nos bombardean con aviones, no sé, con helicópteros, afortunadamente no dejamos entrar las armas”*.⁴⁸⁶

A experiência da fábrica Histon Chile, do Cordón Vicuña Mackenna, foi muito próxima da vivida por Cristalería de Chile. Após assembleia do sindicato, permaneceram cerca de 300 trabalhadores, estudantes e “pobladores” que se juntaram para uma possível resistência. Com as poucas armas existentes, trataram de ficar ali durante toda a madrugada. Somente no início do dia 12, com a confirmação da morte de Allende, se deram conta do que realmente se passava. Uma nova assembleia foi organizada e ainda permaneceram 150

⁴⁸³ GARCÉS e LEIVA, op. cit., p. 40.

⁴⁸⁴ La Legua era um bairro que ficava próximo ao Cordón Industrial San Joaquín. Ali, estavam localizadas as principais indústrias que esboçaram algum tipo de resistência armada ao golpe, como Indumet e Sumar Poliéster.

⁴⁸⁵ Segundo dicionário da Academia Real Espanhola, benciera é um líquido incolor volátil e inflamável que geralmente utiliza-se como solvente.

⁴⁸⁶ Ismael Ulloa, sindicalista, Cordón Vicuña Mackenna. Entrevista realizada pela autora em: 2 nov. 2009.

peças. Ao longo da manhã, a indústria foi cercada pelas Forças Armadas, a única opção era apagar qualquer tipo de vestígio que pudesse “comprometer” os companheiros. Foram destruídos nos fornos da empresa armas e todo tipo de papel. Ao meio-dia os militares dispararam contra a indústria, e então todos se entregaram.⁴⁸⁷

O sindicato da empresa IRT, que pertencia ao Cordón Vicuña Mackenna, era dirigido pela Democracia Cristã. Segundo José Moya Paiva, no dia do golpe somente os militantes e trabalhadores que se identificavam com a esquerda permaneceram na empresa. Eram cerca de quarenta, que o nomearam como o “*generalísimo de los que se quedaron ahí*”. Questionado sobre como iriam defender a empresa, respondeu: “*Puro corazón no más.*” José Moya se recorda, em tom de brincadeira, de que a única arma existente era um revólver calibre 22, do guarda da empresa, que havia sido requisitado por ele. Como era o “*generalíssimo das tropas no interior da empresa*”, andava com o revólver na cintura, mesmo não sabendo atirar. A empresa IRT era uma das únicas que tinham um instrumento chamado “teletipo”, que fazia comunicação via código Morse. Neste dia receberam uma mensagem, que se supunha ser da CUT, avisando que receberiam armas para serem distribuídas às empresas do setor. A informação foi repassada a outras indústrias, mas, de fato, as armas nunca chegaram. Como ressalta, todos que permaneceram ali esperavam por um milagre.

Na indústria gráfica em que trabalhava Guido Carvajal, também no Cordón Vicuña Mackenna, não houve qualquer tipo de resistência, já que da empresa era possível avistar os bombardeios ao La Moneda e a violência com que os militares retiravam os trabalhadores da empresa Luchetti (produção de alimentos). Com a ameaça dos militares em atirar na empresa, que estava repleta de solvente (líquido inflamável), os trabalhadores só tiveram tempo para se retirar do local pela porta lateral, porque resistir diante do contexto só iria colocar em arrisco a vida deles.⁴⁸⁸

No dia do golpe, Mireya Baltra, ex-ministra do trabalho de Allende, esteve percorrendo três indústrias do Cordón Vicuña Mackenna: Luchetti, Comandari e Textil Progreso. Ela recorda que não funcionaram nem os Cordones Industriales, nem a CUT. Ao chegar às indústrias, os trabalhadores que ali estavam a questionavam: “*¿y las armas compañera, dónde están?*” Ou seja, havia um desejo de resistência que as organizações e os partidos políticos não conseguiram preparar. Hoje, Mireya Baltra reconhece que o PC não foi capaz de criar uma força militar com capacidade de defender os direitos e as conquistas dos trabalhadores, mas ao mesmo tempo se questiona o que se poderia fazer “*diante de una*

⁴⁸⁷ Mario Olivares Ríos, mirista, Cordón Vicuña Mackenna. Entrevista realizada pela autora em: 10 nov. 2009.

⁴⁸⁸ Guido Cavajal, comunista, Cordón Vicuña Mackenna. Entrevista realizada pela autora em: 30 nov. 2009.

potencia extranjera poderosa que te arrasa...”,⁴⁸⁹ fazendo referência ao apoio norte-americano ao golpe. Ao mesmo tempo, a preparação de um “exército popular” desde o início do governo seria a negação do principal preceito da “via chilena ao socialismo”: abrir caminho ao socialismo por uma via não armada.

De fato, os partidos e militantes de esquerda não estavam preparados para enfrentar as FFAA, que de fato contaram com o apoio importante do governo dos EUA. Como analisa Carlos Altamirano, anos depois da experiência: *“El gran error del partido socialista, y mío en consecuencia, fue el haber hecho creer que había un real movimiento guerrillero, que teníamos fuerzas armadas con capacidad de enfrentar a un sector, por lo menos, del ejército.”*⁴⁹⁰

Neste sentido, Luis Corvalán, presidente do PC, também afirma que a cada ameaça de golpe a esquerda e, inclusive, Allende empregava duros discursos como um jogo político para demonstrar força à direita. Para Corvalán, a não-preparação armada dos comunistas é um *“vacío histórico”* na política do PC. Ao longo da vida do partido foram estabelecidos determinados pensamentos e condutas, para cada setor social; entretanto, faltou uma posição no terreno militar. Ou seja: *“Sólo después de 40 años de existencia del PC empezamos a preocuparnos de este frente, con mayor intensidad y seriedad durante el gobierno de Allende, cuando se hizo claro que había que prepararse para defenderlo en todos los terrenos.”*⁴⁹¹

No entanto, a preparação armada era uma contradição com o projeto da UP. Neste sentido questionamos a razão pela qual os partidos políticos em suas reflexões pós-golpe afirmam que deveriam ter se preparado para o enfrentamento militar. Esse tipo de questão parece-nos levantar questionamentos hoje sobre a real viabilidade da via chilena. É, portanto, analisar o processo pelo seu fim como se o projeto já tivesse o seu fim anunciado ou como se o processo já tivesse um provável desfecho.

Como constata Marcel Carrasco Valdívia, a experiência chilena mobilizou trabalhadores que não tinham uma posição político-partidária, mas uma visão como trabalhadores, em que os conceitos e a ação se davam no campo do seu instinto de classe. Assim, muitos trabalhadores, acima de tudo, eram Allendistas e *“a Allende lo siguieron hasta lo último y estaban dispuestos a dar la vida y dieron la vida por Allende y jamás fueron*

⁴⁸⁹ Mireya Baltra, comunista, ministra do Trabalho, 1972. Entrevista realizada pela autora em: 15 nov. 2009.

⁴⁹⁰ GARCÉS e LEIVA, op. cit., p. 125.

⁴⁹¹ CORVALÁN, Luis. *De lo Vivido y lo Peleado. Memorias*. Santiago: LOM, p. 163. Entretanto, no mesmo livro aponta que o PC havia começado a formar militarmente seus membros em 1963, a partir dos chamados Grupos Chicos, compostos de um a cinco militantes. No total foram formados mil militantes, que aprenderam a utilizar armas automáticas, além de adquirirem conhecimento de tática e estratégia militares. Também foram constituídas Comissões de Vigilância em que participaram em média dois mil militantes que sabiam utilizar armas curtas, além de se preparar para defesa pessoal, luta de rua e custódia de locais e dirigentes partidários.

socialistas, comunistas o miristas”.⁴⁹²

Os historiadores Sebastian Leiva e Mario Garcés sustentam a hipótese de que a dependência do movimento popular em relação à condução política dos partidos permite entender, ao menos parcialmente, a desmobilização e as incertezas do movimento popular no dia do golpe. Essa lógica da relação entre partido e movimento foi aprofundada durante o governo popular, atingindo inclusive as novas formas de organização que se constituíram ao longo dos anos, como os Comandos Comunales, Cordones Industriales, JAP, Central Unitaria de Pobladores e Almacenes del Pueblo. À medida que os partidos políticos, tanto o polo “rupturista” e quanto o gradualista, iam mutuamente se anulando, o movimento popular perdia a capacidade política real e, portanto, debilitava-se sua possibilidade de ação, chegando no 11 de setembro dividido e sem direção própria.⁴⁹³

Ao nosso entender, as hipóteses dos historiadores Garcés e Leiva são válidas em se tratando dos Cordones Industriales. Tais organizações, constituídas durante o governo da UP, de fato tiveram como direção militantes políticos dos partidos, e, nesse caso específico, com maioria dos setores mais radicalizados do PS. É nítido que, no dia 11 de setembro, os socialistas, apesar do discurso radicalizado, não apresentaram uma política militar condizente com suas consignas e com a política “rupturista” apresentadas não só para o movimento popular, mas dentro do próprio partido. Assim, parece-nos que socialistas e, inclusive, miristas ficaram presos, mesmo sem reconhecerem, no esquema da via chilena ao socialismo que acreditava no profissionalismo de parte das Forças Armadas para uma possível preparação militar.

Ao mesmo tempo, pensamos que os Cordones Industriales não tinham característica militar e nem era esse o seu propósito. Desde a constituição dos Cordones não havia concretamente ações massivas para além dos problemas da estatização das indústrias e dos problemas de distribuição. Toda a preparação ficou restrita basicamente aos militantes filiados aos partidos políticos. Segundo os depoimentos, assim como não houve por parte dos partidos uma política de treinamento militar ampla, também não houve pressão por parte da base dos sindicatos ou dos trabalhadores para instituir tal política, antes do golpe. Recordemos a ação dos Cordones durante o Tanquetazo e o depoimento do responsável pela política militar do Cordón Cerrillos, Guillermo Rodríguez, de que, mesmo após a sublevação de alguns

⁴⁹² Marcel, mirista, trabalhador da empresa Novic, Cordón Vivaceta. Entrevista realizada pela autora em: 24 nov. 2009.

⁴⁹³ GARCÉS e LEIVA, op. cit. p. 126.

militares, poucos sindicatos o procuraram para começar um plano de defesa.⁴⁹⁴ Portanto, os Cordones não se apresentavam como alternativa ao governo enquanto força militarizada, mas sim como uma base social que pressionava o governo para acelerar a implantação do programa popular, dissolvendo o Parlamento, instituindo a Assembleia do Povo e substituindo o sistema judiciário do país. Ao mesmo tempo, nos surpreende observar, a partir dos relatos, que muitos trabalhadores queriam resistir.

Assim, o dia 11 de setembro representou a continuidade da ausência de unidade política entre os setores de esquerda e o próprio presidente Allende. Cada grupo atuou de acordo com suas convicções, sem um plano unificado entre todas as forças pró-governo. Como afirma o socialista Carlos Altamirano, os partidos de esquerda nunca chegaram a um acordo para criar um comando militar unificado.⁴⁹⁵ Aliás, foram raras as demonstrações de unidade ao interior da UP.

Para os participantes dos Cordones Industriales que entrevistamos, o dia 11 de setembro encerrou a fase mais participativa e democrática do país. Há um alto grau de frustração entre eles por não terem conseguido reagir energicamente frente ao golpe. Os Cordones Industriales, objetivamente, não funcionaram para isolar as indústrias ou para organizar Comitês de Defesa.

Como recorda Hugo Valenzuela, para os trabalhadores era muito “*esperanzador*” ter um Cordón Industrial, porque sabiam que estariam conectados por meio dos vários Cordones, caso ocorresse algo grave. Entretanto, os Cordones não tinham armas e “*desgraciadamente se movían através de los partidos que hablaron mucho de la educación política, militar, crear cuadros, sin embargo no se preocuparon de conseguir armas*”. Deste modo, avalia-se que, se tivessem armados, os Cordones poderiam ter enfrentado os golpistas. Valenzuela resume a experiência dos Cordones como importante por unir trabalhadores e “pobladores”, mas interrompida por um brutal golpe à democracia.⁴⁹⁶

Na avaliação de Marcel Carrasco, do Cordón Vivaceta, o maior erro do processo foi certa intransigência tanto dos Cordones Industriales quanto do próprio governo. O Cordón muitas vezes tomava decisões sem visualizar todas as instâncias que impediam que o processo tomasse determinado rumo. Ao mesmo tempo, o Cordón deveria ter insistido em algumas questões, como, por exemplo, sobre o controle da distribuição. Assim, tanto governo quanto

⁴⁹⁴ Interessante que, após o Tanquetazo, a revista *Chile Hoy* realizou uma série de reportagens sobre as ações dos Cordones naquele dia. Em uma entrevista especial com líderes dos Comandos Comunales e Cordones Industriales foi utilizada a expressão: “*Soldados deben estar junto a sus hermanos de clase.*” Cf. *Chile Hoy*, nº 34, 1973, p. 29.

⁴⁹⁵ ALTAMIRANO, op. cit., p. 184.

⁴⁹⁶ Hugo Valenzuela, socialista, Cordón San Joaquín. Entrevista realizada pela autora em: 24 set. 2009.

Cordones, às vezes, tinham posições demasiadamente cristalizadas, num processo que diariamente estava mudando.

Mario Olivares reconhece também que, apesar de todas as debilidades, houve um processo de maior participação popular, uma vez que os trabalhadores sentiram que efetivamente estavam inseridos no projeto. Olivares reafirma que os erros dos Cordones foram os da esquerda, que, independentemente se era “reformista” ou “revolucionária”, era uma esquerda inconsistente, por estar presa demasiadamente nas consignas, sem materializá-las na prática cotidiana. Assim, para Olivares a experiência dos Cordones representou “embriões de poder” muito incipientes e frágeis.

Ismael Ulloa, assim como outros entrevistados, acredita que o melhor da experiência chilena foi ver um grande número de gente, não todos, colaborando no cotidiano do trabalho, na indústria, porque acreditavam que ela pertencia ao povo chileno e, por isso, as riquezas ali produzidas deveriam ser repartidas para todos, e não somente para uma parte ou para o governo. E recorda: *“Yo creo que por eso fue que la gente estuvo de acuerdo, eso fue lo mejor y que a toda la gente le gustó hacer trabajo voluntario, ayudaban estudiantes, ayudar a trabajar adentro.”*⁴⁹⁷

Joaquín Abarzúa Leon diz que esperava que o poder popular (trabalhadores, “pobladores” e estudantes) estivesse reunido para realizar uma grande mobilização em defesa do governo no dia 11 de setembro. Ressalta ainda que faltou aos Cordones mais tempo. Mas apesar de a vivência de três anos ter sido insuficiente, foi possível experimentar novas ações políticas: *“Pasar de un obrero explotado y sometido a ser un actor social donde decidía que hacer dentro de la industria es algo notable.”*⁴⁹⁸

Assim, o golpe do dia 11 de setembro interrompeu violentamente a experiência de milhares de trabalhadores chilenos e do movimento popular, que atuaram ininterruptamente na construção de novas referências estruturais e democráticas para o país. O governo popular incluiu os excluídos das políticas de Estado, abriu interlocução direta com os movimentos populares e impulsionou a construção de um estado nacionalista que desconcentrava a riqueza e elegia o indivíduo como principal sujeito histórico. Como bem afirma Moulian,⁴⁹⁹ o período da UP foi um momento em que o povo militante viveu uma experiência de democracia de massas. Assim, o bombardeio do Palacio La Moneda e a morte do presidente legalmente constituído simbolizaram não somente a derrota da via chilena ao socialismo, mas a

⁴⁹⁷ Ismael Ulloa, socialista, Cordón Vicuña Mackenna. Entrevista realizada pela autora em: 2 nov. 2009.

⁴⁹⁸ Joaquín Arbazúa Leon, socialista, Cordón San Joaquín. Entrevista realizada pela autora em: 28 nov. 2009.

⁴⁹⁹ MOULIAN, op. cit., p. 268.

destruição dos mitos políticos da história do país, dentre eles o profissionalismo das FFAA e a tradição do sistema democrático.

Um novo país seria fundado, sob outros preceitos, como o terrorismo de estado, a massificação da repressão e da tortura, o neoliberalismo econômico e a exclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Estudar a história da UP sob a perspectiva dos Cordones Industriales nos permitiu refletir e discutir a experiência política dos trabalhadores chilenos que se sentiram, naquele momento, protagonistas da história, bem como relacioná-la com questões referentes ao movimento sindical e suas relações com os partidos políticos.

Esta tese se propôs discutir a experiência dos Cordones a partir da compreensão de que eles não se desenvolveram de forma espontânea ou desconectada da conjuntura política inaugurada pelo governo popular, da tradição do movimento sindical e das políticas dos partidos para o processo. Procuramos pensar a organização dos Cordones como uma experiência que encontrou na aplicação do programa da via chilena ao socialismo, o estímulo à participação política de diversos setores populares, incluindo os trabalhadores. Como afirma o sociólogo Tomás Moulian, o período que compreende o governo da UP representou o momento mais democrático da história política do Chile, por envolver de forma universal os cidadãos na política, pela liberdade que todos os setores tiveram para se expressar, e pelo fato das classes mais baixas sentirem-se sujeitos históricos. A discussão política e a participação social tornaram-se práticas comuns do cotidiano coletivo.⁵⁰⁰

A coalizão política da UP inovou ao propor um projeto que vislumbrava abrir caminho ao socialismo sem revolução armada. Como um dos principais eixos do seu programa político, apresentou a necessidade de estatizar as empresas monopólicas, além de designar aos trabalhadores o papel chave de atuarem não mais como operários tradicionais, mas como gestores da nova economia que, gradualmente, desenvolveria outras relações de produção. Para tal, propôs normas de participação que estabeleceram de modo geral instâncias de cogestão dos meios de produção. O intuito do governo era criar um sistema dinâmico de gestão das indústrias estatizadas que pudesse consolidar as novas bases econômicas e sociais, que permitissem avançar para uma sociedade socialista.⁵⁰¹

Além do projeto de participação delimitado pelo convênio CUT-Governo, as empresas nacionalizadas passaram a implantar uma série de antigas reivindicações do movimento sindical. Foram construídos refeitórios, creches, clínicas médicas, bibliotecas, além de implantarem cursos de capacitação, dentre outras melhorias. Pela primeira vez no país, o

⁵⁰⁰ MOULIAN, op. cit., p. 267.

⁵⁰¹ *Normas básicas de participación de los Trabajadores en las empresas de las áreas social y mixta*. Santiago, mai. 1971.

operariado se transformou em ator social ativo dentro da indústria, fato que estimulou a participação constante da massa trabalhadora que viram nos Comitês de produção um espaço para discutir suas demandas vinculadas à produtividade da indústria.

No entanto, a APS não englobava a maioria das empresas no país, e, sim, aquelas que o governo considerava estratégicas, criando uma pressão por parte dos trabalhadores das indústrias mistas e privadas para sua inclusão na área nacionalizada. Independente da importância da produção para o governo, a demanda do trabalhador era livrar-se da relação de opressão capital-trabalho, que supostamente estava relacionada ao fato da empresa tornar-se de propriedade do Estado. Os trabalhadores não incluídos no sistema do governo ambicionavam ter acesso a todos os benefícios que os operários das empresas nacionalizadas estavam experimentando.

Assim, os trabalhadores chilenos, a partir de suas experiências concretas, passaram a articular a sua identidade de classe e seus interesses por meio da sua consciência política e passaram a pressionar o governo não só para participarem do processo produtivo, mas para exigirem maior controle dos trabalhadores no processo produtivo e melhorias em suas condições de vida.

Esses objetivos mobilizou de forma decisiva trabalhadores e sindicatos que passaram a ocupar as indústrias, principalmente as não prioritárias para o governo para forçá-lo a intervir e estatizá-las. Essas ações eram estimuladas por setores políticos que divergiam da via gradualista do governo, dentre eles estavam os socialistas rupturistas representados por Carlos Altamirano, presidente do PS, principal partido da coalizão, demonstrando que a UP não conseguiu produzir um consenso em torno do seu projeto político.⁵⁰² Sem dúvida, essa foi uma das maiores dificuldades do governo, ou seja, saber lidar com a expectativa dos trabalhadores diante das reais possibilidades de implantação de determinadas medidas, ao mesmo tempo em que não encontrava no interior da coalizão, unidade política para sustentar o projeto da via chilena. Essas dificuldades acabaram por proporcionar uma atuação conjunta entre os trabalhadores descontentes e os líderes políticos que comungavam de teses rupturistas, gerando formas radicalizadas de atuação que desafiavam claramente os limites estabelecidos pelo governo. Em outras palavras, a pressa por mudanças desejadas por parte dos trabalhadores encontrou, nos setores de esquerda, um aliado na luta pela aceleração do processo proporcionando, inclusive, novas alianças entre os setores populares.

Até o final de 1971, quando as políticas sociais e econômicas do governo ainda

⁵⁰² TRONCOSO, op. cit., p. 386.

apresentavam relativo êxito, as ações de ocupação de indústrias ainda estiveram relativamente concentradas em alguns centros produtivos. Sem dúvida, foram nos momentos de dificuldade política, vivida pelo governo principalmente no ano de 1972, que os diversos setores sociais tentaram se unir para lutar conjuntamente por suas pautas reivindicativas.

Nesse sentido, entendemos que o processo de constituição do Comitê Coordenador Cerrillos, em junho de 1972, foi a primeira expressão da nova forma de atuação do movimento popular centrado na relação territorial, sobretudo, entre sindicatos e bairros populares. No entanto, as insuficiências dessa nova articulação popular em conjunto com a intensa tradição sindical acabaram por transformar o que seria uma aliança das demandas de trabalhadores e diversos movimentos existentes nos bairros, em uma articulação entre os sindicatos que lutavam pela estatização de algumas indústrias da região.

Essa experiência de Cerrillos se difundiu por outros setores industriais, principalmente de Santiago, a partir da greve de outubro de 1972, momento em que o operariado demonstra concretamente o seu apoio ao processo. Apesar dos trabalhadores das fábricas, em um primeiro momento, se articularem para ocuparem seus espaços de trabalho de forma instintiva, as novas experiências de formação dos Cordones Industriales já se organizavam sob coordenação da direção dos sindicatos e de militantes dos partidos políticos que comungavam da posição política do polo rupturista.

Os Cordones Industriales vão promover prioritariamente a união entre as demandas de todo um setor territorial, apresentando como principais pautas práticas: a estatização dos meios de produção com controle operário da gestão interna, a constituição de Comitês de Vigilância e um sistema de abastecimento centrado na classe trabalhadora. Em outras palavras, sua atuação estava diretamente relacionada a três eixos que se complementam e que não estão somente relacionadas à defesa do governo Allende, mas à sua própria necessidade enquanto classe: produção-distribuição-consumo. Os Comitês de Vigilância por sua vez permitiria que os operários controlassem o fluxo de matérias primas necessárias para a manutenção da produção, orientassem a priorização da fabricação de bens de consumo popular e assegurassem que a produção chegaria aos setores populares por meio do sistema de distribuição estatal ou pela venda direta da população.

Os discursos da direção dos Cordones faziam menção às demandas e às preocupações em organizar uma atuação conjunta com outros movimentos populares. No entanto, no cotidiano, essas questões não se sustentaram, tornando-se secundárias diante das prioridades da classe trabalhadora. Nesse sentido, é evidente a existência de uma distância entre os discursos políticos e a prática. Se, por um lado, os Cordones tentaram se colocar como

organismos mais amplos, que envolvessem setores sociais diversificados almejando a organização do poder popular, no cotidiano, apresentaram-se preocupados com as questões referentes aos meios de produção e às necessidades da classe trabalhadora. O estudo do CIDU sobre os Comandos Urbanos (Cordón Industrial, Comando Comunal e Comando Campesinos) afirma que era no Comando Comunal que se desenvolvia uma articulação plena das organizações de base e, portanto, que assegurava a representação dos interesses de todos os trabalhadores e demais setores populares.”⁵⁰³ Alain Tourain chega afirmar que os Cordones se transformaram em uma nova modalidade de sindicalismo revolucionário, que pressionava o governo quanto às suas reivindicações corporativistas.⁵⁰⁴

No cotidiano político dos Cordones, as participações de outras organizações estavam limitadas às discussões e à algumas atuações conjuntas. Nas instâncias de direção, só participavam sindicalistas e militantes políticos, evidenciando, mais uma vez, que os Cordones não eram tão amplos como anunciavam em seus discursos.

As direções políticas partidárias, geralmente representadas por sindicalistas, que assumiam o poder de decisão, o que torna discutível se os Cordones poderiam ser considerados uma democracia de base por priorizar as tomadas de decisão em núcleos de restrita participação. Por esse fator, alguns pesquisadores da época, principalmente os ligados ao CIDU afirmavam que havia certa “burocratização” dos Cordones no qual o conjunto dos trabalhadores pouco participava e influenciava nas tomadas de decisão, e, quando havia algum tipo de participação, as assembleias tornavam um levantamento das reivindicações principais da classe para serem encaminhadas pela direção do Cordón.⁵⁰⁵

No entanto, sem dúvida as ações destes novos organismos ultrapassaram as formas de mobilização propostas pelo governo, CUT e partidos políticos. A atuação centrada na territorialidade alterou a dinâmica do movimento sindical, que, desde a organização da primeira Federação Operária (FOCH), ainda em 1908, os sindicatos se mobilizaram por rama produtiva. A dinâmica do movimento tornou-se tão intensa que após a paralisação de outubro, já não havia mais como controlar as ações dos trabalhadores principalmente, aquelas relacionadas às ocupações das indústrias e ao sistema de distribuição direto à população.

A criação da Coordenadora dos Cordones demonstrou claramente a priorização da atuação entre indústrias em detrimento de uma participação mais ampla de todo o setor territorial. Essa questão torna-se evidente se tomarmos como exemplo a negativa por parte

⁵⁰³ CHEETHAM, op.cit., p.31.

⁵⁰⁴ CANCINO, op. cit., p. 369-370.

⁵⁰⁵ Ibid., op.cit., p.50.

dos organizadores da Coordenadora de permitirem que os representantes dos Comandos Comunales participassem com direito a voto na sua Assembleia de fundação. Nesse sentido, parece-nos que os miristas tinham razão em afirmarem que o objetivo político de constituir o poder popular estava cada vez mais restrito, no caso dos Cordones, aos trabalhadores industriais.

Também foi possível perceber, nesta pesquisa, a nítida instrumentalização desses organismos pelo PS, por meio da atuação dos seus quadros sindicalistas. Uma comprovação desta afirmação está no processo de eleição de seus representantes para participarem das assembleias dos Cordones, que continuaram com as mesmas práticas do movimento sindical convencional. Ou seja, a escolha dos delegados e da sua direção política acontecia em função da representatividade dos partidos na indústria. Como os comunistas, que detinham a maioria dos representantes no movimento sindical tradicional representado pela CUT, estavam fora dessa experiência, nesse caso, os socialistas, enquanto segunda força política no meio sindical, encontraram um caminho livre para atuarem, aplicando sua linha rupturista para o processo, no interior do Cordón.

Não por outro motivo, suas plataformas discutidas nesta tese, demonstram uma similiaridade singular entre a linha política do “avanzar sin tranzar” e os Cordones Industriales. Nesse sentido, afirmamos que os Cordones não eram organismos autônomos dos partidos políticos, contudo, eram independentes em relação ao governo, se colocando, em determinados momentos, como apoiadores e, em outros, como críticos das posições da UP.

Diante de sua diversidade interna, os Cordones inovaram em determinadas formas de atuação, como, por exemplo, no rompimento com a organização por ramos produtivas, mas mantiveram também as tradições do movimento sindical. Nos Cordones ainda permanecia a centralidade da relação entre sindicato-partido e o seu corporativismo de classe. Como afirmaram nossos entrevistados, a relação entre os vários Cordones acontecia principalmente por meio dos sindicatos ou de ativistas políticos que compunham o mesmo partido, e não propriamente entre a direção dos Cordones Industriales.

A capacidade de mobilização da base dos Cordones, de acordo com as questões discutidas nesta tese, está relacionada com a estrutura organizativa que priorizou a coordenação territorial entre as indústrias, facilitando a comunicação entre elas, pela solidariedade entre os trabalhadores, que vivenciavam praticamente os mesmos problemas, e pelo papel fundamental desempenhado pelo sindicato nesse sistema.

Os Cordones também não se tornaram um poder alternativo ao governo, como evocaram em muitas de suas plataformas. Essa, inclusive era uma das questões mais

discutidas referentes ao processo da Unidade Popular: a conquista do poder. Muitos grupos políticos, principalmente aqueles ligados a Altamirano se referiam a experiências como a dos Cordones Industriales e Comandos Comunales como exemplos de dualidade de poderes como ocorreu na Rússia durante os meses de fevereiro e outubro de 1917.

O sociólogo Theotônio dos Santos⁵⁰⁶ fez uma importante reflexão sobre o tema na Revista Chile Hoy nº 8 no qual afirmava que as formas de poder que estavam se desenvolvendo no país não constituíam, naquele momento, em um poder paralelo ao estado burguês por apresentar objetivos locais e específicos de caráter essencialmente administrativo. Faltava às novas formas de poder uma função legislativa, judicial e de caráter nacional para constituir-se em um poder paralelo. Para o sociólogo um aspecto importante, e muitas vezes ignorados por parte da esquerda, estava na especificidade do processo chileno, no qual, a existência de um governo popular alterava as formas para constituição de um poder dual. A situação vivida no país permitia que o poder popular fosse apoiado, legitimado e legalizado pelo governo. Assim, o governo popular poderia proteger e combinar ações com o novo poder nascente e, a partir da formação de uma maioria parlamentar, possibilitaria que o governo legalizasse o novo poder, na medida em que ele fosse se desenvolvendo desde as bases e se afirmasse por sua própria força entre as “massas”.

Assim, ao desenvolver o tema dos Cordones, parece que, mesmo com todo o destaque da atuação da classe trabalhadora, suas direções políticas e os próprios partidos que compunham a UP, não conseguiram romper com os dilemas do movimento comunista internacional, que polarizava as opiniões sobre a transição socialista a partir da contraposição entre Reforma *versus* Revolução.

Como afirma Troncoso, predominou uma atitude de fetichização do poder popular e da democracia direta que se transformou em uma prática antagônica e oposta à democracia parlamentarária-representativa, impedindo a esquerda chilena de articular todos os tipos de expressões populares, sejam elas estimuladas pelo governo ou pelos partidos políticos, para o fortalecimento do processo.⁵⁰⁷

Percebemos que em muitos momentos há indícios de que os objetivos das lideranças políticas dos Cordones aparecem dissociados da base do movimento. Enquanto para os líderes a atuação política de tais organizações era importante para acelerar e pressionar o governo quanto ao processo de transição ao socialismo, para as bases significava a ampliação das

⁵⁰⁶ Theotônio dos Santos: *Debate sobre el poder: nuevos elementos*. Chile Hoy, nº 8, semana de 4 a 10 de agosto de 1972, p. 4.

⁵⁰⁷ TRONCOSO, op. cit., p. 384.

conquistas econômicas e sociais (estatização das fábricas, implantação dos conselhos participativos no processo produtivo, aumento dos salários, normalização do sistema de abastecimento, etc). É difícil encontrar nos jornais da época, e, nas próprias entrevistas que realizamos com trabalhadores que não estavam diretamente ligados a direção do Cordón, posições que relacionassem as mobilizações dos Cordones com a instituição do estado socialista ou do poder dual conforme a teoria marxista. Talvez fosse o caso de refletir se o conceito de socialismo dos líderes partidários era o mesmo dos trabalhadores de base.

Entendemos, ainda, que os Cordones Industriales significaram uma experiência interessante de organização dos sindicatos por territorialidade, que passaram a estabelecer canais de interlocução e de ação efetiva entre eles para se posicionarem politicamente contrários aos limites estabelecidos pela UP ao processo. Apesar de não se constituírem, de fato, como uma alternativa de poder popular e nem de prepararem o povo para a conquista do poder pelas armas, a organização dos Cordones forçou uma mudança de atitude da UP que, até a organização desses novos organismos, pouco falava ou demonstrava como se instituiria uma nova Constituição para o país, além da dissolução do parlamento e da organização da Assembleia do Povo, órgão do poder popular.

Os Cordones tiveram duplo caráter, um que apoiou decisivamente o processo inaugurado pela UP, e que viveu momentos de verdadeiro protagonismo da classe trabalhadora, e outro marcado pela pressão à coalizão política para aplicarem por completo o programa pelo qual tinha sido eleita.

Por fim, o fato da constituição dos Cordones Industriales não estar previsto no programa ou nos planos que a UP tinha para os movimentos populares, não significa que eles se organizaram contra o governo. Os Cordones, ao nosso entender, representaram mais uma expressão de tantos outros processos que estavam se desenvolvendo naquele período. Assim, a experiência dos Cordones Industriales e sua forma de organização demonstraram outra possibilidade de estruturar o movimento popular, manifestando-se como um complemento necessário ao processo político que estava em andamento no país.

No entanto, a esquerda chilena ficou excessivamente presa a seus dogmas, disputando entre si os rumos do processo deixando de potencializar todas as novas formas de atuação popular para fortalecer o governo e a via chilena ao socialismo.

O dia 11 de setembro de 1973 encerrou violentamente essa fase de grande mobilização e criatividade dos movimentos populares abrindo um novo capítulo na sua história, baseada na luta pela sobrevivência física de seus participantes e pela resistência política a ditadura militar.

Referências⁵⁰⁸

Fontes Primárias.

Documentos da Unidade Popular:

Programa Básico del Gobierno de la Unidad Popular. 6ª Edição. Santiago de Chile, 17 dic. 1969.

Las Normas de Participación de los trabajadores en las empresas de las áreas social y mixta. Santiago, mayo 1971.

Documentos Parlamentares e Textos Constitucionais:

CAMARA DE DIPUTADOS. *Legislatura Ordinária e Extraordinária. Sesión Parlamentarias*. Publicación Oficial. Santiago, abr. 1971 a ago. 1973.

SENADO DE CHILE. *Diario de Sesiones del Senado*. Publicación Oficial. Legislatura 315ª, 316ª, 317ª, 318ª, Ordinaria. Santiago, abr. 1971 a ago. 1973.

CHILE. *Constitución Política*. Santiago, 1925.

CHILE. Ley nº. 17450. Reforma la Constitución política del Estado. *Diario Oficial*, nº27.999. Santiago, 16 jul. 1971.

CHILE. *Diario Oficial da Republica do Chile*, nº 28.216, Santiago, 4 abr. 1972, p. 1438-1439.

Documentos relacionados à CUT

CUT. Memoria del Consejo Directivo al 5º Congreso Nacional de la CUT. 19 a 24 nov. 1968: “*Unidad de los trabajadores para los cambios Revolucionarios*”. Santiago, 1968, Folheto.

⁵⁰⁸ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

CUT. Memoria del Consejo Directivo al 6° Congreso Nacional de la CUT. 8 a 12 de diciembre de 1971: “*Los trabajadores Construyen el Chile Nuevo*”. Santiago, 1971. Folheto.

Partido Socialista. *La Participación de los Trabajadores*. (Propostas do Partido Socialista para eleição da CUT). Santiago, jun. 1972.

Partido Socialista. Participación de los Trabajadores. Núcleo Che Guevara. Seccional Providencia. Santiago, 1972.

Documentos do Instituto Nacional de Estadísticas (INE):

Compendio Estadístico de Chile. Director del Instituto Carlos Clavel Gutierrez. Santiago, 1973.

Instituto Nacional de Estadística de Chile en el Siglo XX. Santiago, nov. 1999.

Jornais:

Clarín. Santiago, nov. 1970 a 10 set. 1973.

El Cordonazo. Santiago, jul. 1973.

El Mercurio. Santiago, nov. 1970 a nov. 1973.

El Rebelde. Santiago, out. 1972 a 09 set. 1973.

El Siglo. Santiago, nov. 1970 a 10 set. 1973.

La Nación. Santiago, nov. 1970 a 10 set. 1973.

La Prensa. Santiago, nov. 1970 a set. 1973.

La Tercera. Santiago, nov. 1970 a set. 1973.

La Aurora de Chile. Santiago, nov. 1972 a set. 1973.

Las Noticias de Última Hora. Santiago, nov. 1970 a 10 set. 1973.

Punto Final. Santiago, dez. 1970 a set. 1973.

Puro Chile. Santiago, jun. 1972 a set. 1973.

Tarea Urgente. Santiago, fev. a set. 1973.

Tribuna. Santiago, nov. 1970 a set. 1973.

Trinchera. Santiago, nov. 1970 a set. 1973.

Revistas – años de 1970 – 1973:

Chile Hoy, Santiago, 1970-1973.

Ercilla. Santiago, 1971-1973.

Mensaje. Santiago, 1971-1973.

Mayoría. Santiago, 1971-1973.

Principios. Santiago, 1970-1973.

Estudios producidos pelo CIDU - Universidade Católica de Chile (1973):

CHEETHAM, Rosemond; RODRÍGUEZ, Alfredo; ROJAS E., Gastón; ROJAS E., Jaime. *Comandos Urbanos: Alternativa de Poder Socialista*. Documento de Trabajo nº 65. Santiago: CIDU/PI/DT, mar. 1973.

SADER, Eder; CORDERO, Cristina; THRELFALL, Monica. *Consejo Comunal de Trabajadores y Cordón Cerrillos-Maipú: 1972 Balance y perspectivas de un embrión de poder popular*. Documento de Trabajo nº 67. Santiago: CIDU/PI/DT, ago. 1973.

Entrevistas realizadas:

- i. Aldo Aguillar – entrevista realizada em 04 de novembro de 2009.
- ii. Alberto Muñoz – entrevista realizada dia 30 de novembro de 2009.
- iii. Antonio Bravo – entrevista realizada dia 10 de setembro de 2009.
- iv. Carlos Cortés – entrevista realizada dia 22 de setembro de 2009.
- v. Felipe Valenzuela – entrevista realizada dia 20 de novembro de 2009.
- vi. Guido Carvajal – entrevista realizada 30 de outubro de 2009.
- vii. Guillermo Orrego – entrevista realizada 21 de novembro de 2009.
- viii. Guillermo Rodriguez M. – entrevista realizada 28 de setembro de 2009.
- ix. Ismael Zapata – Entrevista realizada dia 02 de novembro de 2009.
- x. Hugo Valenzuela – Entrevista realizada em 24 de setembro de 2009.
- xi. Joaquin Abarzúa Leon – entrevista realizada dia 18 de novembro de 2009.
- xii. José Moya – entrevista realizada dia 14 de outubro de 2009.
- xiii. Leonel Zuñiga – entrevista realizada dia 19 de novembro de 2009.
- xiv. Luiz Fuentealba – entrevista realizada dia 16 de setembro de 2009.
- xv. Marcel Valdívia – entrevista realizada dia 24 de novembro de 2009.
- xvi. Mario Olivares – entrevista realizada dia 10 de novembro de 2009.
- xvii. Mireya Baltra – entrevista realizada dia 15 de novembro de 2009.
- xviii. Miguel Aravena – entrevista realizada dia 05 outubro de 2009.
- xix. Patricio Palma – entrevista realizada dia 11 de novembro de 2009.
- xx. Victoria Torres – entrevista realizada dia 25 de setembro de 2009.

Entrevistas realizadas pelo pesquisador Miguel Silva na década de 90:

- i. Ibanor de Castro
- ii. Carmem Silva
- iii. Kiko Ramirez
- iv. Marco Pino Morales
- v. Mario Olivares
- vi. Rigoberto Quizeta

Fontes Secundárias.**Sítios na Internet:**

CHILE: Breve imaginería política. Disponível em: <www.abacq.net/imaginaria/cronolo.htm>. Acesso em: 12 abr. 2009.

100 AÑOS DE ALLENDE, 100 AÑOS DE CHILE. Centenario del Nacimiento de Salvador Allende Gossens. Disponível em: <www.allendehoy.cl>. Acesso em: 15 ago. 2011.

ARCHIVO CHILE, Documentación de Historia Político Social y movimiento Popular Contemporáneo de Chile y America Latina.. Disponível em: <www.archivochile.com>. Acesso em: 05 set. 2011.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE CUYO. Biblioteca Digital. Disponível em: <<http://bdigital.uncu.edu.ar/fichas.php?idobjeto=561>>. Acesso em: 18 nov. 2011.

EL CIUDADANO. Periodico Digital. Disponível em: <www.elciudadano.cl>. Acesso em: 11 out. 2010.

FUNDAÇÃO MAURÍCIO GRABOIS. Disponível em: <www.fmauriciograbois.org.br>. Acesso em: 06 mai. 2011.

DIRECCIÓN BIBLIOTECAS, ARCHIVOS, Y MUSEUS. Dibam. Disponível em: <www.memoriachilena.cl>. Acesso em: 16 set. 2009.

MUNDO OBRERO. Disponível em: <www.bibliotecaobrera.cl>. Acesso em: 21 out. 2010.

PUNTO FINAL. Disponível em: <www.puntofina.cl>. Acesso em: 12 abr. 2009.

REBELION. Disponível em: <www.rebelion.org>. Acesso em: 13 jun. 2010.

SALVADOR ALLENDE GOSENS. Disponível em: <www.salvador-allende.cl>. Acesso em: 10 dez. 2011.

Filmografia:

CHILE, la memoria obstinada. Diretor: Patricio Guzman. Santiago, 1997.

CHOVE SOBRE SANTIAGO. Diretor: Helvio Soto. França/Bulgária, 1975.

COMPAÑERO PRESIDENTE – *Diálogo Regis Debray-Allende*. Direção: Miguel Littín. Santiago, 1971.

DESCOMEDIDOS Y CHASCONES. Direção: Carlos Flores. Santiago, 1972.

EL DIÁRIO DE AUGUSTÍN – El Mercurio Mente. Direção: Ignacio Agüero. Santiago, 2008.

ISLA 10 DAWSON. Direção: Miguel Littín. Chile, 2009.

LA BATALLA DE CHILE. Parte I: *La insurrección de la burguesía*. Direção: Patricio Guzman, Santiago, 1975.

LA BATALLA DE CHILE. Parte II: *El golpe de Estado*. Direção: Patricio Guzman, Santiago, 1976.

LA BATALLA DE CHILE. Parte III: *El Poder Popular*. Direção: Patricio Guzman. Santiago, 1979.

LA SPIRALE. Direção: Armand Mattelart, Jacqueline Meppiel e Valerie Mayoux. Paris, 1976.

MACHUCA. Direção: Andres Wood. Chile/Espanha, 2004.

SALVADOR ALLENDE. Direção: Patricio Guzman. Santiago, 1997.

TESTEMONIO DE SUMMAR. Direção: Taller Audiovisual Lalliypacha. Santiago, sem data.

YA NO BASTA CON REZAR. Direção: Aldo Francia. Santiago, 1972.

Bibliografia.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALLENDE, Salvador. *Los trabajadores y la vía chilena (discursos)*. Archivo Salvador Allende. México: Centro de Estudios Latinoamericano Salvador Allende, 1990.

ALVAREZ, Rolando. *Desde las sombras. Una historia de la clandestinidad comunista (1973-1980)*. Santiago: LOM, 2003.

_____. *¿Represión o Integración? La política sindical del régimen militar. 1973-1980*. In: Revista Historia, Universidad Católica de Chile, n. 43, vol. II, Santiago, julio-diciembre 2010.

_____. *La tarea de las tareas: luchar, unir, vencer. Tradición y Renovación en el Partido Comunista de Chile (1965-1990)*. Tese de Doutorado - Universidad de Santiago de Chile.

Santiago, 2007.

AGGIO, Alberto. *Democracia e Socialismo: a experiência chilena*. São Paulo: Unesp, 1993.

AGOSTI, Aldo. *O mundo da Terceira Internacional Comunista: os estados maiores. Vol.6*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

AGÜERO, Felipe; HERSHBERG, Eric. “Las fuerzas armadas y las memorias de la represión em el Cono Sur.” In: AGÜERO, Felipe; HERSHBERG, Eric (Org.). *Memorias militares sobre la represión em el Cono Sur: visiones em disputa em dictadura y democracia*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005, p. 1-34.

ALTAMIRANO, Carlos. *Dialética de uma Derrota. Chile 1970-1973*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ANDERSON, Perry. *Las ideas y la acción política en el cambio histórico*. In: BORON, Atílio et al. (comp.). *La teoría marxista hoy. Problemas y Perspectivas*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

ANGELL, Alan. *Partidos políticos y movimiento obrero en Chile*. México: Era, 1974.

ARATE, Jorge; ROJAS, Eduardo. *Memória De la Izquierda Chilena, tomo I e II*. Santiago: Javier Vergara, 2003.

ARAYA, Marcelo Casals. *El alba de una revolución. La izquierda y el proceso de construcción estratégica de la “via chilena al socialismo.” 1956-1970*. Santiago: LOM, 2010.

ARICO, José. *O marxismo latino americano nos anos da Terceira Internacional Comunista*. In: HOBSBAWN, Eric. (org.) *História do Marxismo – vol. 8*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

AZÓCAR, Oscar et al. *A 30 años de la Unidad Popular: el imperativo de la memoria*. Santiago de Chile: ICAL, 2000.

BALTRA, Mireya. *La participación de los trabajadores en el gobierno popular del presidente Salvador Allende*. In: LAWNER, Miguel et al. (Ed.). *Salvador Allende. Presencia en la ausencia*. Santiago: LOM, 2008, p. 249-265

BAÑO, Rodrigo et al. *Unidad Popular 30 años después*. Santiago: LOM, 2003.

BARBOSA, Glaura et al. *Normas para publicações da Unesp - vol. 4*. São Paulo: Unesp, 1994.

BARRET-DUCROQ, Françoise (Dir.). *Por qué recordar?* Foro Internacional Memoria e Historia. UNESCO/SOBORNNE. Buenos Aires: Granica, 2002. Capítulo I: *La Memória contra el olvido* e Capítulo II: *La necesidad del olvido*.

BASSO, Lélío et al. *Transición al socialismo y experiencia chilena*. Santiago de Chile: Ceren, 1972.

BITTAR, Sérgio. *Transição, Socialismo e Democracia. Chile com Allende*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

BORGES, Elisa de Campos. *O projeto da via chilena ao socialismo do Partido Comunista Chileno: “Nem revisionismo, nem evolucionismo, nem reformismo, nem cópias mecânicas.”* Dissertação de mestrado - PUC-SP. São Paulo, 2005.

BROSSAT, Alain. *Entre la resistencia y la gubernamentalidad*. In: Revista Puentes, n. 19, Buenos Aires, dez. 2006.

BUEY, Francisco Fernández. *Gramsci para rojos nepantla (o perplejos)*. In: La Insignia, España, 2005. <www.lainsignia.org/2005/febrero/dial_002.htm>. Acesso em: 21 out. 2009.

CARCERES, Gonzalo. *Allende y la Unidad Popular: hacia una deconstrucción de los mitos políticos chilenos*. Goiânia, mimeo, 2000.

CARLOS, Newton et al. *Chile com Allende. Para onde vai?* Rio de Janeiro: Gernasa, 1970.

CASTELLS, Manuel. *La lucha de clases en Chile*. Argentina: Siglo XXI, 1974.

DALMÁS, Carine. *Brigadas Muralistas e Cartazes de Propaganda da Experiência Chilena (1970-1973)*. Dissertação de Mestrado - USP. São Paulo, 2006.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. *História e Culturas Políticas: definições, usos e genealogias*. Revista Varia, No. 28, Belo Horizonte, dez. 2002, p. 13-22.

CLAUDIN, Fernando. *A crise do movimento comunista – vol.1*. São Paulo: Global, 1985.

CORREA, Sofia et al. *Historia del siglo XX chileno*. Santiago: Sudamericana, 2001.

DAYREL, Eliane Gracindo; IOKOI, Zilda M. Gricoli (Coord.). *América Latina contemporânea: desafios e perspectivas*. São Paulo: Edusp, 1996.

DEBRAY, Régis. *Conversación con Allende*. México: Siglo XXI, 1973.

ESPINOSA, Juan G.; ZIMBALIST, Andrew S. *Democracia Economica. La participacion de los trabajadores en la industria chilena 1970-1973*. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1984.

FALCON, Francisco. *História e Poder*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FARIAS, Victor. *La Izquierda Chilena (1969 – 1973): Documentos para el Estudio de su Línea Estratégica*. Tomo I a VI. Santiago: CEP, 2001.

FAUNDEZ, Julio. *A derrota política: O Chile sob o governo Allende*, Inglaterra: Oxford, 1979.

_____. *Izquierdas y Democracia en Chile, 1932-1973*. Santiago: BAT, 1992.

FERREIRA, Marieta (Org.). *João Goulart: entre memória e história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FLORES, Jorge. *Los trabajadores y la nueva legalidad 1924-1973*. In: VVAA. *Sociedad, Trabajo y Neoliberalismo*. Apuntes de las Escuelas de Formación sindical. Santiago: ICAL, 2004, p. 91-179.

FREDRIGO, Fabiana de Souza. *Ditadura e Resistência no Chile. Da democracia desejada à transição possível.(1973-1989)*. São Paulo: UNESP- Franca,1998.

FUNDACION SALVADOR ALLENDE (Org.). *Salvador Allende, Fragmentos para una historia*. Santiago: Ed. Fundación Salvador Allende, 2008.

GARCÉS, Joan. *1970: La pugna política por la presidencia en Chile*. Chile: Universitaria Cormorán, 1971.

_____. *Chile: el camino político hacia el socialismo*. Barcelona: Ariel, 1972.

_____. *Allende y la experiencia chilena: las armas de la política*. Santiago: BAT, 1991.

GARCES, Mario. *Tomando su sitio. El movimiento de pobladores de Santiago, 1957-1970*. Santiago: LOM, 2002.

GARCES, Mario; LEIVA, Sebastián. *El golpe en la Legua. Los caminos de la historia y la memoria*. Santiago: LOM, 2005.

GAUDICHAUD, Franck. *Poder Popular y Cordones Industriales. Testimonios sobre el movimiento popular urbano, 1970-1973*. Santiago: LOM, 2004.

_____. *La CUT, las luchas obreras y los Cordones Industriales en el período de la UP en Chile (1970-1973)*. Disponible em: <www.rebellion.org>. Acesso em: 20 mai. 2009.

GODOY, Hernan. *Estructura social de Chile*. Chile: Universitaria, 1971.

GONZÁLEZ, Carlos Prats. *Memorias: Testimonio de un soldado*. Santiago: Pehuén, 1985.

GONZÁLEZ, Mónica. *Chile: La Conjura – los mil y un días del golpe*. Santiago: Ediciones B, 2000.

GONZÁLEZ, Miguel Pino; FONTAINE, Aturo (Ed.). *Los mil días de Allende*. Tomo I e II. Santiago: Centro de Estudios Públicos, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Debate sobre los consejos de fábrica*. Madri: Anagrama, 1977.

_____. *Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política*. In: _____. *Cadernos do Cárcere*, n. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 337-338.

GRAYSON, George. *El Partido Demócrata Cristiano Chileno*. Santiago: Ed. Francisco de Aguirre, 1968.

GUIMARÃES, Juarez. *Unidade Popular e “general inverno”*. In: *Revista Teoria & Debate*, v.22, São Paulo: USP, 1993.

HARNECKER, Marta. *Tornar Possível o Impossível*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *Los Comandos Comunales y el problema del poder*. In: *Chile Hoy*, n. 26. Santiago, 14 dez. 1972.

HENRÍQUEZ, Renzo. *Cordón Cerrillos Maipú. Experiencia en movimiento y ejercicios de poder popular*. Monografía de conclusão de Curso - Universidad ARCIS. Santiago, mar. 2008.

HERRERA, Genaro Arriaga. *De la via chilena a la via insurreccional*. Santiago: Pacifico, 1974, p. 289-307.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 83-105.

_____. *Mundos do Trabalho. Novos Estudos sobre a História Operária*. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 20-52.

_____. *Marxismo e Historia Social*. México: Universidad Autonoma de Puebla, 1983.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. 6ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

ILLANES, Maria Angélica. *La batalla de la memoria*. Santiago: Ed. Planeta, 2002.

JARA, JOAN. *Canção Inacabada – A vida e obra de Victor Jara*. Rio de Janeiro: Record, 1983.

JELIN, Elisabeth. *Memorias en Conflicto*. In: *Revista PUENTES*, nº1, ago, Buenos Aires, 2000, p. 2.

_____. *Los sentidos de la conmemoración*. In: _____. (Comp.). *Las Conmemoraciones: las disputas em las fechas ‘in-felices’*. Madrid, Siglo XXI, 2005. p. 245-250.

JOBET, Julio Cesar. *Luis Emilio Recabarren. Los orígenes del movimiento obrero y del socialismo chileno*. Santiago: Prensa Latinoamericana S/A, 1955.

JOUTARD, Philippe. *História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos*. In: REMÓND, René. (orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

KALLÁS, Ana Lima. *Paz Social e a Defesa da Ordem. A igreja Católica, o governo Allende e o golpe militar de 1973*. Dissertação de Mestrado - UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.

KAUTSKY. *A Ditadura do proletariado*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LAWNER, Miguel (Org.). *Salvador Allende: Presencia en la ausencia*. Santiago: LOM, 2008.

LEPEZ, Luis Corvalan. *Camino de Victoria*. Santiago: Sociedad Impresora Horizonte, 1971.

_____. *El Gobierno de Salvador Allende*. Santiago: LOM, 2003.

_____. *De lo vivido y lo peleado. Memórias*. Santiago: LOM, 1999.

KERHUEL, Yves. *L'insurrection de la bourgeoisie*. In: SARTRE, Jean-Paul (Org.). *Revue Les Temps Modernes*, nº323, Paris, juin 1973.

LECHENER, Norbert; GUELL, Pedro. *Construcción Social de Las memorias em la transición chilena*. In: JELIN, Elisabeth; KAUFMAN, Susana (Comp.). *Subjetividad y figuras de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006, p. 17-46.

LECHNER, Nobert. *Los patios interiores de la democracia: Subjetividad y política*. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 1990.

LEIVA, Sebastian. *El MIR y los Comandos Comunales: poder popular y unificación de la movilización social*. Disponível em: <www.cyberhumanitatis.uchile.cl>. Acesso em: 12 07 2009.

_____. *El MIR y su inserción en el mundo obrero: el frente de trabajadores revolucionarios (FTR) y su relación con los Cordones Industriales*, nº 28. Santiago. Disponível em: <www.cyberhumanitatis.uchile.cl>. Acesso em: 14 08 2009.

LENIN, Vladimir Illich. *Teses de abril e cartas sobre tática*. São Paulo: Ed. Revolução Permanente, 1974.

_____. *A revolução Proletária e o Renegado Kautsky*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979.

_____. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Democracia Proletária, [19.

_____. *O imperialismo – Fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1985.

LUNA, Eva. *Allende y Castro: Una entrevista para la Historia da América Latina*. In: *Estudios y materiales para la Historia de América Latina 1995-1990*. Valencia: Universitat de Valencia, 1998.

LUXEMBURGO, Rosa. *Greve de Massas, Partido e Sindicatos*. São Paulo: Kaives, 1979.

MANZANO, Liliana; ZEISS, Sebastian. *Presentación del tema los movimientos sociales*. In: BAÑO, Rodrigo (Ed.). *Unidad Popular 30 anos después*. Santiago: LOM, 2003, p. 157-159.

MARX, Karl. *O Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Global, 1984.

MARQUÉZ, Luis Corvalán. *Del anticapitalismo al neoliberalismo em Chile. Izquierda, Centro y Derecha en la lucha entre los proyectos globales 1950-2000*. Santiago: Sudamericana, 2001.

_____. *Los partidos políticos y el golpe del 11 de septiembre. Contribución al estudio del contexto histórico*. Santiago: Ediciones Universidad Bolivariana, 2000.

MELLER, Patricio. *Un siglo de economía política chilena (1890 – 1990)*. Santiago de Chile: Andrés Bello, 2002.

MERKLEN, Denis. *Quartiers populaires, quartiers politiques*. Paris: La Dispute, 2009.

MILLAS, Orlando. *Memorias. 1957-1991. Una Digresión*. Santiago: Cesoc, 1996.

MIRANDA, Nicolas. *Los Cordones industriales, la revolución chilena y el Frente Populismo*. Disponível em: <www.clasecontraclase.cl>. Acesso em: 08 02. 2011.

MOULIAN, Tomás. *Fracturas. De Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende 1938-1973*. Santiago: LOM, 2006.

_____. *La via chilena al socialismo: Itinerario de las crisis de los discursos estratégicos de la Unidad Popular*. In: PINTO, Julio.(orgs). *Cuando hicimos historia. La experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2005, p. 35-56.

_____. *Chile Actual: Anatomía de un mito*. 3ª Edição. Santiago: LOM, 2002.

_____. *Conversación interrumpida con Allende*. Santiago: LOM, 1998.

MUJICA, Dolores. *Cordones Industriales. Cronología Comentada*. Santiago: Ediciones Clase Contra Clase, 2005.

MUNSTER, Arno. *Le Chili entre l'Unité Populaire et l'affrontement de classes*. In: SARTRE, Jean-Paul (Org.). *Revue Les Temps Modernes*, nº323, Paris, dez. 1972, p. 965-997.

NARANJO, Pedro (Org.). *Miguel Enríquez y el proyecto revolucionario em Chile: Discursos y documentos del Movimiento de Izquierda Revolucionaria – MIR*. Santiago: LOM, 2004.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In: *Revista Projeto História*, n.10, PUC-SP, dez. 1993.

OLIVEIRA, D.; VIEIRA, M. *Poder Popular – um projeto político?* Lisboa: SLEMES, 1975.

OZOUF, Jacques. *A opinião pública*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

PESTRANA, Ernesto; THEREFALL, Mônica. *Pan Techo y Poder. El Movimiento de Pobladores de Chile (1970-1973)*. Buenos Aires: Ed. SIAP-Planteos, 1974.

PINO, Miguel G.; FONTAINE, Arturo T. (Org.). *Los mil días de Allende – Tomo 1 e 2*. Santiago de Chile: CEP, 1997.

PINTO, Julio; SALAZAR, Gabriel. *Historia Contemporánea de Chile II: Actores, identidad y movimiento*. Santiago: LOM, 1999.

PINTO, Julio (Org.). *Cuando Hicimos Historia. La experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2005.

PIZARRO, Crisostomo. *La huelga obrera en Chile 1890-1970*. Santiago: Sur, 1986.

POWER, Margareth. *La Mujer de Derecha. El poder femenino y la lucha contra Salvador Allende, 1964-1973*. Santiago: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2008.

POZO, José del. *Rebeldes, Reformistas y Revolucionarios. Una historia oral de la izquierda chilena en la época de la Unidad Popular*. Santiago: Ediciones Documentas, 1992.

QUIROGA, Patricio (Org.). *Salvador Allende: Obras Escogidas 1970-1973*. Santiago: Crítica, 1989.

RAPTIS, Michel. *Quel socialisme au Chili? Étatisme ou autogestion. Dossier de la participation des travailleurs au processus révolutionnaire du pays*. Paris: Editions Anthropos, 1973.

REMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

RICOEUR, Paul. *La lectura del Tiempo Pasado: Memoria y Olvido*. Madrid, Arrecifes, 1999.

RIQUELME, Helia Henríquez. *El movimiento de Trabajadores*. In: BAÑO, Rodrigo. *Unidad Popular 30 años después*. Santiago: LOM, 2003, p. 189-208.

RODRIGUEZ, Guilherme M. *De la brigada secundaria al Cordón Cerrillos*. Santiago: Editorial Universidad Bolivariana, 2007.

ROJAS, Jorge Flores. *Cristaleros: Recuerdos de um siglo. Los trabajadores de Cristalerías de Chile*, Sindicato nº2 de Cristalerías de Chile, Programa de Economía del Trabajo (PET), Santiago, 1998.

RUDÉ, George. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

SADER, Eder. *Cordón Cerrillos et Povoír Preletaire au Chili en 1972*. In: SARTRE, Jean-Paul (Org.). *Revue Les Temps Modernes*, n. 347, junio 1975.

_____. *Um Rumor de Botas*. São Paulo: Polis, 1982.

SADER, EMIR. *Democracia e Ditadura no Chile*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *Poder, Cadê o Poder? – Ensaios para uma nova esquerda*. São Paulo: Boitempo, 1997.

_____. Paralelo entre duas propostas. In: *Revista Teoria e Debate*, São Paulo: Perseu Abramo, v.22, 1993.

SALAZAR, Gabriel. *Conversaciones con Carlos Altamirano. Memorias Criticas*. Santiago: RHM, 2010.

_____. *Historia de la acumulación capitalista en Chile*. (Apuntes de clase). Santiago: LOM, 2003.

SAMIEGO, Augusto. *Octubre al rojo: fulgor y agonía de “la unidad de los Trabajadores”*. In: *Contribuciones Científicas y Tecnológicas, área Ciências Sociais*, n. 130, Santiago, abr. 2002.

SAMUEL, Raphael (Ed.). *História Popular e Teoria Socialista*. Barcelona: Crítica, 1984.

História da URSS. Época do Socialismo 1917-1957. Tradução de João Alves Santos. São Paulo: Grijalbo, 1960.

SEGUEL-BOCCARA, Ingrid. *Les passions politiques au Chili Durant l'Unité Populaire 1970-1973*. Paris: L'Harmattan, 1997.

SERON, Jorge Barría. *Breve Historia del Sindicalismo Chileno*. Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Chile n° 37. Santiago: Insora, 1967.

_____. *Historia de la CUT*. Santiago: Ediciones Prensa Latinoamericana S.A, 1971.

SILVA, Miguel. *Los Cordones Industriales y el Socialismo desde Abajo*. Santiago: Imprenta Lazor, sem data.

SILVA, Angélica; LUCIA, Patricia Santa. *Los Cordones Industriales. Une expression de pouvoir populaire au Chili*. In: SARTRE, Jean-Paul (Org.). *Revue Les Temps Modernes*, nº342, Paris, janvier 1975, p.707-745.

SOTO, Oscar. *El último día de Salvador Allende*. Santiago de Chile: Aguilar, 1998.

SOTO, Sandra Castillo. *Cordones Industriales. Nuevas formas de Sociabilidad Obrera y Organización Política Popular (Chile, 1970-1973)*. Santiago: Ediciones Escaparate, 2009.

STERN, Steve J. *De la memoria suelta a la memoria emblemática: hacia el recordar y el olvidar como proceso histórico (Chile, 1973-1998)*. In: GARCÉS, M. et al. *Memoria para un nuevo siglo. Chile, miradas a la segunda mitad del siglo XX*. Santiago de Chile: Lom Ediciones, 2000. p. 11-33.

TORROW, Sidney. *La Acción colectiva y los movimientos sociales*. In: _____. *El poder en movimiento*. Santiago: Alianza, 1997, p. 33-91.

THIEME, Roberto. *El Rebelde de Patria y Libertad*. Santiago: Mare Nostrum, 2007.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A formação da classe operária inglesa I – A árvore da liberdade*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2004.

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2000.

TRONCOSO, Hugo Cancino. *Chile: la problemática del Poder Popular en el proceso de la vía chilena al socialismo – 1970-1973*. Bélgica: Ed. AARHUS, University Press, 1988.

URBINA, Andres Benavente. *Documento de Trabajo nº54*, abril de 1996. Universidad de Chile. Santiago: Instituto de Política, 1996.

URGATE, Augusto Pinochet. *El día Decisivo*. Santiago: Instituto Geográfico Militar de Chile, 1982.

VARAS, Augusto. *De la Komintern a la Perestroika. America Latina y la Unión Soviética*. Santiago: FLACSO, 1991.

VARELA, Andrés. *Gestión de los trabajadores en las empresas del Área de Propiedad Social: un análisis testimonial*. In: LAWER, Miguel et al. (Org.). *Salvador Allende: Presencia en la Ausencia*. Santiago: LOM, 2008, p. 225-247.

VILLAGRÁN, Fernando et al. *Represión en dictadura: el papel de los civiles*. Santiago: LOM, [?].

TUCK, Richard. *História do pensamento político*. In: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

WINN, Peter. *Tejedores de la revolución: Trabajadores de Yarur y la via chilena al socialismo*. Santiago: LOM, 2004.

WINOCK, Michel. *As ideias políticas*. In: REMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 271-294.

ZAPATA, Francisco. *Las relaciones entre el movimiento obrero y el gobierno de Salvador Allende*. México: Centro de Estudios Sociológicos, 1976.

VVAA. *El movimiento Popular y la via chilena al Socialismo – 1970-1973*. In: *Cuadernos de historia popular*, nº10, série História del movimiento obrero – tomo IV. Santiago: CETRA/CEAL y ECO, 1990.

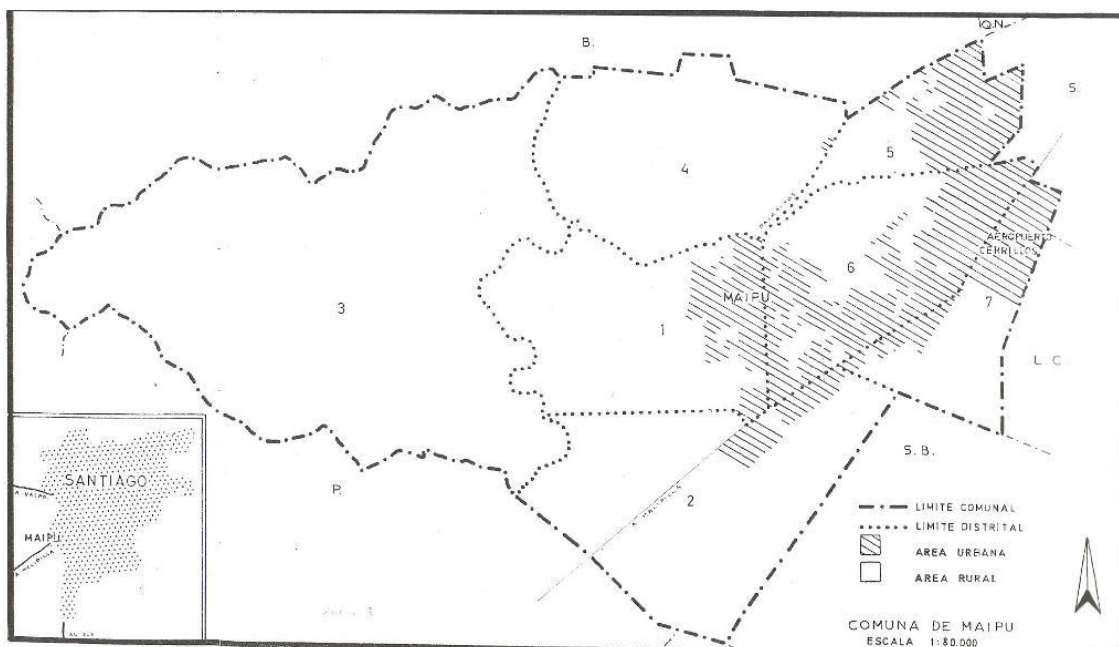
VVAA. *Salvador Allende: Fragmentos para una historia*. Santiago: Ed. Fundación Salvador Allende, 2008.

Livros editados pelo Exército chileno:

Libro Blanco. Del Cambio de Gobierno en Chile. 11 de septiembre de 1973. Santiago: Lord Cochrane S/A, 1973.

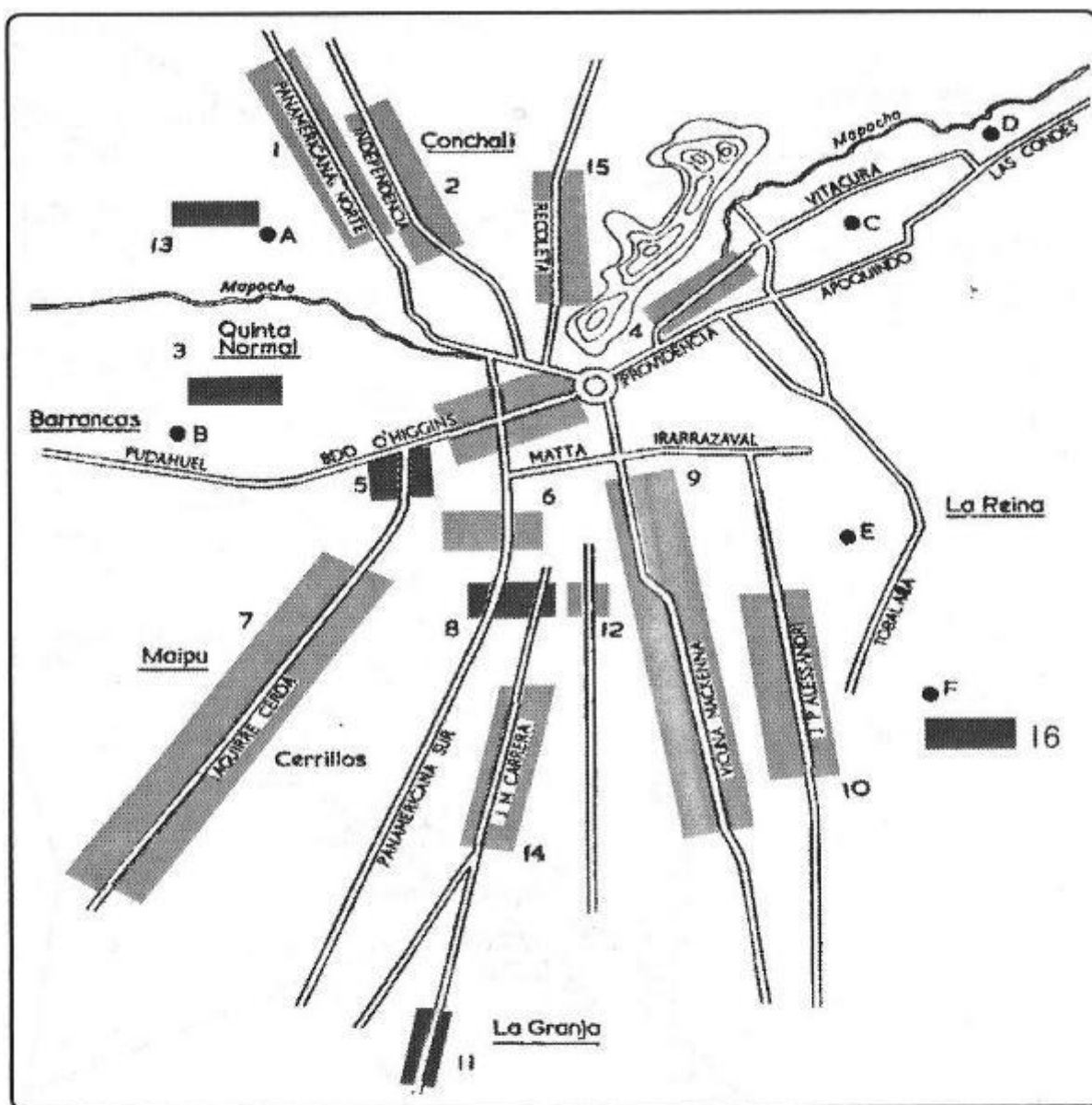
Fuerzas Armadas y Carabineros. Septiembre de 1973. Los cien combates de una batalla. Santiago. 1973.

Anexos.

Anexo A - Representação da Região de Maipú.⁵⁰⁹

⁵⁰⁹ SADER, et al.op.cit, p. 121.

Anexo C - Representação do Poder Popular.⁵¹¹



Zona de desarrollo de los cordones industriales y Comandos Comunales principales

- | | | | |
|------------------------|------------------------------|-----------------------------|------------------------|
| 1 : Panamericana Norte | 2 : Conchalí | 3 : Barrancas | 4 : Cordillera-Mapocho |
| 5 : Estación Central | 6 : O'Higgins | 7 : Cerrillos-Maipú | 8 : San Miguel |
| 9 : Vicuña Mackenna | 10 : Macul | 11 : San Bernardo-La Granja | 12 : San Joaquín |
| 13 : Renca | 14 : Santa Rosa-Gran Avenida | 15 : Recoleta | 16 : La Florida |

Localización aproximativa de campamentos participantes de la dinámica del "poder popular"

- | | | |
|---|--------------------------|-------------------------------|
| A : Renca (Blanca Vergara-1° de Mayo-José Tohá) | B : Pudahuel (O'Higgins) | C : Av. Kennedy (Ho Chi Minh) |
| D : Las Condes (Fidel-Ernesto-Luciano Cruz) | E : Lo Hermida | F : Nueva La Habana |

⁵¹¹ GAUDICHAUD, 2004, op. cit., p. 452.

Anexo D - Roteiro para as entrevistas:

- i. Nome Completo;
- ii. Idade que tinha na época;
- iii. Nível de Escolaridade;
- iv. Trajetória social, relação com a família, quando começou a trabalhar, onde vivia;
- v. Onde trabalhava na época do governo da Unidade Popular? Qual tipo de produção?
- vi. Era militante de algum partido político ou movimento? Se a resposta for positiva: Em qual organização militava? Como foi sua trajetória? Durante quanto tempo militou? Tinha alguma função específica dentro da militância? Atualmente continua militando?
- vii. Como era o seu trabalho na fábrica? Especifique: os turnos de trabalho; as condições de trabalho; descreva sua rotina desde o momento em que chegava à fábrica até o momento em que regressava para sua casa. Havia muitas mulheres trabalhando? As condições de trabalho eram iguais? Como era sua relação com o empregador antes do governo da UP?
- viii. Participava do sindicato?
- ix. Outro membro da família trabalhava na mesma fábrica?
- x. Para você, o que significava ou representava a fábrica?
- xi. Participou da campanha eleitoral de 1970? Se a resposta for positiva: para qual candidato, como foi sua participação?
- xii. Durante o período da campanha, como eram as discussões na fábrica? Quais eram os principais temas?
- xiii. Para você, o que significou a vitória de Allende?
- xiv. Para você, o que significava a Via Chilena ao Socialismo?
- xv. Depois da eleição de Allende mudou algo na sua rotina de trabalho?
- xvi. Que lhe parecia a proposta de participação do governo Allende?
- xvii. Como era o processo de participação antes dos Cordones Industriales e qual sua opinião sobre o Convênio CUT-Governo?
- xviii. Como era a relação entre os trabalhadores da fábrica, inclusive entre aqueles que não estavam de acordo com a UP?
- xix. Como foi o processo de constituição dos Cordones Industriales na fábrica na qual

trabalhava?

- xx. Depois da constituição dos Cordones Industriales, as relações trabalhistas foram modificadas? De que maneira? Quais foram as mudanças? Como era o sistema de produção pós-Cordones?
- xxi. Havia um líder no Cordón do qual participava? Como eram eleitos os representantes? Como se dava o processo de participação interna? Quais eram as principais discussões?
- xxii. Havia unidade interna em todos os assuntos? Como se resolviam esses conflitos de opinião? Havia diferenças entre o “líder” e o trabalhador “comum”?
- xxiii. Como era o comportamento dos partidos políticos dentro da fábrica?
- xxiv. Como era a relação com os outros Cordones? E com a CUT ? E com as JAP’s? E com as outras fábricas? E os Comandos Comunales? Houve mudanças nestas relações a partir de julho de 1973?
- xxv. Qual era, para você, o significado dos Cordones Industriales? O que você esperava desse processo?
- xxvi. A partir da constituição dos Cordones, mudou sua opinião sobre o governo Allende?
- xxvii. Como foi o processo do Paro de Outubro? Como foi a participação do Cordón no qual você participava? E os trabalhadores da DC, continuaram trabalhando? Qual foi a porcentagem mais ou menos de trabalhadores que aderiram ao paro no Cordón em que você participava?
- xxviii. Que lhe pareceu haver sido a raiz da constituição dos Cordones?
- xxix. O que era o “poder popular” e o que significava para você esta expressão em termos práticos?
- xxx. Qual sua opinião sobre as posições de Allende frente aos Cordones Industriales e Comandos Comunales?
- xxxi. Como foi o para você o dia 11 de setembro? Poderia me descrever o momento desde que saiu de casa?